

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

MARCOS CÂNDIDO MENDONÇA

A MODERNIZAÇÃO DO ATRASO:  
OS FUNDAMENTOS DA URBANIZAÇÃO DE VITÓRIA  
1 8 8 9 - 1 9 3 0

Vitória-ES

2014

MARCOS CÂNDIDO MENDONÇA

A MODERNIZAÇÃO DO ATRASO:  
OS FUNDAMENTOS DA URBANIZAÇÃO DE VITÓRIA  
1889-1930

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre (Mestrado) em Geografia.

Vitória-ES

2014

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)  
(Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo, ES, Brasil)

---

M539m                    Mendonça, Marcos Cândido, 1986-  
                              A modernização do atraso : os fundamentos da urbanização de  
Vitória-1889-1930 / Marcos Cândido Mendonça. – 2014.  
                              189 f. : il.

                              Orientador: Carlos Teixeira de Campos Júnior.  
                              Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal  
do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais.

                              1. Urbanização - Vitória (ES). 2. Cidades e vilas. 3.  
Infraestrutura (Economia). 4. Poder (Ciências sociais). 5. Bens  
imóveis. I. Campos Júnior, Carlos Teixeira de. II. Universidade  
Federal do Espírito Santo. Centro de Ciências Humanas e Naturais.  
III. Título.

CDU: 91

---

A MODERNIZAÇÃO DO ATRASO:  
OS FUNDAMENTOS DA URBANIZAÇÃO DE VITÓRIA  
1889-1930

MARCOS CÂNDIDO MENDONÇA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre (Mestrado) em Geografia.

Aprovado em 27 de Novembro de 2014 por:

---

Prof. Dr. Carlos Teixeira de Campos Júnior - Orientador – UFES

---

Prof. Dr. Luiz Cláudio Moisés Ribeiro – UFES

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Ana Lucy Oliveira Freire – UFES

---

Prof. Dr. Leonardo Civalle – UFV

Para Ana Maria Lobato Mendonça,  
pelo carinho e amor!

## AGRADECIMENTOS

Ao professor Carlos Teixeira de Campos Júnior, pela dedicação e valiosa orientação nessa pesquisa sem a qual esse trabalho não seria possível;

Para o Programa de Pós-Graduação em Geografia da Ufes, e aos demais professores do programa, e ainda a secretária Izadora Ramos, pelo esforço em fortalecer o saber da Geografia;

Aos professores do curso de Geografia da Ufv (instituição de minha formação inicial);

Ao Arquivo Público do Estado do Espírito Santo e aos seus funcionários, especialmente para Michel Caldeira, Tiago Alves e Brenda Batista, pela ajuda e por tornarem as tardes de trabalho no Arquivo mais agradáveis;

A Capes – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – pelo fomento a esta pesquisa;

Para o professor Márcio J. Mendonça, irmão e colega de estudos;

Para meus familiares dos quais nunca tive a paciência de explicar do que se tratava a pesquisa. Meus agradecimentos e desculpas;

E para todos aqueles que de alguma forma se sentiram parte disto!

Obrigado!

*“Estamos condenados à civilização.  
Ou progredimos ou desaparecemos”*  
Euclides da Cunha, *Os sertões*.

# SUMÁRIO

## INTRODUÇÃO, 10

- A força da tradição: a modernização do atraso na perspectiva da imobilização do capital em terra, 14
- Olhar sobre a produção e política do espaço, 18

## CAPÍTULO I

### A CIDADE: AS CONDIÇÕES GERAIS DE URBANIZAÇÃO NO FINAL DO SÉCULO XIX, 25

- Crise do trabalho compulsório e metamorfose da riqueza, 25
- Aspectos históricos da acumulação regional: subordinação da produção ao comércio, 34
- A cidade colonial: morfologia da cidade no espaço regional, 51

## CAPÍTULO II

### A FACE DO PODER: O COMÉRCIO COMO ALTERNATIVA DE MODERNIZAÇÃO, 60

- A estrutura do poder na República, 60
- A estruturação do poder no Espírito Santo, 71
- A cidade do comércio: alternativa de superação do atraso regional, 84

## CAPÍTULO III

### O DISCURSO DA CIDADE: IDEOLOGIA DO ATRASO E PRODUÇÃO DO MODERNO, 105

- Apropriação da modernidade, 105
- A política sanitária e planos urbanos, 106
- Infraestrutura urbana e configuração espacial da cidade, 112
- Passado colonial e ideologia do atraso, 118

## CAPÍTULO IV

### ESTRATÉGIAS DE VALORIZAÇÃO DO CAPITAL NA MODERNIZAÇÃO DA CIDADE, 129

- O significado econômico da terra para a construção da cidade, 130
- Formas de investimento na modernização de Vitória, 133
  - Serviços Urbanos: água, luz e esgoto, 134
  - Construção de Edifícios Públicos, 137
  - Serviço de Transporte Urbano e de Cargas, 139
  - Construção de Habitações, 143
  - Glebas de Terras: a Fazenda Jucutuquara, 148
  - Estado e Proprietários no Mercado de Terras, 149
  - Investimento em Lotes Urbanos, 154

## CONCLUSÃO, 161

## FIGURAS, 164

## REFERÊNCIAS, 178



## RESUMO

Esta dissertação volta-se para a investigação da modernização da cidade de Vitória durante a passagem do século XIX ao XX. Trata-se, especificamente, da tentativa de compreender a modernização de Vitória no seu conteúdo arcaico, no sentido de, no conjunto das estratégias do poder, preservarem-se interesses de estruturas sociais anteriores, para um novo contexto econômico e sociopolítico. O referencial teórico de análise pressupõe apreender a cidade (seu espaço construído) articulada à estrutura econômica, enquanto condições urbanas necessárias à reprodução do capital. Para tal efeito, foi necessário compreender as implicações da metamorfose da riqueza, representada anteriormente pela propriedade do escravo e transferida para a propriedade da terra. Nessa tarefa, investigamos a hegemonia dos interesses da instância mercantil-exportadora do capital que dominou o aparelho de Estado e dirigiu o processo. A interferência dessa fração do capital no processo foi compreendida a partir da estruturação do poder no Espírito Santo processada na reorganização das bases da produção de café na transição do trabalho escravo para o livre. Através da modernização da cidade, foram criadas novas alternativas de valorização do capital por intermédio da construção da cidade (habitações, edifícios públicos, infraestrutura e serviços urbanos). Contudo, não se verificou de forma significativa desdobramento do excedente acumulado na esfera do comércio em atividades produtivas modernas (multiplicadoras da riqueza). Nesse processo, surge a perspectiva de a valorização da propriedade imobiliária como expressão do desenvolvimento das condições gerais da produção e da reprodução do trabalho possibilitar rendas futuras crescentes ao capital. O que indica uma urbanização fundamentalmente dominada pelos interesses mercantil-exportadores e patrimonialistas, revelando um forte traço de atraso da modernização da cidade em seu papel de centro comercial da economia regional.

**Palavras-chave:** modernização de Vitória; metamorfose da riqueza; condições gerais de urbanização; poder; inversão de capital; infraestrutura e serviços urbanos; propriedade imobiliária.

## Abstract

This thesis turns to the investigation of the modernization of the city of Victoria during the late nineteenth to the twentieth century. It is, specifically, the attempt to understand the modernization of Victoria in its archaic content, in the sense, the set of strategies of power, preserve up interests from earlier social structures to a new economic and sociopolitical context. The theoretical analysis assumes seize the city (its built space) articulated the economic structure, while necessary for the reproduction of capital urban conditions. For this purpose it was necessary to understand the implications of the metamorphosis of wealth, represented previously by the slave and property transferred to the ownership of the land. In this task, we investigated the hegemony of the interests of the merchant-exporter instance of capital that dominated the state apparatus and directed the process. The interference of this fraction of capital in the process was understood from the structure of power in the Holy Spirit processed in the reorganization of the bases of coffee production in the transition from slave to free. Through the modernization of the city, new alternatives for capital appreciation through the construction of the city (housing, public buildings, infrastructure and urban services) were created. However, there was a significant offshoot of the accumulated surplus in the sphere of trade in modern productive activity (multiplier of wealth). In this process, there is the prospect of valuing real estate development as an expression of the general conditions of production and reproduction of labor to capital allow increasing future incomes. What indicates an urbanization mainly dominated by merchant-exporters and patrimonial interests, revealing a strong streak of delayed modernization of the city in their role as the commercial center of the regional economy.

**Keywords:** modernization of Victoria; general conditions of urbanization; power; reversal of capital; infrastructure and urban services; real estate.

## INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho foi realizar um estudo sobre a modernização de Vitória na passagem do século XIX ao XX. Momento que a metamorfose da riqueza representada pela propriedade do escravo se transferiu para a propriedade da terra. Trata-se, especificamente, da tentativa de compreender a modernização de Vitória no seu conteúdo arcaico, no sentido de, no conjunto das estratégias do poder, preservarem-se interesses de estruturas sociais anteriores, para um novo contexto econômico e sociopolítico. Realidade essa desvendada plenamente com o fim da escravidão e com a extinção da monarquia.

A escolha do tema se deve ao interesse do autor pelas questões pertinentes ao Espírito Santo e à sua intenção de oferecer uma explicação do processo de modernização da cidade, em virtude do qual foram criadas as condições de habitação e de infraestrutura urbana, acompanhadas, estas, do embelezamento da cidade, transformando o ambiente construído originado do período colonial e imperial.

A necessidade de apresentar o tema exige alguns esclarecimentos sobre o texto que segue. Ele estuda a produção do espaço urbano como modernização de uma cidade que cria as condições necessárias ao processo de acumulação, dentre as quais, alternativas de valorização do capital por intermédio da construção da cidade. A partir do exame de tal processo entende-se a produção do espaço urbano em seu sentido substantivo, referente ao espaço físico, segundo uma ordem econômica que pode ser investigada por intermédio da relação entre capital, trabalho e terra. A produção do espaço com expressão de caráter socioeconômico visa também preservar forças arcaicas produzindo um novo espaço para cidade. No caso da construção da cidade, refere-se à criação de novas alternativas de valorização do capital ou de materialização da riqueza em novas formas.

A leitura de trabalhos que se detiveram no estudo sobre a construção da cidade de Vitória desde o final do século XIX, analisando as condições de urbanização a partir da estrutura produtiva do espaço regional, permitiu-nos enxergar que na economia estadual, embora dominasse o setor do comércio de café, o poder de acumulação centralizado à esfera da circulação não foi capaz de promover investimentos de grande expressão, de tal modo que transformasse o quadro de urbanização da cidade. Não sendo suficiente para transformar as bases locais da economia, o excedente de trabalho acumulado na órbita do comércio ou era de pequena expressão ou era drenado e investido em outros centros mais dinâmicos; conjuntura

econômica que funcionou como um limite à transformação do quadro de urbanização através dos investimentos via setor privado.<sup>1</sup> Como expressou Carlos T. de Campos Júnior:

O governo aparece como agente supremo deste processo à frente de qualquer investida do setor privado. Na ausência, na região central, de capitalistas locais de expressão que movessem iniciativas, o governo surge como o grande concentrador e centralizador do excedente produtivo, atuando, não somente como um ator subsidiário de ações regulatórias de participação marginal de poder, mas participando efetivamente como promotor do novo ambiente a ser construído (CAMPOS JR., 1996, p. 198-199).

Através da análise da estrutura produtiva estadual em suas bases regionais, discutida mais à frente, observou-se que Vitória, no início do século XX, não concentrava os resultados da economia cafeeira estadual – que, por sua vez, se caracterizava como um espaço periférico no conjunto das regiões econômicas do território nacional. Efeito disso, o ambiente construído da cidade guardava as dimensões de uma pequena cidade e os traços coloniais de uma arquitetura despojada, que refletia a situação da cidade na economia estadual/nacional.

Nesse contexto, o aparelho de Estado, dominado pelos interesses da instância mercantil-exportadora, atuou com o objetivo de transformar Vitória em um centro comercial de expressão nacional. A criação da república federativa pela reorganização da estrutura de poder territorial abriu caminho para que as forças regionais monopolizassem o comando do aparelho político estadual e, por meio dele, dirigissem projetos relativamente autônomos de desenvolvimento regional. Em virtude de tal situação, observa-se como característica marcante, a partir da república, a capacidade do poder estadual de contrair empréstimos sem a aquiescência do governo central. Foi através desse novo arranjo político instituído com a descentralização do poder, permeado pelos confrontos entre forças regionais expressas nos territórios estaduais reunidos no pacto federativo, que cada política de desenvolvimento regional buscou atender os interesses de sua respectiva classe dominante, detentora do poder naquele momento.

Assim, coube ao Estado, como principal agente de acumulação extraeconômica, programar o crescimento da cidade, no desígnio de desenvolver as funções de centro comercial. Objetivando dotar a cidade das condições materiais de reprodução da sua população e viabilizar a nova função de centro comercial, o Estado contratou obras de construção do porto e do sistema ferroviário – visando integrar a Capital com o restante do território estadual e com regiões do território mineiro; investiu na infraestrutura para abastecimento de água e coleta de esgoto e contratou a elaboração do projeto do Novo

---

<sup>1</sup> Referimos-nos aos dois trabalhos de Campos Júnior: *O novo arrabalde*, 1996; e *A construção da cidade*, 2002. Sobre o segundo, consultar principalmente o cap. II: Fundamentos da urbanização de Vitória.

Arrabalde – nova área de expansão da cidade que, concluída, sextuplicaria o tamanho da cidade.

Embora desde o período imperial a elite vitoriense já atuasse para desenvolver o setor de comércio na cidade, com a abertura de vias de comunicação entre os núcleos coloniais e a Capital, como fica explícito no pedido do jovem Muniz Freire ao Imperador<sup>2</sup> requerendo incluir Vitória nas rotas regulares das navegações para o exterior – “o engrandecimento desta província depende da concentração de suas forças, da convergência completa de todos os elementos prósperos para esta Capital, com a emancipação do comércio da Corte” –, dependendo, por isso, dentre outros fatores, “da subvenção temporária a uma ou duas companhias estrangeiras de vapores transatlânticos, que abram-nos o comércio direto das praças europeias ou norte-americanas” (MUNIZ FREIRE, 1885, apud CLÁUDIO, 2007, p. 280-281), o programa só foi ganhar dimensões de verdadeiro projeto de desenvolvimento estadual, reunindo diferentes frações da classe dominante estadual, no período republicano.

A modernização de Vitória, analisada no quadro das forças socioeconômicas da economia capixaba, oferecia uma compreensão do processo em tela na perspectiva de que a estratégia do poder – sendo este marcado pela hegemonia da instância mercantil-exportadora – programasse o desenvolvimento das funções comerciais da cidade. O projeto orientado por tais interesses articulava-se de maneira estreita com a preservação do Espírito Santo como espaço de exercício do poder da classe dominante capixaba.

Nesse sentido, a construção da moderna Vitória constituiu-se num projeto da classe dominante capixaba de transformar o ambiente construído da cidade. Além dos interesses do setor mercantil-exportador, abriram-se outras oportunidades para acumulação do capital por meio da valorização da propriedade imobiliária com os investimentos voltados à urbanização da Capital. O projeto teve seus contornos completamente estabelecidos no início da república, no governo Muniz Freire (1892-1896), representante da elite mercantil vitoriense, e efetivou-se após mais de três décadas, curiosamente apoiado por elementos da maior força oligárquica do Espírito Santo, esta, representante também da classe agrofundiária, através da liderança da família Monteiro, nos governos principalmente de Jerônimo Monteiro (1908-1912) e Florentino Avidos (1924-1928). A participação dos representantes da classe agrofundiária, dominante na região sul do Estado (tradicional região escravista), na modernização da

---

<sup>2</sup> Muniz Freire quando jovem escreveu uma série de cartas ao Imperador elencando pedidos para o desenvolvimento da província. Trata-se das chamadas “Cartas ao Imperador”, como ficou conhecida a coletânea de sete cartas enviadas a D. Pedro II, escritas em 1885.

Capital, dá ao processo contornos ainda mais admiráveis, indicando a estratégia política da classe dominante em sua fusão com outras frações do capital, notadamente o comercial.

Entretanto, após o golpe de 1930, com a nova reorganização do poder central, ao movimentar o pêndulo da política nacional no rumo da centralização do poder, período seguinte que ficou marcado pela presença dos interventores federais nos governos estaduais, restringiu-se a autonomia política da elite local na direção exclusiva dos rumos do desenvolvimento regional. A partir do período varguista, a maior integração à economia nacional também passou a incluir na dinâmica de urbanização da Capital interferências que vão além da estrutura produtiva e da estrutura comercial da lavoura monocultora de café no Estado.

Dessa forma, pela análise dos efeitos da metamorfose da riqueza que foi deslocada do campo para construção da cidade, a presente pesquisa buscou indicar como a modernização da cidade assumiu papel estratégico para preservar interesses da elite retrógrada<sup>3</sup> no poder. Por outro lado, a modernização da Capital expressou um caráter ideológico: ao modernizar a cidade para o comércio, a sociedade incorpora elementos da modernização através da ruptura com o passado colonial da cidade e, por esse viés, confere ares de modernidade à subalterna elite capixaba.<sup>4</sup>

Adianta-se que as causas da metamorfose da riqueza se explicam na transformação histórica das relações de trabalho com a passagem da escravidão para o trabalho livre, e levam-se em conta as condições de acumulação da economia estadual.

Nesse processo o capital adotou alternativas para se valorizar por intermédio da construção da cidade. Inclui-se nessas formas de investimento a prestação de serviços

---

<sup>3</sup> O termo é empregado, no seu sentido econômico, para designar a posição da elite estadual em relação aos circuitos de reprodução do capital. Considera-se que no Espírito Santo o desenvolvimento das forças produtivas no processo de acumulação encontrou limites e não se desdobrou para industrialização. A classe dominante esteve circunscrita à instância mercantil-exportadora, e o excedente acumulado nessa esfera direcionou-se quase exclusivamente para atividades a elas ligadas ou assumiu um caráter rentista com o desenvolvimento da cidade. A esfera da circulação, embora desempenhe uma função fundamental para realização do processo de acumulação, não agrega valor ao produto, pois a acumulação nessa esfera se efetiva pela apropriação do valor gerado no processo produtivo, sem com isso revolucionar a forma de produzir, constituindo assim, em relação ao processo de produção, uma atividade não multiplicadora da riqueza social. Sobre a totalidade do processo de produção e a geração de valor da mercadoria, ver: Karl Marx (1978, 2008).

<sup>4</sup> O termo, quando empregado, mesmo que de maneira genérica (elite local, elite capixaba ou elite estadual), refere-se tanto aos chefes políticos (líderes oligárquicos e lideranças municipais) quanto a representantes de frações de interesses econômicos de dimensão estadual (proprietários rurais e setores do comércio), que logicamente, enquanto sujeitos sociais, existem de maneira imbricada. Nesse sentido, a aparente divisão entre uma elite política e outra econômica é apenas virtual; de concreto, os interesses de classe se personificam na atuação dos líderes políticos, demonstrando a condição indissociável do poder econômico-político.

urbanos, como o fornecimento de energia, água e transporte urbano, embarque e desembarque de cargas em navios e, como consequência, o desenvolvimento do interesse na propriedade urbana, na perspectiva de a valorização imobiliária proporcionar rendas futuras com o crescimento da cidade.

Apontado como pista de investigação inicial, o caso da Cia. Brasileira Torrens (empresa com sede no Rio de Janeiro), responsável por diversos contratos de obras de urbanização na Capital no início do período republicano, e que desenvolveu uma estratégia de reprodução de seu capital na expectativa de formação do mercado imobiliário da cidade, demonstra a penetração de outras frações do capital além do comercial na política estadual. As articulações da Cia. Brasileira Torrens com o governo estadual indicam que essa empresa possivelmente se tornou uma esfera de poder na política estadual, por conta dos seus interesses na construção da cidade, em um momento que o espaço edificado da Capital ainda guardava traços coloniais e não apresentava as feições de mais importante centro comercial capixaba (CAMPOS JR., 1996, 2002).

As obras de urbanização e embelezamento da Capital possibilitaram a criação de novas formas de acumulação por meio da construção da cidade. Nesse processo, surge a perspectiva de obter ganhos pela valorização da propriedade imobiliária urbana.

## A FORÇA DA TRADIÇÃO: A MODERNIZAÇÃO DO ATRASO NA PERSPECTIVA DA IMOBILIZAÇÃO DO CAPITAL EM TERRA

Além da análise da modernização do ambiente construído da cidade, a pesquisa visa oferecer uma compreensão do processo em tela na perspectiva do conteúdo arcaico assumido pela imobilização de riqueza na propriedade da terra urbana em detrimento de atividades produtivas multiplicadoras (setores da indústria) ou mesmo de outras atividades dinâmicas (companhias ferroviárias, por exemplo). Então a opção pela terra constitui expressão de atraso.

O proprietário da terra pelo tributo (renda) pago para o acesso a terra, apropria-se da riqueza gerada no processo produtivo pelo fato de a produção exigir uma base física e, no caso da produção imobiliária, tal exigência ser uma condição para a produção. Por isso, a propriedade da terra mesmo como um imobilizado individual não produtivo permite ao proprietário se apropriar de parte da riqueza produzida. A propriedade imobiliária representa uma forma arcaica de ocupação do capital, pois visa “[...] assegurar a riqueza representada pela terra em detrimento da opção produtiva” (PEREIRA, 1988, p. 77).

O instituto da propriedade privada permite que os proprietários de terras se apropriem da valorização da propriedade imobiliária, proporcionada pelo uso capitalista da terra que foi favorecido com o desenvolvimento das condições gerais de produção e reprodução do trabalho. Essa apropriação consiste em uma parcela da riqueza socialmente produzida que é transferida ao proprietário fundiário com a venda ou aluguel da terra. Então, a utilização capitalista da terra, proporcionada pela propriedade privada, permite que a terra funcione como um fundo de acumulação. “A forma de apropriação privada do espaço colocou a propriedade imobiliária como instrumento de captação de mais-valia” (Id., Ibid., p. 72). Nesse caso, a propriedade da terra equiparou-se a uma reserva de valor, no qual a possibilidade de rendimentos é conferida pela valorização mercantil do solo urbano.

Diante dessas considerações, seguimos encadeando as articulações da condição da moderna propriedade da terra ao processo de urbanização e modernização do país, no intuito de formularmos os questionamentos iniciais de investigação da pesquisa.

Sobre o desenvolvimento histórico do capitalismo, é preciso observar que a burguesia liberal tendeu a romper os bloqueios ao processo de acumulação; o que, dentro de um projeto radical, significaria eliminar a propriedade privada da terra, liberando a produção e a sociedade inteira desse tributo de origem feudal ao capitalismo. Em alguns países, como na França, alcançou-se a reforma agrária, embora sem eliminar a participação da velha classe dos proprietários fundiários na apropriação da riqueza social. Em outros países, o direito privado da propriedade da terra manteve-se intacto, constituindo um entrave para a ampliação dos direitos sociais. Como custo que toda sociedade tem que pagar ao seu acesso, ela assegura aos proprietários fundiários a participação na distribuição da riqueza social sem efetivamente participar dos riscos da produção (LEFEBVRE, 1999b).

Quanto à trajetória de modernização do país, José de S. Martins (1999) apontou que o desenvolvimento histórico do capitalismo no Brasil não se fez por meio de revoluções sociais e políticas que alterassem o relacionamento entre o poder e a riqueza. A antiga elite conservadora, renovada em novas bases, foi a protagonista das transformações sociais e econômicas do Brasil.

As grandes reformas sociais, como a abolição da escravidão, foram propostas pelos representantes do pensamento radical, os liberais, mas postas em prática pelos conservadores; ou como a proclamação da República, proposta pelos radicais da época e consumada, contra eles, pelos militares [...] (MARTINS, 1999, p. 69).

A modernização do país não assumiu contornos progressistas. Aqui não surgiu uma nova classe protagonista diferente da classe dos proprietários de terra que superasse esta e assumisse a dianteira de um novo projeto político e econômico. Tal situação explica a



preservação das elites regionais e oligárquicas no sistema político brasileiro, conferindo-lhe apoio e legitimidade e dele se beneficiando. Vigorou nesse processo a política patrimonial e o monopólio da propriedade da terra, com a estabilidade do poder assegurado pelas oligarquias regionais (MARTINS, 1999).

Isto é, no Brasil o desenvolvimento do capitalismo não aboliu o privilégio de classe sobre a propriedade da terra que permitisse às alianças progressistas e modernizadoras assumir o papel de dinamizar uma economia em que os arranjos dos interesses de classe fossem dirigidos por uma burguesia moderna, como aconteceu nos países do modelo clássico europeu. A transição da escravidão para o trabalho livre reforçou a importância da propriedade da terra no processo de acumulação. A terra, por meio da condição de propriedade imobiliária, funcionou como instrumento de acumulação, reforçando a anormalidade do processo de reprodução do capital desenvolvido no país (Id., Ibid.).

A importância do privilégio de classe sobre a propriedade da terra, na expansão do modo capitalista de produção no país, sintetiza o conteúdo arcaico do processo. Ao preservar estruturas fundamentais do passado, o monopólio da terra inviabilizou a formação de um real pacto social que permitisse a modernização democrática do país. No dizer de Martins, “[...] no Brasil, o atraso é um instrumento de poder” (Ibid., p. 13).

O alto interesse na propriedade da terra é sintomático do traço arcaico da formação econômica brasileira. No Brasil, ao contrário do que ocorreu nas nações do capitalismo avançado, o desenvolvimento do modo de produção capitalista não trilhou o modelo clássico. Referente à relação entre terra e capital, não removeu da estrutura fundiária a grande presença do latifúndio, e não dissolveu da política brasileira a relação patrimônio–poder como um fundamental elemento estruturador da renovação social e política do país (Id., Ibid.).

O poder criado pelas diferentes possibilidades de apropriação da valorização da propriedade imobiliária terá implicações, dada à particularidade da atividade da construção (a construção da habitação exige um espaço físico localizado na cidade), na modernização das cidades, reforçando o investimento imobilizado na propriedade da terra urbana. Pois a capacidade de extrair rendas de monopólio por parte da construção imobiliária se constituiu numa forma de captá-la do processo geral de acumulação. Nessas condições, a modernização das cidades funcionou viabilizando alternativas para a valorização do capital não apenas pela criação das condições necessárias à acumulação, mas também pela apropriação, em forma de rendas, do valor em geral.

Dessa maneira, para os objetivos da pesquisa, esse processo pode ser compreendido em dois sentidos: a) como processo de preservação do poder, que se modifica a partir das

transformações da ordem econômica, na busca da preservação de seus interesses, ou seja, da própria sobrevivência da classe dominante para um novo contexto econômico e político; e b) pelas implicações desse processo na modernização da cidade, em que a produção do espaço segue uma lógica de classe de, na (re)construção da cidade, criar novas alternativas de valorização do capital e preservação da riqueza. A modernização da cidade é analisada como expressão da política de classe enquanto estratégia do capital, que, por meio da ação de seus atores políticos, encontrou formas de se reproduzir e manter o poder por meio do processo de construção do espaço urbano.

O problema básico é este: por que a modernização de Vitória, considerada no contexto das transformações socioeconômicas e políticas processadas com o fim da escravidão no país, contribuiu para preservar interesses da elite capixaba?

Como a urbanização no período de estudo está relacionada à economia do café a partir da mudança do trabalho escravo para o trabalho livre, junto com a nova política erguida no início da república, a análise focaliza: a (re)construção da cidade no projeto de classe da burguesia cafeeira estadual, tratando do novo significado adquirido pela propriedade da terra no processo de metamorfose das formas de riqueza; o deslocamento da riqueza do campo para a cidade e transferência do núcleo de acumulação da produção agrícola para o comércio, que, no caso do Espírito Santo, se deu associada à destruição de parte importante da estrutura da grande propriedade; e o novo rearranjo político da Primeira República, na conjuntura do federalismo oligárquico, permitindo maior autonomia na direção do desenvolvimento estadual. Daí a escolha por delimitarmos o campo de apreensão a um aspecto do processo de modernização da cidade de Vitória: o desvendar das causas e interesses envolvidos nas obras de urbanização e embelezamento da Capital realizadas entre o primeiro governo de Muniz Freire (1892-1896) e o governo de Florentino Avidos (1924-1928).

Tais constatações e evidências teóricas, que discutiremos posteriormente, fizeram-nos crer que a política de modernização da Capital diante das adversidades das condições de acumulação e inversão do excedente na urbanização da cidade não se explica apenas pelo crescimento da produção cafeeira ou pelo papel burocrático-administrativo desempenhado pela cidade. Acreditamos que substancialmente compôs parte da estratégia da classe detentora do poder naquele momento, buscar na construção da cidade soluções para a reprodução da riqueza e preservação do poder.

De forma mais precisa, admitimos que a modernização da cidade executada dentro de um projeto de desenvolvimento regional contribuiu para preservação do poder da classe dominante local. Criando as condições para o desenvolvimento do capital mercantil-

exportador, a classe dominante viabilizou novas alternativas de valorização do capital comercial na criação da infraestrutura e serviços urbanos.

Como consequência da modernização da cidade, temos as primeiras experiências na perspectiva de a valorização imobiliária. O capital oriundo da esfera do comércio, voltando-se para aquisição de terra urbana, abre a perspectiva com o crescimento da cidade, de valorizar-se apropriando-se do rendimento proporcionado por essas terras em detrimento do investimento em atividades produtivas multiplicadoras.

Através do controle do aparelho governamental, a elite local visualizou na transformação da antiga cidade uma perspectiva para investimento de capital e preservação da riqueza. Nesse sentido, detivemos-nos especificamente em estudar as condições de urbanização da cidade e as respostas (estratégias) do capital a essas condições em sua tentativa de se reproduzir na modernização da cidade.

As preocupações situam a análise nos aspectos econômicos e políticos do processo, por dois vieses:

- Metamorfose da riqueza, que passou do escravo para a propriedade da terra e, por isso, transformou a propriedade da terra em expressão de riqueza. Situação essa que começa com o processo de transição do trabalho escravo para o livre, e que será compreendida no contexto de deslocamento do centro do processo de acumulação da produção agrícola para o comércio.
- Reorientação política do poder central em favor do poder descentralizado a partir da regionalização do poder instituído na consolidação da Primeira República, considerando o arranjo das forças expressas nos territórios estaduais, com o fortalecimento do poder privado nos aparelhos governamentais.

Compreendidos esses questionamentos iniciais, faz-se necessário esboçar o caminho teórico-metodológico de interpretação do processo assumido pela pesquisa.

## OLHAR SOBRE A PRODUÇÃO E POLÍTICA DO ESPAÇO

O caminho de interpretação dos fatos consiste em apreender a realidade geográfica – a construção das cidades, a formação dos territórios, a organização econômica das regiões – como resultado do processo histórico de relação da humanidade com o espaço através de seu trabalho.

A relação sociedade–espaço consiste essencialmente numa relação de valorização do espaço por meio do trabalho, processo esse conduzido no interior das relações de produção. A “[...] sociedade relaciona-se com o seu espaço material e todas as coisas que ele contém,

através de um permanente processo de valorização. O homem, com o seu trabalho, cria e transfere valores [...]” (MORAES; COSTA, 1987, p. 119). A realidade geográfica expressa, assim, essa dimensão do real no movimento histórico da humanidade.

Por isso, o *trabalho* consiste na prática humana de mediação entre o homem e a natureza, no sentido de extrair desta as condições à realização da vida. O homem, através do trabalho, produz objetivamente o espaço, oferecendo a ele uma nova forma e nova funcionalidade; transforma-o, assim, em mundo histórico. Neste raciocínio, Ana F. Alessandri Carlos expõe a seguinte perspectiva de entendimento da produção do espaço:

O ato de produzir é o ato de produzir espaço – isto é, a produção do espaço faz parte da produção das condições materiais objetivas da produção da história humana. Portanto, o espaço como momento da produção social encontra seu fundamento na construção/constituição da sociedade ao longo do processo histórico como constitutivo da humanidade do homem (CARLOS, 2011, p. 17).

A geografia *produzida* pelo homem (como ser que cria uma compreensão de si e de seu meio) congrega a construção material do espaço à sua elaboração discursiva e cultural, dotando-o de compreensão e significado. O espaço geográfico, sendo resultado da relação homem–natureza–espaço, apresenta-se como construção concreto-material e simbólico-cultural que exprime um processo de valorização objetiva (concreto-material) e valorização subjetiva (simbólico-cultural) do espaço. De acordo com Antonio C. Robert Moraes, “[...] por geografia deve-se diferenciar uma realidade fáctico-material de disposição e organização de objetos e seres na superfície do planeta (a geografia material) e as representações elaboradas pelas sociedades acerca dessa realidade (o discurso geográfico)” (2008, p. 23).

Nesse sentido, a Geografia, entendida como disciplina que busca apreender os processos sociais quanto à relação sociedade–espaço, tem como objetivo traduzir os processos formadores do espaço geográfico. O entendimento da realidade geográfica como materialidade e como representação permite-nos avançar na compreensão da dialética sociedade–espaço, penetrando o campo da ação política e das ideias (ideologias) do espaço, em que as relações de exploração e dominação entre classes são exercitadas e ofuscadas, oferecendo legitimidade e obediência às engrenagens do poder.

Ao corresponder às forças produtivas, a produção do espaço, segundo Henri Lefebvre,

[...] supõe o emprego das forças produtivas e das técnicas existentes, a iniciativa de grupos ou classes capazes de intervir a uma grande escala, a intervenção, igualmente, de indivíduos capazes de conceber objetivos a essa escala, atuando num quadro institucional determinado, portadores inevitavelmente de ideologias e de representações espaciais. Ideologias e representações correspondentes aos grupos e classes, portanto, às relações sociais de produção, ou seja, aos obstáculos diante das forças produtivas e das possibilidades que elas contêm (LEFEBVRE, 2008, p. 139).

Após essas considerações sobre a Geografia e seu objeto fundamental (o espaço), compete-nos avançarmos na discussão da urbanização a partir do estudo da construção da cidade, isto é, na compreensão da cidade como materialidade da sociedade num determinado momento histórico.

A análise exige pontuarmos que a investigação pressupõe apreender a cidade (seu espaço construído), articulada à estrutura econômica, assim de maneira geral, as condições urbanas necessárias à reprodução do capital. Parte-se, então, do princípio de que é necessário compreender a cidade como expressão das condições de acumulação, que definem a economia regional (o papel da cidade na economia regional) e a própria cidade (habitação e infraestrutura urbana em geral: transporte, abastecimento de água e energia, por exemplo) (PEREIRA, 1988, 2004).

A esse respeito, segundo David Harvey “[...] a sociedade capitalista precisa, por necessidade, criar uma paisagem física – uma massa de recursos físicos construídos, às finalidades da produção e do consumo”. O conflito de classe, no entanto, extrapola a esfera da produção pela divisão da riqueza produzida. Alcança a disputa pelo ambiente construído, pois “[...] o poder monopolístico, conferido pelos arranjos da propriedade privada, gera não apenas o poder de se apropriar da renda mas também confere aos proprietários o controle de um ‘monopólio natural’ do espaço” (1982, p. 6, 9).

Dessa maneira, a construção do espaço deve ser compreendida no quadro das estratégias empregadas pelo capital para se reproduzir e conservar o poder. Seguimos, assim, apresentando melhor alguns aspectos da problemática teórica. Nossa discussão tem como referencial a análise de Henri Lefebvre.

“O espaço, considerado como produto, resulta das relações de produção a cargo de um grupo atuante” (LEFEBVRE, 1999, p. 139). Por isso, a cidade é resultado de uma construção histórica dominada por interesses de grupos ou classes. Seu espaço se transforma de acordo com a transformação da sociedade. Assim, tivemos, segundo a evolução histórica das funções urbanas, o momento da *cidade política*, como expressão do poder aristocrático e das relações da vida rural; da *cidade mercantil*, como expressão do poder da burguesia comercial e do mercado; e da *cidade industrial*, como centro da produção industrial e da moderna burguesia liberal (LEFEBVRE, 1999).

A arquitetura urbana segue e traduz a concepção de cidade da classe atuante, inscrevendo no espaço seus signos e ideologias. A estrutura do espaço urbano também reflete os interesses da classe hegemônica; o que faz da cidade uma representação do poder de classe.

Toda grande reforma urbana visou atender a um grupo dominante num dado contexto histórico (Id., Ibid.).

Como produto social, a cidade é produzida conforme um caráter estratégico que reúne não apenas interesses de grupos ou classes, mas também discursos correspondentes a esses atores. A instrumentalidade do discurso do espaço é de nele se realizar e ocultar sua realidade conflituosa e política. A cidade não escapa dessa dimensão, como também parece ser a expressão maior desta contradição: o produto do trabalho do homem é utilizado para sua dominação/exploração.

A produção da cidade, dessa maneira, encarna em si a reprodução das relações sociais, que, concomitantemente, produzem objetos na cidade e da própria cidade como objeto reprodutível e comercializável.

Se há uma produção da cidade, e das relações sociais na cidade, é uma produção e reprodução de seres humanos por seres humanos, mais do que uma produção de objetos. A cidade tem uma história; ela é a obra de uma história, isto é, de pessoas e de grupos bem determinados que realizam essa obra nas condições históricas (LEFEBVRE, 2001, p. 52).

A produção do espaço, na ordem capitalista, inseriu o próprio espaço no processo de valorização do capital, que passa a ser pensado, organizado e, num momento adiante, produzido inserido no mundo da mercadoria. Como condição essencial de realização da produção e, assim, da acumulação, “[...] a reprodução do espaço recria, constantemente, as condições gerais a partir das quais se realiza o processo de reprodução do capital, do poder e da vida humana” (CARLOS, 2011, p. 69).

Dado que o caráter inerente de toda produção é exigir um espaço físico, e para o ramo da construção isso é invariável, o instituto da propriedade da terra permitiu ao proprietário extrair rendas pelo direito de uso e acesso a terra. Pela importância da propriedade da terra nessa relação, isto é, na divisão do valor socialmente produzido, a propriedade privada da terra adquiriu a qualidade de poder econômico (LEFEBVRE, 1999; PEREIRA, 1988, 2004).

Em suma, a evolução do capitalismo e a interação desse processo com o espaço evidencia na atualidade a todos que:

O desenvolvimento do mundo da mercadoria alcança o continente dos objetos. Esse mundo não se limita mais aos conteúdos, aos objetos no espaço. Ultimamente, o próprio espaço é comprado e vendido. Não se trata mais da terra, do solo, mas do espaço social como tal, ou seja, como esse objetivo, com essa finalidade. O espaço não é mais simplesmente o meio indiferente, a soma dos lugares onde a mais-valia se forma, se realiza e se distribui. Ele se torna produto do trabalho social, isto é, objeto muito geral da produção, e, por conseguinte, da formação da mais-valia. [...]. Hoje, o espaço inteiro entra

na produção como produto através da compra, da venda, da troca de parcelas do espaço [...] (LEFEBVRE, 1999, p. 140).

No capitalismo, a cidade, como materialidade do trabalho e como produto-mercadoria, possui, como todo objeto-mercadoria, um valor de uso e um valor de troca. E como espaço de disputas, a cidade é também espaço político (dos conflitos, das negociações e acordos, enfim, de todo conjunto de interesses) e da(s) política(s) (das ações, das revoluções, dos projetos e dos planejamentos urbanos).

Nesse sentido, para a produção do espaço urbano, o urbanismo revestido enquanto conhecimento e técnica, ciência e arte aparece como caminho/instrumento de ação da política do espaço. Seu papel é o de encobrir a operação da produção do espaço como resultado das relações de produção e pelo qual a acumulação se forma, se realiza, se distribui e, mais importante, se reproduz na produção do espaço (Id., Ibid.).

O urbanismo, segundo a crítica de H. Lefebvre (1999), consiste numa estratégia de classe instrumentalizada enquanto ideologia da cidade. Assim, o urbanismo como instrumento ideológico é parte do equipamento dos sujeitos políticos, que visam além de racionalizar e embelezar a cidade, criar condições para a reprodução do capital, o que inclui a reprodução de um estilo de vida e de uma cultura, de acordo com o conjunto de interesses do grupo dominante.

Podemos, enfim, apresentar uma síntese da proposta de análise do objeto de estudo já delimitado, através do qual se buscou compreender os interesses de classe ou frações de classe na política de modernização de Vitória, considerando as condições econômicas e sociais a partir das quais o projeto foi conduzido.

A compreensão da cidade segue a análise da urbanização como materialidade não só de condições para reprodução do trabalho, mas de condições de acumulação, na construção do espaço urbano. Como o processo de urbanização em estudo é efeito de uma política modernizadora, insere-se na análise o entendimento do discurso do espaço contido nas estratégias do poder para preservar interesses do capital. Entende-se, assim, que a conformação física do espaço ou da fisionomia da cidade tem correspondência com a estrutura econômica e seus perfis político e ideológico.

O procedimento consistiu em estudar a modernização da cidade de Vitória a partir do equacionamento da realidade como geografia material objetivada no espaço, produzida por classes sociais segundo seu projeto político, revestido por ações e discursos, que naturalmente estava condicionado por uma ordem econômica e um arranjo político. A perspectiva da condição material da cidade refletida e voltada às relações sociais expõe o conjunto de

interesses contraditórios expressos na construção do ambiente construído. No processo, os projetos urbanos, enquanto ferramentas de classe, contribuem para que no interior da palavra de *ordem/progresso*, ou seja, na luta por símbolos e ideais (ideologias) da cidade, obscureça-se a realidade conflituosa do projeto urbano.

A compreensão da relação sociedade–espaço pelo ato da produção do espaço exige assumir um entendimento da dialética espaço–sociedade que absorva a dimensão geográfica do discurso no ato de revelar as estratégias que o capital emprega para se reproduzir na produção do espaço. Isto é, a perspectiva de compreensão da realidade exige reconhecer que, na política do espaço, a ideologia compõe as estratégias do poder.



Rua Duque de Caxias, Vitória.



Ilustração: Wagner Veiga

## I A CIDADE: AS CONDIÇÕES GERAIS DE URBANIZAÇÃO NO FINAL DO SÉCULO XIX

Este capítulo trata do desenvolvimento das condições de urbanização de Vitória conferidas pela estrutura produtiva regional. O conhecimento dessas condições permite situar dentro, de um quadro analítico, as transformações ocorridas no ambiente construído da cidade. Admite-se, por esse caminho, que a estrutura produtiva contém os limites e possibilidades de realização de novas alternativas de acumulação no desenvolvimento da cidade, na inversão do excedente acumulado com a produção agrícola para outras atividades, como indústria, comércio, prestação de serviços urbanos, e na construção de edifícios.

A produção, ao possuir uma base física (poderíamos dizer, espacial), é o elemento determinante na organização do espaço. A organização da estrutura produtiva exige a criação, no espaço, das condições materiais necessárias à produção (armazéns, estradas, portos etc.). Na organização da produção, alguns espaços (povoações, cidades, locais de entroncamento e portos) são privilegiados, por suas condições naturais ou criadas, para a realização do processo de produção. Ou seja, a organização do espaço (e nele o papel desempenhado pela cidade) está relacionada a uma dada estrutura produtiva.

A compreensão da construção da cidade exige entender sua participação na estrutura produtiva, que condiciona a urbanização dos investimentos; por isso, a urbanização naturalmente depende da função da cidade no contexto do desenvolvimento regional. Assim, analisamos as condições de urbanização de Vitória no conjunto das transformações socioeconômicas verificadas na transição das relações de trabalho escravo para o livre no contexto regional. “O marco de referência foi a produção da cidade, como materialização das condições gerais, pois ela é o local privilegiado do desenvolvimento da produção e do consumo, onde se acirra a disputa pela privatização do espaço” (PEREIRA, 1988, p. 3). Começamos então por um apanhado teórico necessário desse processo.

### CRISE DO TRABALHO COMPULSÓRIO E METAMORFOSE DA RIQUEZA

A questão da transformação das relações de produção ocorrida com a transição do trabalho escravo para o livre como recurso à expansão do modo capitalista de produção no país foi inserida neste estudo no imperativo de compreender a importância da modificação do significado econômico da propriedade da terra para a construção da cidade. Por modo de

produção, de acordo com José de S. Martins, entende-se um “[...] modo historicamente determinado de exploração da força de trabalho no processo de produção, no qual são produzidas também as relações sociais fundamentais de uma sociedade” (1996, p. 2).

Ao constituir uma dada maneira de a sociedade se apropriar da natureza e se organizar para satisfazer as necessidades de sua existência, através da qual se expressam, de maneira mais geral, as formas de desenvolvimento da humanidade no curso da história, o modo de produção envolve a totalidade da sociedade no processo de produção e reprodução das relações sociais. “Este modo de produção não deve ser considerado, simplesmente, como a reprodução da existência física dos indivíduos. Trata-se, antes, de uma forma definida de atividade destes indivíduos, uma forma definida de expressarem suas vidas, um definido *modo de vida deles*” (MARX, 1977, p. 113) (grifo do autor).

Por isso, inicialmente, identificam-se as bases da economia colonial escravista, pela qual se estruturou uma dada sociedade com seus códigos, costumes e conflitos.

Durante o período imperial, a produção cafeeira ou a açucareira tinham a finalidade de abastecer os centros da economia mundial com a produção mercantil. Através dos vínculos comerciais para a realização da produção é que se dava a integração dos espaços periféricos ao processo de acumulação dos principais centros da economia mundial, esses já estabelecidos em formas assalariadas de trabalho. Nesse contexto, a produção estava subordinada às instâncias da esfera da circulação. As relações que personificavam no fazendeiro a figura do capitalista eram significativamente as relações de troca com os agentes do comércio – ou seja, os mediadores da conversão do café em mercadoria<sup>5</sup> (MARTINS, 1996).

A subordinação da produção ao comércio se realizava na transferência de trabalho excedente do processo produtivo para o processo de circulação. O capital comercial dominava a produção, estabelecendo limites à sua dinâmica de acumulação. O traficante e o comerciante personificavam as instâncias da circulação nesse processo de sujeição da produção. Segundo José de S. Martins, “a economia colonial poderia, pois, ser redefinida como o regime em que a produção é subjugada pelo comércio, dado que não só o produto do trabalho, mas o próprio trabalhador é objeto de comércio” (Ibid., p. 121).

A esse respeito diz José de S. Martins: “A economia colonial não se define apenas pelo primado da circulação, mas também pelo fato de que o próprio trabalhador escravo entra

---

<sup>5</sup> Importa assinalar desde já que a economia colonial ou pós-colonial baseada no trabalho escravo compõe o sistema capitalista porque o capital invadiu a esfera da produção organizando-a e integrando-a ao processo de acumulação do mundo capitalista. Sobre o assunto, ver Martins (1996) e Mello (1991).

no processo como mercadoria” (1996, p. 14). A subordinação da produção à esfera da circulação se realizava em dois sentidos. Primeiro, tendo no chamado comissário<sup>6</sup> o papel de intermediário na comercialização do café entre fazendeiros e casas exportadoras. Ele desempenhava a função de financiador da produção, que, posteriormente, a partir de 1890, subtraído dos negócios, foi substituído pelo capital financeiro dos bancos, que passaram a atuar diretamente sobre os fazendeiros. Segundo, na participação do comércio de escravos nos negócios do fazendeiro, em que este retém para si parte do excedente produzido como retribuição pelos serviços de abastecimento das fazendas com mão de obra escrava (MARTINS, 1996).

A expansão da produção de café se sustentou no desenvolvimento do sistema creditício, com a introdução das casas bancárias oferecendo maior volume de capital no financiamento da produção, vinculando os fazendeiros diretamente aos bancos (principalmente ingleses). O café, ao recuperar a economia nacional dos destroços dos engenhos de açúcar, reforçou “[...] a face monocultora dos campos e a fisionomia exportador-importador nos centros urbanos” (FAORO, 2008, p. 483). Com a decadência da economia açucareira e a expansão dos cafezais, verificou-se a transferência do Norte (Nordeste atual) para o Sul (Sudeste atual) do centro dinâmico da economia, tendo no vale do Paraíba a área nuclear original do café, região onde se desenvolveu a estrutura financeira da economia cafeeira, formada pelos comissários e exportadores da Corte, e subordinada ao mercado internacional.

Na economia mercantil-exportadora, o escravo possuía uma dupla função: a) força de trabalho e fonte de valor; e b) condição de garantia dos empréstimos de financiamento da produção. Em síntese, o escravo constituía o alicerce da economia mercantil-exportadora, como força de trabalho e elemento de garantia dos financiamentos à produção, em um momento em que a propriedade da terra não tinha valor.<sup>7</sup> O capital do fazendeiro em grande

---

<sup>6</sup> A figura do comissário apareceu na formação da rede de crédito, desempenhando o papel de elo da rede comercial entre a produção e a exportação, isto é, entre os fazendeiros e as casas exportadoras instaladas nas cidades portuárias, financiando a produção na base da confiança pessoal antes do desenvolvimento do sistema de crédito. Ver a respeito também: Faoro (2008, cap. XI).

<sup>7</sup> Na produção escravista, o cálculo da exploração da força de trabalho era determinado na esfera da circulação: era dado pela taxa de juros no mercado de dinheiro, com o trabalho cativo funcionando como *renda capitalizada* (expressão de rendas futuras que seu trabalho poderia auferir ao proprietário da força de trabalho). Assim, a sujeição do trabalho se baseava no monopólio do próprio trabalho, transfigurado em renda capitalizada. A propriedade da terra, na sua condição de meio de produção, não representava – por seu monopólio – instrumento de sujeição do trabalho ao capital. “O capital organizava e definia o processo de trabalho, mas não instaurava um modo capitalista de coagir o trabalhador a ceder a sua força de trabalho em termos de uma troca aparentemente igual a salário por trabalho.” Através do trabalho cativo, “a sujeição da produção ao comércio impunha a

parte era imobilizado na pessoa do escravo. “O fazendeiro comprava a capacidade do escravo criar riqueza. De fato, a terra sem trabalhadores nada representava em termos econômicos; enquanto isso, independentemente da terra, o trabalhador era um bem precioso” (MARTINS, 1996, p. 26).

No entanto, a crise do trabalho escravo, ao colocar obstáculos à continuidade da produção naqueles moldes, exigiu a reorganização da estrutura produtiva em novas bases. Assim, vejamos:

Embora o trabalho livre já fosse conhecido amplamente na sociedade colonial brasileira, principalmente na condição de agregado da grande propriedade, prevaleceu o escravo como força de trabalho na lavoura de café. Contribuíram para a desagregação do sistema escravista um conjunto de medidas, tais como a proibição do tráfico africano em 1850, a Lei do Ventre Livre, que libertava os filhos das escravas nascidos a partir de 28 de setembro de 1871, a Lei dos Sexagenários, a Guerra do Paraguai, dentre outras, que levaram à extinção do trabalho compulsório. Todavia, é importante observar que a mudança do trabalho escravo para o trabalho livre se processou instituindo relações de produção não capitalista na expansão do capitalismo comandado pelo capital comercial, como discutiu Martins.<sup>8</sup>

A extinção da escravatura, decretada oficialmente em 1888, solapou também no Espírito Santo as bases da estrutura produtiva montada no trabalho compulsório. O argumento de Bernardo Horta, uma das principais lideranças republicanas no sul do Espírito Santo, expõe o sentido econômico das transformações sociais e o descontentamento dos proprietários de terra com o poder central pela inabilidade de comandar a transição para novas formas de relações de trabalho. Assim ele se referiu sobre os efeitos da Abolição:

O ato legislativo como foi praticado [...] ofende diretamente o brio da nação brasileira [...] porque o proprietário perde inopinadamente um capital reconhecido pelo Governo, que dias antes ainda cobrava imposto de matrícula, porque falseou os contratos, títulos de dívidas, hipotecas [...] que os particulares contraíram confiados nas leis da nação [...].

---

extração de lucro antes que o trabalhador começasse a produzir, representando, pois, um adiantamento de capital, ele não entrava no processo de trabalho como vendedor da mercadoria força de trabalho e sim diretamente como mercadoria; mas, não entrava também como capital, no sentido estrito, e sim como equivalente de capital, como renda capitalizada” (MARTINS, 1996, p. 15).

<sup>8</sup> Tratava-se do sistema de *colonato*, que, combinando a “produção da mercadoria de exportação e a produção direta dos meios de vida necessários à reprodução do próprio trabalhador e sua família” (MARTINS, 1996, p. 127), através do pagamento em dinheiro pelo trabalho associado ao trabalho familiar no cultivo de gêneros de subsistência, configurou, no processo de expansão do capitalismo, a produção de relações não capitalistas de produção. Esse sistema, melhor estabelecido nas fazendas do Oeste Paulista, de superexploração do trabalho na diminuição dos custos de produção e do aumento do capital constante do fazendeiro materializado no cafezal formado pelo trabalho do colono, reforçou o processo de acumulação naquela região.

E complementa B. Horta: “A lei afeta o progresso do país porque os nossos legisladores e o nosso Governo nada cuidaram senão da lei, de modo que as medidas preparatórias ficaram no olvido [...]” (HORTA, 1888, apud ALMADA, 1984, p. 204).

A solução para a crise do trabalho envolveu a política imigratória com o objetivo de substituir o trabalho escravo pelo trabalho livre e exigiu uma nova acomodação dos agentes que participavam do processo de produção. Para o fazendeiro significava encontrar um novo meio de viabilizar a produção, encontrando um substituto para o trabalho escravo de maneira que mantivesse, mesmo que fosse em outras bases, o processo de sujeição do trabalho. Já para o capital bancário significava encontrar um novo elemento que funcionasse como hipoteca dos empréstimos contraídos pelos fazendeiros.

A alternativa encontrada foi produzir a valorização mercantil da propriedade da terra, alcançada através da produção de sua escassez, recriando em novas bases a sujeição do trabalho, agora conferida pelo monopólio da terra. Para que isso ocorresse, o imigrante, enquanto força substitutiva do trabalho escravo, ao invés de se tornar imediatamente proprietário, deveria se empregar nas fazendas: “Num regime de terras livres, o trabalho tinha que ser cativo; num regime de trabalho livre, a terra tinha que ser cativa” (MARTINS, 1996, p. 32).

A Lei de Terras de 1850 (regulamentada em 1854) constituiu o instrumento legal e jurídico para, na transição para o trabalho livre, preservarem-se os interesses do capital na produção cafeeira. Lembrando que o regime de sesmarias foi abolido em 1822, a Lei de Terras definia que o acesso a terra só poderia se dar através da compra. Ela funcionou no contexto de desagregação do sistema escravista como um mecanismo de bloqueio ao acesso a terra por parte dos imigrantes, assegurando aos fazendeiros sua condição de classe monopolizadora desse meio de produção, por meio do qual preservava a capacidade de explorar o trabalho (Id., Ibid.).

Até o fim da escravidão, a sujeição do trabalho se dava primordialmente por meio da propriedade do escravo, que para o fazendeiro funcionava como renda capitalizada. A Lei de Terras constituiu o mecanismo institucional que permitiu que a força de trabalho fosse subjugada no contexto da liberdade jurídica entre capital e trabalho.

A propriedade no regime de sesmarias havia significado uma afirmação aristocrática perante a Coroa. Como a propriedade da terra era patrimônio da Coroa, o benefício de sua concessão aos homens aptos a explorá-la nos moldes da economia agroexportadora modelou um certo sistema de relações de mercês entre rei e súditos. A reconfiguração dessa relação patrimonial com a Lei de Terras e a posterior eliminação da monarquia transformou a terra,

antes sem valor e elemento de barganha política – na organização territorial do poder a partir da hierarquia social dominada pelo soberano –, em expressão de valor e, por isso, de projeção de interesses diversos relacionados tanto à produção quanto ao comércio, especialmente com o desenvolvimento da produção cafeeira. A Lei de Terras, ao mercantilizar a terra, com a expansão da lavoura cafeeira, exigiu a transformação do grande proprietário em empresário, processo que vinculou a unidade produtiva ao setor comercial-urbano em desenvolvimento (FAORO, 2008; MARTINS, 1999).

Entretanto, a introdução do imigrante ainda representava um gasto para o fazendeiro, ao custear a passagem e as despesas dos imigrantes até que os resultados do seu trabalho pudessem efetivamente garantir a sua reprodução. A ação política dos fazendeiros quanto ao custeio da mão de obra visou desonerar a produção dos gastos com a vinda dos imigrantes. A intervenção do Estado, arcando com esses custos, desonerou a produção e garantiu a formação do contingente de mão de obra para satisfazer as necessidades dos fazendeiros (MARTINS, 1996).

Através da subvenção da imigração pelo governo central, iniciada em São Paulo em 1870, a parcela de capital imobilizada na aquisição da força de trabalho foi liberada. A incorporação desse capital ao processo produtivo se deu expandindo a produção de café, com a formação de novas fazendas, produzindo a escassez da terra. Com a terra servindo como elemento de hipoteca, por meio de sua valorização mercantil via produção de sua escassez relativa e pela continuidade de sua exploração produtiva apoiada agora no trabalho livre, a formação de fazendas transformou-se em um empreendimento imobiliário. Dessa forma, “a fazenda produzia, a partir de relações não capitalistas de produção, grande parcela do seu próprio capital” (Id., Ibid., p. 74).

A continuidade da sujeição do trabalho em novas bases, mas ainda mantendo relações não capitalistas de produção, fez da formação de fazendas um importante negócio para o fazendeiro. Processo pelo qual a fazenda passou a assumir o papel de equivalência de capital sob a forma de renda territorial capitalizada,<sup>9</sup> em decorrência da transferência do capital antes pago ao traficante, agora pago às companhias imobiliárias ou a grileiros para facilitar o acesso a terra na empreitada da formação de fazendas.

---

<sup>9</sup> Como esclarece José de S. Martins: “a renda territorial surge da metamorfose da renda capitalizada na pessoa do escravo; surge, portanto, como forma de capital tributária do comércio, como aquisição do direito de exploração da força de trabalho. A propriedade do escravo se transfigura em propriedade da terra como meio para extorquir trabalho e não para extorquir renda” (1996, p. 32).

Em síntese, o sentido operacional da potencialização da terra como instrumento de hipoteca era obter a valorização mercantil da terra por meio da produção de sua escassez. Isto se fez com o esforço do Estado encarregando-se de custear o transporte do imigrante em prol dos interesses dos fazendeiros (notadamente do Oeste Paulista), que buscavam uma saída para o fim do trabalho escravo; o que permitiu ao fazendeiro investir na formação de novas fazendas e aos bancos obterem um elemento de valor para continuarem vinculando seu capital à produção cafeeira. Para tal efeito, exigiu-se bloquear ao imigrante (ao menos, sua maior parte) o acesso a terra através do título de propriedade, cobrindo, assim, a demanda por trabalho nas fazendas.

Na transição do trabalho escravo para o livre, a transformação das relações de produção foi conduzida como meio de preservar a economia mercantil-exportadora, elegendo a propriedade da terra como novo elemento de garantia de empréstimos no custeio da produção e recurso utilizado para subjugar a força de trabalho ao capital. Tal processo significou a destruição da forma arcaica de riqueza expressa no escravo para a constituição de uma nova riqueza: a moderna propriedade de terra.

A pesquisa de Zélia M. Cardoso de Mello, ao investigar o “[...] movimento das formas de riqueza como expressão do momento de superação do escravismo e de emergência do capitalismo” (1990, p. 26), constatou empiricamente a metamorfose das formas de riqueza na passagem das relações de trabalho compulsório para o livre, no qual vemos imóveis e ações se tornando elementos constitutivos da riqueza pessoal em substituição à propriedade de escravos.

De maneira mais sucinta, Vilma Almada (1984) registra o processo de valorização da terra nas fazendas do Espírito Santo. Segundo a autora, em dez grandes unidades produtivas analisadas, até 1871 o valor da terra era inferior ao do plantel de escravos, mas este vai decrescendo à medida que se aproxima o fim da escravidão. Assim, na fazenda Boa Esperança, em 1856, o plantel de escravos representava 58,4% do valor da propriedade; em 1870, na Fazenda do Centro, ele correspondia a 52,8% do valor da propriedade; e na fazenda Monte Líbano, em 1887, o plantel de escravos representou 23,9% do valor da fazenda (Tabela 1).



**Tabela 1:** Inversão de capital nas melhores fazendas de café: Município de Cachoeiro de Itapemirim – 1856-1887 (valores em mil réis)

Fazendas	Anos	Valores de instalações diversas						Nº/valor dos escravos		
		Cafezais em relação a nº pés	Terras em rel. à área	Instalações e equipamentos	Residências e pertences	animais	Total	Nº	plantel	% sobre total
Boa Esperança	1856	4.960 p/ 45 mil	21.650 -	1.560	2.570	1.194	76.934	46	45.000	58,4
St. A. da Cachoeira	1859	38.400 p/ 120 mil	55.350 -	15.507	18.059	1.595	209.811	64	80.900	38,5
Fim do Mundo	1865	11.440 p/ 107 mil	28.480 p/ 7 sesm.	1.743	3.182	1.963	104.118	60	57.310	55,0
Santa Theresa	1866	31.980 p/ 83 mil	40.300 p/ 61/2 sesm.	5.100	4.597	1.980	125.557	41	41.600	33,1
Centro	1870	70.475 p/ 243 mil	- -	20.970	15.657	8.602	245.303	161	129.600	52,8
Povoação	1871	24.510 p/ 161 mil	16.750 p/ 31/2 sesm.	5.322	1.664	3.391	94.737	56	43.100	45,4
São Quirino	1871	36.980 p/ 122 mil	20.910 p/ 2 sesm.	6.020	11.502	3.370	116.732	26	37.950	32,5
Duas Barras	1885	4.000 p/ 100 mil	90.700 p/ 8.712 ha	4.094	6.305	1.971	127.700	50	20.630	16,1
Primavera	1886	17.750 p/ 122 mil	11.850 p/ 1.089 ha	4.182	3.600	5.245	60.827	31	18.200	29,9
Monte Líbano	1887	44.400 p/ 242 mil	40.300 p/ 3 sesm.	8.724	13.843	5.555	148.297	58	35.475	23,9

Fonte: Almada, 1984, p. 95.

Embora no Espírito Santo a alta disponibilidade de terras impedisse a rápida valorização mercantil da terra, o que se verifica é o impulso – com a aproximação do fim do regime escravo – da imobilização de riqueza em terra como propriedade substituta de riqueza e instrumento de geração de renda.

Nota-se, ainda, o pequeno valor das instalações e equipamentos na soma total das fazendas, que, em nenhuma daquelas arroladas na Tabela 1, ultrapassou o montante de 10% do valor total – nesse quesito, a fazenda Monte Líbano foi aquela que obteve o maior valor, tendo 9,3% do seu valor em equipamentos e instalações. Fato esse indicativo do baixo emprego técnico da produção estadual.

Numa economia basicamente agrícola, o fim da condição de propriedade do trabalho transformou a terra no principal elemento de expressão da riqueza. “A essência da transformação era que a propriedade como poder de enriquecimento se transferia da propriedade de escravos para a propriedade da terra” (PEREIRA, 1988, p. 57).

Destarte, temos que nas décadas finais do século XIX “[...] a propriedade da terra se transformou, assumindo como outras formas de riqueza o significado de reserva de valor. Paulatinamente, a propriedade da terra passou a ser considerada um patrimônio, independentemente de qualquer exploração produtiva”. Essa transformação expõe a irracionalidade da participação da propriedade de terra no processo de produção, pois, sendo a

terra, como foi o escravo no passado, uma forma de riqueza, ambas “[...] constituíam elementos econômicos que não se originavam no processo produtivo [...]”, mas que participam do processo de acumulação, apropriando-se do valor-trabalho criado, como uma espécie de tributo sobre a produção (PEREIRA, 2004, p. 34).

O monopólio da propriedade de terra surge, assim, como um poder econômico novo; isto se deu quando a propriedade do semovente que assegurava o domínio do trabalho foi substituída pela propriedade capitalista da terra, agora assegurando a apropriação do trabalho excedente, quando o trabalho tornou-se livre. Nesse novo contexto, a propriedade da terra ganha importância como meio de produção, possibilidade de dominação sobre o trabalho, e como forma de riqueza, enquanto propriedade imobiliária.

A mudança nas formas de riqueza envolve, portanto, o fenômeno do fortalecimento de um grupo social, com características específicas. À medida que o capital se libertou do escravo, defrontou-se com uma ampla variedade de alternativas que produziu um capitalista, desde logo comprometido com a concentração do capital e que já surge como classe que personifica interesses diversos, comerciais, financeiros e agrários (MELLO, 1990, p. 150).

Nesse processo criaram-se outras fontes de rentabilidade e ampliaram-se os circuitos de valorização do capital. Importa observar que a metamorfose da riqueza social traz também consigo a transformação do perfil socioeconômico da sociedade. Por isso, segundo ainda Zélia de Mello, *“não é mais possível, ao reverso do que ocorria antes, caracterizar proprietários tipicamente urbanos ou rurais, agora temos proprietários rurais com diversas atividades urbanas e vice-versa. Em vez de especialização, diversificação, em vez de escravos, imóveis e ações”* (Ibid., p. 139) (grifo do autor).

Todo esse conjunto de transformações – a libertação dos escravos, a imigração europeia, e a valorização mercantil da terra – se desenvolveram como múltiplas faces do mesmo processo: a expansão do capitalismo. Transformaram-se as formas de riqueza social junto com a reconfiguração das relações sociais e criaram-se novas formas de acumulação, que passaram a ter na cidade o espaço privilegiado de realização.

Pelo exposto, a compreensão da metamorfose das formas de riqueza, engendrada no processo histórico de transformação das relações sociais de trabalho da escravidão para o trabalho livre, oferece um viés para apreender a modernização de Vitória no contexto das transformações verificadas com a propriedade da terra. Dessa maneira, o estudo recupera as transformações do espaço econômico estadual para compreender o movimento do excedente na urbanização da cidade, tendo a cidade como espaço privilegiado de manifestação de novas alternativas de valorização do capital, desenvolvidas no processo de metamorfose da riqueza.

A seguir discorreremos sobre a formação do espaço econômico estadual, identificando as condições de inversão do excedente de trabalho na construção da cidade. Para tal efeito, são analisados os aspectos históricos da acumulação regional durante o processo de transição da escravidão para o trabalho livre, tratando ainda das mudanças do perfil socioeconômico da classe proprietária em âmbito estadual, movida na transferência do núcleo de acumulação da produção agrícola para o comércio ocorrido no contexto estadual. Através da análise do espaço econômico estadual, buscamos apresentar as condições de urbanização de Vitória conferida pela estrutura produtiva regional polarizada por essa cidade, e indicar as transformações das bases produtivas que condicionaram o desenvolvimento do setor mercantil-urbano.

## ASPECTOS HISTÓRICOS DA ACUMULAÇÃO REGIONAL: SUBORDINAÇÃO DA PRODUÇÃO AO COMÉRCIO

De maneira geral, especialmente no centro dinâmico da economia brasileira (Sudeste), o desenvolvimento do capitalismo assentou o eixo da economia nacional em bases urbano-industriais a partir dos anos 1930. A expansão da economia cafeeira permitiu a aplicação do excedente produzido em atividades tipicamente urbanas como forma de inversão do capital acumulado na economia do café, criando atividades dinamizadoras do processo de urbanização (CANO, 1977).

Verificou-se, com o fortalecimento do café, o surgimento de uma série de atividades fora do setor agrícola, como indústrias, casas bancárias, casas comerciais, armazéns e escritórios de companhias ferroviárias, todas estabelecidas no espaço urbano, criando algum tipo de cooperação por intermédio das condições materiais construídas para suas finalidades, facilitando o processo de acumulação. Nesse processo temos também o desenvolvimento de outras atividades específicas, como o comércio varejista, a construção de edificações, transporte urbano e serviços de energia, água, esgoto etc. (Id., Ibid.). Todas essas iniciativas expressaram na construção da cidade novas oportunidades de valorização do capital, desenvolvidas a partir do desempenho do centro urbano na economia do café.

Todavia, esse processo resulta das condições da acumulação de cada região específica, que, por sua vez, vão apresentar as possibilidades de inversão do excedente em outras atividades (comércio, indústria, criação de serviços urbanos: água, energia elétrica, transporte). No Espírito Santo, o núcleo da acumulação esteve concentrado no comércio.

Assim, investigando as condições de inversão do excedente da produção, formado no campo, na urbanização da cidade, questiona-se: De que maneira se processou o desenvolvimento do setor comercial-urbano na economia estadual? E, ainda, como questionamentos complementares a compreensão do processo: Que efeitos sobre a grande lavoura foram ocasionados pela transição do trabalho escravo para o livre no Espírito Santo? Qual foi a alternativa para a continuidade da produção mercantil? E qual foi o desdobramento desse processo na reformulação da elite capixaba, notadamente da classe agrofundiária?

A economia açucareira, no Espírito Santo, não alcançou destaque como em outras regiões açucareiras do Norte (Nordeste atual). A sua dinâmica nem mesmo providenciou a ocupação do interior da província. No ano de 1818 registravam-se 80 engenhos; destes, 58 (72,5%) estavam situados nas redondezas da Capital. A população era contabilizada em 23.399 habitantes, estando 15.752 (67,3%) estabelecidos na região central; o que demonstra que a região central, polarizada por Vitória, era o centro dinâmico desse espaço (ALMADA, 1984).

Os déficits da arrecadação refletiam o modesto quadro da economia; situação que exigiu do imperador adotar medidas para permitir o funcionamento do aparelho burocrático-administrativo da província:

[...] para aliviá-los, determinava o imperador – pela provisão de nove de fevereiro de 1826 – fossem entregues aos cofres da província as sobras dos rendimentos de Campos, em 1827, totalizando 8:933\$629 e – por ato de catorze de novembro de 1826 – se consignasse, mensalmente, em favor dos cofres espírito-santenses, a quantia de 4:000\$000 (OLIVEIRA, 2008, p. 319).

O movimento de mercadorias apresenta um demonstrativo da economia do Espírito Santo na primeira metade dos anos oitocentos. No quadro das importações, para o ano de 1827, destacaram-se entre os gêneros por valores dos produtos: farinha de trigo (4:225\$000), carne seca (4:320\$000), vinho (15:000\$000), sal (4:500\$000), sabão (4:340\$000) e escravos (25:000\$000). E nas exportações, somados os do período entre 1826 e 1827, temos (novamente por valores) a farinha (119:700\$000), o açúcar (31:554\$000) e o fio de algodão (14:336\$000). Interessa ainda ressaltar que nesse período o café já é um produto comercializado nos portos capixabas. No entanto, entre os produtos indicados por José T. de Oliveira (2008), ele é o de menor expressividade, totalizando apenas 258\$000 em 300 arrobas exportadas. Nota-se que o preço médio de um único escravo (250\$000 no ano de 1827) quase superava o valor das exportações de café para os anos de 1826 e 1827.

Anota-se ainda, no processo de ocupação do território espírito-santense, o efeito da política metropolitana de defesa das minas gerais. Com a criação da capitania das Minas

Gerais, o território espírito-santense foi inserido na estratégia de defesa das riquezas minerais como uma fronteira ao acesso à zona mineradora, ficando proibido o trânsito de pessoas e mercadorias entre as duas capitanias, com a determinação de que o escoamento do ouro só poderia se realizar pelos portos do Rio de Janeiro.<sup>10</sup> Ou, mais precisamente, de acordo com Gabriel Bittencourt:

Aqui, a imensa “empresa comercial” que caracterizou a colonização brasileira, destinada a explorar os recursos materiais da terra descoberta, ficou nos justos limites da ação dos interesses metropolitanos que privilegiarão o Nordeste açucareiro, o Centro-Sul minerador e/ou os centros administrativos da Colônia ligados à dinâmica econômica predominante. Tudo isso relegou a terra capixaba a uma “economia de sobrevivência”, ou mesmo à condição de cinturão armado de sua própria hinterlândia, em cujo contexto, paradoxalmente, estava o Espírito Santo, proibido da exploração de seu território (BITTENCOURT, 1987b, p. 15).

A organização espacial originada da produção açucareira era marcada por uma profunda fragmentação espacial da produção. De acordo com Carlos T. de Campos Júnior:

[...] o Espírito Santo, por volta da metade do século XIX, só possuía uma pequena parte de seu território ocupada, limitando-se estritamente à faixa litorânea, sem que se desse qualquer tipo de penetração para o interior. Configurava-se espacialmente a semelhança de três regiões produtivas, polarizadas, ao norte, por São Mateus, no centro, por Vitória e, no sul, por Itapemirim. A produção em Vitória e em Itapemirim era a de cana, enquanto em São Mateus predominou o cultivo da mandioca. O trabalho escravo tinha expressividade no conjunto da mão de obra. As limitações à produção eram atribuídas à falta de braços (CAMPOS JR., 1996, p. 67).

O café foi a atividade que promoveu a reconfiguração espacial da economia, incentivando a interiorização da ocupação, através da vinda de imigrantes brasileiros e europeus, com a expansão do espaço produtivo, que até início do século XVIII não havia avançado 30 km além da costa litorânea.

Estudos indicaram que a expansão da economia cafeeira no território espírito-santense ocorreu principalmente durante a desagregação do sistema escravista.<sup>11</sup> A desigual expansão do café no Espírito Santo reconfigurou o espaço produtivo originado da economia açucareira (Mapa 1). O café, ampliando a produção na região sul do Estado, deslocou o centro econômico da província da região central para a região sul da província.

---

<sup>10</sup> A proibição de ligação entre as duas capitanias ficou oficialmente estabelecida entre 1725 e 1758. Posteriormente, no governo de Francisco Alberto Rubim, entre 1812 e 1819, tem-se a abertura da estrada São Pedro de Alcântara, visando ligar Vitória a Mariana e Vila Rica, por onde em 1820 atravessou uma boiada trazida de Minas, mas que poucas décadas depois se encontrava sem condições de tráfego, ficando praticamente abandonada. Cf. Derenzi (1968) e Oliveira (2008).

<sup>11</sup> São alguns desses estudos: Almada (1984), Bittencourt (1987a, 1987b), Saletto (1996), e Campos Júnior (1996).



bem fazer a seguinte interrogação: O que permitiu a expansão do café no Espírito Santo? E que características o processo assumiu no território capixaba?

A elevação do preço do escravo em virtude da cessação do tráfico, cujos efeitos sobre o sentido econômico da propriedade da terra já se discutiu nesse trabalho, possibilitou um grande aumento do capital disponível para os fazendeiros formarem novas fazendas, migrando da aérea nuclear da economia do café para novas áreas, como o Espírito Santo, em busca de solos virgens que se apresentassem mais rentáveis à cultura cafeeira (CAMPOS JR., 1996, 2002). Para José de S. Martins:

Tudo indica que essa expansão de oferta de capitais é o que explica a intensificação do avanço dos cafezais do Rio de Janeiro sobre os municípios paulistas limítrofes à província fluminense, no Vale do Paraíba, já que um dispositivo legal circunscrevia os empréstimos hipotecários à região do Rio, de Minas, Espírito Santo e áreas próximas. [...]. Tais recursos garantiam a importação de escravos das províncias do nordeste e do sul, que vinham suprir a crescente demanda das áreas cafeeiras (MARTINS, 1996, p. 27).

No Espírito Santo, segundo Vilma Almada (1984), a expansão da lavoura cafeeira foi movimentada durante a segunda metade do século XIX, e se apresentou consumidora de trabalho escravo. Com um território, em sua maior parte, coberto por matas (84,6% do território era ainda de matas virgens na última década desse século) e com uma população que em 1890 totalizava apenas 135.997 habitantes, os fazendeiros que aqui buscaram formar novas fazendas visaram utilizar o trabalho escravo. Inclusive, como observou José Teixeira de Oliveira (2008, p. 372), havendo ocorrido desembarques de levas de escravos nos portos da província mesmo após a proibição definitiva do tráfico africano, em 1850. O próprio barão de Itapemirim era acusado de desrespeitar a lei e facilitar a entrada de navios negreiros no porto de Itapemirim.

Geograficamente situada na periferia do vale do Paraíba, a formação dos cafezais no sul do Espírito Santo se intensificou na segunda metade dos anos oitocentos.<sup>12</sup> A produção de café em 1854 havia superado a produção açucareira e, no prazo de menos de duas décadas, entre 1874 e 1891, quase foi quadruplicada (Tabela 2). A inflexão da produção de açúcar para o café é anotada por Vilma Almada: “A partir desta data a produção cafeeira não cessa de crescer, e por toda parte sua cultura vai invadindo o solo, ocupando espaços, absorvendo recursos financeiros e mão de obra anteriormente empregados em outras áreas e culturas, principalmente na de cana-de-açúcar” (1984, p. 61).

---

<sup>12</sup> Naturalmente, a riqueza do café se refletiu na estrutura social da província. Como lembrava José T. de Oliveira, o café criou também por aqui sua “nobreza”. Nas suas palavras: “Em escala bem mais modesta do que na província do Rio de Janeiro, o Espírito Santo teve sua nobreza do café representada pelos barões de Itapemirim, Aimorés, Timbui e Guandu” (2008, p. 368).

**Tabela 2:** Espírito Santo: Exportação de açúcar e café (em arrobas) – 1844 a 1900.

ANO	AÇUCAR	CAFÉ
1844	<b>324.308</b>	---
1845	<b>206.032</b>	32.033
1846	<b>157.208</b>	115.390
1847	<b>157.208</b>	115.390
1848	<b>330.169</b>	94.149
1849	<b>184.232</b>	57.363
1853	<b>75.370</b>	56.729
1854	97.247	<b>117.179</b>
1855	49.895	<b>111.178</b>
1856	78.564	<b>196.964</b>
1857	24.474	<b>156.883</b>
1858	43.232	<b>151.227</b>
1859	39.822	<b>136.102</b>
1860	29.450	<b>202.382</b>
1869	19.431	<b>357.382</b>
1870	49.549	<b>408.671</b>
1872	40.072	<b>432.414</b>
1873	18.164	<b>450.303</b>
1874	19.206	<b>330.863</b>
1891	1.456	<b>1.250.838</b>
1892	Não exportou	<b>1.111.552</b>
1893	572	<b>1.450.876</b>
1894	52	<b>1.547.819</b>
1895	Não houve mais exportação	<b>1.622.045</b>
1896	“	<b>1.686.104</b>
1897	“	<b>2.448.008</b>
1898	“	<b>2.226.544</b>
1899	“	<b>1.626.431</b>
1900	“	<b>1.234.195</b>

Fonte: Torres Filho, 1913. Apud Araújo Filho, 1974, p. 180; Campos Junior, 1996; Almada, 1981.

A substituição da cana-de-açúcar pelo café foi comentada pelo presidente de província Costa Pereira, no relatório de 1861, nas seguintes palavras:

O café em toda parte vai invadindo o solo [...]. Quanto à lavoura do açúcar, aqui como em outras províncias, vai cedendo à crescente prosperidade da cultura sua rival do café, cujos preços elevados e a menos custosa preparação desafiam os cuidados dos grandes assim como dos pequenos agricultores. Sabeis que a plantação da cana e o fabrico do açúcar exigem o emprego de muitos braços e, nesta província, pelos motivos que já vos expeli, pela subdivisão das fortunas, de tal sorte que muitas vezes os filhos de um fazendeiro importante ficam reduzidos quase à pobreza, não é possível que se levantem novos engenhos ou que se conservem florescentes os antigos. E enquanto a exportação do café se eleva a mais de 250.000 arrobas, a do açúcar desceu no corrente exercício a 29.430 arrobas, o que, comparado com a exportação nos tempos anteriores à extinção do tráfico em que algumas vezes excedeu a 300 mil arrobas, demonstra bem de um modo expressivo a decadência rápida e considerável (COSTA PEREIRA, 1861, apud SANTOS, 2012, p. 148).

A tabela a seguir apresenta um esboço da expansão do cultivo de café temporalmente por região, a partir de dados sobre exportação. Através dela é possível observar que, no início dos anos 1850, o café era produzido nas três regiões produtivas da província, inclusive, naquele momento, mesmo com uma produção incipiente, destacava-se a região norte, mas



sem configurar um desequilíbrio espacial. Em meados dos anos 1860, a produção passa a se concentrar na região de Vitória, tendo aumentado nessa região e no sul, contudo decrescendo a números desprezíveis na região norte. Já a partir de meados de 1870 nota-se o incremento do café na região sul, superando em produção as duas outras regiões.

**Tabela 3:** Exportação de café por região do Espírito Santo – 1851-1884.

Regiões	1851		1863		1873*		1883-1884	
	Kg	%	Kg	%	Kg	%	Kg	%
Vitória	395.748	32,21	1.283.171	66,51	1.884.374	41,90	3.246.007	30,64
Sul	363.557	29,59	641.349	33,21	2.316.951	51,52	6.695.628	62,87
Norte	469.347	38,20	5.274	0,28	295.372	6,57	650.262	6,49
Total	1.228.672	100,00	1.929.794	100,00	4.496.697	100,00	10.591.897	100,00

Fonte: Quintão, 2008, p. 80 (reorganizada pelo autor, conforme as regiões identificadas na pesquisa).

\* Não incluiu dados do vale do Itabapoana para esse ano.

Mesmo com o deslocamento do centro da produção açucareira para a cafeeira, temporalmente identificada entre os anos 1850 e 1855, a economia no Espírito Santo manteve o perfil monocultor de exportação. A substituição da cultura da cana pelo café, ao se processar diferenciadamente pelo território, reconfigurou os limites das regiões a partir da ocupação produtiva e do circuito de escoamento do café. A maior transformação do espaço produtivo se verificou no sul, onde a penetração do café pelos vales do Itapemirim e do Itabapoana e a produção organizada no latifúndio monocultor escravista proporcionaram um significativo movimento de ocupação, com a vinda de mineiros e fluminenses para a região (ALMADA, 1984). Sobre a formação das fazendas no sul da província, cite-se o comentário de Antonio Marins:

Outra era gente que entrava agora pelo sul e pelo centro [...]. Os que vinham decididos a morar no Espírito Santo traziam dinheiro e escravatura. Derrubavam-se as matas não mais para escavar a terra, mas para plantarem-se as lavouras e formarem-se os campos, construíam-se essas vastas moradas de tipo solarengo, as ‘fazendas’ destinadas às gerações, onde tudo era vida, solidez e abundância (MARINS, 1920, apud Id., Ibid., p. 93).

Nas duas regiões cafeeiras da província (sul e central) a produção assumiu modelos distintos, configurando uma diferenciada estrutura produtiva. Na região sul a estrutura produtiva se organizara na grande propriedade, onde predominava o trabalho escravo e especialização da produção de café. A formação das fazendas de café fez desse espaço e da cidade de Cachoeiro de Itapemirim (centro de articulação da produção com o comércio) a principal região produtiva e centro de atração populacional na segunda metade do século XIX. Numa conjuntura de expansão dos cafezais do vale do Paraíba, diante da escassez e baixa produtividade da terra naquela região e da disponibilidade de imensas matas virgens e terras

devolutas no Espírito Santo, formou-se no sul da província uma forte frente de ocupação (ALMADA, 1984).

O contínuo fluxo de imigrantes para o sul do Espírito Santo concentrou nessa região 46,6% (67.392 habitantes) da população da província, contabilizada em 135.997 habitantes no censo de 1890, observando-se que a dita região havia registrado 15.915 e 36.417 habitantes nos respectivos anos de 1856 e 1872. A região central, ao contrário, sofreu considerável decréscimo, passando de 67,3% do total de habitantes, registrados em 1818, para 35,1% em 1872, e 28,8% (39.167 habitantes) em relação ao total em 1890 (Id., Ibid.).

Quanto ao crescimento da população escrava, a região sul também respondeu pelos maiores percentuais. De 4.381 escravos em 1856, isto é, 35,7% do total da província, alcançou 11.722 cativos em 1872, respondendo por 51,9% da população escrava da província e crescendo 168% entre 1856 e 1872. A região central, incluindo administrativamente as comarcas de Vitória e Reis Magos, compreendendo uma área territorial quase três vezes superior à da região sul (delimitada pela comarca de Itapemirim), possuía, em 1872, 35,5% da população cativa da província (8.017 escravos) (Id., Ibid.).

Na região central a mesma dinamicidade não se verificou, onde o café atuou principalmente na substituição da cultura de cana-de-açúcar, sem expandir significativamente o espaço produtivo. A freguesia de Santa Leopoldina e a de Santa Isabel, originadas de colônias de imigração europeia, fundadas em meados do século XIX, eram as áreas de destaque da produção. Nessa região, embora existisse a mesma disponibilidade de terras, o processo de ocupação se mostrou menos dinâmico, ficando condicionado aos braços do imigrante europeu (Id., Ibid.).

Já no norte da província o café não se desenvolveu. A região ficou demográfica e economicamente estacionada, com uma economia pautada na produção de farinha de mandioca e com as fazendas concentradas nas áreas litorâneas próximas de São Mateus (Id., Ibid.). A respeito da dinâmica demográfica da província, a tabela abaixo mostra o incremento da população livre e da população escrava na região sul da província, movida pela expansão da produção de café, em comparação com a região central e a região norte:

**Tabela 4:** Distribuição da população no Espírito Santo por regiões – 1856-1872.

Regiões/Comarcas	1856			1872		
	Livre	Escrava	Total	Livre	Escrava	Total
Norte (São Mateus)	3.640	2.213	5.853	5.357	2.813	8.170
Central (Vitória e Reis Magos)	21.649	5.675	27.324	29.285	8.017	37.302
Sul (Itapemirim)	11.534	4.381	15.915	24.695	11.722	36.417

Fonte: Almada, 1984, p. 69-75.

Em suma, o café, por assim dizer, transformou a economia da província. Como anotou Ivan Borgo:

Com o café, criava-se um produto que colocava o Estado na corrente do comércio internacional, superando os bolsões da economia natural. Formava-se na economia interna um inédito nível de acumulação de capital, mesmo que modesto, gerado pela atividade econômica. O que não aconteceu com o ciclo do açúcar que antecedeu o do café (BORGO, 2008, apud SPEDICATO, 2013, p. 189).

Entretanto, a expansão cafeeira no Espírito Santo, desenvolvida no contexto de desagregação do sistema escravista e com condições naturais menos vantajosas se comparadas às do Oeste Paulista<sup>13</sup> – possuidor de relevo suavemente ondulado, com temperaturas mais amenas e solo mais permeável e profundo –, também enfrentou dificuldades estruturais em seu desenvolvimento. Conforme apontou Nara Saletto (1996), no Espírito Santo a produção açucareira não disponibilizou infraestrutura e acumulação de capital para impulsionar a produção de café, como ocorreu no vale do Paraíba.

Quase inexistia sistema comercial e financeiro para dinamizar o processo no Espírito Santo. A acumulação originada da economia açucareira era escassa para dirigir a expansão da produção de café em um ritmo semelhante ao que se processava no Oeste Paulista (SALETO, 1996). Na região central, a política de povoamento organizado pelo poder central foi direcionada para fortalecer a perspectiva mercantil-comercial. Por isso, a expansão do café nessa região foi realizada pela distribuição de lotes na hinterlândia imediata da Capital com a finalidade de animar o setor do comércio pela produção nas colônias imigrantes. Já na região sul, por sua proximidade geográfica com o vale do Paraíba e da Zona da Mata, o café expandiu através do deslocamento de fazendeiros dessas duas regiões.

<sup>13</sup> Além das condições de produtividade física da lavoura, e a forma de exploração do trabalho estabelecida no sistema do colonato, a introdução do uso de máquinas de beneficiamento do café e a criação do sistema ferroviário, ao diminuir os custos de produção e agregar maior valor ao produto, ofereceu à lavoura do Oeste Paulista um alto poder de acumulação (CANO, 1977).

Na região central, mesmo antes do governo republicano, ocorreu uma explícita política de colonização promovendo a imigração europeia, assentada na distribuição de lotes, no intuito de elevar o contingente populacional, promover a ocupação e expandir as potencialidades produtivas. Embora algumas famílias de imigrantes tenham se assenhoreado, pelo comércio de terras, de vinte ou mais colônias, prevaleceu ali a pequena propriedade com trabalho familiar. A produção era mantida nos limites da força de trabalho familiar. O processo de comercialização se organizava em cadeia, estruturando a subordinação da produção à dinâmica de comercialização do capital mercantil, com a produção de café, em linhas gerais, percorrendo o seguinte caminho: do colono para o vendeiro ou para o pequeno comerciante local, deste para o comerciante médio ou de segunda classe, que se incumbia de repassar o café para as grandes casas comerciais exportadoras e importadoras; por fim, este encaminhava para o mercado externo (CAMPOS JR., 1996; SALETTO, 1996).

Assim, nessa região a pequena produção não apresentou indícios, pelo menos em princípio, de ter sido financiada pelo capital bancário. Sendo assim, a produção permaneceu nos justos limites do trabalho familiar. O vendeiro, como agente da comercialização da produção, dispunha de limitadas condições de ofertar o suporte financeiro ao colono, pois ele próprio não se sustentava em bancos ou agiotas, e, não dispondo ainda da terra do colono como elemento de crédito hipotecário que permitisse financiar a produção ou mesmo ampliar o pequeno círculo de fregueses, em virtude da pouca dinâmica da estrutura produtiva, não oferecia margem ao colono para avançar numa produção empresarial. Além da deficiente estrutura de crédito da região (que limitava a expansão da produção), os entraves estabelecidos pelo comércio, a precária infraestrutura de transporte (inadequada para o escoamento da produção, não havia estradas nem ferrovia, o produto era escoado por transporte marítimo e pelos rios) e o predomínio da pequena propriedade (com pequena possibilidade de acumulação) não criaram condições para o crescimento da urbanização de seu centro polarizador.

Como destacou Carlos T. de Campos Júnior, o excedente concentrado em Vitória, apropriado por uma espoliativa estrutura de comercialização, não foi suficiente no seu montante, nem encontrou condições adequadas, para viabilizar inversões em atividades tipicamente urbanas. “O excedente gerado na produção cafeeira da região central do Espírito Santo foi concentrado na esfera da comercialização, proporcionando a acumulação das poucas firmas que exerciam esta atividade” (Ibid., p. 103). Admite-se que, através das casas comerciais, o excedente era drenado e investido nos centros-sedes das firmas comerciais.

No caso do sul do Espírito Santo, em que o espaço produtivo se formou como uma extensão da economia fluminense, em um momento que não havia ainda comunicação terrestre entre Vitória e Cachoeiro de Itapemirim, essa região constituía, até o início do século XX, uma hinterlândia do porto do Rio. E essa influência fluminense perdurou por décadas ainda. “Uma porção de café produzido no Espírito Santo sempre foi capturado pela via Campos-Rio de Janeiro, através da antiga Leopoldina Railway, e daí a importância de Cachoeiro de Itapemirim, como centro de comércio e de distribuição do café do sul do Estado até recentemente” (ARAÚJO FILHO, 1974, p. 193).

A Abolição, ao contrário de abalar, fortaleceu a subordinação da produção ao comércio. Através do circuito comercial, o capital do comércio drenava parte do excedente sem participar da produção, no caso da região central. Nessa região, como vimos, havia um articulado circuito de comércio que ia desde as casas comerciais com representações em Vitória, passando pelos agentes do comércio, até sua freguesia para alcançar os colonos. No sul, esse mecanismo se realizava por meio de comissários das casas comerciais localizadas no Rio de Janeiro. O comentário do presidente de Estado Muniz Freire sobre a situação, no início do período republicano, é esclarecedor:

O nosso Estado não passará de seu estado atual, enquanto não realizar a concentração das suas grandes forças, criando em seu seio uma praça forte, capaz de atrair grandes massas de capitais, onde se abastecerão as nossas indústrias e as nossas empresas. Podemos encher como já temos feito os nossos sertões de imigrantes, o resultado será sempre o mesmo, não conseguiremos outra coisa senão aumentar a safra de nossos patrões no Rio, e pôr no cofre do Estado mais alguns contos (MUNIZ FREIRE, 1892, apud SALETTO, 1996, p. 113-114).

Sendo assim, a expansão cafeeira até o final do regime imperial, apesar de ter ampliado as antigas regiões produtivas, não efetivou uma integração comercial entre esses espaços. A produção cafeeira do sul do Espírito encontrava-se ainda totalmente desvinculada da vida comercial de Vitória. E, mesmo quando surgiram as condições materiais<sup>14</sup> para tal integração, os laços comerciais, já consolidados com aquela praça, dificultavam a centralização do comércio em Vitória, o que começou a se efetivar apenas nos anos de 1920. Além disso, as dificuldades de reprodução do capital aplicado na grande lavoura, com a crise do trabalho, inibiram a concentração do excedente na esfera da produção.

---

<sup>14</sup> A Estrada de Ferro Sul do Espírito Santo, partindo de Argolas, defronte da área comercial de Vitória, com sua construção iniciada em 1895, somente após sua alienação à Leopoldina Railway, em 1906, ligou-se a Cachoeiro de Itapemirim no ano de 1910, observando-se que essa cidade já estava ligada por linha férrea com a Capital do país desde 1903. A sua extensão até Espera Feliz (MG) foi possível graças à compra pela mesma empresa do trecho da E. F. Caravelas, que já ligava Cachoeiro a Alegre desde 1887. Concluída sua extensão em 1913, passou a conectar Cachoeiro às terras serranas do Caparaó. Veja: Bittencourt (1987a) e Quintão (2008).

Contra a preservação da grande propriedade, além da crise do trabalho,<sup>15</sup> somou-se a queda do preço do café no mercado internacional.<sup>16</sup> Com a expansão da produção, movida pelos altos preços alcançados entre 1892 e 1896, e a decisão do governo italiano de proibir, em 1895, a imigração para o Espírito Santo,<sup>17</sup> além das dificuldades financeiras ocasionadas pela baixa nos preços, ocorrido em 1897, os fazendeiros reviram o drama da falta de braços. O cenário de crise do mercado de café, com preços decrescentes do produto, se estendeu até 1910.

Com a queda no preço do café, segundo Nara Saletto (1996), o sistema de parceria se tornou desinteressante para o colono, que buscava nele um meio para formar um pecúlio a fim de adquirir sua própria propriedade ou se manter até a formação de seu próprio cafezal. A dificuldade com a mão de obra no Espírito Santo, que não conseguiu manter um fluxo contínuo de entrada de imigrantes que atendesse os interesses da grande lavoura, foi intensificada com a desvalorização do café, levando muitos colonos imigrantes a se voltar para a simples subsistência, sendo comuns os casos em que colonos se negavam a colher o café nas fazendas. Em um Estado com abundância de terras devolutas e onde a possibilidade de acesso a terra era real, o colono que conseguiu amealhar recursos sempre preferiu lavrar a sua própria terra, tendo na parceria uma situação apenas passageira.

---

<sup>15</sup> Segundo Vilma Almada (1993), os fazendeiros localizados no vale do Itabapoana, pelo fluxo de trabalhadores nacionais provenientes de Minas Gerais para trabalhar nessa sub-região, melhor resistiram à extinção do trabalho escravo. Outras evidências também reforçam o argumento. Como foi prática na época, muitos fazendeiros buscaram alforriar seus escravos na expectativa de continuarem dispendo de seu trabalho. Os fazendeiros do Itabapoana, aparentemente, também foram os primeiros a agir nesse sentido. É por isso, talvez, que conseguiram algum êxito na manutenção do antigo braço escravo no trabalho da lavoura. O fato é comentado por Maria S. de Novaes: “A 31 de março de 1888, por exemplo, cerca de cinquenta lavradores da freguesia de São Pedro de Itabapoana reuniram-se, presididos pelo Dr. José Cesário de Miranda Monteiro de Barros, e concordaram em dar a liberdade aos seus escravos ‘servindo esses aos seus senhores até 31 de dezembro’. No longínquo Veado, hoje Guaçuí, a 22 de abril, foram libertados todos os escravos” (NOVAES, s/d., p. 305-306).

<sup>16</sup> A baixa do preço do café, que de 980 réis a saca em 1896 caiu para 650 réis em 1897, apresentada em relatórios do Governo, esboça o início da queda dos preços desse produto no mercado (ESPÍRITO Santo. Presidente Santos Neves. *Mensagem...* 1897, p. 8-9). Em 1907 o Cel. Henrique Coutinho comentava: “A crise chegou a seu maior auge [...]. O resultado foi o abandono da safra em muitas localidades e por consequência uma crise comercial e agrícola [...]” (ESPÍRITO Santo. Presidente Henrique Coutinho. *Mensagem...* 1907, p. 26).

<sup>17</sup> Carlos Nagar, representante do Consulado da Itália em Vitória, produziu um relatório criticando as condições de habitação de imigrantes no Espírito Santo, que foi determinante para a decisão do governo italiano de proibir a imigração para o Espírito Santo. Em resumo, o relatório expunha as condições de transporte até os núcleos coloniais, a situação das habitações improvisadas, a demora na medição e divisão dos terrenos, alimentação escassa e de alto preço, abusos da polícia, insalubridade do clima em algumas localidades, insegurança e deficiência médica, e remuneração pouco lucrativa (DERENZI, 1974).

A política de imigração no Espírito Santo, diferentemente da paulista, não buscou atender os interesses dos fazendeiros em substituir a força de trabalho que escasseava, e sim proporcionar o povoamento territorial e expandir a produção cafeeira sob a órbita do capital comercial, visando beneficiar o setor do comércio e elevar a receita estadual através do imposto de exportação e venda de terras (ALMADA, 1984; CAMPOS JR., 1996).

O posicionamento dos fazendeiros esboçava sua desarticulação política com o centro de poder estadual no início do período republicano, quando a direção do governo se encontrava monopolizada pelos interesses do setor do comércio. Neste sentido, a inexpressiva participação dos fazendeiros na política imigratória pressionou a grande propriedade no processo de transformação das relações de trabalho na lavoura. As articulações do setor do comércio com a política imigratória foram interferindo nas bases da produção da grande propriedade, determinando a reestruturação produtiva com a subordinação da produção ao comércio (CAMPOS JR., 1996; SALETTTO, 1996). “Subordinando a pequena produção que se multiplicava no Espírito Santo, o comércio apresentava-se dessa forma como alternativa de continuidade à produção, mantendo o processo de exploração, mas em novas relações” (CAMPOS JR., 2002, p. 36).

A fundação de núcleos coloniais, na órbita comercial de Vitória, desde o regime imperial, pela elite política e comercial da região central, visou atender esses interesses, ampliando a produção comercializada por Vitória. Já nos últimos anos da escravidão e visualizando no futuro próximo a desagregação da grande propriedade, o comentário de Muniz Freire, no jornal *A Província do Espírito Santo*, em 1886, parece não se identificar com as dificuldades enfrentadas pela classe dos fazendeiros, como também já visualizava na imigração que serviria ao comércio a solução para transição da escravidão para o trabalho livre. Nas suas próprias palavras:

A grande propriedade morre? Atrai o elemento estrangeiro, retalhando estas terras, dividindo-as em lotes, que o capital já empregado em vossas fazendas será pago com vantagens enormes.

O que nos resta, senhores, para não desanimar do futuro da Pátria é ter confiança nos governos. Do mais se encarregará a imigração (MUNIZ FREIRE, 1886, apud SANTOS, 2012, p. 186).

Uma evidência dessa situação é retirada da política fundiária do governo estadual. Após ficar com o controle das terras públicas, determinado pela Constituição republicana de 1891, o governo, com o objetivo de incentivar a colonização territorial na formação de pequenas propriedades, não utilizou completamente a capacidade de bloquear o acesso a terra à massa de imigrantes, o que era possível através da restrição do acesso a propriedade, que

deveria se efetivar exclusivamente pelo direito de compra. “O Estado vendia terras a dois mil réis o hectare, até o limite de uma sesmaria de légua, isto é, sete mil e tantos alqueires” (DERENZI, 2002, p. 23). A postura de conter a concentração improdutiva da terra, colocada em prática imediatamente no início do novo regime, favorecia a expansão da produção de café pela pequena propriedade. Sobre essa política, assim se referiu Muniz Freire:

Entretanto, há diversas vantagens em utilizar o imposto territorial em escala muito módica, concomitante com o de exportação – uma é submeter à contribuição diversos gêneros de atividade agrícola que deixam larga remuneração, mas que não podem ser coletados em saída; e a outra é obrigar os possuidores de grandes fundos a abrir mão das extensões que não podem cultivar (MUNIZ FREIRE, 1896, apud SANTOS, 2012, p. 333).

Sobre esse aspecto da política imigratória, Muniz Freire só reviu a sua decisão de concentrar o assentamento de imigrantes na região central quando notou que a falta de trabalhadores nas fazendas do sul ocasionava perda de parte das safras e prejuízos para a arrecadação estadual. Ao passar a direcionar também imigrantes para a grande propriedade, Muniz Freire tinha consciência que a medida não conflitava com a decisão de favorecer a pequena produção, tendo em vista a política de terras adotada pelo governo no início da república. De acordo com o presidente:

Por outro lado, como não é raro haver vastas extensões de terras devolutas junto à grande lavoura, que em algumas zonas confina mesmo com os núcleos coloniais, os imigrantes que desejarem estabelecer-se, logo que tiverem economias, tratarão de requerer terrenos ao Estado, e aplicar-se-ão em abrir suas lavouras (MUNIZ FREIRE, 1896, apud Id., Ibid., p. 337).

Na região sul a fragmentação da grande propriedade, verificada principalmente na antiga área de produção canavieira (e depois cafeeira) do vale do Itapemirim,<sup>18</sup> cujas causas se explicam pelas consequências da crise do trabalho e da crise do café,<sup>19</sup> abriu caminho para o

---

<sup>18</sup> Como indicou Vilma Almada (1993), o processo de desagregação da grande propriedade no Espírito Santo conteve particularidades regionais. Mesmo no sul, nessa tradicional região escravista, os efeitos da Abolição – relativos à dificuldade de garantir mão de obra – e os prejuízos com a crise do café não se verificaram na mesma intensidade. Nessa região, ao tempo que no vale do Itapemirim se verificava a fragmentação das antigas fazendas e a diminuição da produção de café, no vale do Itabapoana, que ainda no início do século XX constituía uma frente pioneira de ocupação, a expansão do café ainda se processava, indo até finais dos anos 1950, acompanhada pelo aumento da participação da grande propriedade na produção de café. O vale do Itabapoana também respondeu, até finais da década de 1950, pela maior concentração da propriedade no Espírito Santo.

<sup>19</sup> As causas da desagregação da grande propriedade no Espírito Santo, identificada no vale do Itapemirim, têm na bibliografia sobre o tema uma outra alternativa explicativa, contrária à tese da crise do trabalho e do mercado do café, elaborada a partir das invasões de terras particulares, como por exemplo, na mensagem ao Congresso o presidente J. Monteiro destacava os prejuízos aos cofres públicos ocasionados pelas indenizações aos fazendeiros que tiveram sua propriedade invadida e a terra regularizada devido aos “equivocos” dos funcionários do serviço de distribuição e legitimação de terras (Cf. ESPÍRITO Santo. Presidente Jerônimo Monteiro.



desenvolvimento de estratégias do capital comercial para capturar e concentrar o excedente da pequena produção.

Dentre os exemplos desse processo, temos a atuação da firma Duarte Beiriz nas redondezas de Iconha, que, entre 1879 e 1914, comprava fazendas falidas para revender suas partes para imigrantes a fim de atrelar o pagamento da dívida ao recebimento do café.

Essa firma de comércio de café comprou, em 1879, a fazenda Olaria e a dividiu em pequenos lotes, repassados a 33 famílias. Outras fazendas abandonadas foram adquiridas pela firma, e tiveram suas terras vendidas em pequenos lotes, a prazo de dez anos, a famílias, em sua maioria, de italianos. Assim, em 1880 as terras da fazenda Tocaia foram repassadas a 17 famílias. A sesmaria Duas Barras, em 1888, depois de dividida recebeu 50 famílias. Em 1890, na sesmaria Crubixá estabeleceram-se 30 famílias, e na fazenda Monte Belo, 400 famílias foram instaladas no ano de 1901. No lugar denominado Virgínia, em 1894, a firma também comprou 500 alqueires de terras em mata, que foram divididas em 90 lotes. Outras situações como as de Jaracatiá e Pongal também entram nesse cálculo (CAVATI, 1973).

Outros casos foram o da Fazenda do Centro, a mais importante de todas na época da escravidão, localizada no Alto Castelo, que em 1909 foi comprada, loteada e vendida a prazo a mais de uma centena de colonos; e o da fazenda Concórdia, vendida em 98 lotes, com o mesmo objetivo de atrelar a produção ao pagamento da terra (SALETTTO, 1996).

Além de firmas que se notabilizaram pela compra de fazendas falidas, que repartiam para venda em lotes aos colonos a preços módicos, pagáveis com o café, alguns fazendeiros fizeram algo semelhante: repartiam suas terras, doaram para os colonos, mediante o compromisso de obterem preferência de compra pelo café que viessem a produzir.

---

*Mensagem...* 1911, p. 14-15). Vilma Almada defendeu essa hipótese, apontando como principal causa da fragmentação da grande propriedade a política de terras no Estado, marcada pela corrupção e desqualificação técnica. Segundo ela, “a divisão da grande propriedade no Espírito Santo não resultou [...] de uma opção voluntária dos fazendeiros diante das crises cafeeiras e de mão de obra corridas no início do século XX, mas representou a incapacidade desses mesmos proprietários para deter a onda de invasões em terras de suas fazendas, ocorridas nas primeiras décadas desse mesmo século”. E completa a autora: “Concluimos ter sido a invasão de áreas inexploradas dos latifúndios da região sul, a razão involuntária da ‘divisão da grande propriedade’ agrícola oriunda do século XIX. Ao invés de ‘vender suas terras’, os fazendeiros, diante das dificuldades para expulsarem delas os posseiros recém-chegados, preferiam exigir do governo a sua compra” (ALMADA, 1993, p. 72, 111).

Argumento, que a nosso entender, possivelmente não esteja completamente em desacordo com a explicação que apontou a crise da produção (do trabalho e do preço do café) como motivo principal da origem do processo de desagregação das fazendas. O que ainda surge como duvidoso é saber se as “confusões” do serviço de terras atendiam ou não os interesses dos fazendeiros, que migravam da produção para o comércio. E com isso passavam a ter na venda da terra ao governo uma forma de recuperar parte do capital em processo de deterioração. Se for verdadeira a hipótese sugerida, permitir a invasão das propriedades e sua regularização “equivocada” pode ter significado um outro mecanismo para garantir a venda da terra ao imigrante/posseiro, num momento que é conhecida a grande quantidade de terras devolutas ociosas no Espírito Santo.

Estavam, com esse movimento, transferindo o núcleo da acumulação da produção para o comércio, deixando de ser fazendeiros para ingressarem no comércio de café (CAMPOS JR., 2004, p. 12).

Verifica-se, dessa maneira, na lavoura de café do Espírito Santo, no momento após a extinção da escravatura, o predomínio da pequena propriedade subordinada ao capital comercial. Embora o monopólio da terra não efetivasse plenamente um mecanismo de controle e exploração da força de trabalho naquele momento, o pequeno proprietário imigrante estava dominado pela estrutura de comércio do café. Ao contrário do poder do fazendeiro, predominaram sobre a pequena produção os laços de dependência com os agentes do comércio (CAMPOS JR., 1996; SALETTO, 1996).

Assim sendo, no Espírito Santo não se verificou de forma significativa inversões de capital da esfera da produção agrícola para outras atividades produtivas dinâmicas.

É exemplificativo dessa situação o fato de a única iniciativa industrial de grande expressão, até o final do primeiro período republicano, ter partido do próprio governo estadual. Trata-se da tentativa, durante o governo Jerônimo Monteiro, de criar um polo industrial no baixo Itapemirim, contando com fábrica de tecidos, usina de açúcar, fábrica de cimento, fábrica de papel, fábrica de óleo vegetal, serraria industrial, além de uma usina hidrelétrica no rio Fruteiras (BITTENCOURT, 1987a). Isso evidencia a inexistência, no Estado, de grandes capitalistas em condições de promover inversões do excedente para o desenvolvimento de outros setores, como o industrial, o bancário, ou companhias ferroviárias.<sup>20</sup>

Mas havíamos levantado mais um questionamento que ainda não foi apreciado: Qual foi o rebatimento desse processo (reestruturação produtiva e deslocamento do núcleo de acumulação da produção agrícola para o comércio) sobre a grande lavoura?

A reestruturação da produção, ao produzir modificações na forma de o capital se realizar, também produz alterações na personificação do capital e, com isso, provoca reformulação da própria elite. Ao transformar o poder econômico, os atores políticos também

---

<sup>20</sup> Até o final do período imperial, poucos foram os investimentos particulares de significativa importância. Um empreendimento produtivo de destaque foi a criação da Usina Guaraná, em Pau Gigante (atual Ibirapu), desenvolvida no modelo dos Engenhos Centrais, resultado da política do governo central de estimular a produção de açúcar, porém não logrou durabilidade. A única iniciativa de criação de companhias ferroviárias foi a construção da E. F. Caravelas, com 71 km, ligando Alegre a Cachoeiro de Itapemirim (BITTENCOURT, 1987a, 2011). Na Capital, até o final do século XIX, a atividade industrial se resumiu a poucas unidades produtivas: existia uma fábrica de cerveja, localizada no antigo Cais Schmith (atual rua Florentino Avidos); uma fábrica de cal, situada nas imediações do Forte São João, onde se produzia cal a partir de conchas; e uma fábrica de gelo e sorvetes, situada na área de Jucutuquara (CAMPOS JR., 1996).

se transformam. O que significa dizer que a dinâmica econômica e seus atores políticos, além de estarem em simbiose, são resultados de processos históricos.

A transformação das condições de reprodução do capital no espaço estadual obrigou as frações da elite local, notadamente a classe agrofundiária, a se reformularem a partir de novas relações de reprodução do capital para a continuidade da riqueza pessoal e familiar. Desse modo, as condições de acumulação na esfera da produção, levando-se em conta a transição histórica das relações de trabalho, associadas à destruição da maior parte da estrutura da grande propriedade, levaram ao deslocamento do poder econômico da esfera da produção para o comércio; o que é identificado no processo de reestruturação da produção agrícola e domínio do setor comercial sobre a produção.

O excedente acumulado na estrutura produtiva do café no Espírito Santo não fluiu para outras atividades dinâmicas, mais modernas, no caso a industrial. Ficou retido pelo capital mercantil-exportador, que também drenava para fora do Estado parte desse excedente. A evolução dessa estrutura produtiva definiu uma economia com baixo poder de acumulação na esfera da produção, no qual grande parte do excedente capturado pelo comércio era investida em praças comerciais mais importantes. Situação essa que não dinamizou a urbanização da Capital até o final do século XIX, mas engendrou desdobramentos sobre frações da elite capixaba, reforçando o caráter mercantil-exportador do poder no Espírito Santo.<sup>21</sup>

A compreensão dos aspectos históricos de formação da economia estadual permite apresentar a transformação das condições de acumulação e, dentro desse movimento, indicar as mutações das formas utilizadas pelo capital para se realizar. Assim, poderemos entender a construção da cidade no processo de ampliação dos circuitos de acumulação.

Compreendido esse processo, compete delinear a configuração do ambiente construído de Vitória enquanto materialização das condições de acumulação do capital já analisadas. Configuração espacial da cidade, a qual a política desenvolvida no início da república buscou modernizar no seu projeto de fazer de Vitória o centro decisivo de uma grande região produtora, criando uma nova morfologia da cidade, compatível com projeto de classe da elite capixaba.

---

<sup>21</sup> Os interesses mercantil-exportadores da política capixaba são assunto do próximo capítulo, quando analisamos mais detidamente a estrutura do poder no Estado e sua ação através do aparelho de Estado em desenvolver a atividade comercial.

## A CIDADE COLONIAL: MORFOLOGIA DA CIDADE NO ESPAÇO REGIONAL

Vitória, embora desde a fundação da vila, nos primórdios da colonização, no ano provável de 1550, tenha desempenhado a função de centro político-administrativo da capitania, com a transferência da sede de governo da vila do Espírito Santo (Vila Velha) para ela, apenas em 1823 foi elevada à categoria de cidade (OLIVEIRA, 2008). Manteve-se sem ligação com o continente e por conseguinte, com as vilas e cidades que pontilhavam a costa do Espírito Santo até o final do século XIX. Mesmo Vitória tendo alcançado certo grau de importância comercial, em virtude da produção beneficiada nos engenhos na sua vizinhança, sua passagem pela economia açucareira não lhe rendeu um espaço construído que indicasse na fisionomia o desenvolvimento característico de um espaço produtivo que lhe fosse tributário e integrado com a economia internacional (ARAÚJO FILHO, 1974).

O comércio era pouco desenvolvido. Em decorrência disso, nos anos 1820 inexistia na cidade – ou em qualquer outra parte da província – bancos, casas de negócio, companhias de seguro, ou mesmo feiras e mercados. O comércio era realizado por 35 lojas de fazendas secas e 45 de molhados e tavernas, dentre um total de 146 estabelecimentos (55 de fazendas secas e 88 de molhados e tavernas) existentes em toda a província. Somente em 1871 foi ordenada a construção do primeiro mercado da cidade, um prédio “de pedra e cal”, possuindo três alas (OLIVEIRA, 2008; DERENZI, 1965).

Durante a época do ouro, Vitória funcionou como base militar de defesa da região do interior mineiro. De acordo com Luiz S. Derenzi, “Vitória era verdadeira praça forte com seus inúmeros soldados pobretões, ganhando \$460 réis mensais. Mal vestidos e obrigados a comprar os uniformes nos armazéns da Bahia” (1965, p. 86).

Os edifícios mais notáveis, até o final do século XIX, eram aqueles que serviam à burocracia do poder do Império, relacionados à função de defesa militar, como os fortes de São João, São Diogo, Santo Inácio e de N. Sra. do Monte do Carmo;<sup>22</sup> ou os edifícios pertencentes a ordens religiosas, como o convento de São Francisco (1591 a 1597), a igreja de São Gonçalo (1766, reconstruída em 1818), o convento do Carmo (1682), a igreja de Santa

---

<sup>22</sup> Os fortes são construções do século XVI e XVII, erguidos pelo governo português para defender a baía da vila de Vitória de possíveis ameaças invasoras. A partir da extração mineradora, os fortes são reforçados durante o século XVIII para proteger a zona mineradora que lhe ficava a oeste. As edificações percorriam o canal da baía, desde o centro da vila até o estreito do canal, onde ainda se localiza o Forte de São João, de frente ao morro do Penedo (OLIVEIRA, 2008).

Luzia (séc. XVI) e o conjunto jesuítico do colégio e da igreja de São Tiago (1587 a 1747)<sup>23</sup> (Figuras 1 e 2); quanto a este último, ressalte-se que, após a expulsão dos jesuítas (1759), foi incorporado ao patrimônio da Coroa, passando a sediar as dependências do governo provincial<sup>24</sup> (DERENZI, 1965, 1971).

Na paisagem da cidade destacavam-se as construções religiosas e as do aparelho de poder da Coroa. A fisionomia da cidade era marcada pelo casario modesto, havendo poucas habitações a oferecer algum conforto (estas, pertencentes a habitantes de maior renda); o que retratava o papel inexpressivo da região na economia colonial, cuja vila era um pequeno entreposto de comércio com o exterior (Figuras 3 e 4).

A Vitória colonial foi construída sobre um estreito conjunto de pequenas colinas rochosas. Seu crescimento tinha como obstáculo natural para o interior da ilha o grande afloramento granítico que domina a ilha; no outro sentido, o canal que funcionava como porto da vila e constituía outro limite natural. Nos seus flancos, a cidade propriamente dita, na direção oeste, terminava no braço de mar que penetrava ilha adentro, onde funcionava o cais de São Francisco. Posteriormente, essa área deu lugar ao aterro do Campinho. Já na direção leste, o mar também adentrava o sítio urbano nas proximidades da igreja de N. S. da Conceição, no largo da Conceição (atual praça Costa Pereira), seguindo até o final do que depois de aterrado transformou-se na rua da Várzea (atual rua 7 de Setembro) (Mapa 2).

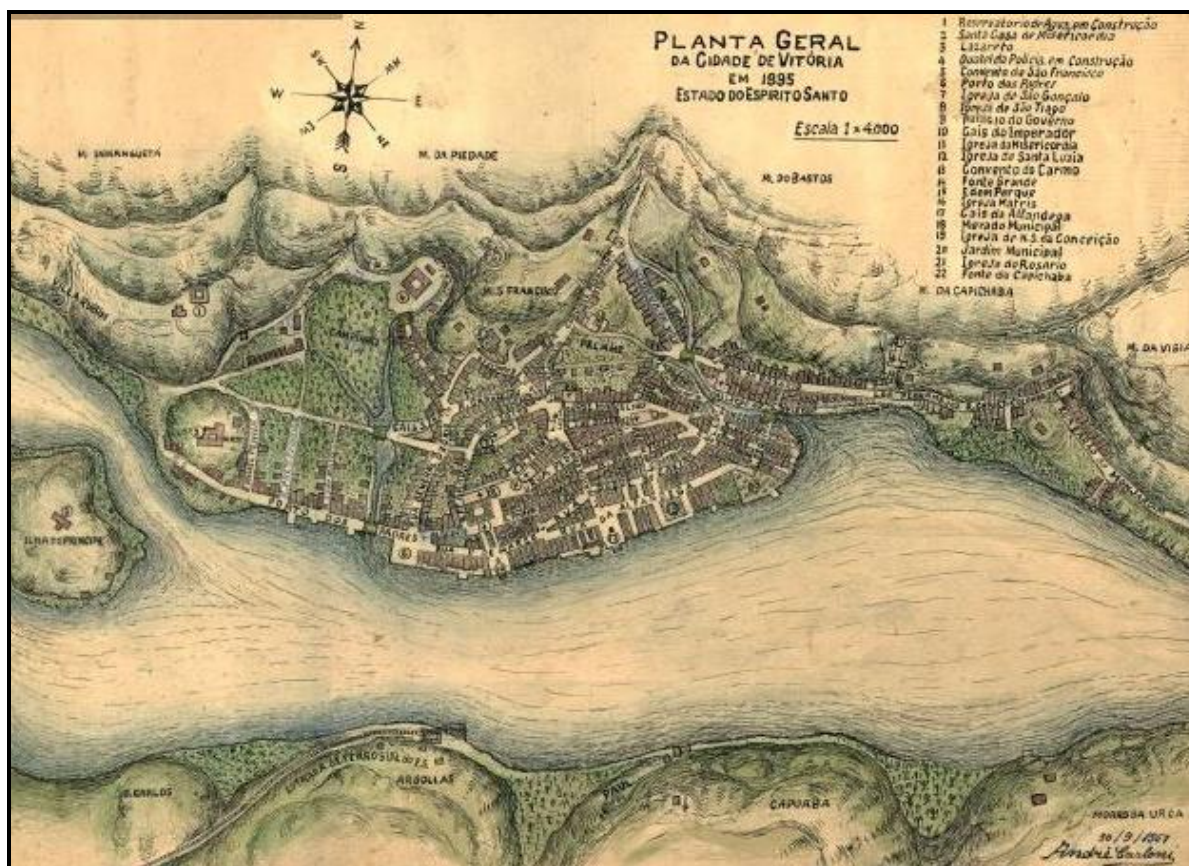
A cidade, no final do século XIX, resumia-se a um conjunto de construções desalinhadas. Nessa época ainda não existiam estradas que ligassem a cidade à área de praias; uma ponte de madeira, construída em 1801, atravessando o Canal da Passagem, permitia a ligação com o continente pelo norte da ilha, através de uma estrada que atravessava a fazenda Maruípe, localizada no centro da ilha. A ocupação em Vitória restringia-se a uma área de aproximadamente 50 hectares, concentrada na parte elevada em um platô, formando a chamada Cidade Alta (DERENZI, 1965, 2002).

---

<sup>23</sup> Em 1551 foi construída a capela de São Tiago, e em 1573 iniciaram-se as obras para construção de um novo edifício, construído com pedra e argamassa de óleo de baleia e cal, no mesmo local da primeira igreja. Entre 1587 e 1747 concluíram-se as quatro alas que formam o quadrilátero do colégio, atual palácio Anchieta (DERENZI, 1971; MARTINUZZO, 2009).

<sup>24</sup> Não foram raros os casos em que edifícios religiosos receberam funções do Estado. O convento do Carmo, por exemplo, entre 1872 e 1896 foi utilizado como sede do quartel da Companhia de Infantaria (ESTADO do Espírito Santo, 2009).

**Mapa 2:** Cidade de Vitória – Planta Geral, 1896



Fonte: Campos Júnior, 1996, reproduzido da Planta Geral da cidade de Vitória em 1896, desenho de André Carloni, 1967, acervo do IPHAN.

O espaço privilegiado do comércio era formado pelas imediações da praça Santos Dumont (hoje praça Oito de Setembro), rua Duque de Caxias e rua da Alfândega (atual Av. Jerônimo Monteiro). Esta última, naquele tempo, não se conectava à rua do Comércio (atual Florentino Avidos) (Figura 5). Dada a inexistência de infraestrutura portuária, as casas comerciais localizadas na rua da Alfândega tinham o fundo voltado para o canal da ilha, por onde, por meio de canoas, era realizado o serviço de carregamento e descarregamento de mercadorias das embarcações até o trapiche. Assim, existiam, na baía da cidade, diversos cais, como o cais do Schmidt, antigo cais de São Francisco (funcionava na atual rua Caís de São Francisco, nas imediações do Parque Moscoso), cais do Imperador ou das Colunas (em frente ao largo do Padre Inácio e escadaria do Imperador, na antiga ladeira dos Padres, que dava acesso ao Colégio dos Jesuítas), e cais da Alfândega (antigamente praça Conde D’Eu, e atual praça Oito de Setembro) (DERENZI, 1965; ELTON, 1986).

Como anotou Luiz S. Derenzi (1965), o traçado da cidade acompanhou o padrão das cidades de colonização portuguesa, “traçadas a pata de burro”, na famosa afirmação de Le Corbusier. Desenho que ofereceu ao conjunto de ruas e vielas o alinhamento do caminho da

marcha em zigue-zague dos animais que não transpõem, mas apenas se desviam dos obstáculos.

As características do ambiente construído da cidade eram dadas pela justaposição das construções e tortuosidade das ruas e pelo desarranjo da estrutura da cidade construída, obedecendo à ordem do relevo (Figuras 6 e 7). Um casario modesto, cuja originalidade era conferida pela adaptação de materiais e pela falta de padrões técnicos, em contraposição aos requintados estilos de construir que já marcavam a paisagem da cidade do Rio de Janeiro no início do século, definia a fisionomia da cidade (ALMEIDA, 1992).

Sobre o aspecto da fisionomia da cidade, assim Luiz S. Derenzi a ela se referiu:

Os colonos portugueses, no Espírito Santo, não conheceram conforto doméstico e muito menos o coletivo, por isso, não souberam construir cidades: Vila Velha, Vitória, Nova Almeida, Guarapari e Anchieta, [...] atestam, insofismavelmente, o mau gosto arquitetônico e a ignorância absoluta das regras mais elementares de construir. Foram pobres demais e ignorantes em grau superlativo.

Pelo meado do século XVIII, o número de sobrados em Vitória é avultado. Todos invariavelmente toscos, inexpressivos e desproporcionais.

As janelas, mal vazadas, temiam a entrada de luz e ar. As sedes das sesmarias afinavam no mesmo diapásão de desconforto e mau gosto. É de se lamentar, pois a arquitetura colonial, nascida do barroco, larga e sombria, que se adaptou no ambiente americano, tem requinte de grandeza. [...]. Não nos transmitiram, os portugueses, nenhum monumento ou edifício, que possa atestar-lhes o indiscutível penhor pelas artes, manifestado com tanto engenho na metrópole. Os poucos conventos construídos pelas Ordens Religiosas e pela fé do povo, no desejo sincero de expiar suas culpas e cultuar a religião cristã, são obras singelas, de valor sem dúvida, mas traduzem parcela modesta no âmbito da arte de construir (DERENZI, 1965, p. 91).

Ainda segundo L. Derenzi, nos primeiros anos da república, a cidade possuía as seguintes características construtivas:

Vitória foi tipicamente cidade colonial portuguesa. Os arruamentos, a apresentação arquitetônica, as proporções de seus sobrados fugiam aos princípios rudimentares da arte de construir. Os homens do “risco”, arquitetos, construtores improvisados, eram sensaborões, ignoravam por completo a arte de viver. [...]. Como moravam mal os capixabas, como se submetiam pacificamente aos azimutes descritos pelas mulas em suas caminhadas obrigatórias! A geometria só apareceu com a República. Que as ruas fossem tortas, estreitas, algumas com menos de cinco metros, compreende-se. Raríssimas casas tinham janelas em todas as peças. [...]. Mais tarde, surgiram, notadamente, na rua Conde D’Eu [rua da Alfândega], as águas furtadas com minúsculas aberturas guarnecidas de cortinas de chita. As janelas com guilhotinas e escuros sem venezianas, de duas folhas, pesadonas, fechavam-se por meio de taramelas de madeira. Uma ou outra tinha sacadas guarnecidas de gradis de ferro batido, apainelados, cujos parapeitos se rematavam com pinhas de vidros coloridos. [...]. Poucas habitações possuíam jardins laterais. As áreas de frente eram raríssimas e as de fundo mal cuidadas. Os corredores escuros, com entradas pela rua, comunicavam-se com o andar superior, por escadas de degraus altos e pedadas

estreitas. O rés do chão destinava-se ao comércio. As ombreiras das portas e janelas, de madeira de lei, suportavam aduelas abatidas. As fachadas, simétricas, só se diferenciavam pela caiação. As telhas marselhesas apareceram no fim do século, importadas (DERENZI, 1965, p. 137-178).

A morfologia da cidade, constituída por seu conjunto edificado, formava um emaranhado de ruas desalinhadas (até o início do século XX inexistia uma única rua com alinhamento coeso). Embora a morfologia trançada da cidade revelasse a beleza do desenho urbano em sua organicidade e originalidade, a situação do traçado urbano revelava a tímida presença do poder estatal na organização do espaço urbano; situação resultante da frágil capacidade de intervir, organizando e produzindo o espaço da cidade.

Afora isso, a pobreza e a desigualdade social ficavam evidentes nos aspectos das construções. A existência da chamada “cidade de palha”, formada por um conjunto de habitações cobertas por esse material, nos terrenos onde se edificou posteriormente o bairro de operários da Vila Rubim, indica o quadro social da população refletido no ambiente construído (Id., Ibid.).

A acumulação na economia regional integrada a Vitória, ao se refletir na paisagem da cidade, condicionava o seu quadro de urbanização, que, marcado por suas pequenas dimensões, além da morfologia desarranjada da cidade, quase não possuía infraestrutura urbana, mesmo para o usufruto das famílias abastadas. Não existia, até então, sistema de abastecimento de água e rede de esgoto, sendo seu fornecimento realizado por chafarizes distribuídos pela cidade.<sup>25</sup> Sintomático dessa situação, na rua do Reguinho (atual Graciano Neves) descia uma vala formada pelas águas do morro da Fonte Grande, que, ao se encontrarem com as do largo da Conceição<sup>26</sup> (também chamado de Prainha, e hoje praça Costa Pereira), acumulavam-se formando uma área pantanosa (ELTON, 1986).

Além disso, quando não era possível a captação de água, pois em épocas de estiagem secava, os moradores ficavam obrigados a utilizar a água trazida do continente em canoas, que não garantiam condições mínimas de higiene. Inexistindo rede de esgoto, os dejetos eram

---

<sup>25</sup> Os registros apontam ao menos a existência de quatro chafarizes: o da Fonte Grande (séc. XVIII), o da Capichaba (1828, único preservado), o da Lapa (séc. XVIII), e o de São Francisco. Suas águas vinham das encostas do morro da Fonte Grande. Além da cozinha do convento de São Francisco, que desde 1639 recebia água através de um aqueduto que a captava do morro da Fonte Grande, a fábrica de cerveja Serrat e Schmidt, construída em 1884, era o único prédio que dispunha realmente de água encanada (DERENZI, 1965; CAUS, 2012).

<sup>26</sup> O largo da Conceição ficou formado com o aterro do braço de mar que penetrava a cidade até a altura da rua da Várzea (atual Sete de Setembro). (Cf. Elton, 1986).



lançados, pelos próprios moradores, em horários determinados, nas valas do Campinho, na chamada rua da Vala<sup>27</sup> e na maré (NOVAES, s/d., 1979).

As informações disponíveis indicam que Vitória teve seu primeiro sistema de iluminação pública instalado em 1847, abastecido a azeite de peixe e mamona. Em 1879 se instalou o sistema de iluminação a gás na cidade, que substituiu a iluminação a querosene, instalada no ano de 1865. Entretanto, no ano de 1893, mediante a interrupção do fornecimento a gás, a iluminação a querosene é novamente retomada, com a instalação de 150 lampiões belgas (DERENZI, 1965; ELTON, 1986).

A formação urbana, dentro das condições da economia agroexportadora fundada na monocultura, era caracterizada historicamente por uma extrema polarização: uma vasta região produtiva com sua dinâmica movida pelo complexo latifúndio–minifúndio exportador e comandada pelo centro urbano desempenhando o papel de conexão da produção colonial à economia internacional. Isso evidencia o papel da cidade na estrutura produtiva regional como elemento explicativo do caso brasileiro, pelo menos até a década de 1930 (OLIVEIRA, 1982).

Portanto, quanto mais extensa a região produtiva, maior era o peso do centro responsável por vincular a produção ao mercado externo. Dessa maneira, tem-se nos limites do espaço produtivo polarizado por Vitória, circunscrito à vizinhança imediata da cidade, a causa principal do modesto quadro de urbanização da cidade.

O reflexo dessa condição no espaço construído era de uma cidade de pequenas dimensões. Na arquitetura da cidade predominava o desenho colonial, sendo o palácio do governo (antigo Colégio dos Jesuítas) e os edifícios religiosos (como o convento de São Francisco) uns dos poucos exemplos de uso de técnica e bom gosto. Os destaques da paisagem urbana eram o edifício do governo e os das igrejas – expressões do poder monárquico e da fé religiosa. Como o comércio não era desenvolvido, não havia grandes casas comerciais. Assim também não existiam construções residenciais luxuosas, que indicassem a presença de grandes fortunas na sociedade local. Na morfologia da cidade imperava o desarranjo e tortuosidade das ruas e vielas, originadas da época da colonização.

Contudo, algumas transformações se verificam no último decênio do século XIX. A expansão da economia cafeeira começava a possibilitar o desenvolvimento das funções comerciais da cidade, que, para isso, desfrutava da vantagem de possuir um porto natural que viabilizava a movimentação de cargas. Com o crescimento do café saído pelo porto de

---

<sup>27</sup> A abertura da Av. República, após a conclusão dos trabalhos de aterro do Campinho, seguiu o mesmo trajeto dessa rua. (Cf. ELTON, 1986).

Vitória, começa a desenvolver o setor do comércio na cidade (ARAÚJO FILHO, 1974; CAMPOS JR., 1996).

Nos primeiros anos da república, surgem na cidade as primeiras casas comerciais, como as estrangeiras Hard Rand e Cia., Pecher, Zinzem e Cia, e as nacionais, Lizando Nicoletti (imigrante erradicado), Casa Cruz Irmãos e Manoel Evaristo Pessoa. A construção da Casa Hard Rand, cujo pedido foi autorizado em dezembro de 1892, de projeto elaborado na América do Norte, erguida sobre estacas e com todo o madeirame – esquadrilhas, soalhos e engradamento de telhas – construído de pinho-de-riga, inaugurou o emprego de novos materiais e nova forma de construir a cidade (DERENZI, 1965; CAMPOS JR., 2005). Tratava-se, talvez, do primeiro projeto que não se limitou a adaptação da construção aos materiais encontrados na natureza da geografia do local.

Com o fortalecimento dos vínculos com o mercado estrangeiro, afetava-se também o uso das técnicas de construção, que, através da acumulação engendrada a partir da economia cafeeira, passava a liberar as técnicas do construir da simples adaptação aos recursos encontrados no sítio geográfico. A cidade ensaiava, na última década dos anos oitocentos, a transformação de sua arquitetura colonial.

De certo, a aparição das primeiras casas comerciais de expressão marcou o nascimento do capital mercantil-exportador em Vitória. Como efeito da imigração, introduzida na órbita comercial da Capital, o aumento da produção canalizada para essa praça (favorecido também pelas melhorias de comunicação dos núcleos coloniais com a cidade), permitiu a entrada do porto de Vitória no comércio internacional, a partir de 1886. Esses fatos esboçam o início do processo. O setor do comércio, no entanto, consolidou-se a partir dos anos finais da segunda década do século XX (CAMPOS JR., 1996; SANTOS, 2012).

No entanto, embora a produção da região escoada pelo porto de Vitória no final do século XIX representasse aproximadamente 40% da produção do Espírito Santo, grande parte da produção do sul do Estado, mesmo após a integração por ferrovia com Vitória, continuou sendo escoada através do porto do Rio de Janeiro. Além disso, mesmo com safras sempre crescentes, o Espírito Santo nunca chegou a participar com mais de 5% da produção do país<sup>28</sup> até o final do século XIX, e apenas na década de 1920 ultrapassou essa média, alcançando, entre 1927 e 1930, 8% da produção exportada do país. O fato de o porto de Vitória, no início do século XX, movimentar um percentual muito pequeno da riqueza gerada pelo café –

---

<sup>28</sup> Lembremos que em dados oficiais consistia especialmente a produção escoada pelo porto de Vitória. Tendo em vista que parte da produção do sul era contrabandeada e exportada como café originado do Rio de Janeiro.

apenas a produção da região central – explica a ocorrência de uma urbanização menos expressiva em Vitória, muito diferente da verificada nos maiores centros portuários (ARAÚJO FILHO, 1974; CAMPOS JR., 1996).

A economia cafeeira capixaba, mesmo reunindo quantidades crescentes de café exportado pelo porto de Vitória, não engendrou forças suficientes para produzir em Vitória a paisagem das grandes praças comerciais e seus portos, como no Rio e Santos. As transformações da cidade, que tinham no movimento do porto o seu termômetro, seguiram delimitadas à base da economia, que, pelos motivos já assinalados, não havia transposto seus próprios limites territoriais. É neste sentido que o Estado, usando seu poder de principal concentrador de excedentes, interviu no planejamento estadual e da cidade para criar condições ao desenvolvimento da atividade econômica dominante, o comércio (Id., Ibid.; Id., Ibid.).

Assinala-se, ainda, que a transformação da cidade se processou num ritmo que não pode ser comparável ao das grandes praças comerciais do café. Contudo, temos nesse processo o desenvolvimento de novas formas de acumulação na construção da cidade, constituindo-se ainda de maneira embrionária, mas através do qual as expectativas de investimento na produção do espaço urbano começam, já no início da república, a propor a ruptura com a fisionomia colonial da cidade.

Apresentamos o quadro de urbanização da cidade conferido pelas condições de acumulação na estrutura produtiva a que a cidade estava integrada. No capítulo seguinte discutiremos a política de desenvolvimento regional, considerando as condições político-institucionais montadas com a república, e que estava orientada para atender os interesses do capital mercantil-exportador instalados em Vitória. A análise segue indicando os conflitos e alianças que permearam essa política, compreendidos a partir da composição socioeconômica da classe dominante capixaba, analisadas no conjunto das transformações das relações de trabalho e da formação do novo regime político.

Palácio Anchieta, Vitória.

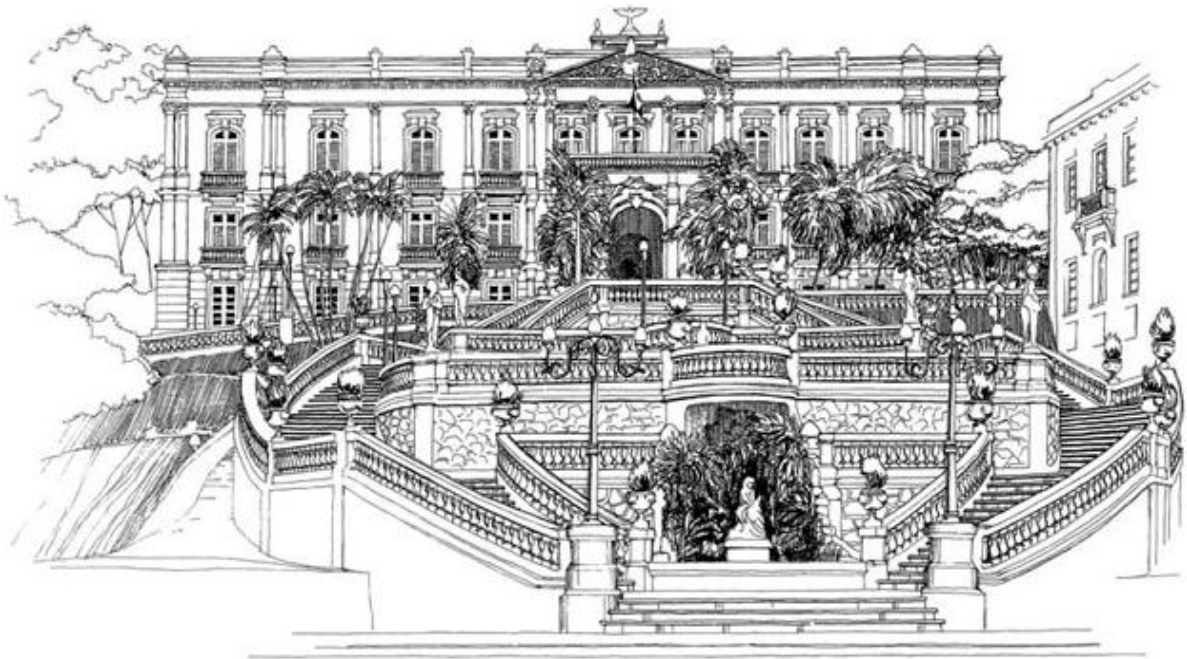


Ilustração: Wagner Veiga

## II A FACE DO PODER: O COMÉRCIO COMO ALTERNATIVA DE MODERNIZAÇÃO

Neste capítulo discutiremos a atuação do Governo do Estado como aglutinador dos interesses de classe na modernização de Vitória. Assim, buscamos apresentar os condicionantes institucionais da política estadual, os interesses que dominaram o aparelho de governo e indicaram os rumos do processo de desenvolvimento do Estado bem como o papel de Vitória nesse projeto.

O ponto de partida anteriormente formulado foi o da compreensão que a região produtiva polarizada por Vitória não viabilizou inversões do excedente que transformassem o quadro de urbanização da cidade. Tarefa que coube à iniciativa do Estado, que, como principal ator concentrador do excedente, respondeu como grande promotor dos projetos urbanos na cidade. Todavia, o desenvolvimento dos planos urbanos articulava-se de maneira estreita à estratégia do governo de fazer de Vitória um grande centro de comércio regional.

Nosso objetivo, neste momento, é entender as ações do Estado em desenvolver o setor de comércio no qual se apoia a política de modernização da Capital. Para isso persegue-se a compreensão dos arranjos do poder na política estadual, constituídos na estruturação do poder regional, processados nas transformações socioeconômicas da produção do café, na finalidade de melhor apreender as razões das decisões do governo; o que significa compreender as formas de poder por meio da investigação das ações dos atores políticos.

### A ESTRUTURA DO PODER NA REPÚBLICA

A modernização do país teve como importante marco o ano de 1808, com a transferência da sede do Império para a Colônia, acompanhada da abertura dos portos. Momento que emergia a iniciativa de adequar o Brasil ao mundo europeu, com a concentração dos esforços do Estado em desenvolver a infraestrutura necessária para a expansão do complexo exportador-importador, mas conservando o caráter agrário e monocultor da economia. Consistia numa modernização acentuadamente centralizadora, em benefício exclusivo da Corte, e que se mostrara incompatível com o crescimento econômico de São Paulo e com o interesse das demais elites regionais de trilhar o caminho do progresso (FAORO, 2008).

O movimento federalista se encaixa dentro de uma conjuntura em que a mudança da geografia econômica, com a decadência da produção do vale do Paraíba e a expansão do café

no Oeste Paulista, fez precipitar o poder da Corte para ressurgir em São Paulo. Portanto, com o fortalecimento econômico de São Paulo desaparecia a correspondência entre o poder econômico, antes situado no vale do Paraíba, e o poder político, localizado no Rio de Janeiro (CARVALHO, 1998).

O Espírito Santo, mesmo possuindo uma economia pouco expressiva, teve no federalismo instituído na república o caminho para conduzir uma política de desenvolvimento regional em defesa dos interesses locais expressos no governo estadual. Porém, antes de discutirmos o projeto da classe dominante local para o desenvolvimento do Espírito Santo, é necessário apresentar o quadro político-institucional em que a elite capixaba atuaria.

Por isso, discutiremos, em linhas gerais, os motivos que levaram à extinção do regime imperial. Trataremos da estruturação do poder na república e do significado do sistema de poder montado para a preservação dos interesses das elites regionais nesse novo formato político. Posteriormente discutiremos as condições político-institucionais criadas na república que favoreceram a condução de uma política regional em defesa de interesses locais específicos.

O Império era caracterizado por uma grande centralização de poder, que se manifestava, de um lado, pela nomeação livre de ministros, senadores e governadores provinciais na administração, garantindo amplos poderes ao imperador; de outro, na distribuição das receitas públicas entre os níveis de governo. Assim, em 1885, por exemplo, o governo central ficou com 77% da arrecadação, enquanto às províncias foram destinados apenas 18%, e aos municípios, 5% (Id., Ibid.).

A sustentação do regime tinha seus alicerces na economia de base agrário-mercantil. A aliança da monarquia com o Partido Conservador se dava na estrutura da economia escravista desenvolvida no vale do Paraíba, vinculando comissários, banqueiros e exportadores à produção de café. A preservação desses interesses garantia o apoio necessário para a estabilidade do poder, fazendo frente às pressões externas e internas, cada vez mais afirmativas, em prol da extinção do trabalho escravo (FAORO, 2008).

Com o fim do trabalho escravo, desfeito o elo que organizava a produção do café, sobretudo do vale do Paraíba, o resultado foi a supressão da garantia de crédito, que, juntamente com a falta de trabalhadores, colocou sobre os fazendeiros o peso centralizador da máquina governamental do Império. Mostrando-se incapaz de operar a transformação para uma economia na qual vigorasse o trabalho livre, de forma que atendesse os diversos interesses envolvidos na produção, o Império teve seu poder questionado.

Eram essas questões que partiam do quadro econômico. Sendo assim, não foi pura coincidência o fato de o movimento republicano no Espírito Santo surgir e se desenvolver no sul do Estado, região de tradição escravista e centro da economia cafeeira, tendo como principais lideranças Antônio Aguirre e Bernardo Horta. Em 23 de maio de 1887 fundou-se o Clube Republicano do Cachoeiro de Itapemirim. Outros se seguiram em São José do Calçado (21 de abril de 1888), Alegre (13 do mesmo mês de 1888), Rio Pardo (1º de julho de 1888) e Vitória (25 de novembro de 1888), sendo em 1889 no total de 14 clubes no Espírito Santo, com apenas 3 deles localizados fora da região sul da província, o de Vitória, o de São Mateus e o de Santa Isabel (CLÁUDIO, 2002).

Refletindo sobre a postura que os fazendeiros deviam assumir quanto ao momento político que o país atravessava, o fazendeiro Diogo Amorim, em conferência realizada em 12 de agosto de 1888 pelo Clube Republicano de Cachoeiro de Itapemirim sobre o tema “O Interesse da Lavoura”, assim concluía sua fala:

Unamo-nos, escolhendo nossos representantes cidadãos que saibam antepor os vitais interesses da nação aos da dinastia bragantina, fonte única de todos os nossos males internos e externos, já pela exploração do nosso trabalho que ela absorve em faustos e aparatos, já pela atmosfera de desconfianças que a sua política de perfídias e cavilações nos tem criado entre as nações do Novo e do Velho Mundo (AMORIM, apud CLÁUDIO, 2002, p. 105).

O Império, ao produzir fazendeiros falidos, não deixou outra opção senão união das correntes contrárias à monarquia. Sobre o assunto, esclarece Raymundo Faoro:

A centralização imperial não era mais possível – o esteio que a mantinha de pé, na década de 80, estava partido. A Abolição deu-lhe o golpe fatal, não porque arredasse do trono a classe agrícola, mas ao romper o esquema tradicional da agricultura comercial, vinculada ao crédito, negócio de intermediação exportadora, e, com ela, o estamento político. Retornar a ela, como no fim da Regência, seria impossível, por falta dos suportes do poder (FAORO, 2008, p. 526-527).

Observa-se, ainda, que a grande demanda por de trás da república era a defesa dos interesses das elites regionais e do poder privado: não significava estritamente destruir a monarquia. Por isso, a república exprimiu o federalismo e não a liberdade. Cavia, todavia, decidir qual formato governamental garantiria e preservaria esses interesses, como havia um mês antes da Proclamação da República se referido Rui Barbosa: “Ou a monarquia faz a federação, ou o federalismo faz a República” (CARVALHO, 1998, p. 173).

A questão da extinção do trabalho escravo e da continuidade da economia mercantil se relaciona com a superação do regime imperial, pelo afastamento dos segmentos econômicos de suporte ao regime. Sem o apoio do quadro econômico, estava aberto o caminho para a

demolição do Império. Naquele momento, coube ao Exército a tarefa de destruição da monarquia.

A negação do Império por parte do Exército se originou da ruptura entre o estamento aristocrático e as forças armadas. O rompimento surgiu da política de isolamento e desmobilização política do efetivo militar, colocado em prática no intuito de defender o regime da crescente presença dos militares nos assuntos do governo. A criação da Guarda Nacional, em 1831, surgida como bastião armado da aristocracia, visou fazer um contrapeso ao Exército cada vez mais desaristocratizado e de fileiras não nobres. Além dos interesses ligados à produção cafeeira, a monarquia ficava enfraquecida pela perda de grande parte do aparato de defesa do poder (FAORO, 2008).

Em síntese, a constituição da república foi resultado da mobilização das classes dominantes em inaugurar um novo formato político-institucional. O novo regime teve no rompimento dos militares com o regime, em virtude de seu alijamento do aparelho governamental, o elemento de desequilíbrio das forças, pendendo em favor de um novo regime, favorável às forças regionais “sufocadas” pelo centralismo do Império.

A longa marcha que culminou no golpe sem sangue deixa claro que o novo regime nasceu pelas mãos dos militares. Também foram militares os dois primeiros governos: Deodoro da Fonseca (1889-1891) e Floriano Peixoto (1891-1894), marcados pela centralização da máquina governamental. Contudo, a reformulação do poder entregaria a direção do governo nacional às forças estaduais de vanguarda.

Na constituição da república, em meio ao atrito das forças centralizadoras e descentralizadoras, o processamento do poder nas suas dimensões territoriais se assentou nos limites do “reino” do café. O controle do poder, após o momento essencialmente militar, coube aos estados mais poderosos e prósperos. A partir daí “quem governa são as situações estaduais, as situações aptas a empolgar o poder central, as oligarquias, na voz dos oponentes” (Id., Ibid., p. 533). A construção da nova ordem se fez pelo pacto entre as forças hegemônicas dos grandes “principados” (Estados) com a preservação das forças estaduais submissas, configurando uma espécie de pacto pelo poder, cristalizado completamente com Campos Sales (1898-1902). Como ficou conhecida, a *política dos governadores* representou a regionalização do poder em favor de São Paulo, depois forçosamente partilhada com Minas Gerais.

Sobre a reestruturação do poder, Raymundo Faoro explica o seguinte:

O poder não seria mais a expressão do centro, da aliança entre o trono hereditário e as categorias vitalícias com a riqueza mobiliária e do crédito, unificadoras e asfixiantes. Ele



deveria irradiar-se dos acampamentos territoriais, agrupados regionalmente nas províncias. Certo, apesar da retórica liberal, não será a inversão obra do povo, mas das camadas aptas, pela riqueza, a falar em nome dele, em tutelas dispersas, substituindo a tutela imperial, concentrada. O estamento se romperá, recuando ao segundo plano, dispersado mas não extinto, ocupando o lugar vazio uma constelação pactuada, sob o comando dos grandes Estados, ou de um grande Estado acaudilhado por algumas estrelas de pequena grandeza (FAORO, 2008, p. 532).

O sistema político montado tinha como princípio tácito o aliciamento entre as grandes e as pequenas forças estaduais, com os Estados encarnando em seu interior o domínio de uma família ou oligarquia. A situação, em última instância, significava entregar cada Estado a sua oligarquia mais poderosa, que, em troca do reconhecimento do poder, oferecia apoio na esfera federal, em obediência aos grandes Estados e suas correspondentes oligarquias governistas. Essa era a fórmula para a acomodação das forças constitutivas daquilo que Rui Barbosa chamou apropriadamente de oligarquização dos Estados (LEAL, 1978; FAORO, 2008).

Do centralismo do poder no regime imperial passou-se à república, tendo como cordão umbilical da estrutura política a defesa dos interesses regionais. A república deslocou o eixo decisório para os Estados, criando um sistema definido pela descentralização do poder com a partilha da presidência nacional pelos grandes principados e o envolvimento dependente dos demais no arranjo federativo, estruturando um arranjo no qual as forças regionais se combatiam e uniam força pelo controle do poder central. Nesse arranjo pelo poder, os pequenos Estados – peças do tabuleiro da federação – aderem ao pacto somando forças com algum lado em troca da preservação das forças situacionistas.

Entretanto, mesmo marcado pela acomodação subordinada das forças estaduais ao poder central, o novo regime político conferiu maior autonomia aos Estados na definição dos rumos de desenvolvimento estadual, alargando a margem de manobra das elites regionais no controle do aparelho governamental. O arranjo político do federalismo construído por meio da atuação das oligarquias estaduais “[...] assegurava a cada Estado o direito de contrair empréstimos no exterior, decretar impostos de exportação, reger-se por suas próprias constituições, ter corpos militares próprios, bem como códigos eleitorais e judiciários” (SOUZA, apud ZORZAL E SILVA, 1995, p. 43).

Dessa maneira, cada elite estadual obteve maior autonomia para conduzir uma política diferenciada de desenvolvimento. Com o novo regime, cada Estado passava a ter melhores condições para desenvolver políticas mais representativas dos interesses locais expressos no aparelho governamental. Uma dessas condições foi a própria reforma tributária, que, desconcentrando a arrecadação, ampliou as receitas estaduais.

Em suma, o sistema federalista, ajustado à nova estrutura de poder, liberou a atuação das forças regionais para conduzir projetos relativamente autônomos de desenvolvimento. Segundo um líder político capixaba:

Na distribuição constitucional das duas grandes funções políticas deste organismo fundamentalmente uno, ficou a União representando o complexo dos aparelhos de conservação e de ordem, e os Estados o conjunto dos sistemas de renovação e de progresso da vida propriamente nervosa.

Aplicando sabiamente os recursos que lhes foram outorgados, no tamanho de suas riquezas, rasgando vias de comunicação e promovendo o seu povoamento, cada Estado trabalha para a grandeza da União, que jamais logrará outra fortuna e outros destinos, senão os que resultarem desse concurso; e trabalha melhor do que ela própria poderia fazê-lo, porque se acha em condições mais vantajosas para conhecer as necessidades mais urgentes e o modo de satisfazê-las, estando além disso ao abrigo daquelas influências, que poderiam tornar menos racional e menos equitativa a distribuição dos meios de ação orientando-a pelas exigências da geografia política (MUNIZ FREIRE, 1900, p. 18, 19).

Destarte, o sistema federalista estruturou uma autonomia regional na direção do planejamento econômico em consonância com as forças econômicas formadas em cada unidade da federação.

É nesse esquema que se insere o coronelismo como prática política de aliança e obediência, que permitiu aos governadores estaduais (na época, chamados de presidentes de Estado) protagonizarem a política, tendo sob seu comando o agrupamento político estadual.

O coronelismo representou um sistema político, no período da República Velha, no qual temos a criação de um novo personagem político – o governador (presidente) de Estado –, que arregimentava as oligarquias estaduais. O coronelismo se estruturava por uma rede de relações de compromisso e subordinação, configurando uma estrutura de poder ascendente, desde o coronel (chefe do município), passando pelo chefe político estadual, até o presidente da República. Nesse sentido, o coronelismo é parte da evolução política brasileira, resultado da colagem de regimes políticos representativos modernos com uma realidade social completamente diferente, marcada por uma vida social mediada por relações de dependência, em que a prática do favor representava a moeda de troca das relações sociais; o que permitiu a manutenção de uma sociedade altamente desigual e hierarquizada, agora existindo nesse novo formato institucional moderno (LEAL, 1978; CARVALHO, 1998).

O poder de mando do coronel sobre uma gleba de indivíduos é indicativo da relação de proprietário que ele exerce sobre seus dependentes.<sup>29</sup> Como discutiu Victor Nunes Leal, o

---

<sup>29</sup> As relações de produção são fundamentalmente relações de propriedade. A divisão do trabalho, como elemento organizador da produção, é dada por relações de propriedade, que se expressam historicamente na

coronel é um personagem investido de poder por meio de sua privilegiada “situação de dono de terras”, controlando, por esse meio, um lote de votos de cabresto (1978, p. 23). Embora não se sintetize unicamente na figura do fazendeiro, ele é expressão do poder econômico, que teve na pessoa do grande proprietário de terras sua principal manifestação.

Assim, embora a figura do fazendeiro, enquanto senhor supremo de seus domínios, assumisse de maneira mais acabada a imagem do coronel, existiam outras vias de enriquecimento que permitiram senhores de bens alcançar o poder político. Num momento que a riqueza se diversificava, muitos fazendeiros também foram comerciantes. Apreende-se disso que os mecanismos de enriquecimento surgem como um caminho para a ascensão do poder privado ao poder político. Sobre esse aspecto, diz Maria I. Pereira de Queiroz:

O forasteiro que chegasse com algum capital a uma localidade, e ali se estabelecesse abrindo “venda”, estava iniciando um caminho que o podia levar até à chefia política; tinha nas mãos uma “clientela” natural de compradores, aos quais podia fazer favores variados (o “vender fiado”, não era dos menores), gente humilde e figurões locais. Ligando-se assim tanto à camada mais elevada quanto à camada “média” a que pertencia, e à camada inferior, ocupava o comerciante modesto uma posição-chave que o guindava facilmente entre os coronéis locais. Não constituía o comércio ocupação desdenhada ou desprezada; pelo contrário, era atividade prestigiada, que, segundo a voz popular, podia levar aos mais altos destinos (QUEIROZ, 1977, p. 175-176).

Ao constituir uma forma particular de manifestação do poder privado, com enorme capacidade de penetração na esfera pública, herança essa da sociedade colonial portuguesa, o coronelismo significou na formação social brasileira a expressão do capitalismo de natureza patrimonial.

A existência do coronelismo na história brasileira expressou a modernização institucional do país, mantendo o velho relacionamento entre a riqueza e o poder, que permaneceu no marco da tradição, isto é, baseado em mecanismos de intermediação política de fundamento patrimonial. Aspecto esse da política brasileira configurado pela relação de troca de favores políticos por benefícios econômicos, constituindo uma relação entre poderosos e ricos dominando os pobres (MARTINS, 1999).

Assim, embora a riqueza individual não se traduza, rigorosamente, em poder político, o poder econômico e o reconhecimento social que dele emana transparecem no edifício político. A aptidão para liderar exige o adequado uso das armas simbólicas para capturar não só o aparelho de governo, mas a própria confiança do povo. Como afirmou Raymundo Faoro:

---

sociedade como formas de produzir e de reproduzir as relações sociais de produção e, por isso, a própria sociedade: patriarcalismo, escravismo, estamentos ou classes (MARX, 1977).

O coronel, antes de ser um líder político, é um líder econômico, não necessariamente, como se diz sempre, o fazendeiro que manda nos seus agregados, empregados ou dependentes. O vínculo não obedece a linhas tão simples, que se traduziriam no mero prolongamento do poder privado na ordem pública. Segundo esse esquema, o homem rico – o rico por excelência, na sociedade agrária, o fazendeiro, dono da terra – exerce poder político, num mecanismo onde o governo será o reflexo do patrimônio pessoal. [...] o coronel, economicamente autônomo, formará o primeiro degrau da estrutura política, projetada de baixo para cima. Se a riqueza é substância à construção da pirâmide, não é fator necessário, o que significa que pode haver coronéis remediados, não senhores de terras, embora seja impossível a corporificação no pobre ou no dependente, destituível de sua posição a arbítrio alheio. Ocorre que o coronel não manda porque tem riqueza, mas manda porque se lhe reconhece esse poder, num pacto não escrito. Ele recebe – recebe ou conquista – uma fluida delegação, de origem central no Império, de fonte estadual na República, graças à qual sua autoridade ficará sobranceira ao vizinho, guloso de suas dragonas simbólicas, e das armas mais poderosas que o governador lhe confia (FAORO, 2008, p. 700).

Nesse sentido, a preservação dos interesses privados em novas estruturas políticas constituiu o fundamento da renovação da classe dominante brasileira. Não é que as vitórias nas eleições por si só enriquecessem os proprietários de terra e demais setores econômicos, mas, pelo controle do aparelho governamental, esses atores se apoderavam da máquina administrativa, instrumentalizando-a para tornar menos tortuosos os caminhos para a valorização do capital. Através da instrumentalização privada do poder público, realizava-se o enriquecimento na via patrimonialista.

Quanto a esse aspecto da realidade política e econômica, segundo José de S. Martins:

Quando a riqueza se modernizou ao longo do século XIX e, sobretudo, nas décadas finais daquele século, não se modernizou por ações e medidas que revolucionassem o relacionamento entre a riqueza e o poder, como acontecera na história da burguesia dos países mais representativos do desenvolvimento capitalista. Ao contrário, na sociedade brasileira, a modernização se dá no marco da tradição, o progresso ocorre no marco da ordem. Portanto, as transformações sociais e políticas são lentas, não se baseiam em acentuadas e súbitas rupturas sociais, culturais, econômicas e institucionais. O novo sempre como um desdobramento do velho (MARTINS, 1999, p. 30).

Conforme ainda J. Martins (1999), a dominação patrimonial no Brasil, desde a Proclamação da República, esteve dependente de um revestimento moderno, que lhe ofereceu uma aparência burocrática, racional e legal e, por isso, moderna. A dominação patrimonial, ao contrário de posicionar contraditoriamente ao poder legal, nutriu-se dele. Ao submeter a seu controle o aparelho de Estado, as oligarquias, em diferentes matizes regionais, colocaram a seu serviço as instituições da moderna estrutura política, preservando a dominação patrimonial no seu interior.

O coronelismo, no entanto, também corresponde a um processo de decréscimo do poder econômico do coronel – principalmente de decadência da classe dos fazendeiros –, que o leva a buscar apoio no governo em um momento que a presença do Estado ainda não se faz presente na maior parte dos municípios e cantões do território nacional. À medida que se formam os canais de comunicação do governo com o eleitorado, o coronel tornava-se uma peça obsoleta para o sistema. O desenvolvimento do aparato de Estado, trazendo com ele os agentes da administração pública, mesmo que ainda na figura do coronel burocrata, irá inutilizar o papel eleitoral do coronel. Assim, associada ao fortalecimento das camadas urbanas, a transformação do sistema político também sacou da cena a figura prestigiosa do coronel.<sup>30</sup>

Deste modo, o forte caráter patrimonial da política brasileira constituiu o mecanismo de preservação dos interesses da classe dominante no processo de modernização do país. Processo do qual a metamorfose da riqueza, engendrada na transformação das relações de produção, é parte essencial. Em decorrência do deslocamento da riqueza do campo para a cidade, naturalmente, esses interesses passaram a se manifestar no processo de urbanização. Porém, antes de analisarmos o interesse patrimonial na modernização da cidade, mostra-se necessário indicar o aspecto modernizante de que se revestia a figura do coronel.

Considerando o projeto de manipulação das massas, pergunta-se: a figura do coronel foi capaz de personificar o novo sem, com isso, romper com os interesses de estruturas sociais do passado?

A república simbolizou a ruptura com o domínio português, contido na preservação do trono após a independência. Inaugurou também o nacionalismo brasileiro, mas um nacionalismo voltado para o de “fora”, orientado para a superação do atraso pela modernização do país a partir dos padrões (da arquitetura, da moda, da cultura, por exemplo) das sociedades do Ocidente europeu e norte-americana, mas que não retirou da cena o velho personagem do regime anterior.

O republicanismo, nesse sentido, foi um grande teatro. Verdadeira encenação da república real: dos velhos atores atuando em um novo contexto econômico e político. E no qual representar a modernidade era condição indispensável para o manuseio dos instrumentos políticos oferecidos pelo liberalismo.

Por isso, para o coronel era essencial encarnar uma imagem de agente do progresso. “Tornava-se necessário saber manipular os meios fornecidos pelo liberalismo, pelo Estado

---

<sup>30</sup> Este aspecto é um ponto comum das análises de Faoro (2008), Carvalho (1998) e Leal (1978).

moderno e por uma sociedade complexa. Era necessário ser moderno para manter a tradição, para dar continuidade ao poder dos clãs e das oligarquias estaduais” (VASCONCELLOS, 1995, p. 60).

Nesse sentido, cabe agora levantar a seguinte questão: No Espírito Santo, diante do atraso da economia do Estado, relativamente aos centros desenvolvidos do Sudeste, existiram atores políticos capazes de encarnar a imagem do progresso? Isto é, houve, por aqui, coronéis que foram capazes de se colocar como agentes da modernização?

No Espírito Santo acreditamos que alguns políticos envolvidos no projeto de modernização do Estado conseguiram hastear a bandeira do progresso. Assim vejamos:

A inauguração do primeiro trecho da estrada de ferro que deveria colocar Vitória em comunicação com o sul do Estado foi um momento marcante da política modernizante do Espírito Santo. Simbolizou, naquele momento, o rompimento das amarras do isolamento territorial de Vitória. Maria S. de Novaes nos fala da data comemorativa de inauguração do trecho da Estrada de Ferro Sul do Espírito Santo, entre Vitória e Viana, festejada no governo Muniz Freire, no dia 13 de julho de 1895.

S. Exa. partiu de Vitória, às 11:30, no comboio puxado pela locomotiva “Muniz Freire”. Na passagem do Palácio até o Cais do Imperador, onde estavam as embarcações para o transporte ao continente, foram aclamados os nomes do Presidente e do Dr. Inácio de Oliveira, construtor da estrada. À noite, houve baile, no Palácio, e uma ceia preparada e servida por especialistas da confeitaria Colombo, vindos do Rio de Janeiro (NOVAES, s/d., p. 337).

A historiadora também registra a atmosfera prestigiosa envolta na pessoa do presidente Jerônimo de S. Monteiro (1908-1912). Refere-se à imagem positiva desse governo, promotor de inúmeras obras de melhoramento da Capital, criando serviços que a cidade ainda desconhecia. Um estabelecimento comercial da cidade, a Casa Bumachar, aproveitou a imagem do político como meio de propaganda. Assim diziam dois de seus anúncios, em forma de versos:

De cores várias, sortidas,  
Que são todas um primor,  
O chapéu Jerônimo Monteiro  
É o que tem mais valor.

“

Na Casa Bumachar,  
Que o Estado conhece, inteiro,  
Todos já devem comprar

Chapéu Jerônimo Monteiro.<sup>31</sup>

O prestígio de Jerônimo, resultado das importantes realizações durante sua passagem no governo estadual, reuniu na pessoa do político uma feição progressista. Em outra passagem se descreve a chegada de J. Monteiro à cidade de Vitória em sua última campanha eleitoral:

Todas as lanchas, todos os escaleres fizeram verdadeira procissão marítima, para trazê-lo ao cais da Praça Oito de Setembro, onde a Banda de Música do Rosário tocava e povo se comprimia, para romper em palmas, vivas! Enquanto espocavam foguetes, quando o seu candidato pisou em terra. Um delírio, até que o advogado Jair Dessaune subisse num caixote, improvisado em tribuna, para o discurso de saudação, findo o qual um grupo de jovens atletas formou um círculo de proteção, a fim de impedir que o Dr. Jerônimo fosse esmagado pelos calorosos abraços e cumprimentos (NOVAES, 1979, p. 220).

A mesma autora (Id., 1960) ainda conta que, nessas ocasiões festivas, era comum J. Monteiro ser “coberto” por flores. O que sugere, de certa forma, que, pelas inovações de seu governo, Jerônimo tornara-se admirado entre a população capixaba. Circunstância essa característica da ambiguidade política, misturando formas de dominação com relações afetivas. Jerônimo Monteiro, a exemplo de Muniz Freire, ambos verdadeiros chefes de “clãs” e oligarquias, formou-se em direito em São Paulo, e com certeza era um dos homens mais instruídos no Espírito Santo, mas também fiel seguidor das práticas dos coronéis, ainda não dispensando totalmente o uso de jagunços.

Uma carta de J. Monteiro endereçada ao major Sebastião Monteiro da Gama, político do município de Alegre, no sul do Estado, é um importante indicativo da realidade política naquele tempo. J. Monteiro escreve para que seu correligionário resista às pressões de um inimigo político, e ainda se coloca à disposição para o confronto armado. Segue a transcrição da carta:

Rio de Janeiro, 31 de março de 1920.

Meu caríssimo Tatão,

Tenho sua carta última. Recebi ainda seu telegrama expedido de São Pedro e respondi imediatamente. Sei que o seu triunfo foi completo. Fiquei contentíssimo. Verifico ainda mais uma vez que você faz a figura da escravidão antiga, diante de seus respectivos senhores. Não conhece a força de que dispõe. Chefe de prestígio incontestável, vive, entretanto, atemorizado e cedendo a qualquer imposição. Tenha coragem meu Tatão; convença de que, enquanto você se mostrar medroso, todos lhe quererão dar ordens. No dia, porém, em que você se resolver a cantar de galo passarão todos a respeitá-lo, como devem. Li que Vanderley, amparado pelo Dulcino, quer impor a você novos vereadores, que não foram eleitos. Não ceda de modo nenhum. Não faça a apuração aí, mande-a para o Congresso, como é seu projeto. Qualquer ameaça que aí lhe façam, você arme compadres e resista à mão armada. – Não consinta que abusem de você – chefe de

---

<sup>31</sup> Novaes (1979, p. 90).

prestígio, respeitável, leal e como poucos. – Lembre-se de que você é um deputado, representante do Estado e com amigos, aí e aqui, que se doem sinceramente por você. – Se precisar de um capanga e mais quatro companheiros, diga e seguirei eu, com os meus três filhos e um sobrinho para defender você, de armas nas mãos. Não se deixe apavorar pelos arreganhos de um Vanderley ou mesmo do Dulcino. Afinal o que poderão fazer? Pegar em armas? Pois, nós também pegaremos e será o que elas derem.

Faça o Prefeito comprar armas e organizaremos a defesa.

Estou com o pensamento fixo em você, acompanhando-o com vivíssimo cuidado, creia. O Nestor já estava resolvido a não ir aí no dia 24 deste. Eu insisti por que fosse e consegui. Não o acompanharei porque não seria conveniente.

Chame o Ezequiel e o Ernesto, que são dois caboclos valentes e destemidos e, com eles, combine todo o trabalho, sem medo. Querendo que eu aí vá, irei. Acabo de saber por carta do Norvega, que a situação se complicou e é por isso que lhe escrevo assim com tanta franqueza.

Vejo nas suas palavras a mais sincera e devotada amizade. Repito o que muitas vezes lhe tenho dito: “quero a você muito e todo o bem, independente da política”.

Aceite um abraço saudosíssimo do seu muito de coração.

Jerônimo Monteiro (MONTEIRO, 1920, apud VASCONCELLOS, 1995, p. 162-193).

A face “moderna” do político, muito vinculada à figura pessoal do coronel benfeitor, também dependia de sua capacidade intelectual. O adequado uso desse recurso permitiu a esse personagem viver como porta-voz do progresso, mesmo encarnando em sua existência o arcaísmo das velhas práticas políticas. Em que pese certa relação de sua atuação política com o modelo clássico de evolução do capitalismo europeu, que legou à sociedade a ampliação dos direitos via democratização da sociedade, ele não deixou de ser expressão do atraso. Isto é, os velhos atores sociais, com suas práticas de dominação, sobreviveram num contexto mais democrático, atuando em um formato institucional totalmente novo, por meio do qual passaram a dirigir o projeto de modernização.

A estruturação do poder no Espírito Santo, considerando a disputa pelo poder das forças regionais expressas nas unidades federativas, é assunto discutido a seguir. Será analisada a atuação do Estado enquanto aglutinador dos interesses de classes e frações de classe que dominaram o aparelho de governo.

## A ESTRUTURAÇÃO DO PODER NO ESPÍRITO SANTO

No Espírito Santo, como vimos anteriormente, a configuração espacial das regiões era acompanhada por diferenças na estrutura produtiva. Nas duas regiões cafeeiras a produção – até o fim da escravidão – estava organizada nas seguintes bases: latifúndio e trabalho escravo na região sul; pequena propriedade e trabalho familiar imigrante na região central.



A estrutura produtiva de uma região, por sua particularidade socioeconômica, conferida pela relação capital–trabalho, no estabelecimento de formas de sujeição do trabalho na organização da produção, define estruturas de classes próprias, de acordo com a forma específica de acumulação predominante em cada espaço. A região,<sup>32</sup> compreendida como espaço socioeconômico, possui seu fundamento na especificidade de reprodução do capital que rege a produção nesse espaço. Cada região, ao expressar uma estrutura de classe própria, expressa também um quadro sociopolítico particular.

Uma “região” seria, em suma, o espaço onde se imbricam dialeticamente uma forma especial de reprodução do capital, e por consequência uma forma especial de luta de classe, onde o econômico e o político se fusionam e assumem uma forma especial de aparecer no produto social e nos pressupostos de reposição (OLIVEIRA, 1993, p. 29).

Nesse sentido, os interesses de classe ou frações da classe dominante em cada região forjam uma consciência política desse espaço. Produzidos a partir de um substrato espacial, esses interesses têm como canal de ação o aparelho de governo. Construída e movida nesse espaço de disputas, envolvendo representações e ideologias sobre o espaço pretendido, a formulação do poder numa região expressa seu conteúdo econômico-político na reprodução do capital (Id., Ibid.; CASTRO, 1992).

A análise dos conflitos e arranjos políticos exige uma compreensão a partir da estrutura socioeconômica em suas transformações históricas. Admite-se, por esse caminho, que a transformação da estrutura produtiva produz desdobramentos sobre a constituição do poder. Assim, analisa-se a seguir a estruturação do poder no Espírito Santo processada durante a transformação das relações de produção com o fim do trabalho escravo.

Dessa maneira, analisamos aspectos do processo histórico de formação do espaço estadual ocorrido com a expansão do café, no propósito de indicar em quais bases se desenvolveu o poder em cada região do território estadual. Como dito anteriormente, a organização do espaço estadual até final do século XIX era definida pela fragmentação econômica e desintegração comercial das regiões. Daí o fato de a formulação do poder se estruturar dentro dos limites das regiões produtivas.

---

<sup>32</sup> O conceito de região, desde os estudos clássicos, foi pensado como uma unidade espacial homogênea ou dotada de fortes elementos homogeneizadores. A escala regional, neste sentido, expressa uma unidade própria, mesmo que inserida numa unidade maior, como uma Colônia, Império ou Estado-nação (MORAES, 2011, cap. IV). Na sua compreensão também são incluídas três características fundamentais para a produção de uma região: a organização econômica e social naquele espaço, criando uma certa coerência socioeconômica; a presença de uma centralidade ou centro polarizador que organiza e comanda a produção daquele espaço; e sua articulação a um conjunto econômico maior, no caso, a economia nacional ou mundial (KAYSER, 1980).

Vitória, pelas condições geográficas do sítio que conforma uma ilha, melhor protegida dos ataques indígenas e possuidora de uma baía com ancoradouros seguros para as embarcações e ligada ao rio Santa Maria (funcionou como caminho de exploração do interior e de comunicação entre os núcleos de colonização e o porto de Vitória),<sup>33</sup> abrigou, desde o início da colonização, a sede do aparelho burocrático-administrativo da capitania. Desde a Colônia, mas principalmente no Império (1822-1889), a cidade de Vitória concentrava o pequeno corpo burocrático da província: os chamados “filhos da folha”, segundo a voz dos opositores (OLIVEIRA, 2008).

A classe dominante da região reunia agrofundiários (com fazendas nos arredores de Vitória), o estamento burocrático-militar e um incipiente setor de comércio. A historiografia capixaba, em trabalho mais recente (SANTOS, 2012), colocou em evidência o domínio da parentela Pinto Ribeiro-Monjardim no aparelho administrativo da província. É dessa fração da classe dominante capixaba que surgiu um projeto de reconstrução do Espírito Santo movido pelos interesses do capital mercantil-exportador.

O próprio Muniz Freire, primeiro presidente a se afirmar no poder na república, pertencia à linhagem Pinto Ribeiro, que foi a principal estirpe da época colonial na província. Segundo Estilque F. dos Santos, “[...] a família Pinto Ribeiro foi uma das únicas famílias capixabas de todo o século XVIII, e quiçá de toda a era colonial, a ter condições de enviar seus filhos para estudar na Corte” (2012, p. 34).

Muniz Freire foi o maior exemplar da elite capixaba. Também foi o maior defensor da emancipação política e econômica do Espírito Santo, reunindo os interesses da elite mercantil-exportadora formada na região central.

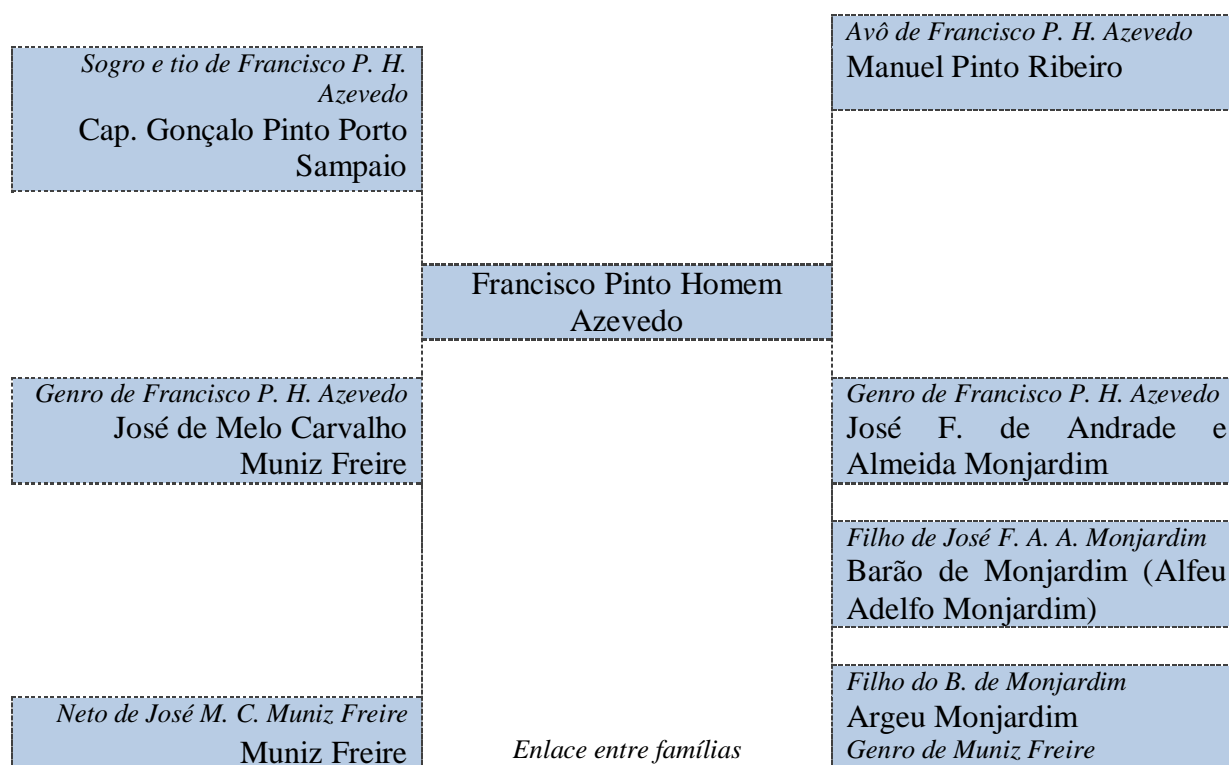
A origem mais pretérita dessa estirpe em terras capixabas se deve ao rico capitão português Manuel Pinto Ribeiro (1708-1792). Era seu neto e esposo de outra sua neta o capitão-mor Francisco Pinto Homem de Azevedo (bisavô de Muniz Freire). Francisco Pinto era genro do capitão Gonçalo Pinto Porto de Sampaio, que também era seu tio e foi presidente da província do Espírito Santo. Francisco Pinto teve como genro José Francisco de Andrade e Almeida Monjardim. José Francisco Monjardim, por sua vez, era filho do capitão-mor da

---

<sup>33</sup> Basílio Daemon, em seus registros sobre os acontecimentos da província no período imperial, assim se refere às condições de navegação do porto de Vitória, localizado no canal sul da baía de Vitória: “O porto é extenso e largo, muito abrigado dos ventos, podendo conter em si desde a barra até o *Lameirão* duas a três esquadras, sem receio de garrarem os navios pelos temporais. [...] É navegável por navios e vapores de grande calado até o *Lameirão* [porção mais interior do canal sul da baía], e daí para cima até o Cachoeiro de Santa Leopoldina [Colônia de S. Leopoldina] por pequenos vapores, lanchas e lanchões de pequeno calado e numa extensão desde a barra até o dito Cachoeiro de Santa Leopoldina no total de 70 a 72 quilômetros [...]” (2010, p. 529-530).

capitania Inácio João Monjardim e pai do tenente Alfeu Adelfo Monjardim (barão de Monjardim). Já Alfeu Monjardim teve um dos seus filhos, Argeu Monjardim, casado com uma das filhas de Muniz Freire. Já Muniz Freire tinha como avô homônimo José de Melo Carvalho Muniz Freire, genro do próprio capitão-mor Francisco Pinto Homem de Azevedo (SANTOS, 2012).

**Quadro 1:** Parentescos de Francisco Pinto Homem Azevedo



Fonte: Santos, 2012.

Nessa região, como já apontamos, prevaleceu a pequena propriedade e o trabalho familiar. No entanto, de que maneira a elite local atuou na organização da estrutura social da região?

Relacionada à existência de grande quantidade de terras devolutas, a política de colonização, desde os tempos do império, apontou na imigração e na pequena produção um caminho para o desenvolvimento da região. Tal política foi incentivada pelos presidentes de província em consonância com os interesses da emergente elite política e comercial de Vitória.

No Espírito Santo, a imigração com o objetivo de colonização das terras incultas encontrou maior eco na política do governo. A atuação do presidente de província e posteriormente ministro do Império Luiz P. Couto Ferraz, o que tudo indica, visou atender os

interesses da elite vitoriense. Couto Ferraz foi um fervoroso defensor da imigração para o Espírito Santo. Nas palavras do ministro do Império:

[...] a introdução de braços livres e industriais é hoje reconhecida evidentemente como uma necessidade das de primeira ordem para o Brasil por todos aqueles que como eu veem em sua falta um das principais causas do atrasamento, em que se acha a nossa agricultura, é nesta província sobretudo que ela mais fortemente se faz sentir! Basta atender-se que a colônia de Santa Isabel pode ser montada em tanta proximidade da Capital, em terras de tamanha fertilidade, sem ferir-se a propriedade, nem mesmo a posse de pessoa alguma, para se dispensar qualquer demonstração desta verdade. Sobram-nos lugares onde assentar muitas colônias agrícolas. Aí estão as fertilíssimas e tão abandonadas gigantescas florestas, que se estendem por um e outro lado do rio Doce; aí estão as matas de Guarapari e de outros municípios da província, todos mais ou menos perto de portos de mar, e da navegação fluvial (FERRAZ, 1848, apud SANTOS, 2012, p. 152).

A influência dessa fração da elite estadual na decisão da localização dos núcleos coloniais, instalados na órbita comercial de Vitória, expõe os interesses que prevaleceram na política de imigração na província desde os tempos do império. O relato do barão J. J. Von Tschudi, em visita à colônia de Santa Leopoldina, evidenciou o interesse da instância mercantil-exportadora nesse projeto. Von Tschudi obsevou o seguinte:

O projeto de estabelecer a colônia de Santa Leopoldina neste interior estéril, como já comentei, não foi feliz. Parece inadmissível que homens acostumados com as condições locais das terras escolhidas e com poderes para emitir um parecer importante em função de sua posição influente, não tenham advertido o Governo da inconveniência da sua escolha. Por exemplo, J. F. de Andrade e Almeida Monjardim, proprietário de terras, ocupava pela décima primeira vez o cargo de vice-presidente da província. No entanto, seu enteado era proprietário de um privilegiado armazém no Porto da Cachoeira e, sem colônia, ele não teria sido dono de um negócio tão lucrativo (VON TSCHUDI, 1860, apud SANTOS, 2012, p. 107).

O Mapa 3 mostra a distribuição das terras dos núcleos de colonização na hinterlândia de Vitória, em que as terras públicas e particulares distavam geralmente de 20 km a 40 km da costa (fora da faixa arenosa de solo, imprópria ao cultivo do café). Pela leitura do mapa observa-se ainda a importância da hidrografia (rios Santa Maria, Jucu e Benevente principalmente) e das estradas abertas (seguindo a hidrografia) como eixos de penetração da ocupação e escoamento da produção para o porto de Vitória e portos subsidiários. Nas redondezas do porto de Piúma visualizamos ainda as terras particulares compreendendo os chamados “territórios” da colônia de Rio Novo, que, por intermédio da firma Duarte e Beiriz, foram divididas e vendidas a imigrantes a partir de 1879.

**Mapa 3:** Núcleos de colonização na hinterlândia de Vitória em 1878



Fonte: Produzido a partir da Planta de Parte da Província do Espírito Santo, Inspetoria de Terras e Colonização, 1978. In: Acervo do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo.

Enfim, o que observamos é uma explícita política de desenvolvimento do comércio a partir da expansão da produção de café apoiada na imigração e na pequena propriedade. A política de imigração no Espírito Santo, remanescente do período imperial, admite-se, associava-se diretamente aos interesses do setor do comércio. A penetração dos interesses mercantis nesse projeto definiu a estrutura produtiva nesse espaço, como também promoveu o domínio da instância mercantil-exportadora do capital na estrutura de classe regional.

De maneira geral, na região central a apropriação do excedente de trabalho não se concretizava na produção. De fato, o imigrante cultivava a própria terra. A apropriação do excedente produzido se realizava no balcão das vendas, localizadas nas colônias, e a partir daí percorria os elos da cadeia de comércio. Sendo assim, seguindo a lógica do “comprar barato” e “vender caro” ao imigrante, em que o chamado vendeiro funcionava como primeiro elo do espoliativo sistema de comércio do café, a instância mercantil-exportadora do capital dominava as bases da pequena unidade produtiva. Esse sistema de comércio de café se organizava em cadeia: colono > vendeiro ou comerciante de primeira classe > comerciante médio ou de segunda classe > casas exportadoras e importadoras > mercado internacional.

A acumulação na esfera do comércio realizada por esse mecanismo permitiu a apropriação do excedente da produção condicionando, sem revolucionar, a forma de produzir. Através dos laços do comércio, verificou-se o domínio sobre a produção e a construção do poder dos grupos ligados aos interesses do comércio.

A imigração para o Espírito Santo,<sup>34</sup> iniciada com a criação das colônias de Santa Isabel (1847) e Santa Leopoldina (1857), compôs o projeto de reconstrução regional executado a partir de Vitória, na intenção de ativar o seu desenvolvimento mercantil e urbano. Esse fato nos leva a observar a tentativa de acoplamento dos interesses regionais à política geral do poder central já no período imperial.

Essa fração do capital também comandou a política estadual durante a Primeira República. Com a desagregação do sistema escravista e a reorganização da estrutura produtiva, antes apoiada na grande propriedade, expande-se o domínio da instância mercantil do capital na estrutura socioeconômica estadual. Tal processo redefiniu o perfil socioeconômico da elite capixaba, delineando a trajetória do poder no Estado. Sendo assim, é dessa nova estrutura socioeconômica que se ergueu o poder que comandou o Espírito Santo durante todo o século XX. Mas, antes de discutirmos o arranjo do poder edificado na Primeira

---

<sup>34</sup> Outras colônias fundadas ainda no Império foram: colônia de Santa Teresa (1875), colônia de Rio Novo (fundada em 1834, foi transferida para o governo em 1855) e colônia de Santa Leocádia (1887). (Cf. CAVATI, 1973).

República, faz-se necessário investigar a formação histórica da estrutura socioeconômica desenvolvida na região sul.

O desenvolvimento da lavoura de café no sul do Espírito Santo muito se deve à vinda de mineiros e fluminenses, que, trazendo consigo escravos, penetravam (pelo oeste e pelo sul) as matas rasgadas pelos rios Itabapoana e Itapemirim. Esse processo acabou dotando essa região dos elementos que alcançaram o comando político do Espírito Santo. As origens do “clã” Souza Monteiro são anotadas nas seguintes palavras de Maria S. de Novaes:

[...] na humildade de um rancho, na confluência do Salgado com o Itapemirim, à beira da mata virgem, longe de todo o conforto, fundara-se um lar que daria ao Espírito Santo onze herdeiros, dentre os quais, um bispo e dois presidentes do Estado: Dom Fernando, Bernardino e Jerônimo de Souza Monteiro. Com os filhos e netos, dali saíam, ainda, senadores, deputados, engenheiros, médicos, professoras e damas prendadas, que realizariam a felicidade de seus lares. Tudo porque, no arraial de Cachoeiro, Bernardino Rios abriu uma casa comercial, para entreposto das tropas que, numerosas, desciam de Minas carregadas de toucinhos, carnes, fumo, etc. Voltavam com sal e fazendas. Dois veleiros, “Santa Bárbara” e “Deus te Ajude”, do mesmo comerciante, transportavam as mercadorias para os portos de Itapemirim e Rio de Janeiro (NOVAES, 1979, p. 39).

O capitão Francisco de Souza Monteiro veio para o Espírito Santo por volta de 1853, em companhia de seu futuro sogro, Bernardino Ferreira Rios, de quem foi empregado e depois sócio na casa comercial. A família prosperou na vila de Cachoeiro de Itapemirim, e em 1869 inaugurava a casa-grande da fazenda Monte Líbano, cujo requinte era possível se comparar com o das fazendas da época áurea do vale do Paraíba ou do Oeste Paulista (NOVAES, 1960, 1979). A ascensão econômica do capitão Souza Monteiro e seu reflexo na posição política são indicados no trecho abaixo:

Quando o capitão Souza Monteiro resgatou a escritura da hipoteca de dezenas de negros no Banco do Brasil, no Rio, trazendo-os para a fazenda, sua ascensão social se havia consolidado em prestígio político: era “um sujeito adiantando, um fazendeiro abastado”. Passou a ser chefe político do Partido Conservador, em Cachoeiro, enquanto, na Barra do Itapemirim, o barão [de Itapemirim] disputava a primazia de toda a região. Para ampliar seu prestígio, distribuía roupas, calçados e miudezas a seus compadres e eleitores do partido e atendia a pedidos de auxílio: de longe, às dezenas, vinham os matutos gozar a hospedagem do “chefe” e aprender a assinar o próprio nome: os eleitores de Monte Líbano tinham em sua maioria o sobrenome Sá, porque, sendo breve, era fácil de ser aprendido pelos analfabetos. [...] Após a vitória, a festa era realizada no adro. Às vezes, no auge das discussões, uma urna se quebrava com os socos dados na mesa: anulavam-se as eleições, iniciava-se outra campanha eleitoral. A festa antecipada era sempre a mesma, assim como a vitória do Partido Conservador (ALMEIDA, 2010, p. 86-87).

A fazenda Monte Líbano, uma das mais importantes de todo o Espírito Santo, foi um clássico exemplo da estrutura produtiva montada na região. A paisagem da fazenda,

autossuficiente, com seu casarão elevado perdido no oceano de matas, café e solidão, é assim descrita por Amylton de Almeida:

Com seus mil alqueires, a fazenda Monte Líbano não possuía o esplendor da do barão de Itapemirim. Porém, com capela, jardim, pomar, colmeias, aviários, pocilgas, currais, serraria, olaria, forno de cal, pastos, cafezais, só precisava mesmo comprar querosene e sal, produtos então importados. Na sala de visitas, a mobília era de jacarandá, com mesa e console de mármore, jarrões de porcelana chinesa, castiçais com mangas de cristal, espelhos enormes com moldura dourada, lustres de cristal, louça imperial, paredes forradas de papel acetinado, almofadas bordadas a miçanga e lã, na sala de jantar, as paredes eram forradas de tecidos estampados com gravuras do romance popular Paulo e Virgínia, uma história de amor. Na saleta de espera, mobília austríaca. Era o império do café: determinado ano havia registrado 357.382 arrobas exportadas pelo Espírito Santo, principalmente por Cachoeiro, o maior produtor da província (Id., Ibid., p. 81).

Nessa região, embora a produção também enfrentasse o problema da falta de equipamentos e infraestrutura para cultivo e escoamento do café, a produção absorveu maiores recursos técnicos; ao contrário do que ocorria na região central, onde a produção pela pequena unidade produtiva era realizada com escassos recursos, ainda, segundo Amylton de Almeida, na fazenda Monte Líbano:

Os cafezais não dispensavam a enxada. Em geral, o café do Espírito Santo tinha baixa cotação no mercado brasileiro por causa da falta de cuidados no seu beneficiamento. Mas isso não acontecia na fazenda Monte Líbano, que possuía o lavador de café (antes de ir para a máquina, o grão era passado no lavador e depois pilado. Outra garantia de limpeza: os terreiros tinham piso de pedra e cal, o café era espalhado e secado para depois ir para a máquina). O café da Monte Líbano era o “de melhor qualidade, mais limpo e mais bonito”, alcançando o melhor preço em Cachoeiro, onde era vendido (ALMEIDA, 2010, p. 91).

A rotina de trabalho e a relação entre o “senhor” e o “negro” na fazenda (que em certo momento chegou a possuir mais de duzentos escravos) é também descrita por Amylton de Almeida. Assim vejamos:

Sinhá Riqueta também supervisionava as refeições: Francisco saía cedo para os cafezais, acompanhado dos cães Polícia e Turco. Às 9 horas, recebia o almoço, em gamela: comia com os escravos, verificando a qualidade. Às 12 horas, recebiam a batata assada, banana e angu. Às 18 horas, em casa, todos tomavam café com broa de milho ou angu e melado. Nos dias frios ou chuvosos, os escravos tinham direito a uma caneca de aguardente, “para esquentar o corpo”, e uma ração de fumo. Por ser mulher, Dona Henriqueta tinha também funções determinadas: ela e uma escrava distribuíam a roupa aos demais.

Aos sábados, o capitão Souza, por ser homem, é quem passava em revista os escravos, examinando as unhas, os carapinhos e o asseio geral. Também sozinho, montava a cavalo bem cedinho no domingo para assistir à missa em Cachoeiro. Os que ficavam na fazenda rezavam o terço e cantavam a ladainha de Nossa Senhora na capela. Era Francisco quem viajava para o Rio para comprar ternos, calçados, xales e vestidos para os escravos nas festas de Natal ou da Páscoa. Os mais bem comportados ganhavam sabonetes, lenços de



chitão e outras miudezas. Também aos sábados as escravas casadas tinham folga para cuidar dos maridos e preparar-lhes a roupa. Um orgulho de Sinhá Riqueta: os servos da Monte Líbano eram os mais vistosos nas ruas. O capitão Souza fazia o pagamento: cinco mil réis a cada trabalhador, por semana (Id., Ibid., p. 84-85).

O agrado aos escravos com presentes, a exigência no asseio pessoal, ou a maior liberdade em alguns aspectos da vida social, não obscurecem a preocupação do senhor em preservar seu patrimônio. A melhor convivência possível era buscada, mas não eliminava a relação entre o proprietário-senhor e a mercadoria-escravo. Na verdade, ela se mostrou favorável à existência dessa forma de sujeição do trabalho, baseada na propriedade do trabalho.

Em suma, na região sul predominaram dois elementos: o café e o negro. Através do trabalho escravo, a riqueza gerada pelo café inscreveu a região como centro econômico da província, ameaçando o domínio de Vitória. Produziu-se, assim, uma fricção entre o “Sul”, como força econômica, e “Vitória”, como força política, conforme observação de Geert A. Bank (1998). Essa importância na economia do Estado não foi abalada imediatamente com o fim da escravidão. Segundo as *Memórias* de Luiz S. Derenzi:

Cachoeiro culturalmente se julgava superior à Capital. Tinha internato, luz elétrica, indústria, era circundada de fazendas ricas e produtivas, estava ligada por ferrovia a Niterói. Além de dois de seus filhos culminarem na política: os irmãos Monteiro, Bernardino no Senado e Jerônimo na presidência do Estado. Os cachoeiranos vendiam importância e chamavam sua terra de Princesa do Sul.

[...] Os cachoeiranos tinham ciúme doentio dos capixabas de Vitória. Um nativismo truculento, estribado no seu *poder rural*, nos grandes latifúndios de café, cana e gado. De fato, a situação era privilegiada. Primeira cidade a ter luz elétrica e água encanada. Liam-se diariamente os jornais do Rio de Janeiro. Bela dianteira, incontestavelmente (DERENZI, 2002, p. 43, 46). (grifo nosso).

As consequências da transferência do núcleo de acumulação da produção agrícola para o comércio, na reformulação do perfil socioeconômico da elite capixaba, são identificadas na trajetória de algumas empresas locais.

Esse processo, como já apontamos, levou à transformação da estrutura produtiva: verdadeiro cataclismo sobre a maior parte dos fazendeiros escravistas. E reforçou a presença da pequena unidade produtiva na estrutura agrária estadual. O presidente de Estado Cel. Henrique da Silva Coutinho (1904-1908) descreve o quadro da lavoura nesse momento de crise, indicando as privações enfrentadas e as alternativas para a retomada do crescimento da produção:

A lavoura em nosso Estado está dividida em duas classes. A primeira – a dos fazendeiros, sobre quem pesam os compromissos inerentes a todos os homens de brio que não podem ver o resultado de seus esforços durante toda a sua vida, o futuro de sua família e a honra

e por isso se esforçam por manter sua fazenda, lutando como heróis contra a não menos sensível falta de capitais com que ocorreram as necessidades urgentes de sua vida agrícola.

A segunda classe em que está dividida a lavoura do Estado é a pequena lavoura tão próspera e tão atraente que constitui um ensinamento para os outros Estados nossos irmãos, que não cuidam de povoar o seu solo por meio da imigração.

Com efeito: o povoamento do ubérriimo solo de nosso querido Estado preocupa tão incessantemente o meu espírito que se me afigura, pela experiência que tenho destas coisas, que o dia em que pudéssemos ligar ao solo espírito-santense 50 mil famílias de lavradores estrangeiros, seria véspera do dia em que pudéssemos ter receitas, nas piores circunstâncias, de 10 e 12 mil contos. E não há fantasia no que avanço – é a pura realidade (COUTINHO, 1904, p. 9, 11).

A “realidade” das palavras do Cel. Henrique de S. Coutinho refere-se à difusão da pequena unidade produtiva como alternativa para continuidade da produção e, ainda, ao desenvolvimento de uma mentalidade própria da elite local quanto ao progresso do Estado. É importante retomarmos o pensamento do chefe político, pois ele revela a preservação dos interesses da esfera comercial no processo de reorganização da produção. Segundo o Cel. Henrique da S. Coutinho:

Os fatos de todo este desequilíbrio financeiro e paralisação da nossa vida comercial, do atraso em que permanecemos, não é, Srs. Membros do Congresso do Estado, já o disse e repito, o baixo preço do café, não foram as chuvas que estragaram em parte a safra deste ano, mas sim o não se ter cuidado há longos anos da introdução de imigrantes, absorvidos os Governos no pagamento dessa enorme dívida, devida a onerosos empréstimos que só produziam fontes de despesa e nenhuma receita [...] (COUTINHO, 1906, p. 24).

O que se apreende disto é a preocupação do governo em combater a existência de grandes propriedades improdutivas. Entre todos os Estados produtores de café, o Espírito Santo era o que detinha numa única região (o sul, mais especificamente o vale do Itapemirim) maior concentração fundiária. Afora isso, as fazendas daquela região possuíam a menor média de produção (Tabela 5).

**Tabela 5: Esboço da grande unidade produtiva no Espírito Santo em comparação com outras províncias: fazendas hipotecadas ao Banco do Brasil, em 30 de Junho de 1883.**

Zona	Província	Fazendas	Tamanho (ha)	Tamanho Médio por Fazenda (ha)	Pés de Café	Média de Pés por Fazenda
Santos	-	146	92.442	633	12.904.090	88.384
Rio	Minas Gerais	153	90.453	591	20.633.000	134.856
	R. de Janeiro	191	119.945	628	37.368.543	195.646
	São Paulo	218	162.671	746	29.305.000	134.426
	ES (Itapemirim)	12	24.794	2.066	791.000	65.917

Fonte: Van D. Laerne, 1885, apud Almada, 1984, p. 90 (modificado).

Como o Estado era dominado pelos interesses do comércio, era natural que ele incentivasse o aumento da produção para desenvolver a atividade comercial. O aspecto peculiar da política estadual foi o incentivo à proliferação das pequenas propriedades em detrimento do latifúndio; o que foi executado, principalmente após a Abolição, por meio da colonização com o imigrante.

A estratégia de desenvolvimento movimentada teve na política de imigração europeia um sustentáculo. A pequena produção assumiu nesse projeto, segundo o padrão clássico europeu, a qualidade moderna do desenvolvimento histórico do capitalismo: a distribuição da propriedade da terra. Contudo, o formato regional se definiu pela articulação dependente do pequeno proprietário à esfera mercantil: a subordinação da produção ao comércio.

Deste modo, a expansão da pequena propriedade, dominada por um espoliativo sistema de comércio do café, criou um novo tipo de estrutura de poder. Isto é, da instância do comércio dominando às bases da esfera da produção.

A iniciativa dos sócios José Gonçalves da Costa Beiriz e Antônio José Duarte, proprietários da casa comercial Duarte e Beiriz, exprime o processo em foco. A casa Duarte e Beiriz, instalada em Iconha, comprava terras devolutas e fazendas abandonadas, depois as dividia em pequenos lotes e as vendia a prazo para os imigrantes, que saldavam a dívida entregando na firma o café produzido. Na casa de comércio os imigrantes também se abasteciam com ferramentas, tecidos, gêneros alimentícios e medicamentos, tendo no café a moeda de pagamento da dívida (CAPRINI, 2007).

A atuação da firma demonstra o modo de articulação do capital comercial ao processo produtivo no Espírito Santo. Não se trata, nesse caso, do grande proprietário, que, exigindo enormes somas de dinheiro, obtinha o empréstimo por meio da propriedade do escravo e, posteriormente, com o fim da escravidão, através da valorização mercantil da propriedade da terra (ambos – escravo e propriedade da terra – funcionando como elemento de hipoteca para o financiamento da produção), mas do pequeno proprietário imigrante, que, endividado pela compra da terra e consumo na venda, encarrega-se de entregar o café a ser ainda produzido para o pagamento da dívida. Fato que exprime a continuidade da subordinação da produção ao comércio, agora organizada em novas bases e utilizando a condição da propriedade privada da terra como instrumento de dominação sobre a pequena produção.

Pelo contrato de compra da terra, o imigrante ficava ainda obrigado a dar preferência ao cultivo do café, e proibido de abrir comércio próprio. Restrição que reforçava o monopólio na compra do café e abastecimento do imigrante pela firma (Id., Ibid.).

Esse esquema de comércio do café estabeleceu um novo tipo de poder. O mecanismo de acumulação criado pela apropriação do excedente do trabalho do imigrante estava baseado no entrelaçamento do acesso a terra (via compra) à venda do café nas casas de comércio. Mecanismo que permitiu ao Cel. Antônio Duarte, sócio da firma, alcançar o poder político; o que revela a condição indissociável do poder “econômico” e poder “político”. Ou seja, de um lado, os mecanismos de enriquecimento e dominação do trabalho, do outro, os instrumentos de dominação de classe, imbricando-se na constituição da estrutura do poder.

Sendo a empresa a própria doadora da gleba onde se fundou a povoação, a participação da casa comercial Duarte e Beiriz no desenvolvimento de Iconha justifica-se pelos benefícios que o crescimento da vila (desde 1904, transformada em sede do município de Piúma) oferecia aos negócios da firma. De acordo com uma reportagem da época:

[...] a firma Duarte e Beiriz não mede sacrifícios. Assim a vemos ceder gratuitamente terrenos e mananciais para o abastecimento de água a população e para aumentar o cemitério, oferecer um prédio para a venda de carnes verdes, concorrerem para a abertura e melhoramento de estradas, pontes e outros serviços úteis e necessários [...] (*Revista Argos*, 1919, apud CAPRINI, 2007, p. 89).

Nota-se, desse modo, o comércio incentivando o crescimento da vila como estratégia de expansão de sua atividade. A acumulação via setor do comércio também permitiu à firma buscar outras possibilidades de valorização do capital além do comércio, e em outros centros mais importantes. Vejamos as palavras do presidente Jerônimo Monteiro:

Reconhecendo a grande falta de habitações na Capital, o governo mandou construir casas higiênicas para pequenas famílias, tendo para isso celebrado com o importante capitalista, coronel Antônio José Duarte, um contrato para edificação de 50 a 100 casas, estando já iniciadas as obras.

Com o mesmo capitalista foram contratados o aterro da vila “Moscoso”, bem como o arrendamento da “Carril Suá”, e o prolongamento das suas linhas até o arrabalde “Santo Antônio” (MONTEIRO, 1910, p. 18).

Portanto, com a metamorfose da riqueza e o desenvolvimento do setor urbano mercantil regional, estavam assim dadas as bases econômicas para a nova estrutura do poder. A acumulação na esfera mercantil-exportadora também agiu na tentativa de buscar novas alternativas de valorização do capital para além do comércio de café. Como é o caso da iniciativa da firma Duarte e Beiriz ao buscar diversificar seu capital na edificação de moradias, na construção de infraestrutura urbana e na exploração de serviços urbanos na Capital. Mas, acima de tudo, criou as condições materiais necessárias para a reprodução do capital na construção da cidade.

O surgimento, ainda que em estágio embrionário, de outras alternativas de valorização do capital na construção da cidade também resultou de uma explícita estratégica dirigida pelo setor mercantil-exportador em suas combinações com outras frações do capital. Essa política, gestada ainda no período imperial, se consolidou a partir dos primeiros anos da república. E estava revestida por uma consciência sociopolítica da elite capixaba, fundida pela matriz mercantil, que apontou na modernização, via desenvolvimento do comércio, o caminho de ruptura e superação do atraso do Espírito Santo.

## A CIDADE DO COMÉRCIO: ALTERNATIVA DE SUPERAÇÃO DO ATRASO REGIONAL

Nos primeiros anos da república, Vitória sofria os efeitos de sua limitada polaridade comercial, circunscrita às áreas próximas da cidade. Como cidade detentora do papel administrativo-burocrático do Estado, tinha na expansão e concentração da produção cafeeira em sua órbita comercial uma alternativa de seu desenvolvimento.

Contudo, a formação do espaço econômico em suas diferentes bases produtivas e circuitos de comercialização regionalizados tomou a forma de interesses constituídos territorialmente. A dualidade das forças regionais, estruturada, de um lado, no velho *poder rural* (da elite agrofundiária) e, de outro, no *poder comercial* (da elite mercantil-exportadora), traduzia, no embate das forças, opções com fundamentos diferenciados para o desenvolvimento do Estado.

Os interesses de classe se chocavam, resultando em combate entre as forças da classe dominante pela direção do governo. “O espectro das lutas pela direção política estadual seria ampliado e refletiria as novas clivagens sociais e territoriais, que emergiam em decorrência da expansão da economia cafeeira” (ZORZAL E SILVA, 1995, p. 68). Apesar disso, foi a partir dessa estrutura socioeconômica, em suas transformações históricas, que se estruturou o poder que comandou o Espírito Santo.

Após a derrocada do império, a atuação de Afonso Cláudio à frente do primeiro Governo Provisório estadual, em meio às incertezas e expectativas do novo regime, aparentemente expressou a tentativa de aproximar as duas forças regionais: a classe agrofundiária (reunida até 1889 no Partido Republicano e concentrada na região sul) e a classe mercantil-exportadora (reunida até 1889 no Partido Liberal e concentrada na região central) (Id., Ibid.; SANTOS, 2012).

Entretanto, a dualidade das forças se confirmou no Congresso do Partido Republicano do Espírito Santo realizado no dia de 23 de maio de 1890, com a exclusão dos nomes de Bernardo Horta e Antônio Aguirre (as duas principais lideranças republicanas sulistas) da mesa diretora do partido. Estes, em virtude do acontecido, abdicaram dos cargos da primeira e da segunda vice-presidência e criaram a União Republicana Espírito-Santense. A criação do novo partido, no mês de julho, para concorrer às eleições, naquele mesmo ano, para a Assembleia Constituinte Nacional contra o governo instalado confirmou definitivamente nas posições partidárias a dualidade no seio da classe dominante estadual. Poucos dias depois da fundação da União Republicana Espírito-Santense, fundou-se também na Capital o Partido Republicano Construtor (Id., Ibid.; Id., Ibid.).

Assim ficavam estabelecidas as representações partidárias das forças econômicas com suas aderências de patente nos dois novos partidos estaduais: União Republicana Espírito-Santense, representando o capital agrofundiário associado ao estamento burocrático-militar – mais disperso geograficamente, mas tendo predomínio na região sul; e Republicano Construtor, representando o capital mercantil-exportador, apoiado por parcela do estamento burocrático militar – reunido, sobretudo, na região central (ZORZAL E SILVA, 1995).

Os primeiros anos da república mostraram que as forças sociais constituídas no processo de expansão da economia cafeeira não se acomodaram logo de início em um governo que expressasse o conjunto dos interesses; pelo contrário, aliaram-se às duas forças em seus matizes regionais, exprimindo-se no bipartidarismo. Confirmadas as chapas para a campanha eleitoral, a União Republicana Espírito-Santense se pronunciou por meio do jornal *O Cachoeirano*, em 31 de agosto de 1890:

Eis aí a chapa oficial, que só se recomenda pelo condenável exclusivismo da gente do norte do Estado. Isso dá a medida do pouco caso e do estranhado menosprezo pelo sul, que todos sabem, tem sido sempre espezinhado pelo Sr. Afonso, cujas mãos abertas têm despendido tudo com o porto do Cachoeiro [em Santa Leopoldina], que ele chama seu ninho futuro, e o seu ganha-pão de advogado catão (*O Cachoeirano*, 1890, apud SANTOS, 2012, p. 247).

A defesa apaixonada do Partido Republicano Construtor, assinada com o pseudônimo “Vitor Hugo”, de porto de Cachoeiro (freguesia de Santa Leopoldina, na região central), indica os contornos regionais que a disputa política vinha assumindo. A publicação, em 12 de setembro de 1890, em *O Estado do Espírito Santo*, assim dizia:

O tempo não me permite salientar os favores concedidos aos estrangeiros protestantes com o decreto de liberdade de culto e outras garantias a nós dispensados. Contra esta Constituição favorável a nós estrangeiros de berço e brasileiros de coração, levantou-se uma barreira composta de republicanos egoístas do 13 de maio, dos políticos atrasados do

regime passado, que votam implacável ódio ao Governo Provisório, que tem sabido ser patriota. Essa barreira quer tentar derrubar esse governo liberal e justo mandando ao congresso os inimigos nossos com o propósito de fazerem nova Constituição a seu jeito, inutilizando a que nos oferece generosamente esperanças de um futuro sólido para nós e nossos descendentes. Em todos os Estados federados do Brasil têm se formado partidos. Aqui neste Estado levantaram-se dois – a União, ligação dos atrasados, dos seres egoístas que blasfemam contra a República por causa da separação da Igreja do Estado, do casamento civil, da secularização dos cemitérios, e dos despeitados; o Construtor, partido que tem em seu grêmio os elementos mais puros dos partidos extintos, do republicano propagandista, e a maioria dos novos brasileiros. A União, inverso de seu nome, procura meios reprovados para vencer, fazer deputados para guerrearem o Governo Provisório e inutilizarem a sua Constituição, favorável a nós. O Construtor, partido do progresso, tem em seu abono o seu programa e o pessoal sério de que é composto (*O Estado do Espírito Santo*, 1890, apud Id., Ibid. p. 248).

Após sua eleição para a presidência, no dia 25 de fevereiro de 1891, o marechal Deodoro da Fonseca tratou de derrubar os governos estaduais que haviam se posicionado contrários a sua candidatura no Congresso; medida que atingiu a representação capixaba, composta, em sua totalidade, pelo agrupamento do Partido Republicano Construtor, pois este se saíra vitorioso nas eleições de setembro de 1890 para a Assembleia Constituinte Nacional (Muniz Freire e Athayde Jr., deputados federais; Domingos Vicente, Gil Goulart e José Cesário, senadores). Naquela altura, a chefia do governo estava entregue a Henrique da Silva Coutinho, fazendeiro de Santa Leopoldina, que substituíra Constante Sodré, o qual, por sua vez, substituiu Afonso Cláudio, que se ausentara por motivos de saúde. Assim, Antônio Aguirre, por decreto federal, de 7 de março de 1891, foi nomeado presidente do Espírito Santo (ZORZAL E SILVA, 1995; SANTOS, 2012).

Na direção do governo, a União Republicana Espírito-Santense, no dia 6 de junho de 1891, elegeu para presidente o barão de Monjardim (naquele momento, afastado do agrupamento liderado por Muniz Freire), e para vice-governador, Antônio Aguirre. Todavia, dada a instabilidade do governo do marechal Deodoro, que não contava com o apoio, naquela altura, da maioria do parlamento nacional, somando-se a oposição da bancada capixaba, findou-se o curto período de controle do aparelho governamental por parte da União Republicana Espírito-Santense. O contra-golpe de Floriano Peixoto – então vice-presidente do país – sobre Deodoro, em 23 de novembro de 1891, também produziu a reviravolta política da situação estadual, levando o grupo deposto ao comando do poder (Id., Ibid.; Id., Ibid.).

No Espírito Santo, após a queda de Deodoro, seguida da deposição do governo de Monjardim, em 29 de dezembro de 1891, assumiu o governo uma junta nomeada pelo poder central. As novas eleições foram realizadas no dia 5 de março de 1892, sem a participação do

grupo deposto. O resultado foi o retorno do Partido Construtor ao poder estadual. Partido esse liderado por Muniz Freire, eleito presidente do Espírito Santo para o quadriênio de 1892-1896 (SANTOS, 2012).

Após esse primeiro momento de intensa turbulência na política do Brasil e do Espírito Santo, o agrupamento de Muniz Freire assumia o poder do Estado. A corrente munista, expressão-mor dos interesses mercantis centrados em Vitória, dominou plenamente o aparelho de governo por um período de 12 anos, quando tratou de traçar o caminho da política de desenvolvimento regional do Espírito Santo. Analisando a obra de Marta Zorzal e Silva sobre o assunto, observa-se que a vitória do Partido Republicano Construtor, no início do período republicano, definiu a trajetória do poder no Espírito Santo, visto que:

[...] À medida que esse partido agregava, principalmente, os interesses das classes mercantil-exportadoras, localizadas na região central e norte, se consolidaria o comando hegemônico dessas classes no bloco regional de poder, por um lado; e, ao longo do tempo, reverteria o processo de polarização econômica que começava a se caracterizar em torno da região sul. Assim, inicialmente sob a égide do Partido Republicano Construtor, as classes ligadas ao capital mercantil-exportador assumiram a direção hegemônica do poder político e orientaram os destinos do Espírito Santo até a Revolução de 30. Embora, no período de 1908/1912, as forças integrantes das classes agrofundiárias, da região sul, houvessem forças, e, nesse intervalo, definido o sentido da política de desenvolvimento socioeconômico do Espírito Santo, tal fato não as retirou do comando político estadual (ZORZAL E SILVA, 1995, p. 76).

A inauguração da república ampliou enormemente a margem de atuação das elites estaduais. De fato permitiu, para o caso das elites subalternas, o controle direto do aparelho do governo estadual. Contudo, o Espírito Santo chegava, nesse momento da vida política nacional, totalmente desprovido das condições infraestruturais para a viabilização de um projeto regional de desenvolvimento. A esse respeito pronunciou Muniz Freire:

Uma grande preocupação assalta a todos quantos se interessam pelo engrandecimento do Estado, e medem o alcance e a influência dos empreendimentos que se acham em viabilidade – é que a execução de todos eles concorrerá seguramente para fazer nossa Capital um empório comercial vastíssimo, e entretanto ela se acha completamente desaparelhada para sê-lo. Vitória está fatalmente destinada a ser uma grande cidade, e no entanto as suas condições topográficas não permitem que sem enormes despesas possamos adaptá-la a esse destino. Nós temos a felicidade de possuir uma das baías mais pitorescas do mundo, segundo a versão de todos os viajantes, mas, em contraposição, no fundo dessa tela admirável da natureza, a incúria e a inépcia do homem assentaram a mais irregular e menos graciosa das cidades.

É preciso fazer quase tudo a um só tempo, não só para melhorar as condições da atual cidade como para estender as raias de seu campo de desenvolvimento. Além de não termos até hoje regularmente organizado nenhum dos serviços necessários à vida de uma cidade populosa, o que é preciso fazer para a conquista de nova área urbana depende de grandes dispêndios; e por outro lado, o próprio porto, que entre os de segunda ordem é



um dos principais da República, carece de ser grandemente melhorado para corresponder às exigências da importância que vai ter (MUNIZ FREIRE, 1894, p. 14-15).

No intento de criar as condições materiais que viabilizassem o plano de transformar Vitória em um grande empório comercial, o Estado contratou obras e acertou acordos com o objetivo de desenvolver a atividade de comércio. O interesse era convergir a produção de café do Estado e de regiões próximas para Vitória. Seguindo este fim, o Estado contratou a construção do porto de Vitória e do sistema ferroviário visando integrar a Capital ao restante do território espírito-santense, bem como parte de Minas Gerais, e elaborou o projeto do Novo Arrabalde, na perspectiva de estabelecer nesse espaço uma nova área de expansão da cidade. O novo espaço de ocupação, localizado na área de praias, na porção leste da ilha, liberaria o crescimento da cidade promovido pelo progresso da atividade do comércio (CAMPOS JR., 1996).

O governo estadual, melhor equipado nesse momento de condições financeiras,<sup>35</sup> tratou de planejar a tessitura estadual de comunicação, ligando a Capital com o restante do território e com o centro econômico do Estado de Minas Gerais.

O sistema ferroviário compreendia a ligação entre Vitória e Cachoeiro de Itapemirim, com a construção da E. F. Sul do Espírito Santo. Essa ferrovia, partindo do trapiche de Argolas, de frente à ilha, ligar-se-ia a Cachoeiro e ao trecho existente da E. F. Caravelas, que já colocava essa cidade em comunicação com Alegre; a partir daí estender-se-ia até os limites de Minas Gerais. Pelo vale do rio Doce, planejou-se a E. F. Vitória a Minas, que, passando por Colatina e Aimorés, alcançaria inicialmente Peçanha (MG), mas teve seu traçado repensado e direcionado para a Capital mineira. Essa linha, além de providenciar a ocupação das terras elevadas do interior do Estado, na zona de expansão imediata da hinterlândia de Vitória, colocaria o futuro porto de Vitória em comunicação com a região leste do território mineiro. Tudo isso, com o objetivo de ligar Vitória por linha férrea ao centro econômico do território mineiro. Complementar ao programa ferroviário, o governo estadual buscou a abertura de estradas carroçáveis, criando e ampliando a comunicação com as linhas férreas para assegurar o escoamento da produção.<sup>36</sup>

---

<sup>35</sup> Muniz Freire governou o Espírito Santo num momento de expansão das receitas públicas, pelo crescimento da exportação do café e valorização do produto no mercado internacional. No exercício financeiro de 1893, por exemplo, a renda estadual, que havia sido orçada em 2.434:300\$000, montou a 3.231:390\$662, sendo 2.586:864\$935 correspondentes a renda de exportação (ESPÍRITO Santo. Presidente Muniz Freire. *Mensagem...* 1894, p. 5).

<sup>36</sup> ESPÍRITO Santo. Presidente Muniz Freire. *Mensagens...* 1893, p. 18; 1894, p. 7-14.

Forjado a partir do bloco de poder da região central, o projeto de reconstrução regional do Espírito Santo dependia da reorganização do espaço estadual e tinha como fundamento da renovação econômica o desenvolvimento do setor mercantil na direção do centralismo comercial em Vitória. Convergir a produção de café para Vitória transformando-a em um centro comercial de expressão nacional significou, em diferentes querelas, afirmar Vitória como centro do poder em âmbito estadual.

O projeto estava revestido por uma consciência sociopolítica que visualizou no desenvolvimento mercantil-exportador a alternativa de integração da elite capixaba ao processo de modernização do país. Por outro lado, significou também, através da integração econômica do espaço estadual, preservar o Espírito Santo como entidade política de ação da classe dominante capixaba, por meio de um projeto de desenvolvimento regional. O cerne do projeto não poderia ser mais bem enunciado senão pelo próprio Muniz Freire:

Nós somos uma pequena província, atrasada, despovoada, cheia de preconceitos, sem amor próprio, pobre de estímulos e de forças; entretanto, não há povo mais ordeiro nem mais hospitaleiro, não há solo mais rico, nem mais delicioso. Aproveitar as grandes forças brutas desta natureza que ainda não teve lapidários, transformar esse bloco rude em um ideal grandioso – é o que incumbe às correntes diretoras da opinião e dos governos, pondo em ação todos os elementos que dormem no fundo escuro do incerto e do desconhecido. Temos sido até hoje apenas uns contempladores de utopias; gastando o nosso tempo em urdi-las para depois sofrermos a decepção de vê-las desfolhadas ao primeiro atrito da objetividade prática. Temos ligado até hoje o nosso futuro a realização de uma via férrea que os nossos homens de Estado ainda não tomaram a sério por se tratar talvez de um assunto de pequena província do Espírito Santo [...].

Mas não é exato, senhores, que o progresso da província do Espírito Santo dependa exclusivamente da execução dessa estrada; e direi mais, com toda a franqueza e lealdade, que *nós poderemos vir a ser uma província importante, comercial e adiantada*, tendo uma praça como a de Santos, municípios como os mais florescentes de São Paulo ou de Minas, antes e independentemente da construção de qualquer linha férrea para Minas. A estrada de ferro seria incontestavelmente o meio mais fácil, e eu me daria os parabéns, como espírito-santense, se pudesse ver amanhã o território desta pequena pátria cortado de trilhos e coberto de minas de trabalho e de prosperidade [...] há todavia uma coisa que ela (a Europa) nos pode dar, que nós devemos pedir-lhe com instância dos seus filhos, que como lanterna de mineiro virá iluminar nos esconderijos dessa terra bem fadada os grandes veios auríferos da imensa opulência desta natureza fecunda e amiga (MUNIZ FREIRE, 1886, apud SANTOS, 2012, p. 184-185) (grifo nosso).

Assim, torna-se mais esclarecedor como era significativo para a elite local a celebração do acordo de construção da E. F. Vitória a Minas. Nesta questão, os interesses da elite capixaba e os da elite mineira se confluíam. Os mineiros buscavam uma saída alternativa

para o oceano.<sup>37</sup> Já os capixabas buscavam integrar seu principal porto à vida econômica dessa importante região do país, tornando-se o local privilegiado de exportação de sua produção:

Fato de maior relevância exige especial menção no começo desta mensagem: quero referir-me á honrosa visita que acaba de fazer à nossa Capital o ilustrado Presidente do grande e poderoso Estado de Minas, trazendo o nobre pensamento de celebrar com este governo o convênio econômico autorizado pelos Congressos de ambos os Estados, e por amor de cuja realização empreendi no ano passado viagem à capital mineira [...].

Sobre o convênio que tivemos a honra de celebrar nada preciso acrescentar-vos. Tive enfim a fortuna de ver assim coroados os meus votos, um futuro imenso rasgado à grandeza comercial deste Estado, e regulada para sempre a imemorial aspiração dos dois povos, não sendo honra de menor valor o exemplo que demos à nação, usando nós os primeiros dessa faculdade constitucional.

É escusado insistir sobre a importância desse plano, que vem pôr-nos em comunicação com uma vasta região de Minas [...]. Pondo de parte os imensos resultados econômicos que daí provirão para o nosso Estado, cuja prosperidade correrá a sorte do largo desenvolvimento que terá logo uma enorme extensão do rico Estado vizinho, não precisaremos senão calcular o progresso que fará imediatamente a ubérrima região do sul do Estado, onde, a par da grande produção, tornando-o um dos centros agrícolas mais importantes de toda a República, há ainda grandes extensões incultas de terras tão boas como as melhores do país.

Concluídas as duas linhas o porto da Vitória será o mercado da maior parte da zona mineira que fica-lhe a oeste, e de quase todo o Norte daquele Estado até as cabeceiras do rio S. Francisco (MUNIZ FREIRE, 1893, p. 5-6, 13-14).

Sobre a dimensão territorial do projeto de integrar Vitória a Minas Gerais, Geert A. Banck observou:

Havia já algum tempo que políticos mineiros, entre eles o irmão de Cristiano Otoni, Teófilo, visualizavam Vitória como porto marítimo natural para Minas Gerais. De fato, alguns membros da Assembleia Constituinte mineira de 1891 chegaram a cogitar um modelo de governo descentralizado, mais ou menos na linha do sistema de cantões suíços, como prelúdio de convite a ser feito ao Espírito Santo para se incorporar ao novo Estado. Os capixabas rejeitaram a ideia: assim perderiam o direito tanto a um poder judiciário independente como um clientelismo independente, além de perderem também sua própria identidade cultural.

O fato assim,

[...] considerando o pequeno número de pessoas envolvidas e apesar das cisões políticas, essa foi importante fonte de acomodação entre os membros da elite local. [...]. De certo, tendo a presença bem próxima de Rio e Minas como exemplos grandiosos de poder

<sup>37</sup> A contribuição do Estado de Minas Gerais, no governo de J. Monteiro, oferecendo uma verba de cem mil francos anuais, durante um prazo de quatro anos, para a execução das obras do porto de Vitória, indica a importância que o projeto assumiu também para o Estado vizinho, permitindo a ele uma saída mais acessível para a exportação de sua produção (ESPÍRITO Santo. Presidente Jerônimo Monteiro. *Mensagem...* 1908, p. 26).

político e excelência cultural, e confrontando com um enorme influxo de migrantes brancos puros, a elite capixaba alimentava uma espécie de complexo de inferioridade, compensado no entanto pela busca de uma identidade própria (BANCK, 1998, p. 62).

Do exposto, observa-se o jogo de disputas das forças regionais expressas nas unidades federativas, envolvendo seus conflitos e alianças que permeavam a formação de um espaço de domínio e sua própria sobrevivência política. Demonstra-se que na conjuntura federalista da República a preservação dos interesses mercantil-exportadores, orientava-se para a construção territorial do estado do Espírito Santo. A reorganização do espaço econômico estadual, a partir da integração territorial das regiões produtivas e centralização do comércio na Capital, adquiriu uma dimensão estratégica de preservação do poder regional institucionalizado no aparelho de Estado.

Isto é, a condução do plano de concentrar a produção e desenvolver o comércio em Vitória detinha uma postura regionalista de construção do território espírito-santense como caminho de preservação do Espírito Santo como unidade política da federação. Nesse desígnio, a ação da elite mercantil visou tecer elementos na edificação de uma identidade política própria como veículo de preservação dos interesses locais. O revestimento ideológico desse projeto sustentou-se em uma coesão sociopolítica voltada para a superação do atraso regional do Espírito Santo:

Nós somos entretanto ainda um Estado fraco, onde esse sentimento edificante precisa de ser cultivado com escrúpulo, de modo que não soque, nem aos exageros sombrios das civilizações primitivas, onde o hóspede é sempre suspeitado, nem ao requintado absentismo que gera a idolatria pelo que é de fora, e conclui pela abdicação da própria dignidade.

Realmente, o que se conhece deste pobre Estado é que ele tem sido governado de fora, através de quase todas as situações.

[...] A dignidade do Estado e o progresso da nossa moral política exigem que nos reabilitemos desse passado, mostrando-nos capazes de governar-nos com os próprios elementos da nossa política interna. Esse é o verdadeiro problema da nossa autonomia moral, que nada tem de comum com a mal entendida tendência de espezinhar o concurso valoroso dos que não tendo aqui o berço vêm entretanto identificar-se conosco em todos os nossos destinos.

Tratemos de concentrar as energias para que elas possam juntas colaborar no engrandecimento de nosso Estado; – o mais é repetir frases oras sem nenhum êxito prático. Façamos, o Espírito Santo já seria uma estrela de primeira grandeza na constelação em que S. Paulo é o alfa (MUNIZ FREIRE, 1892, p. 2-4).

A manutenção do poder político, expresso no aparelho de Estado, era condição *sine qua non* para a condução do plano. De fato, a preservação da unidade territorial e entidade política do Espírito Santo significava o controle total do processo. Subordinar-se a outra força

estadual restringiria a margem de atuação das forças e, por isso, ameaçaria a preservação dos interesses locais.

A supremacia dos interesses da instância mercantil-exportadora na política de desenvolvimento de Vitória fica sintetizada na frase do presidente Graciano dos Santos Neves (1896-1897): “Acho, em uma palavra, que é o comércio que faz a cidade e não a cidade que faz o comércio” (1896, p. 10). O sentido do desenvolvimento traçado também fica exposto quando, em 1896, no retorno das dificuldades financeiras, devido à queda do preço do café no mercado internacional, que impôs uma arrecadação muito inferior à esperada, o governo paralisou diversas obras na cidade, incluindo a construção do novo hospital na praia do Suá, iniciado no governo anterior, e concentrou todos os esforços para dar continuidade à construção da estrada de ferro,<sup>38</sup> elemento estratégico do projeto: “Sou de parecer que Vitória elevar-se-á ao nível de uma grande praça comercial e conseqüentemente de uma cidade, em futuro não remoto, pela força latente e insuperável das suas condições próprias, superiores às de todas as outras localidades do Estado” (SANTOS NEVES, 1896, p. 9).

De acordo com a concepção do presidente Graciano Santos Neves:

Em qualquer parte onde exista um porto acessível e abrigado, para onde venham a confluir gêneros de exportação em grande soma, ali se forma por um processo espontâneo e fatal um vasto empório de comércio que a proporção da sua florescência, vai sucessivamente granjeando todos os elementos constitutivos de uma grande cidade.

Vitória tem a sua baía com as condições requeridas para ser um ótimo porto; falta-lhe o afluxo contínuo e copioso de mercadorias para exportação, o que virá a ter lugar quando a produção do Estado tiver atingindo certa abundância e puder derramar-se nesta praça por vias fáceis de comunicação (SANTOS NEVES, 1896, p. 10).

A centralização da produção na Capital levaria à obsolescência dos demais portos distribuídos pelo litoral capixaba, dos quais os mais importantes eram o de Barra de Itapemirim e o de Barra de São Mateus. De certo, a intenção de escoar a produção do sul do Estado por Vitória foi, desde o início, uma opção política da fração do capital com maior influência nas decisões do governo.

Nesse sentido, embora o porto de Vitória fosse dotado de melhores condições naturais para a movimentação de carga, possuindo, por exemplo, um ancoradouro protegido dos ventos, não existia no canal sul da ilha, onde funciona o porto, nenhuma infraestrutura portuária até essa época.<sup>39</sup> O que imperou foi a força política de uma fração da elite capixaba

<sup>38</sup> ESPÍRITO Santo. Presidente Santos Neves. *Mensagens...* 1896, 1897.

<sup>39</sup> Trabalhos específicos trataram da evolução do porto de Vitória. A esse respeito, consultar: Araújo Filho (1974) e Siqueira (1984).

de fazer de Vitória e seu “porto natural” um centro regional de comércio. Atingir esse objetivo exigiu inverter o fluxo de comércio da produção da região sul para Vitória. Portanto, era necessário concluir a ligação do porto de Vitória com Cachoeiro de Itapemirim, que já, desde 1903, estava ligado por linha férrea com o porto do Rio.<sup>40</sup>

Sobre esse aspecto particular da política capixaba comentava o Cel. Henrique da S. Coutinho:

Chegando ao Cachoeiro de Itapemirim, o movimento de mercadorias será extraordinário porque todo o café que desce aquele rio, quase sempre desprovido de águas para a navegação e também o que por terra demanda o porto do Rio de Niterói, virá infalivelmente para a Vitória, onde há importantíssimas casas exportadoras e onde o esplêndido estuário que possuímos, abrigado de todos os ventos, aliado à profunda e segura barra que temos, favorece a navegação de longo curso. Já não falo do movimento de passageiros que será enorme, porque todos preferirão a via terrestre à marítima e o importante comércio que nutrimos e que se ampliará muito mais, com a opulenta cidade de Cachoeiro de Itapemirim, trará constantemente grande movimento de passageiros à entrada (COUTINHO, 1904, p. 28).

Concluído o projeto de integração comercial, o reflexo anunciado na cidade é comentado pelo presidente de Estado:

Destinada para um futuro brilhante por estar fadada a ser em breve tempo o empório do comércio de todo o Estado e de todo o norte de Minas; possuindo um ancoradouro que com pequeno trabalho se converterá numa verdadeira doca, dotada pela natureza com os maiores encantos, a nossa Capital, se for auxiliada pelos poderes municipais e do Estado, se metamorfoseará, de cidade sem atrativos, sem higiene e sem beleza em cidade aprazível, confortável, linda (COUTINHO, 1904, p. 23).

A conclusão da E. F. Sul do Espírito Santo se realizou apenas em 1910, após ter sido repassada à iniciativa privada; à empresa Leopoldina Railway concluiu a obra, que estava paralisada desde o governo de Henrique Coutinho (QUINTÃO, 2008). Coube a Jerônimo Monteiro, o arquiteto da transação em 1906, a inauguração da estrada, já como presidente do Estado.

Embora o governo Jerônimo de Souza Monteiro (1908-1912) tenha correspondido à renovação da estrutura oligárquica no Espírito Santo,<sup>41</sup> quando a família Monteiro, ao

---

<sup>40</sup> A elite sulista, ligada aos interesses agrofundiários, era contrária ao projeto. Ela defendeu a ideia de construir uma linha férrea ligando Cachoeiro ao porto de Itapemirim, por onde a produção da região já era escoada para a praça do Rio, sobretudo, antes da ligação por linha férrea com essa cidade, em 1903. Visando forçar o sentido de escoamento da produção em benefício de Vitória, o governo proibiu, por um prazo de 20 anos, a construção de um outro ramal na zona próxima da E. F. Sul do Espírito Santo (QUINTÃO, 2008).

<sup>41</sup> A partir do governo J. Monteiro, até o fim da Primeira República, as disputas pelo poder, em alguns momentos abrindo combates violentos, foram essencialmente lutas internas à oligarquia Monteiro ou então de ameaça externa por parte de outra oligarquia, que buscava ascender à direção do poder. Embora as disputas internas a oligarquia Monteiro também assimilassem a rivalidade entre agrofundiários e mercantil-exportadores, não

dominar o aparelho de poder,<sup>42</sup> substituiu a oligarquia dos Pinto Ribeiros e dos Monjardins no comando do Estado, mantendo-se no poder até o fim da Primeira República,<sup>43</sup> verifica-se, a partir desse governo, uma maior composição entre os agrofundiários e os mercantis-exportadores, por conta do interesse de manter a unidade política do Espírito Santo na federação perante as ameaças externas, particularmente dos mineiros.

Ao ascender ao poder, J. Monteiro buscou formar um governo de coalizão, reunindo diferentes facções da elite estadual através da criação do Partido Republicano Espírito-Santense. A força que se reuniu nas mãos do presidente, com as principais facções políticas arregimentadas em um único partido, ficou explícita nas eleições para a renovação da bancada estadual na Câmara Federal. Na ocasião, todos os eleitos (barão de Monjardim, Torquato Moreiro, Galdino Loreto e Bernardo Horta) pertenciam ao partido de Jerônimo. Graciano dos S. Neves, fiel ao posicionamento de Muniz Freire, não se aliou ao novo partido. Ao tomar essa decisão, isolou-se politicamente e saiu derrotado na campanha da sua reeleição (NOVAES, 1979).

Muito significativa foi essa passagem na política capixaba quando J. Monteiro reuniu sob a guarda do Partido Republicano Espírito-Santense o conjunto das forças políticas no Estado. Na sessão de criação do partido, Jerônimo Monteiro frisava o ambiente erigido:

Ao invés das lutas intensas de partido, as quais tanto agitaram o nosso Estado, vemos, com prazer, reinar a paz, em nosso meio, reunidos todos os elementos em torno de um só programa abrigados por uma só bandeira e empenhados em um só combate: o nosso progresso.

[...] sopitar quaisquer sentimentos de hostilidade e de paixão particular do passado, lançando sobre o véu do esquecimento e, possuídos de ânimos nobres e elevados, encarar todos como membros de uma só e mesma legião combatente pelo progresso do Espírito Santo (MONTEIRO, 1908, apud NOVAES, 1979, p. 142-143).

---

configuraram disputas de grupos políticos espelhando claramente frações de classe específicas e regionalizadas, como ocorreu na disputa pelo poder estadual nos primeiros anos da República, quando a luta partidária refletiu de maneira mais saliente os agrupamentos políticos em seus contornos regionais e frações de classe entre agrofundiários da região sul e setor do comércio na região central. Cf. Bou-Habib (2007) e Zorzal e Silva (1995, parte I).

<sup>42</sup> Quando J. Monteiro tornou-se presidente de Estado, o Cel. Antônio Monteiro era o presidente da Assembleia, José Monteiro era deputado estadual; Dom Fernando Monteiro, o bispo do Espírito Santo; e, ainda, Bernardino Monteiro, senador eleito em 1909. Todos eram irmãos de J. Monteiro. Veja a respeito: Amylton Almeida (2010) e Novaes (1979, 1960).

<sup>43</sup> Sobre o domínio da oligarquia Monteiro na política estadual e suas articulações com lideranças mineiras para sua manutenção no poder, ver Bou-Habib (2007).

A política de coalizão montada por J. Monteiro aglomerou no mesmo partido diferentes faces do capital: agrofundiário, comercial e setores da atividade de serviços. Em um comentário contemporâneo, de autoria desconhecida, a cerimônia de fundação do partido era descrita como “um interessante coquetel político, multicolor e multicolorido” (NOVAES, 1979, p. 145).

Com J. Monteiro, finalmente a classe dominante sulista passava a ter no posto de comando do Estado um filho seu. Todavia, não se tratava mais da velha mentalidade dos senhores de escravos da época áurea do vale do Itapemirim. Os tempos eram outros, e J. Monteiro fazia parte da nova geração da classe dominante capixaba: era o moderno que nascia do velho, trazendo consigo heranças do passado, mas embutindo-as em uma nova mentalidade, mais compatível com as novas exigências do capitalismo moderno.

Jerônimo Monteiro, filho de coronel e ele próprio um coronel, conhecia bem o novo mundo deflagrado totalmente no 1888/1889. E, por isso talvez, não se desviou dos interesses do comércio. Embora a iniciativa industrial<sup>44</sup> no sul do Estado visasse atender os interesses dos setores agrícolas, a conclusão da E. F. Sul do Espírito Santo e os investimentos em urbanização da Capital preservaram os objetivos do setor do comércio. Sobre a feição social do chefe oligarca, João Gualberto Vasconcellos diz:

Jerônimo Monteiro não era um coronel ignorante, como aqueles que o Segundo Império gerou. Não vivia da exploração da terra, não tinha agregados, nem um grupo de jagunços ao seu dispor. Era membro de uma outra geração, a dos filhos dos grandes proprietários que tinham estudado. Era produto da modernização econômica e social brasileira, modernização esta possível no contexto da economia cafeeira. Estava mais articulado com as demandas políticas de uma população que passava do meio rural para o urbano, e que tinha outras expectativas das elites políticas (VASCONCELLOS, 1995, p. 150).

Transformar Vitória em uma grande praça comercial, ou seja, no centro de articulação de um espaço produtivo que estenderia sua área de influência para além dos limites territoriais estaduais, significava fazer da Capital o centro de comando do desenvolvimento regional e espaço privilegiado de investimentos do setor urbano-comercial. As expectativas com o desenvolvimento do Espírito Santo e de Vitória se refletiam na angústia e nas próprias esperanças da elite capixaba. As palavras do cacique político deixam entrever esse pensamento:

A sua capital, destinada a se constituir um grande empório, o natural escoadouro de vasta e riquíssima região, os seus numerosos rios navegáveis, as suas terras ubérrimas, de

---

<sup>44</sup> O projeto de criar um polo industrial no baixo Itapemirim, já observado no capítulo anterior, seguiu a diretriz de promover a diversificação da produção agrícola, incentivando novas atividades agrícolas, além do café, a serem empregadas como matérias primas no setor da indústria (BITTENCOURT, 1987a).



altitudes variadas, aptas para todas as culturas, enchem de fundadas esperanças a todo o espírito observador, que, com empenho se entregue a esse estudos (MONTEIRO, 1908, p. 48).

A postura de J. Monteiro, um líder ligado à classe agrofundiária, demonstra a alternativa encontrada no fortalecimento comercial de Vitória para a manutenção do poder. Assim, ao projeto de modernização da Capital se integrava a classe dos grandes fazendeiros, ou seja, do velho poder rural, que, em parte, se reformulava a partir da alternativa mercantil.

Como o Espírito Santo era, até o final do século XIX, um espaço que não exprimia nenhuma unidade econômica ou política, havia necessidade de preservação dos seus domínios como condição para o exercício do poder. Assim, como a estruturação do poder estadual se processaria dentro do quadro das forças políticas estaduais, a sobrevivência do Espírito Santo como unidade política exigiu não apenas recomposições e alianças entre as forças, mas o desenvolvimento de uma estratégia de construção das bases territoriais que garantisse a definição de seus limites e a integração econômica do espaço estadual. Nesse processo, a hegemonia da instância mercantil-exportadora do capital sobre a monocultura cafeeira ditou os rumos da construção do território, criando as condições para a expansão e para a reorganização do espaço econômico em benefício da Capital.

Sobre o assunto, o Cel. Henrique da S. Coutinho declarava diante da Assembleia Estadual: “[...] procuremos ao menos conservar o pequeno território que na desigual partilha nos coube” (1905, p. 47). A preocupação do presidente de Estado refletia a ameaça territorial enfrentada pelos capixabas em um momento de dificuldade de estabelecer um acordo satisfatório de definição dos limites com Minas Gerais – os mineiros buscavam a todo custo expansão em direção ao mar, conquistando terras ao norte do rio Doce – e de proteger o território das invasões por forças policiais da Bahia no extremo norte do território, o que colocava quase todo aquele cantão do território em um grande impasse fronteiriço.

Além disso, as circunstâncias exigiam consolidar o espaço de jurisdição do Estado, garantindo o controle da circulação de mercadorias, dada a importância de sua tributação para o funcionamento do aparelho de governo. Ou seja, em suas bases espaciais, o projeto de centralização do comércio conduzia a questão de construção do território.<sup>45</sup> A preservação institucional do poder, isto é, do aparelho jurídico-político atuando sobre uma base espacial,

---

<sup>45</sup> Jerônimo Monteiro atuou nesse desígnio. Os limites territoriais entre Espírito Santo e Minas Gerais, ao sul do rio Doce, ficaram estabelecidos em 1911. Todavia, na ausência de um acordo entre as partes para o restante da zona litigiosa, o mesmo convênio que estabeleceu os limites ao sul do rio Doce outorgou a definição dos limites ao norte desse mesmo rio por decisão arbitral, levando a questão para uma longa disputa judicial entre os dois Estados. (Cf. MORAES, 1939).

articulava-se de maneira estreita com a organização das bases espaciais do território, no plano de integrar as regiões sul e norte à dinâmica econômica da Capital.

Portanto, a centralização do comércio em Vitória envolvia ainda um caráter estratégico de construção do território estadual. E, por isso, de preservação do Espírito Santo como unidade de exercício do poder dos grupos dominantes locais. Para tal efeito, Vitória possuía uma posição geográfica privilegiada, mais ou menos no centro da extensão litorânea e relativamente próxima ao rio Doce. Optar pelo incremento comercial em Cachoeiro de Itapemirim, o mais importante centro do Estado no fim do século XIX, poderia ter um significado naquele momento de possível fragmentação do território e dissolução do poder institucionalizado no aparelho de Estado.

Assim, o que explica a decisão de Jerônimo Monteiro e, de maneira geral, da classe dominante (agrofundiária) sulista em favorecer a centralização do comércio em Vitória?

Em síntese, de um lado, pela força do capital comercial, significou somar forças com essa fração do capital, acompanhando o projeto de desenvolvimento arquitetado desde o império e que se consolidava na república, no sentido de preservar o Espírito Santo como unidade política de exercício do poder. De outro, a atitude refletia a transformação socioeconômica, mesmo que parcial, por que atravessava o poder rural, que se reformulava com a desagregação da grande propriedade, buscando no setor do comércio uma alternativa para a sobrevivência econômica.<sup>46</sup>

Por isso, Nestor Gomes (1920-1924), outro governista sulista, peça política da oligarquia Monteiro, era tão enfático na opinião sobre o papel da Capital na organização do território: “Vitória que não é só a sede do nosso mais importante município, que não é só a nossa Capital, mas que também é a cabeça e o coração do Espírito Santo, além de ser o ponto forçado de convergência de uma região enorme do centro do Brasil” (GOMES, 1921, p. 32).

---

<sup>46</sup> O caso mais notável do desenvolvimento do capital comercial na região sul do Espírito Santo se refere ao poder econômico e político da família Vivacqua, da qual fazia parte Atílio Vivacqua (senador pelo Espírito Santo nos anos 1940 e 1950, que exerceu diversos cargos públicos). Essa família, vinda do Rio de Janeiro nos fins de 1870, instalou-se no arraial de Rio Pardo, pertencente ao município de Cachoeiro de Itapemirim, onde se entrelaçou com a família De Biase: Pietrângelo De Biase (importante fazendeiro e chefe de firma exportadora em Vitória) casou-se com Maria Angela Vivacqua (irmã de Antônio Vivacqua, este casado com Etelvina de Souza Monteiro – portanto, parente de J. Monteiro – sendo pais de Atílio) (DERENZI, 1974; CARVALHO, 2013). A firma de comércio de café Vivacqua e Irmãos tornou-se, nos anos 1920, uma das mais importantes firmas de comércio de café no Estado: “[...] várias empresas (exportadoras) de Minas Gerais e do Rio de Janeiro compravam e exportavam o café do sul do Espírito Santo, mas formou-se, na região, uma grande empresa exportadora – Vivacqua e Irmãos –, que, praticamente, monopolizava a comercialização do café produzido no sul do Espírito Santo” (ROCHA, COSSETTI, 1983, apud ZORZAL E SILVA, 1995, p. 56).

A elite local, ao encarar a condição da pequena produção localizada na região central (que buscava expandir por meio da imigração), e mesmo a pequena dimensão territorial do Espírito Santo, buscou concentrar a produção de regiões produtivas próximas. O interesse era o de, ao ampliar a hinterlândia de Vitória, criar e fortalecer os laços comerciais com outros centros. Nestor Gomes, ao se referir a uma região a oeste do Espírito Santo, expôs esse pensamento:

Regressando a Vitória e novamente partindo, fui ao palácio da Rainha do norte de Minas – a bela Teófilo Ottoni – cujo povo tanto me surpreendeu e cativou, e de onde eu tive a impressão grandiosa do muito que a vastidão do médio e alto Mucuri e a imensidão das outras zonas que formam o seu prolongamento, poderiam fornecer, para a implantação de um grande empório comercial no porto de São Mateus<sup>47</sup> (GOMES, 1922, p. 74-75).

Nesse projeto, a construção do porto de Vitória constituía outro ponto chave do quebra-cabeça. Como até então inexistia qualquer infraestrutura portuária, os navios operavam no largo do canal, e as mercadorias eram trazidas por pequenas embarcações até os trapiches (Figura 8).

Muniz Freire concedeu em 1892 à Cia. Brasileira Torrens o contrato de execução das obras e respectiva exploração do porto, prevendo a construção de um cais retilíneo de 1.050 m de extensão, construído afastado da linha da costa para garantir maior profundidade (7,50 m na baixa-mar). As obras do estudo não puderam ser iniciadas, em virtude da dificuldade apresentada pela empresa de levantar o capital necessário, orçado em 12.370:365\$097 (ARAÚJO FILHO, 1974; SIQUEIRA, 1984).

Com a inauguração do primeiro trecho da E. F. Sul do Espírito Santo, no ano de 1896, e a instalação, no continente, do chamado porto de Argolas, que consistia, na época, num pequeno cais de madeira para atracar embarcações de no máximo seis metros de calado, a Cia. Brasileira Torrens mudou seus projetos, pretendendo construir a estrutura do porto no continente, em Vila Velha. O novo projeto – de construir o cais fora da ilha –, embora facilitasse a sua instalação e futura expansão com menor prejuízo ao crescimento futuro da cidade, por possuir ao redor uma área de terras mais extensa e plana, e pela estrutura

---

<sup>47</sup> O Estado naquele momento iniciava a construção de uma terceira grande linha, a E. F. São Mateus, que deveria colocar esse centro em comunicação por linha férrea com o norte de Minas. Também se planejava ligar S. Mateus com a E. F. Vitória a Minas, através da E. F. Rio Doce – São Mateus, partindo das imediações de Colatina, integrando por transporte ferroviário o principal centro ao norte do Espírito Santo com Vitória. Porém, em 1926 a E. F. S. Mateus possuía apenas 53 km construídos. Já a E. F. Rio Doce–S. Mateus, em 1928, contava apenas com 6 km construídos, quando ainda se efetuavam os trabalhos de abertura do trajeto na mata virgem. (Cf. ESPÍRITO Santo. Presidente Nestor Gomes. *Mensagens...* 1922, 1924; e presidente Florentino Avidos. *Mensagens...* 1926, 1928).

geomorfológica do canal, propensa a viabilizar um ancoradouro mais profundo, não agradou os políticos da época, e jamais foi aceito (Id., Ibid.; Id., Ibid.).

Contudo, o início das obras do porto (Figuras 10 e 11) deu-se apenas em 12 de janeiro de 1911 – em virtude das dificuldades financeiras do Estado, que se mostrou sempre dependente das oscilações do preço do café no mercado internacional – após a transferência da concessão à Cia. Porto de Vitória em 1906. O projeto do engenheiro Emílio Schnoor estipulava como principais trabalhos a serem realizados a construção da primeira seção de cais, com 355 m de extensão por 4,5 m de profundidade na baixa-mar, a montante da ponte projetada (Cinco Pontes ou Florentino Avidos) para ligar a cidade de Vitória ao continente (por onde trafegaria a locomotiva até o cais), e mais 275 m de cais, com 8,5 m de profundidade, na extrema baixa-mar, jusante da ponte, que, posteriormente, com a mudança da localização da ponte, compôs um cais contínuo. A companhia também ficava obrigada a construir seis armazéns de 75 m por 15 m cada um, sendo três de um único pavimento, e os outros três, em dois pavimentos (ARAÚJO FILHO, 1974; SIQUEIRA, 1984).

A construção do porto na ilha, ao contrário do que foi observado no segundo estudo elaborado pela Cia. B. Torrens, demonstra a força da elite vitoriense na política do governo. Instalar o porto no continente significava orientar o desenvolvimento para fora da ilha.

As obras foram, contudo, paralisadas em agosto de 1914, quando a Cia. Porto de Vitória ficou impedida de levar adiante a construção devido à crise financeira decorrente da Primeira Guerra Mundial. Os trabalhos ficaram paralisados por mais de uma década, embora já com uma parte do cais preparado. A retomada dos serviços se deu em 1925, no governo de Florentino Avidos (1924-1928), por um contrato no qual o governo federal, após ter encampado a concessão anterior, ficou à frente da execução das obras necessárias ao término do cais (Id., Ibid.; Id., Ibid.).

No final de 1929 foram concluídos os dois primeiros armazéns e a ponte Florentino Avidos<sup>48</sup> (Figura 9), esta com 399 metros de comprimento, composta de seis módulos, formados em dois lances, ligando Vila Velha a Vitória, através da ilha do Príncipe (hoje aterrada). Em 1937 concluiu-se a primeira seção do cais, quando os navios passaram a operar diretamente no porto. Porém, apenas em 1940 foram concluídos definitivamente os trabalhos (Id., Ibid.; Id., Ibid.).

---

<sup>48</sup> A ponte foi projetada e encomendada na Alemanha. A empresa responsável pelo projeto foi a Krupp, ficando a Maschinenfabrik Augsburg Nürnberg a cargo da construção da ponte. Da Alemanha vieram um engenheiro e sete contramestres para a execução dos trabalhos. (Cf. ESPÍRITO Santo. Presidente Florentino Avidos. *Mensagens...* 1927, 1928).

Em suma, a nova organização do espaço estadual promovida pelo sistema ferroviário-portuário impulsionou a função comercial de Vitória. Através da E. F. Sul do Espírito Santo, o porto de Vitória, ainda em construção, passou a ser o principal destino da produção da região sul. Com a construção da E. F. Vitória a Minas, iniciada em 1903 e que atingiu os limites com Minas Gerais em 1908, ficando concluída em 1915, desenvolvia-se a produção do vale do rio Doce. No norte do Estado a integração comercial se realizou pelo porto de São Mateus, como porto de entreposto de produtos locais subsidiário de Vitória, até a conclusão da ligação rodoviária com essa cidade, em 1936.

Acrescenta-se a inauguração, em 1899, do edifício próprio da alfândega, na rua de mesmo nome, como parte da estrutura física para o desempenho das atividades comerciais (RIBEIRO; BARROS, 2008). A crescente importância do porto de Vitória na exportação da produção de café do Estado é ilustrada na tabela a seguir. Nela podemos observar ainda o aumento da exportação de café do Estado.

**Tabela 6:** Café exportado pelo porto de Vitória em relação à exportação geral de café do Espírito Santo: 1913 a 1920 – exportação em sacas de 60 quilos.

Anos	Porto de Vitória	Do total exportado por Vitória	Exportação do Estado
1913	493.892	83%	597.570
1914	513.907	82%	626.168
1915	790.918	82%	968.195
1916	585.936	82%	712.966
1917	622.000	86%	722.258
1918	563.087	86%	657.372
1919	701.462	87%	802.520
1920	778.418	92%	846.395

Fonte: Siqueira, 1984, p. 73. Dados levantados pelo autor na Secretaria da Fazenda – Estatísticas de Exportação, Vitória, 1932.

Através de alguns outros dados, podemos observar a crescente importância do porto de Vitória em relação ao sul e ao norte do Espírito Santo. A inversão do sentido de escoamento da produção do sul do Estado para Vitória, a partir da conclusão da E. F. Sul do Espírito Santo, é esboçada na movimentação marítima por embarcações a vapor nas regiões do Estado (Tabela 7). Em 1908 o porto de Vitória respondeu por 69% do número de embarcações e 89% do volume em toneladas em relação ao total estadual. Já em 1911 – ano da conclusão da E. F. Sul do Espírito Santo – participou com 80% do número de embarcações e 94% do volume em toneladas movimentado nos portos do Estado.

A exportação do porto de Vitória em relação a outras vias pelas quais o café capixaba era exportado também indica o movimento crescente do porto de Vitória na exportação de café (Tabela 8). Observa-se que no ano de 1922 o café exportado pelo porto de Vitória

representou 56% do total geral exportado pelo Estado, e que em 1930 ascendeu a 81% do total da exportação geral. Já a exportação de café pelos portos do Rio de Janeiro através da E. F. Leopoldina decaiu de 29% em 1922 para 10% em 1930 em relação ao total das exportações do Estado. Para a movimentação total de cargas por essa via, o mesmo movimento decrescente é observado. A tabela também mostra o predomínio do café na exportação geral do Espírito Santo, que correspondeu, entre 1922 e 1930, a valores sempre acima de 90% do total exportado.

O porto de Vitória, durante a década de 1920, passou a centralizar a maior parte do movimento comercial estadual. Contribuiu decisivamente para isso a inauguração da Bolsa de Café de Vitória, no ano de 1929.<sup>49</sup> Embora haja indícios de que grande parte da produção da região sul continuasse sendo exportada pelo Rio de Janeiro mesmo após a conclusão da E. F. Sul do Espírito Santo, o fato é que, a partir da conclusão dos dois eixos ferroviários, gradativamente vai se dando a inversão do comércio dessa região para Vitória, que vai continuamente recebendo os investimentos de infraestrutura necessários para o desenvolvimento do setor do comércio.

Ao capturar o aparelho governamental, o setor do comércio tomou a dianteira da política estadual e, promovendo a reorganização do espaço econômico estadual, visou concentrar o escoamento da produção em Vitória e transformar essa cidade no grande centro comercial do Estado. As transformações na estrutura de classe em âmbito estadual mostram a reformulação da classe dominante, que vai se deslocando da esfera da produção agrícola para a comercial e para outras formas de acumulação que se desenvolveram atreladas à política dirigida pelo setor do comércio.

No afluxo do comércio instalam-se em Vitória diversas firmas de comércio do café. Assim, no ano de 1912 não havia nenhuma casa comercial capixaba entre as existentes em Vitória consideradas importantes: Comp. Comercial (belgo-alemã), Hard Hand Cia. (americana), Arbuckle Cia. (americana), Cruz Duarte Cia. (luso-brasileira) e A. Prado Cia. (brasileira). Nos anos 1920, passam a figurar entre as principais exportadoras a Vivacqua e Irmãos (capixaba), a Oliveira Santos Filhos (capixaba) e a Cruz Sobrinhos Cia. (um dos sócios era capixaba) (CAMPOS JR., 2002).

---

<sup>49</sup> A Bolsa de Café de Vitória foi criada em 1921, mas apenas em março de 1929 foi regulamentada. A demora se deve, aparentemente, a pressões contrárias a sua instalação por parte de algumas empresas comerciais (FERREIRA, 1987).

Tabela 7: **Movimento marítimo do Espírito Santo em embarcações a vapor – 1908-1911.**

Ano	Vitória				Sul				Norte				Total	
	Nº	%	Tonel.	%	Nº	%	Tonel.	%	Nº	%	Tonel.	%	Nº	Tonel.
<b>1908</b>	379	69	339.914	89	148	27	42.760	9	24	4	8.341	2	551	451.012
<b>1909</b>	451	72	443.281	89	156	24	45.108	7	31	4	9.946	2	638	498.395
<b>1910</b>	436	75	399.016	91	112	19	29.741	7	33	6	9.430	2	581	438.187
<b>1911</b>	418	80	541.636	94	73	14	20.843	4	33	6	9.183	2	523	571.662
<b>Total</b>	1.684	79	1.783.897	91	488	21	138.512	7	121	5	36.900	2	2.293	1.959.256
<b>Média Anual</b>	421	-	445.962		122	-	34.628		30	-	9.225		573	489.814

Fonte: Siqueira, 1984, p. 69. Dados levantados pelo autor no retrospecto comercial do Jornal do Comércio. Rio de Janeiro, 1912.

Tabela 8: **Exportação geral e de café do Espírito Santo por vias de transporte – 1922-1930: em porcentagem sobre o valor oficial.**

Anos	Porto de Vitória			Estrada de F. Leopoldina (RJ)			Outras vias			Total da exportação		
	Café	Outro	Total	Café	Outro	Total	Café	Outro	Total	Café	Outro	Total (%)
<b>1922</b>	56	2	58	29	5	34	6	1	7	92	8	100
<b>1923</b>	67	2	69	27	3	30	-	1	1	94	6	100
<b>1924</b>	59	1	60	34	1	35	3	2	5	96	4	100
<b>1925</b>	58	1	59	34	2	36	3	2	5	95	5	100
<b>1926</b>	65	1	66	28	2	30	2	2	4	95	5	100
<b>1927</b>	65	1	66	27	2	29	2	2	4	95	5	100
<b>1928</b>	65	1	66	28	4	30	1	-	2	94	6	100
<b>1929</b>	72	1	73	21	4	25	1	1	2	94	6	100
<b>1930</b>	81	1	82	10	6	16	1	1	2	92	8	100

Fonte: Siqueira, 1984, p. 95. Dados levantados pelo autor na Secretária da Fazenda – Estatísticas de Exportação, Vitória, 1932.

A concentração da produção em Vitória alterou a dinâmica econômica da cidade e exigiu a própria transformação da fisionomia do seu espaço construído. Em consequência, Vitória passa a refletir, “[...] de maneira mais evidente, as manifestações do comércio, dos serviços portuários e das funções político-administrativas por sediar a Capital do Estado” (Id., *Ibid.*, p. 48).

Reproduzia-se, assim, em outra escala e em outro momento histórico, um novo passo do desenvolvimento da função do centro urbano, constituída a partir da dimensão mercantil da cidade, imbricada no domínio político.

Quando surgem em Vitória os planos para atender o crescimento da cidade movidos pelo interesse do comércio, definitivamente, presencia-se sobre a urbe o domínio de um novo poder. Nesse diapasão, o capital mercantil-exportador passa a reger o funcionamento do poder. Como se referiu Henri Lefebvre, trata-se da “[...] cidade comercial, implantada na cidade política [...]” (1999, p. 23). A elite mercantil, como classe historicamente vitoriosa, usufruíra o poder conquistado para criar uma cidade à sua imagem com seus signos e arquitetura própria. A inversão do poder rural para o poder comercial concebera a edificação de um novo espaço, que expressa um novo poder concentrado na cidade. Dessa nova força, pela qual o poder se manifestou, arregimentaram-se os interesses expressos na modernização da Capital. No entanto, ao mostrar-se incapaz de se desdobrar em formas modernas de acumulação, ela recriou o atraso, tendo em vista que a esfera do capital comercial não constituiu a vanguarda do capital.

Nesse sentido, associar a decisão política em termos econômicos significa registrar que por de trás das figuras políticas se tem o peso da dinâmica econômica. Ao transformar-se, transferindo-se de uma esfera econômica para outra, ou diversificando-se em várias possibilidades de se valorizar, os interesses do capital também se modificaram. Isto significa dizer que os agentes do poder econômico modificaram a personificação do poder.

Assim sendo, investigamos nos capítulos seguintes a transformação do espaço construído de Vitória, que, dirigido pela instância mercantil-exportadora, criava novas alternativas de valorização do capital na construção da cidade. Ao fazê-lo, mostraremos o revestimento “moderno” que a reconfiguração urbana assumia enquanto faceta ideológica do projeto da classe dominante. Em seguida, analisa-se a criação da infraestrutura e serviços urbanos como novas alternativas de valorização do capital na cidade e a perspectiva de valorização imobiliária presente no processo de reconstrução da cidade. Por se mostrar dominante ante outras formas mais modernas de valorização do capital, a valorização imobiliária expressou-se como um traço arcaico da modernização da cidade.



Avenida Jerônimo Monteiro, Vitória.

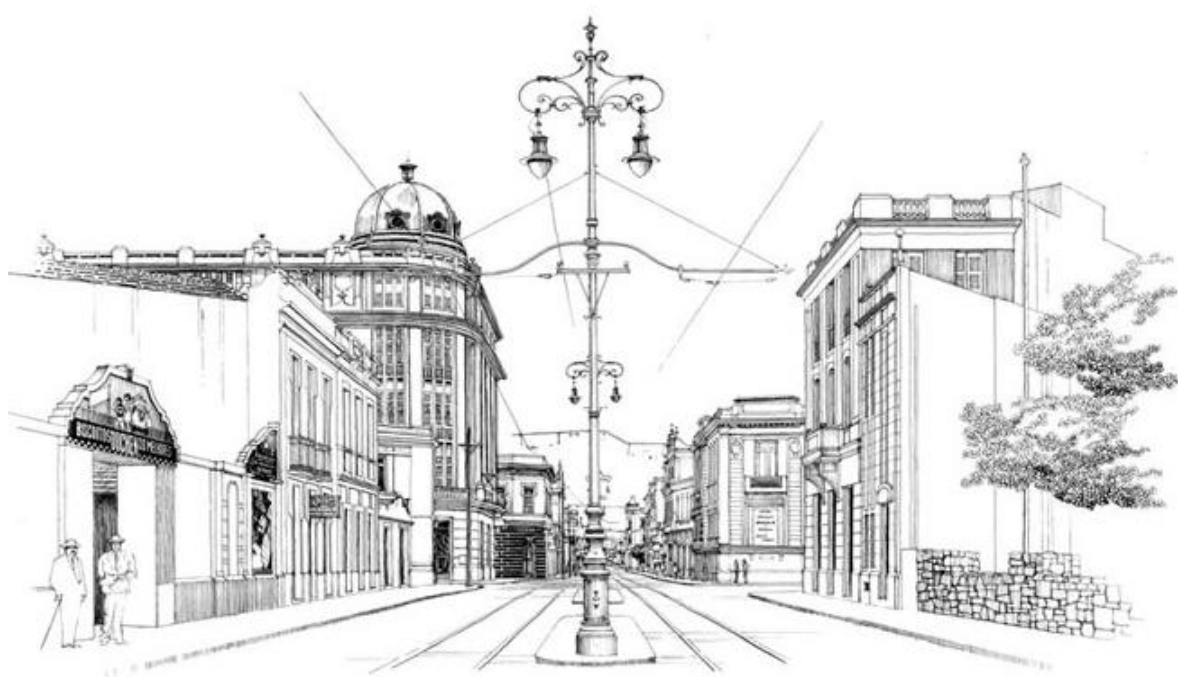


Ilustração: Wagner Veiga

### III O DISCURSO DA CIDADE: IDEOLOGIA DO ATRASO E PRODUÇÃO DO MODERNO

O propósito deste capítulo é discutir, a partir do conteúdo ideológico do processo, a produção do moderno na reconstrução da cidade de Vitória, em que o Estado atuou produzindo as condições da modernidade urbana, que foram basicamente fornecimento de energia elétrica e água, coleta de esgoto e criação de aparelhos públicos e, como consequência, o florescimento de um novo modo de experiência da cidade surgido a partir da transformação física do espaço construído.

Esse processo, como veremos, respondeu aos interesses da classe dominante e se revestiu do discurso de superar o atraso econômico por meio da ruptura com o passado colonial da cidade, expresso por meio das nas condições construtivas: sua infraestrutura urbana, fisionomia dos edifícios e morfologia urbana.

Assim, como recurso exploratório de cunho teórico, iniciamos analisando os modos pelos quais se realizou a produção do moderno numa sociedade como a brasileira, marcada por profundas contradições sociais entre o velho e o novo (o traficante de escravos e o burguês; o trabalho escravo e o trabalho livre; o poder oligárquico e a república), e em descompasso com o progresso promovido pelo desenvolvimento do capitalismo.

#### A APROPRIAÇÃO DA MODERNIDADE

A produção do moderno, em um país como o Brasil, surgiu permeada por contradições que levaram ao embotamento da modernidade (enquanto campo de alargamento das possibilidades sociais), que se revelou especialmente em sua exterioridade substantiva. A modernidade “chega-nos como uma modernidade epidérmica e desconfortável sob a forma do fardo nas costas do escravo negro, ele mesmo negação do capital e do capitalismo, embora agente humano e desumanizado do lucro naquele momento” (MARTINS, 2012, p. 24).

Dessa forma, a produção do moderno (entendida como o novo e transformador do modo de viver) num país configurado por estruturas sociais retardatárias do progresso capitalista – produção essa que, na sua constituição, já estava imbricada no arcaico e tradicional – deu-se pela imitação de traços exógenos à realidade periférica, com a recriação do velho em novos formatos e preservando vestígios de estruturas do passado. A apropriação da modernidade urbana se realizou pela criação das condições de infraestrutura urbana, promovida pelo desenvolvimento econômico do capitalismo.

O moderno surge, assim, como simulacro; surge, portanto, como adereço falso e exógeno à sociedade, pois se trata de um “[...] moderno capturado pela mentalidade tradicional na trama de relações sociais que não se modernizam além de certo ponto, bloqueados pela condição dependente do capitalismo na periferia dos centros hegemônicos” (MARTINS, 2012, p. 30).

Assim sendo, o moderno transporece nas formas espaciais da cidade, em sua morfologia e arquitetura e nas novas condições de vivência da cidade possibilitadas pelos novos serviços e aparelhos urbanos. Surge, portanto, a partir do tradicional, mas do tradicional que se romperia com seu velho revestimento sem sofrer grandes transformações no sentido de permitir um real alargamento das possibilidades de realização da liberdade e da democracia.

Nesse sentido, a cidade enquanto reunião e distribuição de objetivos – como imóveis e monumentos – sobre um plano estrutural (morfológico e sociológico)<sup>50</sup> contém signos e discursos próprios do quadro econômico e político em que a produção é realizada. Como morfologia urbana e arquitetônica a cidade exprime atos, decisões e códigos correspondentes aos sujeitos organizados em classes ou frações de classe (LEFEBVRE, 1999, 2001).

A seguir investigamos o conjunto das transformações em Vitória, analisando os alicerces do projeto de modernização, que visou dotar a cidade das condições de modernidade urbana.

## POLÍTICA SANITÁRIA E PLANOS URBANOS

A cidade de Vitória, no final do século XIX, era quase totalmente desprovida de qualquer infraestrutura urbana básica, como distribuição de água e coleta de esgoto, e possuindo um precário sistema de iluminação pública. A falta de infraestrutura urbana adequada acarretava consequências para seu estado de higiene e consequentemente para a saúde da população.

Os poucos relatos existentes desse período da história da cidade expõem um ambiente contagioso e propício à aparição de epidemias, que atingiam tanto pobres quanto ricos.<sup>51</sup> Em

<sup>50</sup> O espaço urbano compreende uma dada estrutura morfológica (organização dos objetos espaciais, como imóveis, ruas e praças, para satisfazer funções produtivas) e uma dada estrutura sociológica (organização socioespacial, segundo a posição ocupada no processo de produção: escravos, operários, burguesia, políticos etc. que também se exprime espacialmente, produzindo a diferenciação da cidade), que se desenvolvem ou deterioram relacionados à reprodução dos diferentes grupos sociais (LEFEBVRE, 1999).

<sup>51</sup> A partir da leitura de fotos de ruas da cidade, observa-se, além da constante presença do desalinho das construções com o traçado da rua e ausência de simetria dos aspectos componentes da fachada, a quase completa falta de vazios entre os prédios para melhor ventilação e iluminação dos prédios.

um momento em que o ambiente construído de Vitória carecia de infraestrutura urbana básica, o combate às moléstias constituía uma tônica do discurso de modernização:

Cidade velha e pessimamente construída, sem alinhamentos, sem esgotos, sem arquitetura, segundo os caprichos do terreno, apertada entre a baía e um grupo de montanhas; não tendo campo para desenvolver-se sem a dependência de grandes despesas; com um serviço de iluminação a gás duplamente arruinado, pelo estado do material e pela situação da sua empresa; carecedora de um fornecimento regular de carnes verdes; sem edifícios notáveis; repartições e serviços públicos mal acomodados à falta de prédios; sem teatro, sem um passeio público, sem hospitais, sem um serviço de limpeza bem organizado, sem um matadouro decente, desprovida de toda defesa sanitária; necessitando de construir novos cemitérios, devido à irrevogável condenação dos atuais [...] (MUNIZ FREIRE, 1892, apud DERENZI, 1965, p. 168).

Diante dessa situação, a política sanitária constituiu uma das bases do projeto de modernização da cidade. A remodelação da cidade foi pensada na condição de ser sustentada sobre os princípios de fluidez, estética e higiene. O combate às epidemias (como por exemplo, a epidemia de varíola – 1910-1918) pela destruição de ambientes contagiosos, como cortiços e pardieiros, serviu de pretexto para a expulsão da população pobre do centro da cidade (ALMEIDA, 1992).

Identifica-se nessa política a predominância do discurso de higienização da cidade como instrumento político para a modernização da Capital, no intuito de expandir as atividades econômicas no espaço da cidade e para o controle da força de trabalho. Tratava-se de

[...] um projeto de uma cidade em que tudo e todos que fogem aos padrões de ordem e disciplina estabelecidos pela técnica e pela ciência devem ser banidos da cidade. A construção, enfim, de uma cidade em que não há lugar para as classes populares, comumente associadas à desordem, à indisciplina e à indolência (ALMEIDA, 1992, p. 49).

O combate às epidemias se refletiu no projeto do Novo Arrabalde. Na época, predominava a teoria dos miasmas, que atribuíam aos ventos fétidos vindos das áreas pantanosas a propagação de doenças. O projeto de Saturnino de Brito guiou-se por uma forte preocupação sanitária. Visava criar as condições de ocupação dentro dos preceitos de salubridade de seu tempo. Com esse objetivo aterrava e drenava manguezais e áreas alagadiças, no intuito de eliminar quaisquer fontes epidêmicas.<sup>52</sup> Esse aspecto fica ilustrado em uma passagem de seu relatório:

[...] dois grandes fatores para a higiene de uma população constam: 1º da drenagem do terreno, ou drenagem permeável, tendo por fim dessecar a camada superior do solo,

<sup>52</sup> Saturnino de Brito apontava no projeto do Novo Arrabalde o plantio de eucaliptos em locais estratégicos como exigência técnica para o dessecamento do terreno. (Cf. BRITO, 1896).

abrindo, assim, circulação ao ar e favorecendo a transformação das matérias orgânicas em nitritos; 2º a drenagem das casas, ou drenagem impermeável, conduzindo, para lançamento a distância, os produtos de esgoto (BRITO, 1896, p. 28).

O projeto também visava atender os interesses econômicos dependentes do crescimento da cidade. Com a riqueza gerada pelo café surgiram os primeiros planos urbanísticos, que visavam preparar o crescimento da cidade.

Assim, os planos urbanos de Vitória, que tiveram no plano do Novo Arrabalde seu grande marco (Mapa 4), visavam preparar a cidade à magnitude das novas funções comerciais. Muniz Freire (1892-1896), guiado pelo pensamento de preparar o crescimento da cidade na esteira do processo de concentração de capitais, inaugurou o planejamento urbano da cidade. Para isso, foi criada, em 1895, a Comissão de Melhoramento da Capital, presidida pelo sanitarista Saturnino de Brito, para elaboração do projeto do Novo Arrabalde.<sup>53</sup> Segundo a apreciação de Saturnino de Brito:

O Novo Arrabalde, finalmente, era o campo verdadeiro de expansão para uma vida muito diferente do viver acanhado que oferece a velha cidade. Os três núcleos [a área denominada Novo Arrabalde propriamente dita, Vila Monjardim e Vila Hortícola] e a edificação marginal da Estrada darão aproximadamente 2.200 lotes ou, a 7 habitantes por lote, servirão a uma população de 15.400 almas (Id., Ibid., p. 23).

O projeto<sup>54</sup> previa a expansão da cidade na área de praias, a leste da ilha, indo desde o arrabalde de Jucutuquara até a Praia Comprida. A área projetada compreendia cinco vezes o tamanho edificado da cidade. A extensão projetada compreende na atualidade os bairros: Barro Vermelho, Praia do Canto, Santa Lúcia, Santa Helena, parte do Suá e Jucutuquara (CAMPOS JR., 1996).

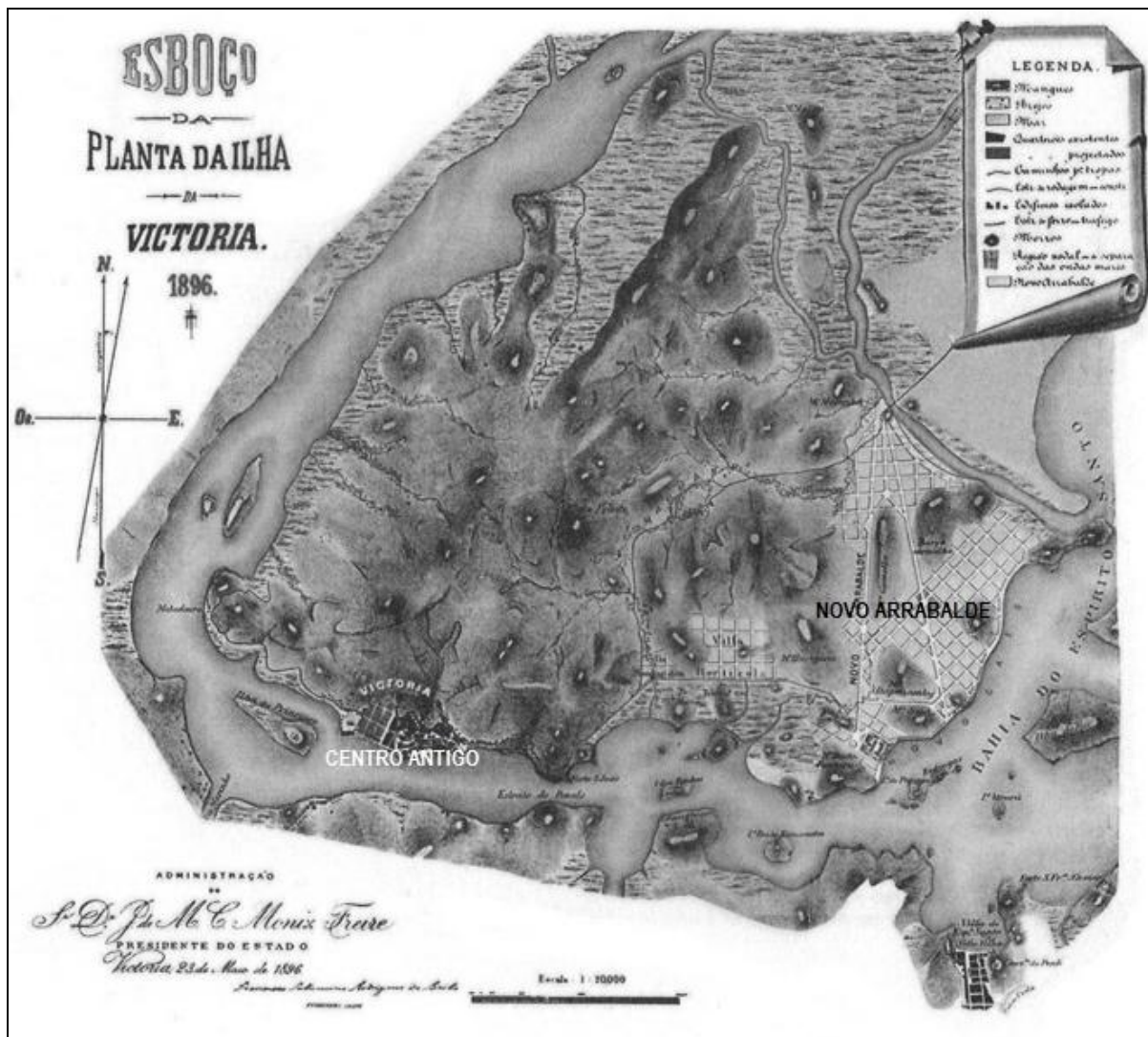
Embora a ocupação do arrabalde tenha ficado condicionada à capacidade de o Estado dotar a área de transporte e abastecimento de água – o que se realizou somente a partir dos anos 1920 –, a dimensão do projeto que até hoje guarda seus principais aspectos de traçado, quando a cidade possuía apenas 10 mil habitantes, demonstra o esforço do Estado em viabilizar o desenvolvimento da cidade de maneira compatível com os interesses econômicos (CAMPOS JR., 1996).

---

<sup>53</sup> O projeto do Novo Arrabalde, ajustado à construção do sistema ferroviário e do porto de Vitória, completava o projeto da corrente munista de fazer de Vitória um centro populoso e comercial.

<sup>54</sup> O Novo Arrabalde, elaborado para a expansão urbana na área de praias, compreendia ainda a formação do núcleo operário da Vila Monjardim (compreende hoje o atual bairro de Jucutuquara) e da Vila Hortícola (atual bairro do Horto), planejada para ser um núcleo agrícola. A área do Novo Arrabalde propriamente dita compreendia 2.738.098 m<sup>2</sup> (descontados os morros, que foram preservados no traçado). O número total de quarteirões e lotes planejados era respectivamente de 178 e 2.129, incluído nesse cálculo a Vila Monjardim, que não chegou a ser construída. (Cf. BRITO, 1896).

**Mapa 4:** Ilha de Vitória – esboço do projeto do Novo Arrabalde



Fonte: Campos Júnior, 1996, reproduzido do “Esboço da planta da ilha de Vitória, 1896”, Saturnino de Brito. In: Saturnino de Brito. Projeto e relatórios – saneamento de Vitória... Ministério da Educação e Saúde/Instituto Nacional do Livro, 1943.

No governo Muniz Freire, a execução do projeto e demais obras de urbanização ficou a cargo da Cia. Brasileira Torrens. O conjunto dos trabalhos contratados compreendia ainda o saneamento da cidade, a construção de vias de comunicação e a construção do porto de Vitória. No entanto, em razão das dificuldades da empresa, que culminaram com a rescisão dos contratos, os trabalhos não foram iniciados. E, devido às crises do mercado de café (entre 1897 e 1910), pouco foi realizado em termos de transformação da cidade até o governo Jerônimo Monteiro (1908-1912) (CAMPOS JR., 1996).

No início do século XX Luiz S. Derenzi<sup>55</sup> refere-se ao quadro sanitário da cidade nas seguintes palavras: “Cidade suja, sem esgoto, as fezes eram guardadas em tonéis de madeira à

<sup>55</sup> Luiz Serafim Derenzi veio junto da família para Vitória quando garoto em meados do segundo decênio do século XX. Seu pai foi empreiteiro de obras do Estado, participando da construção da E. F. Vitória a Minas, e

espera do despejo, à noite. Quintais cobertos de imundícies, moscas, mosquitos, ratos, lixo por todos os terrenos baldios” (DERENZI, 1965, p. 147). Em virtude disso, uma preocupação da época era a extinção dos cemitérios do perímetro urbano – o que de fato foi realizado, com a criação do cemitério de Santo Antônio, no governo de J. Monteiro – e o aterramento das áreas pantanosas, como a do Campinho e a do braço de mar que adentrava o sítio urbano nas redondezas do largo da Conceição (hoje praça Costa Pereira).

Com o objetivo de higienizar a cidade, o governo Jerônimo Monteiro (1908-1912) contratou a construção de habitações para funcionários públicos, edificadas na Vila Moscoso (Figura 12). Mas também investiu na construção de moradias higiênicas para operários. Foram contratadas mais de 120 habitações para operários, distribuídas nos novos bairros de Jucutuquara, Ilha de Santa Maria e Mulundum. No comentário do então diretor de obras do município, Arthur Thompson, ao pedido do cidadão André Breciani para construir pequenas habitações nos fundos de seu prédio transparece a preocupação das autoridades com a reprodução de habitações tecnicamente incompatíveis com os preceitos de higiene estabelecidos. Vejamos a resposta de Thompson ao pedido:

O problema de construção de pequenas habitações para operários é deste que requerem o máximo cuidado dos governantes, tendo em vista a higiene [...] sanitária, lotação das habitações, cubagem do ar, ventilação, esgotos, água etc., de modo que estas vilas operárias não se tornem, pelo acúmulo de habitantes, uma ante câmara da morte, como os antigos cortiços, hoje condenados por completo... (THOMPSON, 1908, apud ROSTOLDO, 2008, p. 172).

Contudo, todas as habitações construídas pelo Estado a partir do governo J. Monteiro, com exceção daquelas dedicadas aos funcionários públicos, foram construídas fora do centro antigo.<sup>56</sup> Observa-se que, atrelado à política de higienização e ao crescimento da cidade, desenvolvia-se o processo de expulsão dos pobres do centro da cidade. Configurava-se a criação, dentro do espaço urbano, de um espaço seletivo (incluindo nesse grupo os altos e médios funcionários públicos). Inicia-se, portanto, com a criação da Vila Moscoso, um processo de diversificação da cidade. O novo espaço privilegiado incluiu esse novo bairro e as áreas das imediações da praça Costa Pereira e das avenidas Florentino Avidos e Jerônimo Monteiro.

---

Luiz Derenzi também seguiu os mesmos caminhos, executando diversas obras em Vitória como funcionário do governo. Embora sua opinião possivelmente também reflita o pensamento da elite local, suas memórias sobre a cidade são uma importante fonte histórica de Vitória.

<sup>56</sup> Cf. ESTADO do Espírito Santo. Presidente Florentino Avidos. *Mensagem...* 1928.

O controle do espaço urbano é reforçado pelo Estado através do instrumentário das leis de uso e ocupação da cidade. Além da Lei n°. 21, de 10 de maio de 1880, que já proibía a existência de casas com cobertura de palha na cidade, no período da república as medidas de transformação urbana sustentadas pela adoção de normas construtivas e de ocupação da cidade, como, por exemplo, do padrão construtivo das edificações (Dec. n° 3, de 1909), ficaram sintetizadas principalmente na criação do Código de Postura de 1926, que constituiu o instrumento legal da política urbana (ALMEIDA, 1992).

Através do Dec. n°. 3, de 17 de abril de 1909, executou-se a Lei n°. 8, de 6 de abril de 1909, autorizando o governo municipal a regular as construções e reconstruções no perímetro urbano, tendo em vista o emprego das técnicas construtivas exigidas e as recomendações do plano urbanístico planejado:

Art. 1°. Nenhuma obra de construção, reconstrução, acréscimo e modificações de prédios poderá ser começada do Forte de S. João ao Matadouro de Santo Antônio, sem licença da Prefeitura.

§ 1°. Nas demais zonas do município ficarão as construções apenas sujeitas ao preparo do solo pela drenagem do aterro, quando afastadas pelo menos dez metros do eixo das estradas, dependendo de arruação no caso contrário (GOVERNO Municipal de Vitória, 1909, apud ROSTOLDO, 2008, p. 136).

A política de higienização favoreceu o maior controle do poder estatal sobre o ambiente construído da cidade. Isto se deu pela esfera estadual e pela municipal,<sup>57</sup> agindo na organização do espaço urbano, através principalmente do instrumento do Código de Posturas da Cidade.

Além do controle dos padrões construtivos das edificações, visava-se eliminar as edificações infecciosas ou inadequadas ao padrão arquitetônico estabelecido.<sup>58</sup> Essa política, embora tenha promovido melhorias nas condições sanitárias da cidade, não deixou de exprimir os interesses dos grupos dominantes: “uma vez concluídos esses melhoramentos [...] estará a nossa Capital em condições de proporcionar inteiro conforto e bem estar a todos que aqui venham – e assim terá iniciado o seu período de evolução para um progresso rápido e brilhante” (MONTEIRO, 1909, p. 17).

<sup>57</sup> Em 1908, no governo J. Monteiro, ficou criada a Prefeitura Municipal de Vitória. (Ver DERENZI, 1965).

<sup>58</sup> Segundo relatório do governo Florentino Avidos (1924-1928), Vitória, dentre o total de 1.898 prédios classificados por suas condições físicas, possuía 464 (24%) habitações qualificadas como casebres, e 880 (46%) como prédios condenáveis. Dentre aqueles condenáveis, 223 (25%) encontravam-se na Cidade Alta e 393 (44%) na Vila Rubim. Os registros também demonstram que era muito comum a existência de alcovas (dormitórios sem ventilação adequada). (ESTADO do Espírito Santo. Presidente Florentino Avidos. *Mensagem...* 1925, p. 76-77).



Diante de todas as melhorias sanitárias, compreendendo aterros, sistema de esgoto, e construção de habitações higiênicas, as intervenções – incluindo sistema de abastecimento de água e rede de esgoto – satisfaziam a necessidade da elite por um ambiente higienicamente seguro, num momento que as famílias abastadas de outras regiões também passaram a residir maior tempo na Capital. De certo, a presença de fazendeiros e comerciante de outras localidades em Vitória contribuiu para a concentração dos investimentos na criação de infraestrutura urbana da cidade. Associado ao conjunto de medidas de melhoramento das condições higiênicas da cidade, observou-se a transformação do conjunto edificado da cidade.

## INFRAESTRUTURA URBANA E RECONFIGURAÇÃO ESPACIAL DA CIDADE

Embora o crescimento do comércio de café em Vitória, pelo aumento da produção com a colonização das terras pelo imigrante, tenha se refletido na dinâmica econômica da cidade, muito pouco da condição de infraestrutura urbana e da antiga fisionomia da cidade havia sido modificado até o final da primeira década do século XX, quando tem início o governo de Jerônimo Monteiro (1908-1912), responsável pelas principais obras de urbanização da cidade.

Nas palavras de Luiz S. Derenzi podemos ter uma ideia de como seguiam as transformações da cidade no início do século XX:

Um bonde a tração animal trafegava pela cidade baixa, de Vila Rubim, Cristóvão Colombo e Barão de Monjardim. Na rua do Comércio flutuavam ao largo saveiros e “pontões” da casa Hard & Cia., carregados de café a espera de navios. As pequenas pontes, construídas sobre estacas de coqueiro, dos clubes Álvaro Cabral e Saldanha de Gama, serviam de amarração às lanchas, iates e barcas à vela, de cabotagem, dos municípios litorâneos (DERENZI, 1965, p. 179).

Jerônimo Monteiro, porém, considerando inviável a execução do projeto do Novo Arrabalde naquele momento, voltou suas atenções para o antigo núcleo da cidade. Agindo nesse sentido, concluiu os trabalhos de aterramento do antigo manguezal do Campinho,<sup>59</sup> urbanizando a área, transformada na Vila Moscoso<sup>60</sup> – bairro que a partir dos anos 1920

<sup>59</sup> Os trabalhos de aterramento da área iniciaram-se em 1882, e em 1888 estavam praticamente concluídos. Para a formação do aterro foi utilizado o material do desmonte do morro do hospital da Santa Casa (CAMPOS JR., 2002).

<sup>60</sup> Esse bairro compreende a uma área que se estende desde o novo quartel de polícia reconstruído por J. Monteiro até a Av. Florentino Avidos, compreendendo ruas como a Av. República, rua Vinte e Três de Maio, rua Misael Pena, Av. Cleto Nunes, e rua P. José de Anchieta.

passou a abrigar a elite da cidade (Figuras 13, 14, 15 e 16). Criou o serviço de abastecimento de água, rede de esgoto e energia elétrica da cidade, providenciando a eletrificação do serviço de bondes (expandido até aos arrabaldes de Santo Antônio e Suá), e, ainda, executou a reforma e ampliação do Hospital da Santa Casa.<sup>61</sup>

Sobre as inovações do governo J. Monteiro para a urbanização da cidade, Luiz S. Derenzi a elas assim se refere:

Vitória tornou-se cidade habitável, quanto às condições sanitárias, e em pé de igualdade com as melhores capitais brasileiras. Água pura e abundante, serviço regular de limpeza pública, hospital moderno, isolamento discreto para doentes contagiantes, polícia domiciliária, laboratório de análise, ruas feericamente iluminadas, deram fama à cidade, que, anos após anos, ganharia o apelido de Cidade-Presépio [...] (DERENZI, 1965, p. 163).

Esse governo marcou, de maneira mais saliente, o início da transformação da estrutura morfológica da cidade, por meio da abertura de avenidas e correção do traçado de ruas. Mas essa política quando utilizada por interesses privados contribuiu para criação de espaços segregados na cidade (até então pobres e ricos viviam próximos e conviviam nos mesmos espaços), a exemplo da Vila Moscoso, que foi um bairro projetado e dotado das melhores condições de infraestrutura e que abrigou as habitações mais suntuosas, em detrimento de outros espaços periféricos, como os casos específicos dos bairros da Vila Rubim e Santo Antônio.

O serviço de abastecimento de água e o de iluminação elétrica foram inaugurados em 25 de setembro de 1909. Contudo, esses serviços não contemplaram o bairro operário da Vila Rubim, onde o governo se restringiu à instalação de “focos elétricos” e construção de chafarizes.<sup>62</sup>

Todavia, em consequência da Primeira Guerra Mundial, as finanças do governo, dependentes do mercado mundial de café, ficaram prejudicadas, o que refletiu na desaceleração das obras. Assim, entre o governo Jerônimo Monteiro (1908-1912) e o governo Florentino Avidos (1924-1928) não foram realizadas grandes intervenções na malha urbana da cidade. Nesse período, no governo Nestor Gomes (1920-1924) ocorreu num momento de recuperação do preço do café no mercado e, por consequência, melhorou a capacidade financeira do Estado para investir no crescimento da cidade.<sup>63</sup>

<sup>61</sup> ESPÍRITO Santo. Presidente Jerônimo Monteiro. *Mensagens...* 1908-1911.

<sup>62</sup> ESPÍRITO Santo. Presidente Jerônimo Monteiro. *Mensagens...* 1908-1911.

<sup>63</sup> Isto permitiu ao Estado investir em obras viárias. Foram criados durante esse governo 480 km de estradas de tropas, 534 km de estradas carroçáveis, 371 km de estradas para automóveis e 170 km de estradas de ferro, como

No começo dos anos 1920 inicia-se a ocupação do novo bairro de Jucutuquara, originado da desapropriação da fazenda Maruípe e terrenos vizinhos. Tendo sido um espaço planejado para se constituir um bairro operário, o governo contratou a construção de 92 moradias nesse arrabalde. Além disso, com a macadamização da estrada, criada no governo Muniz Freire, que ligava a cidade à área de praias e a realização de obras de saneamento nos bairros de Praia Comprida, Bomba e Maruípe, deu-se início à ocupação da área de praias da ilha.<sup>64</sup>

Em 1922 foi criado o Serviços Reunidos de Vitória, com a função de coordenar os trabalhos de melhoramento da cidade.<sup>65</sup> A chefia do departamento foi entregue ao engenheiro Florentino Avidos, que anos mais tarde assumiu a presidência do Estado.<sup>66</sup> O relatório do presidente Florentino Avidos (1924-1928) ilustra a situação da cidade no início da sua gestão:

As longas crises que advieram, após a administração de 1908 a 1912, não permitiram a construção de obras necessárias para o desenvolvimento de nossa Capital e nem, ao menos, a regular conservação dos grandes serviços de abastecimento de água, esgoto, eletricidade e viação urbana.

Ruas apertadas, ladeadas de velhos prédios, ameaçando desabamento, calçados em geral com alvenaria de pedras secas, roliças, sem drenagem, com serviços de água e esgotos,

---

a E. F. São Mateus. Importa observar que esses números, tendo em vista a deficiência dos meios de comunicação no Espírito Santo, foram significativos para a época. (ESTADO do Espírito Santo. Presidente Nestor Gomes. *Mensagens...* 1921, 1922, e 1924).

<sup>64</sup> ESTADO do Espírito Santo. Presidente Nestor Gomes. *Mensagens...* 1921, p. 23; 1924, p. 105.

<sup>65</sup> Os Serviços de Melhoramento da Cidade compreendiam a expansão e remodelamento da malha urbana (criação de novos bairros, alargamento, retificação e abertura de novas ruas); melhoramento e expansão dos serviços urbanos (água, esgoto, energia elétrica e transporte urbano); obras de embelezamento da cidade (praças, jardins e edifícios públicos). (ESTADO do Espírito Santo. Presidente Florentino Avidos. *Mensagens...* 1924 a 1928).

<sup>66</sup> Florentino Avidos foi casado com Henriqueta de Souza Monteiro, tendo se envolvido com a família Monteiro quando se transferiu para Cachoeiro de Itapemirim em 1895, para chefiar a construção da Usina da Ilha da Luz. Sua eleição para a presidência do Estado funcionou como uma candidatura alternativa para a amenização dos atritos no interior da oligarquia Monteiro, quando Jerônimo e Bernardino não chegavam a um denominador comum quanto ao nome do futuro presidente, e a questão foi solucionada pela indicação de Florentino pelo então presidente Nestor Gomes. A decisão é curiosa e foi decidida na convenção do Partido Republicano, descrita da seguinte maneira por Marien Calixte: “Os irmãos Monteiro não têm sugestões inovadoras e nem se permitem entrar na disputa. Um clima de perplexidade ronda a convenção do Partido Republicano. O desembargador José Batalha Ribeiro pede a atenção da convenção. Em suas mãos está o trunfo que ele imagina irá definir a escolha em favor do seu colega de magistratura, Cassiano Castelo. Diante dos convencionais exhibe o envelope que Nestor Gomes lhe confiara. A convenção quer conhecer o indicado pelo presidente de Estado. [...]. Ribeiro abre o envelope e exhibe a folha de papel com a letra de Nestor Gomes. Nela está escrito: ‘Dr. Florentino Avidos’. A barulhenta plateia silencia. Aguarda-se a reação dos irmãos Monteiro. [...]. Os irmãos Monteiro se unem e reconhecem no cunhado um homem sério, idealista e digno para o cargo. Nenhuma manifestação contrária ao candidato-solução de Nestor Gomes” (CALIXTE, 1998, p. 58).

defeituosos em grande parte, com frequentes interrupções, quase todos precisando de completa reforma; eis a situação encontrada. Salvo algumas ruas do bairro do Parque Moscoso, em toda a cidade havia falta de calçamento e de drenagem de águas pluviais.

Ruas, como a Sete de Setembro, eram completamente alagadas com qualquer aguaceiro, pondo em sobre salto os moradores. Não havia calçamento de espécie alguma para os bairros próximos e nem como se expandir a cidade pela falta de estradas de rodagem.

A viação era embaraçada pela estreiteza das ruas principais, que, não permitindo linha dupla, de bondes, obrigava os passageiros à penosa demora nos cruzamentos. Este mal, se bem que ainda não corrigido completamente, se acha muito diminuído.

Por outro lado, era de zig-zag o serviço de bondes por falta de espaço para fazer curva. Mister se tornava que a nossa cidade proporcionasse certo conforto, para que as fortunas aqui adquiridas fossem desfrutadas por seus possuidores, sem necessidade de buscar em outras localidades a desejada comodidade (AVIDOS, 1928, p. 273-274).

No governo de Florentino Avidos executaram-se as obras mais importantes de infraestrutura urbana, com a retomada dos trabalhos de construção do porto (paralisadas desde 1914, devido à crise gerada pela Primeira Guerra) e com a construção da ponte ligando Vitória a Argolas (Vila Velha), já referidas anteriormente. No ano de 1924 ficou formado o bairro de Jucutuquara. Já a ocupação dos bairros de Ilha de Santa Maria (hoje aterrada), Praia Comprida, Praia do Suá, Bomba e, ainda, de Santo Antônio, este na zona oeste da ilha, prosseguia à medida que o Estado e o governo municipal dotavam as áreas com infraestrutura de abastecimento de água, energia elétrica e transporte público. Para a ocupação dos novos bairros, a extensão dos trilhos dos bondes vai também contribuir para a expansão da cidade nessas direções.<sup>67</sup>

Em abril de 1925 iniciaram-se os trabalhos da principal intervenção no traçado da cidade, através da abertura da Av. Capixaba, que, constituindo uma extensão da Av. Jerônimo Monteiro, ligou-se a chamada Estrada à Praia Comprida (atual Av. Vitória). A nova avenida, pensada para constituir o espaço privilegiado de espelhamento do progresso da cidade, veio a ser o primeiro *boulevard* da cidade (ESTADO do Espírito Santo, 2009).

O conjunto das obras do governo Avidos ofereceu à cidade uma nova fisionomia.<sup>68</sup> Luiz S. Derenzi, em seus escritos sobre Vitória, comentou a transformação do espaço físico da cidade:

<sup>67</sup> A extensão da linha de bondes até o arrabalde de Santo Antônio provocou sensível aumento do número de solicitações de aforamento de lotes de terra naquela área (mesmo que em alguns casos fosse para regularização do terreno já ocupado). De três pedidos, nos anos de 1908 e 1909, elevaram-se para 19 e 97 pedidos para os anos de 1910 e 1911, respectivamente. (Cf. ROSTOLDO, 2008).

<sup>68</sup> Dentre as intervenções mais significativas no traçado da cidade do governo Florentino Avidos, incluem-se: abertura da Av. Capixaba em conjunto com o alargamento da Av. J. Monteiro (nesse processo foram extintas a

A morfologia da cidade foi alterada radicalmente: retificação, alargamento e abertura de novas ruas. Drenagem, pavimentação, reforço do abastecimento de água, redes de esgotos. Números residenciais. Edifícios públicos. Cais do porto. Ponte sobre a baía. Iluminação em combustores custosos, passeios de ladrilhos, jardins e monumentos. Estradas suburbanas, escadarias monumentais, viaduto e um cheiro limpo de tinta fresca e cimento fundido (DERENZI, 1965, p. 216).

As intervenções incluíram ainda demolição de prédios para abertura e alargamento de ruas ou mesmo para eliminação de ambientes considerados infecciosos e construção de escadarias e viaduto<sup>69</sup> (ligando a parte baixa da cidade à cidade alta).

Através dessas modificações, a morfologia do antigo núcleo urbano, originado do período colonial, sofreu sensíveis alterações. Se, por um lado, não se observou a total destruição do antigo traçado da cidade, por outro, abriram-se na trançada malha urbana novas ruas e largas avenidas ligando os extremos da cidade que se estendia (Mapa 5).

A construção da Vila Moscoso e o projeto do Novo Arrabalde constituíram os espaços privilegiados dessa política, no que o desenho da malha urbana seguiu o traçado xadrez cruzado por vias diagonais, em detrimento do traçado orgânico das vias do antigo núcleo. Pensadas segundo os princípios de fluidez e ortogonalidade, as intervenções visaram promover o crescimento da cidade e favorecer a concentração de capitais.

Todas essas intervenções encontravam justificativa na racionalidade do pensamento positivista em voga na época. A reestruturação do traçado urbano com o objetivo de abandonar a herança do desenho colonial atendia o gosto da classe dominante local, que se espelhava nas grandes reformas dos centros do velho mundo para construção de uma nova cidade.<sup>70</sup> Romper com o passado colonial, sinônimo de atraso para o grupo no poder, significou um modo de ingressar no mundo europeu-moderno.

---

rua Cristóvão Colombo, a praça Marechal Floriano, e parte da rua do Oriente), prolongamento e retificação da rua Sete de Setembro, construção da praça Costa Pereira e João Clímaco, remodelação do sistema de bondes elétricos e expansão do abastecimento de água e esgoto. (Cf. ESTADO do Espírito Santo. Presidente Florentino Avidos. *Mensagem...* 1926, 1928).

<sup>69</sup> Trata-se das escadarias Maria Ortiz (antiga ladeira do Pelourinho) e Cleto Nunes, incluindo ainda as ladeiras de São Francisco e Pernambuco; e do viaduto Caramuru. (Cf. ESTADO do Espírito Santo. Presidente Florentino Avidos. *Mensagem...* 1928).

<sup>70</sup> Muniz Freire, por exemplo, foi um grande admirador das obras de engenharia dos países baixos, que, conquistando terras ao mar, superavam os empecilhos naturais para expansão da ocupação. Muniz Freire, com certeza, se inspirava nesses fatos, argumentando que a sociedade capixaba, especialmente os vitorienses, deveria trilhar o mesmo caminho. (Cf. Discurso de inauguração do primeiro trecho da E. F. Sul do Espírito Santo, em 13 de julho de 1895. In: SANTOS, 2013, p. 201-209).

**Mapa 5:** Alterações da cidade de Vitória – 1895 a 1928



Fonte: Ribon Monteiro, 2008 (modificado).



## PASSADO COLONIAL E IDEOLOGIA DO ATRASO

As características da fisionomia da cidade, no final do século XIX, eram conferidas pelo domínio arquitetônico dos sobrados e edifícios religiosos herdados do período colonial. O conjunto edificado definia-se pela simplicidade da configuração das fachadas, em uma época em que a infraestrutura urbana da cidade era totalmente deficiente. Contudo, esse quadro sofreu grandes transformações durante os governos republicanos, principalmente a partir da administração Jerônimo Monteiro (1908-1912).

O ambiente construído da cidade (o conjunto arquitetônico dos edifícios e a condição existente de infraestrutura urbana), tudo isso naquele tempo representou, de acordo com a mentalidade da classe dominante, a dimensão de atraso da sociedade capixaba em relação aos grandes centros do país e do exterior. Daí a modernização da cidade rompendo com seu passado colonial ter significado uma forma de ingressar no mundo moderno. As palavras de Jerônimo Monteiro refletem justamente esse aspecto ideológico da política urbana:

Ao iniciar o meu governo, depois de ponderado estudo sobre as necessidades a prover no nosso Estado, reconheci que devia antes de quaisquer outras me ocupar da que se referia aos melhoramentos da nossa Capital, que encontrei em condições de muita inferioridade em relação aos centros populosos que têm a função de constituir o foco de civilização de um povo.

E continua J. Monteiro, referindo-se a Vitória:

Cidade mal construída, de ruas estreitas, sem alinhamento, com edifícios de feição e arquitetura antiga e colonial, espalhados desordenadamente, segundo os acidentes do terreno, estava desprovida de um regular serviço de limpeza e de higiene públicas, de água e de esgotos. A iluminação era deficientíssima, mesmo esta só em noites em que não havia luar, o hospital estava quase em ruínas, o cemitério era de área deficiente.

Era, enfim, uma cidade absolutamente despida das mais rudimentares e das mais essenciais condições de higiene e de conforto (MONTEIRO, 1913, p. 203).

Como analisou Carlos Lemos (1989), a construção de uma nova cidade, pelo uso de novas técnicas construtivas, adotadas a partir do grau de desenvolvimento material da sociedade, também se traduz na transformação da forma de construí-la. Daí, enquanto a cidade colonial foi feita totalmente de terra, a cidade da economia cafeeira foi erguida com tijolos. Nesse aspecto, importaram-se não apenas materiais de construção – como as conhecidas telhas marsehesas –, mas também saberes do ofício de construir: arquitetos, pintores e construtores, e mesmo catálogos de arquitetura que permitiram construtores locais reproduzir projetos criados no exterior.

Na nova cidade que se reconstruía para assumir a dianteira do desenvolvimento estadual, a condição de propriedade de riqueza do solo criava a possibilidade de maior

investimento na construção da habitação. Isso se realizava a partir da valorização do construir como forma de diferenciação social pela distinção arquitetônica da residência.<sup>71</sup> Assim, se, de um lado, o emprego de novas e requintadas técnicas na construção da moradia constituiu uma forma de preservar o patrimônio com a valorização artística do trabalho de construir, de outro, significou uma forma de distinção social. O resultado foi a construção de uma cidade mais ornamentada, na qual o ecletismo arquitetônico começou a marcar o padrão dos edifícios.

O surgimento das modernas construções na cidade indica a existência dessa iniciativa em Vitória no início do século XX. A construção do palacete<sup>72</sup> da Vila Oscarina (Figura 17), residência do empresário Antenor Guimarães, na Vila Moscoso, evidencia a perspectiva de funcionamento da propriedade imobiliária a partir da valorização do trabalho de construir como um meio de preservação da riqueza, mas também como forma de valorização social de classe. A residência de A. Guimarães, segundo familiares, foi totalmente construída com emprego de materiais importados. A mão de obra, incluindo os pintores, foi contratada fora do país, proveniente da Itália.<sup>73</sup>

A Vila Oscarina foi uma das primeiras habitações edificadas na cidade que buscavam o moderno. Essa residência representou, por isso, um novo modo de construir e de morar na cidade. Ao contrário das residências anteriores, que eram sobrados geminados e com fachadas paralelas ao leito das ruas, essa foi edificada no centro do lote com recuo da rua e afastamento nas laterais. Essa residência, em especial, possuía telhado recortado decorado por pequenas ornamentações, muros e varanda em gradis desenhados, tendo a varanda decorada com pinturas de paisagens.

---

<sup>71</sup> A valorização do trabalho artístico do construtor também assumia um forte conteúdo ideológico do trabalho. Em Vitória, todos os construtores de destaque eram imigrantes ou descendentes de imigrantes, principalmente portugueses e italianos. Afora isso, muitos dos projetos do governo foram contratados com arquitetos estrangeiros. A respeito da valorização do construir na modernização da cidade, ver: Pereira (2004).

<sup>72</sup> Nessa época foi muito comum a tentativa de recriação do moderno através da construção de palacetes. Era característico desse modelo arquitetônico o isolamento da habitação nos seus quatro cantos, a construção de varandas elevadas, revestidas de finos ladrilhos importados, seguindo um estilo indefinido de variadas combinações de modernismo, empregados com o intuito de personalização do imóvel. Por isso o uso de telhados recortados, painéis pintados nas paredes, fachadas de desenhos elaborados e seus medalhões estampados (LEMOS, 1989).

<sup>73</sup> Depoimento de Maria Neves Guimarães. D. Maria Guimarães é bisneta de A. Guimarães. Entrevista realizada pelo autor em 31-01-2014.



Outro exemplar desse tipo de construção foi a da residência da família Neffa.<sup>74</sup> O chamado Castelinho da Capixaba, localizado na atual Av. Jerônimo Monteiro, teve sua construção iniciada em 1927 e foi concluído somente cerca de oito anos após seu início. O projeto era do arquiteto francês Joseph Gire, o mesmo desenhista do Hotel Copacabana Palace, no Rio de Janeiro. A habitação, construída no topo de uma colina, era um dos destaques da paisagem da cidade pelo requinte de sua arquitetura, imitando as formas de um pequeno castelo medieval.<sup>75</sup>

Anteriormente, as diferenças entre as edificações da cidade eram fundamentalmente conferidas por seu tamanho – embora o adequado uso das técnicas construtivas já diferenciasses tais habitações daquelas executadas por meio da autoconstrução. Agora a técnica construtiva passa a diferenciar o espaço construído e reflete na ornamentação a riqueza social proveniente do comércio. Trata-se de buscar o novo, mas um novo que supere o padrão arquitetônico colonial, marcado pela simplicidade das formas. Daí a valorização do ecletismo dos estilos e suntuosidade das construções.

Como lembra Renato Pacheco, essa opção de moradia persistiu, até o final dos anos 1940, como forma de expressão do poder econômico das famílias tradicionais:

As pessoas mais abastadas moravam em palacetes, entre os quais arrolamos o do Dr. Américo Monjardim, na rua Barão de Monjardim, os dos Vivacqua e dos Neffa na avenida Capixaba, o de Oswald Guimarães, na ladeira Prof. Balazar, os de Mário Freire e do construtor André Carloni., na rua 7 de Setembro, os do Dr. Schwab, de Plácido Barcelos e de Kosciuszko Barbosa Leão – chamado de Castelinho – na rua Coronel Monjardim, o de Pietrângelo De Biasi, na rua José de Anchieta e a Vila Oscarina, também dos Guimarães, na rua 23 de Maio (PACHECO, 1998, p. 25).

O aspecto requintado das construções rompia com a feição colonial da cidade, dominante na paisagem urbana. A transformação da fisionomia das construções fazia parte do projeto da burguesia capixaba de, por meio do abandono dos traços coloniais dos edifícios, superar o passado de atraso, sinônimo de sua situação subalterna no cenário nacional.

Isso explica a atitude do governo municipal de instituir prêmios para as melhores construções.<sup>76</sup> Assim, o artigo 3º da Lei 54, de 01/07/1911, estabelecia: “Os prêmios poderão

<sup>74</sup> Família de origem libanesa, que veio do Rio Grande do Sul para Vitória no ano de 1908. Américo Buaiz, vitorioso empresário local que cresceu a partir do comércio de atacados e depois evoluiu para o comércio de representações nos anos 1950, pertence a um dos ramos dessa mesma família. (Cf. SANTOS, 2011).

<sup>75</sup> *A Gazeta*. Vitória, 2 de outubro de 2013. *Desvendando os mistérios de Vitória: o “Castelinho da Capixaba”*. Disponível online.

<sup>76</sup> O poder público, além do instrumento do Código de Posturas, também buscava intervir seletivamente no padrão construtivo da cidade, através de benefícios para reformas nas ruas centrais da cidade. A Lei nº. 3, de

ser disputados por um mesmo indivíduo ou associação e só poderão ser conferidos a prédios de notório valor e que satisfaçam as exigências de higiene e estética” (GOVERNO Municipal de Vitória, apud ROSTOLDO, 2008, p. 138).

Sendo assim, a transformação da fisionomia da cidade significou uma maneira de a elite local ingressar no processo modernizante do país. Sobre esse aspecto da modernização das cidades, Paulo C. Xavier Pereira comenta:

Os códigos da burguesia estabeleciam a relação entre arquiteturas e vida urbana, afirmando a representação material do poder econômico, em que a estética da moradia se tornou um dos elementos básicos da cultura burguesa fundada na ostentação do luxo suntuoso e do falso. Por meio do luxo, do falso e do despersonalizado, o copismo dos modelos históricos da arquitetura europeia tomou vulto (PEREIRA, 2004, p. 49).

Isso significa dizer que o poder econômico, ao deter uma carga representacionista contida no estilo e forma arquitetônica, reconfigurava o espaço como caminho de afirmação dos grupos dominantes na cidade. Por tudo isso, não basta ser abastado e poderoso, mas é necessário perpetrar a posição na camada social.<sup>77</sup>

No Brasil, as diferentes elites regionais buscaram na recuperação dos traços da arquitetura europeia produzir um censo de civilidade e modernidade. A elite capixaba, na situação de burguesia subalterna, também buscou na modificação da configuração arquitetônica, a partir da recriação descontextualizada da arquitetura tradicional europeia, o mecanismo de ruptura com o passado colonial e, assim, de inserção no processo modernizante do país.

Contudo, nesse momento, eram poucas as pessoas da sociedade que possuíam condições econômicas de investir grande soma de recursos na construção de suntuosos palacetes. Coube à iniciativa do Estado responder às exigências dos interesses dominantes por transformações que simulassem a modernização da sociedade. Dessa maneira, a modernização seria concebida essencialmente pelas mãos do Estado enquanto instância de ação dos grupos dominantes.

---

06/04/1909, executada pelo artigo 15, em seu § 2º, do Dec. nº. 3, indica: “Os proprietários que apresentarem plantas que forem aprovadas para a mudança das fachadas dos prédios na rua Primeiro de Março, Alfândega [Av. Jerônimo Monteiro] e Comércio [Av. Florentino Avidos], e iniciarem as obras até 31 de maio do corrente ano serão isentos do pagamento de licença e de todos os emolumentos [...]” (GOVERNO Municipal de Vitória, apud ROSTOLDO, 2008, p. 137).

<sup>77</sup> Alfeu A. Monjardim, embora tenha recebido o título de barão de Monjardim às vésperas do fim do regime monárquico, preservou o título nobiliárquico até a sua morte, em 1924, concorrendo sempre às eleições com o uso da insígnia.

A atuação do Estado, nesse intento, atingiu os templos religiosos. Em 1911, a venda da igreja de São Tiago – por 60:000\$000 (sessenta contos de réis) – para o Estado, numa transação entre os irmãos Jerônimo Monteiro e o bispo Dom Fernando Monteiro, extinguiu a igreja originada do século XVI, para reformar e ampliar a sede do governo (atual palácio Anchieta), que, desde a expulsão dos jesuítas – quando houve a incorporação do patrimônio jesuítico à Coroa portuguesa –, funcionava na antiga escola de São Tiago, anexa à igreja (DERENZI, 1965).

J. Monteiro<sup>78</sup> entregou a reconstrução do palácio Anchieta (Figura 18) ao engenheiro francês Justin Norbert.<sup>79</sup> A completa reforma do edifício do Colégio dos Jesuítas, acompanhada da demolição do edifício da igreja, serviu para dotar o edifício do governo de uma nova fisionomia, ajustada ao programa de reconstrução da cidade segundo os preceitos de modernização do projeto social do grupo dominante. Neste sentido, é fácil observar como a reconstrução do edifício soterrou e desfigurou a arquitetura colonial jesuítica e externou, através de uma indefinida arquitetura neoclássica, o desejoso esplendor dos palácios do renascimento europeu.<sup>80</sup>

A respeito da reconstrução da sede do governo, Luiz S. Derenzi fez a seguinte menção à desfiguração da arquitetura original do edifício, executada principalmente durante o governo J. Monteiro:

Não se pode, porém, absolvê-lo da culpa de terem concorrido para o empobrecimento do patrimônio histórico da Capital, tão exíguo em recordações de sua vida atribulada de capitania esquecida. O belo conjunto, formado pela escadaria, palácio e igreja, enobrecido pela missão que desempenhara na vida heroica da cidade, foi despido do singelo estilo colonial para receber vaidosa roupagem, de mau corte, da arquitetura de Luís XVI. [...]. Desfigurá-lo foi ilógico e bárbaro. A demolição da igreja São Tiago foi crime e, mas

<sup>78</sup> Jerônimo Monteiro foi também um grande promotor da mentalidade calcada nos valores da civilização europeia. Preocupado em fomentar a educação cívica dos cidadãos, investiu na reestruturação do sistema de ensino estadual; e em Vitória criou a Escola Normal, recriou a Biblioteca Pública Estadual e criou a Escola de Belas Artes. Também preocupado com a organização e conservação dos documentos históricos do Estado, criou o Arquivo Público Estadual, que funcionou no edifício do palácio do Governo e no governo F. Avidos, entre 1924 e 1928, recebeu uma sede exclusiva. O edifício do Arquivo Público e da Biblioteca Pública Estadual foi erguido na rua Pedro Palácios, modelado com forte influência da arquitetura clássica renascentista (NOVAES, s/d.; ESTADO do Espírito Santo, 2009).

<sup>79</sup> O eng. J. Norbert foi ainda o responsável pela reforma do prédio do antigo Ateneu Provincial durante o governo J. Monteiro, onde foi alocada a Escola Normal, atual escola Maria Ortiz.

<sup>80</sup> A primeira grande intervenção no Colégio dos Jesuítas se deu em virtude da visita do imperador D. Pedro II, em 1860. Para receber a comitiva real, o assim chamado Palácio do Governo passou por reforma – principalmente interna –, com abertura de paredes, troca dos forros e assoalhos, troca da mobília e construção de uma varanda dando sobre o pátio (DERENZI, 1971; MARTINUZZO, 2009).

ainda, profanação. Não se deve esquecer o papel desempenhado pelo colégio e igreja de São Tiago na vida atormentada da capitania. [...]. Em dois decênios, as autoridades da República, por pouco, apagariam do cenário vitorienso os vestígios do passado, pobre mas “glorioso” (DERENZI, 1965, p. 197-200).

A construção da nova escadaria de acesso ao palácio Anchieta (escadaria Bárbara Lindenberg), em substituição à construída em 1883 (fronteira ao largo do Cais das Colunas, que ligava ao Colégio Jesuíta), compôs o projeto, integrando à área do porto – através de escadas em dois lances, compostos por figuras mitológicas, cascatas e conchas – a entrada principal do Palácio, que teve sua fachada frontal reorientada da praça João Clímaco (a antiga escola e igreja tinham sua fachada voltadas para a praça) para a baía de Vitória (Id., Ibid.).

A reforma externa do palácio foi completada somente em 1922, no governo Nestor Gomes, com a demolição da última torre da igreja de São Tiago.<sup>81</sup> No seu interior, as reformas prosseguiram durante o período de intervenção de João Punaro Bley e mesmo posteriormente (Id., Ibid.; MARTINUZZO, 2009).

É muito emblemático que outros edifícios tenham sido erguidos sobre antigos templos religiosos,<sup>82</sup> que seguiam e exprimiam os traços característicos da arquitetura colonial. A igreja da Conceição da Prainha, desapareceu em 1896 para dar lugar ao alargamento da praça Costa Pereira. O edifício da Assembleia Legislativa – Palácio Domingos Martins<sup>83</sup> (Figura 19) – foi erguido no terreno da antiga igreja da Misericórdia (1605), demolida em abril de 1911. O teatro Melpômene (Figura 20) foi construído no terreno onde existia a capela de Nossa Senhora da Conceição, durante o governo Muniz Freire. Já a catedral Metropolitana<sup>84</sup>

---

<sup>81</sup> Em 1924, no governo de Florentino Avidos, a fachada do palácio foi pintada na cor dourada – cor oficial dos prédios da administração pública (DERENZI, 1971).

<sup>82</sup> O convento do Carmo, embora não tenha sido demolido, passou, entre 1910 e 1913, por uma rigorosa reforma executada pelo construtor André Carlone, na qual ocorreu a demolição da capela junto ao edifício, acréscimo de um terceiro pavimento e remodelação da fachada inspirada no estilo romântico das construções medievais. O mesmo construtor foi responsável pelas diversas intervenções no convento de São Francisco, que produziram a descaracterização do conjunto arquitetônico original. A igreja de São Gonçalo, em 1929, no governo de Aristeu de Aguiar (1928-1930), também sofreu sensíveis alterações da fisionomia religiosa colonial (ESTADO do Espírito Santo, 2009).

<sup>83</sup> O projeto é do construtor André Carloni. Para construção do edifício, fronteiro à praça João Clímaco, o construtor aproveitou algumas paredes e os alicerces da antiga igreja (estrutura de aproximadamente um metro de espessura), construindo o edifício sobre essa base (ESTADO do Espírito Santo, 2009).

<sup>84</sup> O primeiro projeto da catedral foi elaborado em 1913 por Paulo Motta, também responsável pelo traçado do Parque Moscoso, mas sua execução foi paralisada em 1918. No ano de 1930, com novo projeto do construtor André Carloni, os trabalhos são retomados, sendo o interior inaugurado em 1933, porém, apenas em 1971 sua fachada foi completamente concluída (ESTADO do Espírito Santo, 2009).

sucedeu a singela igreja Matriz (séc. XVI), demolida pelo prefeito Henrique de Novaes para construção da catedral com arquitetura de inspiração neogótica (DERENZI, 1965).

No governo Avidos, a construção de edifícios estaduais, que seguiram a importação de estilos, contribuiu também na eliminação dos vestígios da arquitetura histórica colonial. O projeto do edifício do grupo escolar Gomes Cardim (depois transformado na FAFI), construído entre 1925 e 1928, e o do edifício do Serviço de Melhoramentos da Cidade (atual Museu de Arte do Espírito Santo), ambos construídos na nova Av. Capixaba, são de autoria do arquiteto tcheco Joseph Pitilick. Tais edifícios seguem os traços do ecletismo europeu (ACHIAMÉ et. al., 1991).<sup>85</sup>

A preferência pelo trabalho de estrangeiros no desenho dos edifícios esboça a valorização da arquitetura europeia e sua respectiva ornamentação, contraposta à simplicidade do desenho colonial.

O ecletismo também marcou presença nos edifícios particulares. A construção do hotel Império (1928), projetado por Moacyr Fraga, localizado de frente à praça Costa Pereira, entre as ruas 7 de Setembro e Graciano Neves, é um dos exemplares da arquitetura eclética dos modernos edifícios da cidade. As fachadas do edifício contam com a presença ao menos de um balcão com janelas ornamentadas com guarda-roupas imitando balaústres.<sup>86</sup>

Esse momento de transformação da cidade foi marcado pelo uso de novas técnicas na construção. Na edificação da Casa Pan-Americana (1912), pelo construtor Rufino Antônio de Azevedo,<sup>87</sup> foi empregado sistema misto de cimento armado e colunas de ferro fundido. O edifício também é uma amostra do ideal de europeização da cidade. Segundo descrição da revista *Vida Capixaba*, o prédio possuía “[...] arquitetura harmoniosa e elegante [que] o coloca entre as mais importantes da Capital. O Pan-Americano comercializa com as primeiras praças da Europa e da A. do Norte, onde importa ferragens, porcelanas, cristais, vidros e

---

<sup>85</sup> Outros edifícios da funcionalidade do Estado construídos durante o governo Avidos foram o dos Correios (Av. J. Monteiro), Mercado da Capixaba (Av. Capixaba, atual Av. J. Monteiro) e Mercado da Vila Rubim. (Cf. ESTADO do Espírito Santo. Presidente Florentino Avidos. *Mensagem...* 1926, 1928).

<sup>86</sup> Projeto de Elaboração do Plano de Ocupação da Área Central: Plano de Proteção da Paisagem. Elaborado pela PMV/SEDEC. Projeto em execução, versão junho de 2010.

<sup>87</sup> Rufino A. de Azevedo foi também o construtor da Casa Hard Hand, de comércio de exportação de café. O construtor, posteriormente, passou a atuar no comércio de material de construção como proprietário da Casa Pan-Americana (CAMPOS JR., 2005).

materiais para construção, artigos para presentes e outros” (*Vida Capixaba*, 1930, apud PREFEITURA Municipal de Vitória, 2010).<sup>88</sup>

Conclui-se que o projeto de europeização da cidade, a partir tanto da construção de palacetes quanto de edifícios comerciais e públicos, objetivou romper com os traços coloniais expressos na arquitetura da cidade. Visava-se, por meio do embelezamento da cidade, conferir ares de modernidade à sociedade capixaba, que não se modernizava completamente.

Assim, diante da transformação do ambiente construído da cidade, quais eram as mudanças dos hábitos urbanos?

Nesse período, o comércio segue seu desenvolvimento, provocando sensíveis mudanças na vida social dos habitantes. “A sociedade vai perdendo hábitos provincianos, para se tornar cosmopolita: trens da Leopoldina e navios da Companhia Costeira, com horários quase infalíveis, mantêm intercâmbio precioso com a cidade do Rio de Janeiro”. Superado o isolamento territorial, a expansão da hinterlândia da cidade reflete-se no ambiente comercial e social da cidade. “Os habitantes dos municípios do sul do Estado, tributários do Rio tornam-se frequentes na ilha vaidosa e progressista” (DERENZI, 1965, p. 204).

A presença, em Vitória, a partir do período republicano, das poderosas famílias Vivacqua, De Biase, e Schwab, sendo as duas primeiras vindas do sul do Estado e a segunda de Cariacica, ilustra o processo em tela.

A dotação de infraestrutura urbana atendia a maior exigência da elite, que passava a residir maior tempo na cidade, seja por exigência dos negócios (casas bancárias, comércio exportador e importador – são todas atividades que se concentram na cidade), seja por imposição da vida pública (políticos e funcionalismo público), ou mesmo para usufruir da vida cultural da cidade (visitas aos teatros e cafés e costumeiros passeios na praça).

Com o crescimento da cidade, multiplicavam-se os gostos do consumo burguês, não se restringindo às mercadorias importadas (vinhos, mobílias, vestuários etc.), pois as novas iniciativas faziam florescer a atividade cultural na cidade. A construção do teatro Carlos Gomes<sup>89</sup> (Figura 21), obra executada pelo construtor André Carloni,<sup>90</sup> mostra como o

<sup>88</sup> Projeto de Elaboração do Plano de Ocupação da Área Central: Plano de Proteção da Paisagem. Elaborado pela PMV/SEDEC. Projeto em execução, versão junho de 2010.

<sup>89</sup> Para incentivar a construção do novo teatro, em substituição ao teatro Melpômene, demolido após um incêndio, que o destruiu parcialmente, o Estado ofereceu ao construtor isenção de imposto predial por 10 anos, doação do terreno e um empréstimo de 280:000\$000. (ESTADO do Espírito Santo. Presidente Florentino Avidos. *Mensagem...* 1928, p. 295). Na construção do novo teatro foram preservadas as colunas de ferro fundido do antigo Melpômene. Alguns anos após a inauguração o edifício foi vendido ao Estado, que o arrendou por um longo período à empresa Santos e Cia. (Cf. ACHIAMÉ et. al., 1991).

desenvolvimento da cidade criava novas alternativas de investimento a partir do florescimento de um novo ambiente cultural. O teatro, inaugurado em 1927, também seguiu a valorização dos padrões europeus de arquitetura. Foi inspirado no teatro La Scalla, em Milão, seguindo os traços da arquitetura neoclássica.

No ano de 1926 tem início a construção do cine-teatro Glória,<sup>91</sup> atual Ed. Glória (Figura 22), construído pela firma Santos & Comp. e projetado pelo arquiteto alemão Ricardo Wright. O edifício, construído no terreno do antigo Éden Park, localizado na atual Av. Jerônimo Monteiro, tornou-se o primeiro prédio da Capital com cinco pavimentos. O empreendimento, que ainda previa serviços de hotelaria e se tornou um marco da arquitetura da cidade nos anos 1930, também recebeu incentivo do governo municipal, por meio de isenção de taxa predial e taxa domiciliária por dez anos (ROSTOLDO, 2008; MONTEIRO, 2008).

A construção do teatro Carlos Gomes e do cine-teatro Glória esboça o processo de que, com o desenvolvimento das funções comerciais da cidade, outras atividades de serviços floresciam, como a da apresentação de peças teatrais ou mesmo de hotelaria. Sendo assim, a presença, em Vitória, de empresários oriundos de outros municípios possibilitava o aparecimento de um empreendimento do porte do edifício Glória.

De todas as transformações verificadas na cidade, a que conclusões chegamos do processo?

A condição de atraso foi instrumentalizada para a ação política e enquanto discurso produziu uma imagem “satanizada” da cidade (local de pestes e moléstias). Essa imagem da cidade justificou as intervenções urbanas, justificando até mesmo a dessacralização de espaços religiosos em favor da produção de uma nova cidade mais compatível com o projeto da elite capixaba. Enquanto modernização epidérmica, a transformação da cidade se manifestou substancialmente na fisionomia dos edifícios e morfologia urbana.

O novo espaço produzido foi marcado pela recriação do exógeno a partir do pensamento de uma elite que almejava sua afirmação. O gosto pelo eclético e descontextualizado, ao se refletir no ambiente construído, transferia para o espaço urbano os códigos do poder.

---

<sup>90</sup> André Carloni também foi o projetista (e responsável pela construção) do palácio Domingos Martins (Assembleia Legislativa), da praça Costa Pereira e da Santa Casa. (Cf. ACHIAMÉ et. al., 1991; CAMPOS JR., 2005; ESTADO do Espírito Santo, 2009).

<sup>91</sup> O cine-teatro Glória foi inaugurado em 1932, quando o mar ainda batia em umas de suas soleiras. (Cf. MONTEIRO, 2008).

A reconstrução da cidade se sustentou na doutrina definida pelo esforço de romper a fisionomia colonial da cidade. Através da recriação do falso e luxuoso, a elite capixaba buscava superar sua condição subalterna. O revestimento ideológico da modernização da cidade tinha como sustentáculo do projeto o ideal de superação do atraso por meio da transformação do ambiente construído, rompendo com o passado e criando o “novo” enquanto simulacro da modernização, pelo qual, na dialética do processo, o velho coexistia no moderno.

Desse modo, a metamorfose da cidade manifestou a substituição dos velhos códigos e símbolos das formas de poder anteriores por outros inerentes às mutações pelas qual o poder econômico atravessava. O que se verifica é a materialização de um novo poder que preservava interesses pretéritos e tinha na cidade seu lócus de maturidade.



Avenida Cleto Nunes, Vila Moscoso, Vitória.

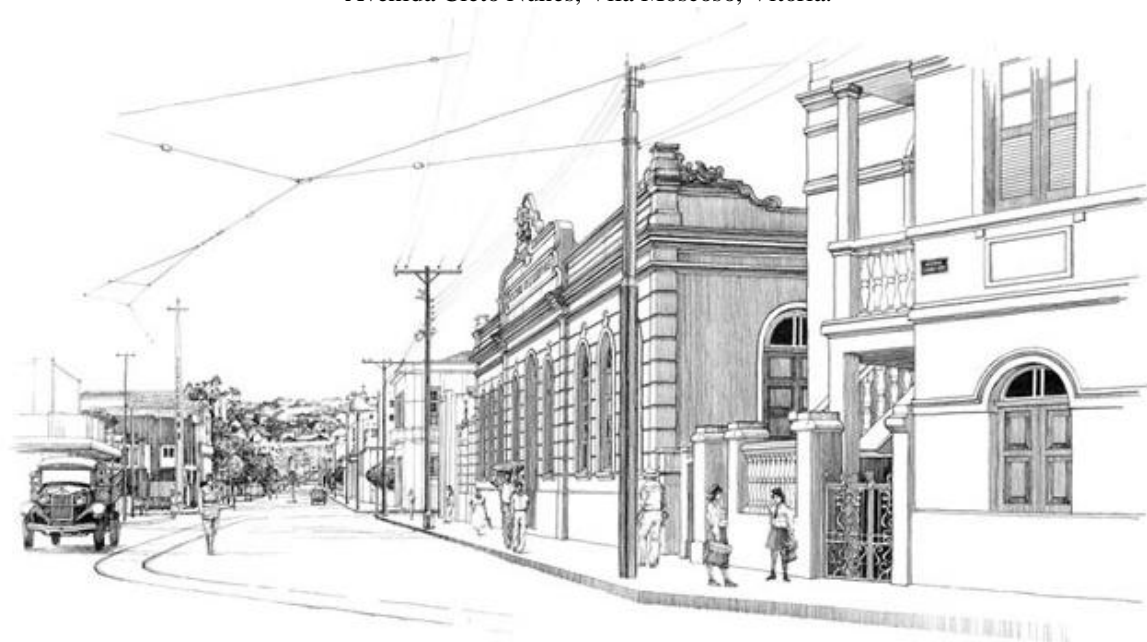


Ilustração: Wagner Veiga

## IV ESTRATÉGIAS DE VALORIZAÇÃO DO CAPITAL NA MODERNIZAÇÃO DA CIDADE

Expomos neste capítulo as diferentes estratégias de investimento na modernização de Vitória. As distintas formas de investimento investigadas expressaram as primeiras investidas do capital na busca de sua valorização na construção da cidade, quando surgem intrinsecamente atreladas ao desempenho do Estado nessa tarefa.

Em Vitória, não existindo “[...] informações de que os excedentes concentrados no comércio de café tenham promovido a diversificação de atividades (gerando investimento no comércio geral, serviços e muitos menos em indústrias) que viessem se situar em Vitória nesse primeiro meio século de República”<sup>92</sup> (CAMPOS JR., 2002, p. 39), observou-se que as experiências iniciais do capital originário do comércio e de atividades a ele atreladas visaram, na reconstrução da cidade, alternativas de se valorizarem.

Do conjunto de investimento analisados, identificou-se que a modernização da cidade ofereceu as condições para a diversificação dos investimentos no interior do crescimento da cidade. Nesse processo, temos as primeiras experiências na perspectiva de a valorização imobiliária proporcionar ao capital a possibilidade de se apropriar de rendas em detrimento do investimento em atividades produtivas multiplicadoras. Essa forma de emprego do capital consiste no que estamos chamando de traço arcaico, ou atraso, do capital na modernização da cidade.

Seguimos então com algumas considerações teóricas necessárias à compreensão desse aspecto específico do processo.

---

<sup>92</sup> Campos Júnior (2002), quando reconstruiu historicamente o desenvolvimento do ramo da construção de edificações voltado para o mercado em Vitória, identificando no processo diferentes formas de produção, demonstrou que, embora a dinâmica do comércio de café tenha oferecido condições para que surgissem investimentos nesse ramo, não se verificou, a partir do comércio de café, inversões que explicassem o desenvolvimento do ramo da construção entre o início do século XX e a década de 1970. Nesse sentido, o que observamos nas primeiras décadas do século XX, foi que as experiências do capital na urbanização dos investimentos ocorreram por meio da construção de obras de infraestrutura com a participação de capitalistas locais ligados ao comércio de café (caso da firma Duarte e Beiriz) e de atividades atreladas a prestação de serviços (caso da Antenor Guimarães e Cia).

## O SIGNIFICADO ECONÔMICO DA TERRA PARA A CONSTRUÇÃO DA CIDADE

A produção do espaço é prática que sempre existiu na história da humanidade. Os grupos sociais sempre atuaram produzindo um espaço físico necessário à realização da atividade produtiva. O que mudou no modo capitalista de produção foi a maneira de produzir e a importância da propriedade privada (incluindo a propriedade da terra) no processo de acumulação. Isso se refere a um processo histórico geral, que introduziu o espaço e o conjunto das atividades produtivas no processo de acumulação por relações capitalistas.

O capitalismo e a burguesia como classe atuante à escala estratégica só puderam manter o essencial das relações determinadas de produção modificando-as. [...] O capitalismo se estendeu subordinando a si o que lhe preexistia: agricultura, solo e subsolo, domínio edificado e realidade urbanas de origem histórica (LEFEBVRE, 2008, p. 116-117).

Como vimos, a expansão do capitalismo transferiu o direito de propriedade do escravo para a terra, recriando as relações de dominação do trabalho noutra ordem econômica e política, o que deu continuidade, em novas bases, à separação entre o sujeito (produtor) e sua obra (objeto produzido). Assim, as formas de apropriação da riqueza constituídas nas relações de troca entre capital e trabalho (mais-valia e salário), fundamentadas pelo instituto da propriedade privada, expressam-se no espaço através da mercantilização do solo.<sup>93</sup> Temos, assim, o recrudescimento da contradição entre valor de uso e valor de troca, com a valorização mercantil do espaço e a fragmentação do solo em unidades mercantis (LEFEBVRE, 1999; CARLOS, 2011).

O processo refere-se também à sujeição do trabalho (agora organizado em novas bases – no trabalho livre assalariado), que estendeu seu domínio para além do nicho das relações de trabalho, pois “[...] o capital domina o trabalho não só no local de trabalho, mas também no espaço de viver, através da definição da qualidade e dos padrões de vida da força de trabalho, em parte pela criação de ambientes construídos que se adaptem às exigências de acumulação e da produção de mercadorias” (HARVEY, 1982, p. 20). Sendo assim, a clivagem socioespacial do ambiente construído é conferida tanto no interior das relações de produção (pela desigual distribuição da riqueza produzida) quanto na diferenciação do espaço construído (pela desigual apropriação do espaço criado).

---

<sup>93</sup> A esse respeito, Ana F. Alessandri Carlos esclarece o seguinte: “A propriedade como fundamento revela em sua origem uma desigualdade que se realiza enquanto relação de poder, isto é, pela separação e diferenciação dos grupos e classes, baseadas no lugar que estes ocupam no processo de produção da riqueza social. Da mesma forma, ela delimita o lugar deste na distribuição da própria riqueza, iluminando as condições de propriedade que sustentam as relações de dominação e de apropriação do mundo humano” (2011, p. 47).

O Estado, instância política do poder, participa do processo comandando as estratégias de reprodução das relações de produção e de produção do próprio espaço, que é produzido como instância de ação de classe. Em suma, o Estado atua como ator viabilizador da valorização do capital, assegurando as relações de dominação um conteúdo de direito pela igualdade legal nas relações de exploração do trabalho, que também são expressas no uso diferenciado do espaço urbano (CARLOS, 2011).

Busca-se então, nesta perspectiva, uma compreensão da cidade, enquanto lócus do processo de acumulação, que elucide a importância do significado econômico da propriedade da terra na produção do espaço. Assim, recuperando as formulações discutidas anteriormente no primeiro capítulo, levanta-se a seguinte questão de caráter teórico-metodológico para encaminhamento da discussão: qual o significado da metamorfose da riqueza do escravo para a terra para o processo de acumulação desenvolvido na construção da cidade?

Para a constituição da centralidade urbana fundada no comércio foi necessário criar as condições materiais (espaço) para a efetivação do comércio, a cidade precisou ser produzida com essa nova feição, isto é, precisou ocorrer a materialização das condições de realização da atividade comercial (infraestrutura de transporte e armazenamento de mercadorias: estradas, pontes, armazéns e porto). A produção da cidade comercial como materialidade espacial criou oportunidades para que o capital também se valorizasse por meio da construção da cidade, através de obras públicas e da construção privada de equipamentos de serviços urbanos e comércio: construção de habitações e edifícios públicos, fornecimento de água e energia elétrica, coleta de lixo, transporte urbano e de cargas. Todo esse conjunto de obras e atividades de serviços, criadas com a ampliação dos circuitos de valorização do capital, passou a contribuir naturalmente para a valorização da propriedade (HARVEY, 1982; LEFEBVRE, 1999).

Assim, a moderna propriedade da terra – resultado da metamorfose da riqueza, portanto, da transferência da riqueza antiga baseada no escravo para a propriedade fundiária – constituiu-se em expressão mercantil de riqueza, tornando-se alvo de estratégias diversas adotadas pelo capital para, por meio de seu domínio, valorizar-se. Nesse sentido, foram criadas alternativas de valorização do capital na construção da cidade que se traduzem na perspectiva de apropriação de uma renda, possível através da valorização da propriedade imobiliária. Essas novas alternativas de realização do capital, expressaram a inclusão do espaço inteiro no mundo da mercadoria (HARVEY, 1982; PEREIRA, 1988, 2004).

Com a oportunidade da construção da cidade de se tornar uma nova possibilidade de acumulação, muitos outros capitais, originados do campo, fluíram para buscar valorizar-se na

construção da cidade. Com isso, houve um incremento na valorização da propriedade imobiliária elevando o potencial da terra urbana proporcionar renda. Nesse caso, a terra como mercadoria *sui generis*, por ser irreprodutível pelo trabalho do homem, proporciona ao seu proprietário apropriar por meio de uma renda, de parte da mais-valia gerada pelo conjunto da sociedade (LEFEBVRE, 1999).

O capital investido no imobiliário pode se valorizar de duas maneiras: apropriando-se de um lucro, pela exploração do trabalho na construção, e apropriando-se de uma renda, que não provém apenas do processo produtivo da unidade imobiliária, mas também do espaço. Autores ainda sugerem, a exemplo de Henri Lefebvre (Ibid.), que o imobiliário tende a absorver os impactos das crises da produção quando passa a funcionar como refúgio para preservação de um capital nas épocas de crise, mas também funciona como uma espécie de fundo de investimento no momento de crescimento econômico. Nesse caso, o investimento no imobiliário depende da dinâmica de acumulação da economia regional que a cidade participa<sup>94</sup> (Id., Ibid.).

Quanto ao investimento improdutivo, o movimento do capital entre setores da economia, considerando a particularidade do imobiliário de poder também se valorizar independente da lógica do trabalho produtivo (atividades multiplicadoras de riqueza), induz o capital a imobilizar-se no imobiliário, sem com isso deixar de obter ganhos (Id., Ibid.).

No capitalismo, as relações de produção são fundamentalmente relações de propriedade, ou seja, entre o proprietário do capital, da terra, e o do trabalho. Nesse sentido, a propriedade da terra, como condição básica para realização da produção, tem seu valor determinado, no caso da construção,

[...] pela geração de rendas que pode proporcionar o seu melhor uso na produção social. Por isso, o preço da terra vai sendo determinado pela renda da terra à medida que se desenvolvem condições capitalistas de produção. A renda da terra capitalizada resulta da relação social entre proprietários de terra e do capital na partilha da mais-valia. É,

---

<sup>94</sup> Importa observar que a imobilização de riqueza em terra urbana como forma de investimento é um processo geral, e desenvolveu-se no país com toda potência em São Paulo, mas num contexto de grande dinamismo econômico; mesmo assim foi reforçado nos períodos de crise, produzindo a fuga de investimentos de atividades produtivas para o imobiliário. Isto se verifica, por exemplo, no comentário do Sr. Raffard, no ano de 1890, referente à desenfreada valorização dos preços de terrenos na cidade, quando a economia desacelerava-se, com as hesitações provocadas pelo anunciado fim da escravidão. Vejamos suas palavras: “Com efeito, diminuindo a construção de vias férreas [...], ao mesmo tempo que algumas das empresas congêneres reduziam os seus dividendos [...] mostravam ter de reduzi-los no futuro, diminuiu necessariamente o emprego de dinheiro em ações de estradas de ferro. Mas, prevendo a extinção da escravidão e, conseqüentemente, a depreciação das propriedades agrícolas e temendo a baixa de todo título particular ou público, em consequência de acontecimentos políticos que podiam surgir a todo momento, os capitais paulistas atiraram-se então sobre os prédios e os terrenos da Pauliceia” (RAFFARD, 1890, apud LEMOS, 1989, p. 56).

portanto, o resultado de um processo social e não resultado “natural” da produção (PEREIRA, 1988, p. 64).

Assim, pela condição de a produção exigir um espaço físico, e isso ser espacialmente invariável para a construção, modificou-se a importância da propriedade fundiária na distribuição da riqueza social produzida. Condição que permite ao proprietário fundiário extrair parte da riqueza social produzida em forma de rendas imobiliárias.

Conforme Paulo C. Xavier Pereira,

[...] a renda imobiliária é a alíquota do preço de aluguel do edifício e corresponde ao pagamento pela utilização da terra, podendo criar diferentes preços de mercado conforme vantagens locacionais, mesmo para edifícios de igual custo de produção. Nesse sentido, ela independe da construção. A renda diferencial fundiária, ao contrário, sempre envolve a construção com diferente custo de produção, fundando-se na exploração direta do trabalho de construir (PEREIRA, 1988, p. 104-105).

Sendo assim, “a renda imobiliária independe do trabalho de construir”. No entanto, a renda fundiária é “[...] proveniente das diferenças da mais-valia envolvendo a produção de mercadorias num mesmo ramo [...]”, e a renda imobiliária, “[...] é proveniente da mais-valia do conjunto da produção social” (PEREIRA, 1988, loc. cit.).

A partir dessas considerações teóricas, o que se investiga adiante na construção de Vitória são as estratégias de reprodução do capital criadas no desenvolvimento das funções comerciais da cidade. Essas estratégias que o capital encontrou na cidade de Vitória para se reproduzir são: a que se refere à fração do capital do próprio setor mercantil-exportador; a que visou se valorizar por intermédio da criação de infraestrutura urbana; e a fração do capital que busca sua valorização por meio da aquisição da terra com a previsão de crescimento da cidade.

## FORMAS DE INVESTIMENTO NA MODERNIZAÇÃO DE VITÓRIA

A atuação da Cia. Brasileira Torrens, contratada pelo Estado, a partir de 1890, para construir o sistema de abastecimento de água, rede de esgoto e do porto de Vitória, ao obter para si a transferência de terrenos do governo, agiu no sentido de obter ganhos imobiliários:

O Governo ratifica e acrescenta à concessão feita no contrato primitivo do domínio que tinha na área do Campinho e nos demais terrenos, que por efeito no mesmo contrato passaram à propriedade da Companhia, que é livre para alugar, vender e dispor à sua vontade das casas que construir, e de todos os mesmos terrenos, de modo a se indenizar do que houver gasto [...] (ESTADO do Espírito Santo, 1890, apud CAMPOS JR., 2002, p. 50).

Segundo Carlos T. de Campos Júnior, “a Cia. Torrens, acreditando na prosperidade do Estado, em particular no progresso acenado para sua Capital, aposta no crescimento dessa

cidade”. Agindo nesse escopo, a Cia. Torrens montou uma estratégia que consistia em vender lotes, material de construção e construir, com o objetivo de lucrar em diferentes frentes: “As obras públicas valorizavam os lotes, que seriam vendidos (pela Cia.) para receber edificações (construídas por ela), que demandaria materiais, que, por sua vez, seriam vendidos pelas fábricas pertencentes também à Cia. Torrens” (2002, p. 52).

Mesmo que a Cia. Torrens não tenha obtido êxito nos seus planos (pois entrou em falência e os terrenos de sua propriedade, dado o descumprimento do contrato, retornaram ao domínio público), a estratégia da empresa serviu como pista inicial de nossas investigações para entender as estratégias utilizadas pelo capital para se valorizar na política de modernização de Vitória.

Acrescenta-se, ainda, que, no contexto histórico da pesquisa, quando tais investimentos na construção da cidade surgem como experiências iniciais do capital na busca de se valorizar na modernização da cidade, verificou-se que essas iniciativas surgem, inicialmente, a partir da esfera do comércio e de atividades desenvolvidas na sua dinâmica. Mas não surgem de maneira espontânea (ao contrário, demonstrariam o forte potencial de acumulação local), mas sob a tutela das ações estratégicas do Estado, do qual a iniciativa privada passou a se beneficiar. Conforme voz do próprio J. Monteiro:

É uma das mais benéficas missões dos governos auxiliar, animar, reerguer as forças ativas dos particulares, quando alcançadas pelo abatimento, pela desconfiança em suas próprias energias (MONTEIRO, s/d., apud ALMEIDA, 1992, p. 84).

O Estado atuou como grande promotor do projeto, não apenas regulando o espaço da cidade e legislando sobre ele, mas criando oportunidades para a iniciativa particular de participar do processo e por meio de sua atuação encontrar alternativas para os investimentos.

Entretanto, dada as dificuldades técnicas para atuação dos capitalistas locais em todos os tipos de empreendimentos, o Estado contratou com a iniciativa privada de fora as obras de maior envergadura (construção do porto e da Cinco Pontes, por exemplo). Com esse objetivo em mente, investigamos as diferentes estratégias utilizadas pelo capital para se realizar na construção da cidade. Com isso, poderemos compreender a participação dos capitalistas locais na reconstrução da cidade.

### **Serviços Urbanos: Água, Luz e Esgoto**

A infraestrutura urbana de Vitória, no início do período republicano, conforme vimos anteriormente, era marcada pela quase completa inexistência dos serviços básicos, como abastecimento de água e rede de esgoto (ambos inexistentes) e tendo um precário sistema de

iluminação pública. Mas esse quadro foi drasticamente alterado pela criação dos serviços durante os governos republicanos, que dotaram a cidade das condições de infraestrutura urbana.

A criação dos serviços urbanos de abastecimento de água, rede de esgoto e fornecimento de energia elétrica proporcionou novas alternativas de investimentos desenvolvidas no processo de modernização da cidade. Esses tipos de investimento surgem atrelados à criação, por parte do Estado, das condições materiais necessárias às funções comerciais da cidade.

O governo Jerônimo Monteiro contratou, em 11 de novembro de 1908, com o paulista Dr. Augusto Ferreira Ramos a instalação dos serviços de água, luz e esgoto (Figura 23) pela importância de 2.100:000\$000 (dois mil e cem contos de réis), com prazo para conclusão das obras em 14 meses.<sup>95</sup>

Enquanto os serviços de abastecimento de água eram executados, para atender provisoriamente essa necessidade, com o empresário local Antenor Guimarães foi acertado o fornecimento de água da cidade. O serviço consistia na entrega de água em domicílio à razão de \$050 (cinquenta réis) o barril de 16 litros, pagos pelo consumidor, recebendo o contratante mensalmente o valor de 400\$000 (quatrocentos mil réis) pela prestação do serviço. O serviço era realizado durante todo o dia e nas primeiras horas da noite com o emprego de seis veículos-pipa.<sup>96</sup>

Com o mesmo capitalista, em fevereiro de 1909, foi contratado, pelo prazo de três anos, o serviço de limpeza pública e domiciliar da Capital. O serviço compreendia varredura diária das ruas, capinação, irrigação e remoção de lixo dos domicílios e terrenos particulares e públicos. Pelo contrato ficou estabelecida ao contratado a remuneração de 3:333\$333 (três contos e trezentos e trinta e três mil e trezentos e trinta e três réis) mensais pela execução do serviço.<sup>97</sup>

---

<sup>95</sup> O contrato estabelecia as parcelas de pagamento da seguinte maneira: 600\$000 (seiscentos contos de réis) pagos até 30 dias após aprovação do contrato; 500:000\$000 (quinhentos contos de réis) pagos quando se encontrar no porto da Capital todo o material necessário para as obras; 500:000\$000 quando da conclusão de 50% dos trabalhos; e 500:000\$000 quando da conclusão total dos serviços. (ESTADO do Espírito Santo. *Relatório de governo Jerônimo Monteiro, 1908-1912...* julho de 1909, contrato n° 2, p. 3).

<sup>96</sup> ESTADO do Espírito Santo. *Relatório de governo Jerônimo Monteiro (1908-1912)*... julho de 1909, contrato n° 2, p. 16.

<sup>97</sup> ESTADO do Espírito Santo. *Relatório de governo Jerônimo Monteiro (1908-1912)*... julho de 1909, contrato n° 2, p. 5.



A primeira ligação de água ficou instalada em agosto de 1908, com o abastecimento feito ao palácio Anchieta e repartições públicas.<sup>98</sup> A inauguração oficial do serviço de abastecimento de água e iluminação pública se realizou no dia 25 de setembro de 1909. Quanto ao abastecimento de água, foram instaladas 970 ligações em domicílios, gerando inicialmente uma renda mensal de 6:800\$000 (seis contos e oitocentos mil réis). O fornecimento de energia em domicílio, iniciado com 229 instalações, gerou, nos primeiros meses de 1910, a renda mensal de 3:200\$000 (três contos e duzentos mil réis), considerada ainda pequena, mas com incrível capacidade de expansão, segundo opinião do diretor de Agricultura, Terras e Obras Dr. Antonio F. de Athayde.<sup>99</sup>

Na ocasião da celebração da inauguração dos serviços houve um fato que – se verdadeiro ou não, pouco importa – registrou a inovação promovida pela instalação dos novos serviços na cidade. Naquele dia um senhor, entusiasmado com a novidade, dirigiu-se a uma loja para comprar uma lâmpada. O vendedor lhe perguntou: “De quantas velas?” O senhor, um tanto ofendido e defendendo sua posição no progresso, respondeu: “Não preciso mais de velas; quero uma lâmpada!” Certamente esse foi um dia empolgante para a população vitorienense, não acostumada com aquelas inovações. Além disso, naquele dia, como rezam os comentários mais elogiosos à pessoa de Jerônimo, o então presidente teria sido coberto por flores. E, junto à emoção da multidão, outro cidadão, ao ficar maravilhado com as luzes, exclamou: “Vitória parece um presépio!” (NOVAES, 1960, p. 46-48).

Na década de 1920 esses serviços foram reunidos em uma mesma gerência de controle do Estado através da criação da empresa Serviços Reunidos de Vitória, compreendendo água, esgoto, iluminação e bondes elétricos. No governo Florentino Avidos foram retomados pelo Estado os serviços de água e esgoto. Para isso, o governo executou a reconstrução e ampliação do sistema. Para recompensar a retomada de parte dos serviços, o Estado recalculou o valor para a concessão dos serviços, que passaram a fornecer uma renda (em valores arredondados) superior a 28:000\$000 (vinte e oito contos de réis) aos cofres públicos.<sup>100</sup>

<sup>98</sup> ESTADO do Espírito Santo. *Relatório de governo Jerônimo Monteiro (1908-1912)*... julho de 1909, contrato n° 2, p. 16.

<sup>99</sup> Para o serviço de iluminação pública foram utilizados três transformadores de 30 kilowatts, localizados na praça Santos Dumont (praça Oito de Setembro), atrás do palácio, e lateral à catedral. A cidade era iluminada com 33 lâmpadas de 50 velas e uma lâmpada Nerust de 50 velas, instalada no largo da igreja. (ESTADO do Espírito Santo. *Relatório de governo Jerônimo Monteiro, 1908-1912*... julho de 1910, p. 37-39).

<sup>100</sup> Espírito Santo. Presidente Florentino Avidos. *Mensagem*... 1925, p. 40-41.

Iniciativas do poder público, transferindo o direito de exploração dos serviços quando ainda o aparelho público não possuía condições estruturais de criá-los ou quando a exploração dos serviços se tornou vantajosa para a iniciativa privada, esboçam a estratégia do poder estatal de desenvolver as condições de infraestrutura urbana com a participação da iniciativa privada. Para aqueles serviços que ressentiam da falta de empresários locais capazes de executá-los buscou-se contratar com empresários de fora, como foi o caso dos serviços de iluminação, água e esgoto. Todavia, para os serviços de menor porte (aqueles que exigiam menor capitalização dos empresários, como o de limpeza pública) buscou-se no próprio empresariado local sua satisfação.

A contratação do serviço de limpeza pública com o Sr. Antenor Guimarães, não foi mera coincidência. A. Guimarães, além da possível influência no corpo político do Estado, era um dos maiores empresários locais e provavelmente um dos poucos existentes em Vitória com condições de apostar em um investimento de tal proporção.

A concessão ou a prestação dos serviços ainda proporcionaram, mesmo que pequeno, um acréscimo na receita do Estado. Acrescenta-se ainda o papel estratégico da criação de infraestrutura e serviços urbanos para o desenvolvimento da cidade.

Do exposto, o que se observa é que, à medida que a prestação dos serviços estratégicos para o desenvolvimento da cidade passava a exigir maior soma de investimento para expansão da infraestrutura urbana, eles foram sendo incorporados ao controle direto do governo. Embora, em situações que a iniciativa privada local não possuía condições técnicas para atuar em determinados tipos de investimento, o Estado contratava com particulares de fora ou incorporava a criação do serviço, a investigação demonstra que esfera de poder estadual atuou criando novas oportunidades de investimento para capitalistas locais através da modernização da cidade.

### **Construção de Edifícios Públicos**

No capítulo anterior analisamos as transformações do ambiente construído de Vitória, pelo qual foi demonstrada a importância da atuação do Estado na construção de edifícios públicos para a mudança do aspecto colonial da cidade. Também analisamos, naquele momento, a construção de edifícios particulares, caso do teatro Carlos Gomes e do cine-teatro Glória, como uma forma de investimento que se desenvolvia embutida no florescimento cultural da cidade. O interesse neste momento é assinalar o desenvolvimento da atividade de construção como realização do processo de diversificação dos investimentos no processo de modernização da cidade a partir da construção de edifícios públicos.

Na economia estadual,<sup>101</sup> os limites à construção ainda a tornava fortemente dependente das ações do governo. Como ainda não havia experiência de grande porte nesse ramo no Estado, as principais obras de infraestrutura (construção do porto e da Cinco Pontes) foram entregues à iniciativa estrangeira, como era de prática no país nessa período. Contudo, a modernização da cidade, pelas obras de menor porte ou de edifícios públicos principalmente, permitiu a capitalização dos construtores locais. No processo, muitos desses construtores aperfeiçoaram sua capacidade técnica, auxiliando a execução dos projetos de grande porte acertados pelo Estado com empresas de fora (CAMPOS JR., 2005).

Acrescenta-se a isso que a investigação privilegiou a participação dos construtores ou empreiteiros locais, pois eram estes que faziam parte da estrutura econômica e política estadual. Neste sentido, buscamos expor as articulações da estrutura política com o surgimento dessa iniciativa.

Durante o governo Jerônimo Monteiro, o Cel. Antônio José Duarte, sócio da importante casa comercial Duarte e Beiriz, foi o responsável por quase todos os contratos de obras do governo. Além daquelas de construção de edifícios, executou a conclusão do aterro da Vila Moscoso, antigo mangal do Campinho, contratada pelo valor de 126:000\$000 (cento e vinte e seis contos de réis). Associado a esse serviço, Duarte também executou a construção da Necrópole, exigida para a remoção dos cemitérios para o arrabalde de Santo Antônio.<sup>102</sup>

A construção do palácio Domingos Martins, edifício do Congresso estadual, foi também contratado com a empresa do Cel. Antônio Duarte, pela importância de 145:000\$000 (cento e quarenta e cinco contos de réis). Contratada com Duarte, a construção foi entregue à responsabilidade do construtor André Carloni. As obras iniciaram-se em 24 de maio de 1911, mas, com as mudanças do projeto, ao valor foi acrescida a importância de 50:000\$000 (cinquenta contos de réis).<sup>103</sup>

A construção de edifícios públicos e, de maneira geral, de todas as obras públicas significou uma alternativa de investimento para os capitalistas locais, no qual temos as origens do ramo da construção na cidade.

No caso em destaque – atuação do Cel. Antônio Duarte – sua participação em diversos contratos com o governo indica não apenas a importância da esfera comercial na política

---

<sup>101</sup> A organização da estrutura produtiva e as condições de inversão do excedente em atividades urbanas foram analisadas no capítulo I desta dissertação.

<sup>102</sup> ESTADO do Espírito Santo. *Relatório de governo Jerônimo Monteiro (1908-1912)*... julho de 1910, p. 43-44.

<sup>103</sup> ESTADO do Espírito Santo. *Relatório de governo Jerônimo Monteiro (1908-1912)*... julho de 1911, p. 35.

estadual, principalmente em se tratando dos projetos urbanos, mas também a significância das alianças políticas constituídas no interior da oligarquia estadual. Dessa maneira, a participação do empresário e do político na reconstrução da cidade revela não apenas as estratégias utilizadas pelo capital para se valorizar na produção da cidade, mas também o funcionamento das engrenagens políticas para o processo de acumulação.

### **Serviço de Transporte Urbano e de Cargas**

A concentração do comércio em Vitória exigiu o desenvolvimento de outras atividades de suporte à realização das funções mercantil-exportadoras. O aumento da movimentação de mercadorias no porto, tanto daquelas destinadas ao exterior (café principalmente) como daquelas importadas e destinadas ao consumo local ou do interior (por exemplo, vinho e tecidos consumidos por imigrantes e descendentes de imigrantes), ofereceu as condições para o desenvolvimento do ramo de transporte de cargas.

A Antenor Guimarães e Cia.<sup>104</sup> tornou-se especializada em transporte portuário de cargas<sup>105</sup> e manutenção de navios (Figuras 24, 25 e 26). A firma contava com uma infraestrutura composta de galpões e estaleiros, localizados na ilha da Fumaça (Figura 27), no canal de acesso ao porto, trapiches, nessa ilha e na antiga rua da Alfândega (Av. Jerônimo Monteiro), onde também localizava seu armazém, e diversas embarcações tipo saveiro (chatas largas de ferro ou madeira sem motor e sem cobertura) (NOVAES, s/d.; PACHECO, 1998).

A firma do Sr. Antenor Guimarães,<sup>106</sup> além de ter constituído a primeira concessionária das docas de Vitória, prestando serviços de cabotagem, também executou

---

<sup>104</sup> A firma foi fundada pelo sócio Antenor Guimarães em 27 de junho de 1888. A primeira organização da firma se chamou Guimarães e Silva, surgida como agência de navios, estiva e carga e descarga e transporte terrestre. Desde sua fundação passou por diversas composições até a fundação da Antenor Guimarães e Cia. em 1914, e que existe até os dias de hoje. (A *Gazeta*. Vitória, 11 de setembro de 1949. *Firmas que honram o E. Santo: Antenor Guimarães e Cia. Ltda*, p. 5-6).

<sup>105</sup> Para efeito exemplificativo, Antenor Guimarães recebeu do Estado pelos serviços de descarga e transportes dos materiais para a construção dos serviços de abastecimento de água, luz e esgoto, o valor de 22:966\$250 (vinte e dois contos, novecentos e sessenta e seis mil e duzentos e cinquenta réis). (Cf. ESTADO do Espírito Santo. *Relatório do Diretor de Finanças Antonio Bernardino Ferreira Rios*, em 27 de julho de 1909, no anexo n.º 40, s./p).

<sup>106</sup> Antenor Guimarães nasceu em 1872, em Niterói, sendo filho de portugueses. Desembarcou em Vitória em 1886. Inicialmente trabalhou na firma Guimarães e Figueiredo, da qual seu tio José P. Guimarães era o principal sócio. O empresário, além das atividades descritas neste trabalho, ainda investiu em outras atividades, como na indústria de serragem de madeira, transporte terrestre por caminhões e carroças, de comércio de atacado e de representação de vendas de veículos (General Motors e Ford Motors). (Depoimento de Mariza Neves Guimarães – bisneta de Antenor. Entrevista realizada pelo autor em 31-01-2014).

serviços de venda de passagens e entrega e recebimento de cargas a serviço da Cia. da E. F. Vitória a Minas e para a Leopoldina Railway.<sup>107</sup>

Afora isso, a firma foi pioneira no serviço de transporte público, transportando moradores para a região de praias da ilha, no arrabalde do Suá, ou para o continente.<sup>108</sup> “Sempre ativo e iniciador, a 29 de junho de 1908, Antenor Guimarães organizou o transporte coletivo, em tálburis e ‘vitórias’, para o banho de mar, na Praia do Suá, e o serviço de lanchas, para a estação da Estrada de Ferro Leopoldina” (NOVAES, s/d., p. 368). E, ainda, como relembra Renato Pacheco, nos dias festivos de regatas na praia do Suá, o rebocador Antenor Guimarães se colocava à disposição para os sócios dos clubes poderem melhor assistir à disputa (PACHECO, 1998).

No Espírito Santo, como já anotamos, não houve o desenvolvimento de corporações ferroviárias ou de navegação originárias de investimentos de capitalistas locais.<sup>109</sup> O surgimento de novas alternativas de investimento esteve dependente do fortalecimento das funções comerciais da cidade. Assim, somente a centralização do comércio em Vitória possibilitou o aparecimento de empresas como a Antenor Guimarães e Cia., que se desenvolveu no lastro das oportunidades criadas com a atividade de comércio exportador-importador.

Com o crescimento da cidade, em virtude da ocupação dos arrabaldes de Santo Antônio, Jucutuquara e Suá, a partir dos anos 1920 e 1930, desenvolve-se o serviço de transporte urbano.

No governo Henrique da S. Coutinho (1904-1908) foi concedido o direito de exploração do serviço de transporte urbano à recém-criada Ferro Carril Suá (Figura 28). A empresa era de propriedade do Cel. Antônio José Duarte.<sup>110</sup>

O serviço compreendia uma linha de bondes puxados a tração animal, conectando a rua do Comércio (atual Florentino Avidos) ao forte de São João, circulando pelas poucas ruas

<sup>107</sup> *Gazeta*. Vitória, 11 de setembro de 1949. *Firmas que honram o E. Santo*: Antenor Guimarães e Cia. Ltda, p. 5-6.

<sup>108</sup> Antenor Guimarães, antes de falecer, em 1932, planejava a criação de uma empresa de transporte aéreo. Naquela época, as aeronaves utilizavam o interior do canal da baía de Vitória como área de pouso. (Depoimento de Mariza Neves Guimarães. Entrevista realizada pelo autor em 31-01-2014).

<sup>109</sup> As causas dessa situação são tratadas no Cap. 1 deste trabalho, quando estudamos as condições de acumulação a partir da estrutura produtiva estadual.

<sup>110</sup> O Cel. Antônio J. Duarte, como já foi mencionado, era chefe de importante firma comercial em Iconha, e buscou no desenvolvimento da cidade de Vitória oportunidades para novos investimentos como forma de diversificação de capital acumulado a partir do comércio de café.

trafegáveis da cidade: 1º de Março, Pereira Pinto, Costa Pereira, Rosário, Cristóvão Colombo, e Barão de Monjardim. “A velocidade era o trote, mas nas subidas da Primeiro de Março e da Barão de Monjardim o trote reduzia a passo, apesar do chicote do condutor. O veículo tinha quatro bancos e era aberto, com cortinas de oleado para proteger da chuva” (DERENZI, 2002, p. 164).

Embora a inauguração do serviço atendesse a uma necessidade básica da população, não contemplava as expectativas dos moradores mais abastados. Como é de se imaginar, o tipo de serviço trazia consigo inconvenientes à população: as bestas defecavam ao trafegarem pelas ruas, exaurindo mau cheiro, não sendo raros os atrasos quando os animais empacavam durante o trajeto (Id., Ibid.).

A modernização do serviço iniciou-se durante o governo Jerônimo Monteiro. Em 1º de outubro de 1909 o governo arrendava novamente ao Cel. Antônio J. Duarte o serviço de transporte público.<sup>111</sup> Pelo novo contrato estabeleceu a construção de dois novos ramais, levando os trilhos até Jucutuquara e Santo Antônio. Com a criação do cemitério municipal em Santo Antônio, também surgiu o carro fúnebre, que transportava o cortejo dos defuntos até esse cemitério (Id., 1965; 2002).

No ano de 1911 contratou-se a eletrificação dos bondes com a Ferro Carril Suá. O serviço foi contratado pelo valor de 86:500\$000 (oitenta e seis contos e quinhentos mil réis).<sup>112</sup> Contudo, com a falência da empresa, pouco tempo depois, o Banco Hipotecário e Agrícola do Espírito Santo assumiu o empreendimento, inaugurando, em 1913, o novo serviço de bondes elétricos, estendendo seus trilhos até a região do Suá.

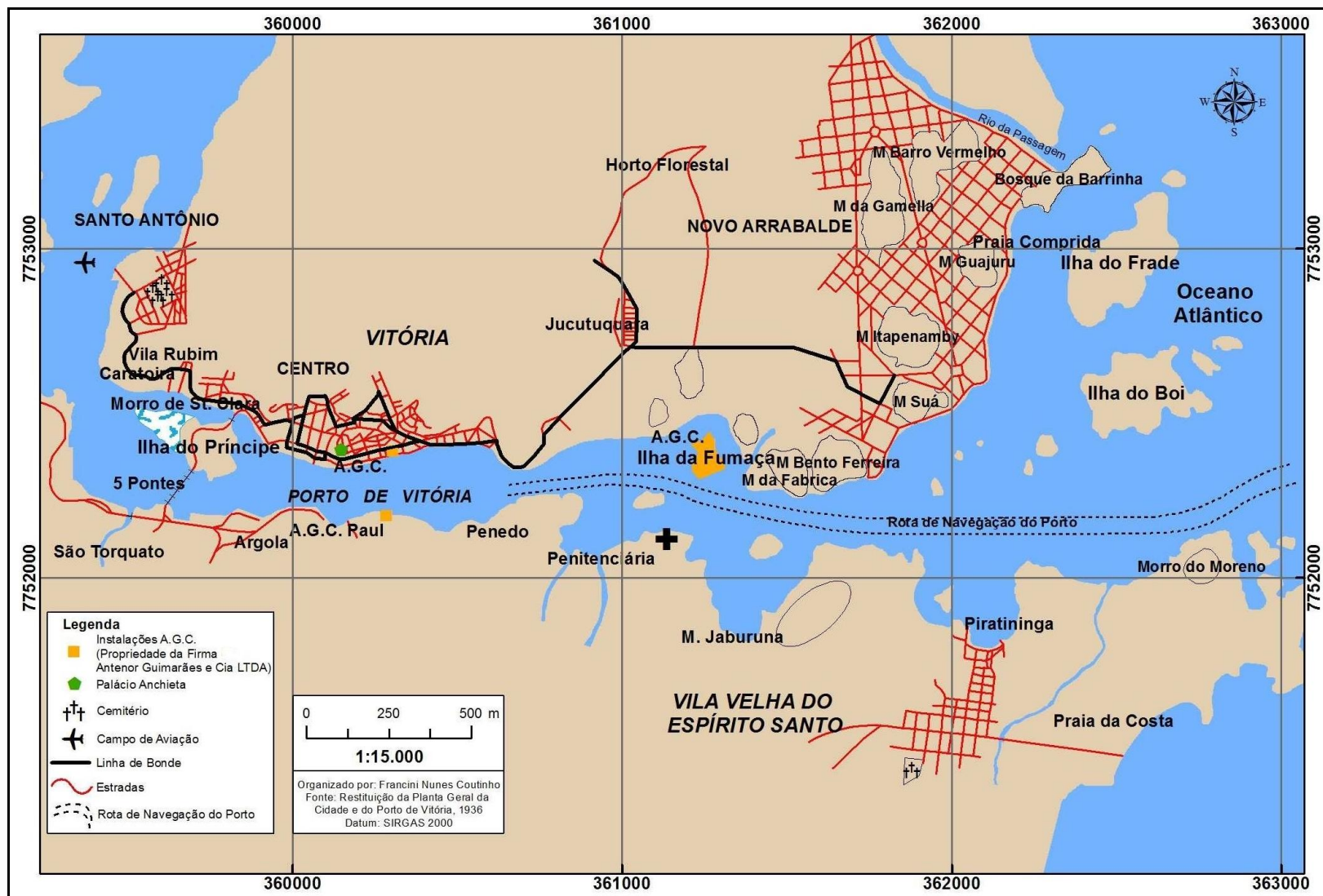
O fracasso da iniciativa privada nesse serviço ilustra duas evidências: o despreparo da iniciativa privada local nessa atividade e a pouca rentabilidade para essa atividade naquele momento, daí o fato de o Estado assumir o serviço, dada sua utilidade para o desenvolvimento da cidade.

Através do Mapa 6 temos um panorama geral da infraestrutura de transporte de pessoas e cargas em Vitória no início dos anos 1930. Nele podemos observar, ainda, a distribuição do transporte por bondes ligando os novos eixos de crescimento da cidade ao seu centro, e também as instalações de transporte de cargas da empresa Antenor Guimarães e Cia.

<sup>111</sup> As condições do contrato estabeleciam ao permissionário a obrigação de recolher mensalmente 250\$000 (duzentos e cinquenta mil réis) ao Estado, 90 dias após o funcionamento regular do transporte e da construção do ramal de Santo Antônio, e mais 100\$000 (cem mil réis) de fiscalização. (ESTADO do Espírito Santo. *Relatório de governo Jerônimo Monteiro, 1908-1912...* julho de 1910, p. 48-49).

<sup>112</sup> ESTADO do Espírito Santo. *Relatório de governo Jerônimo Monteiro (1908-1912)...* julho de 1911, p. 30-31.

**Mapa 6:** Infraestrutura de transporte de pessoas e cargas em Vitória – década de 1930



Fonte: Produzido a partir da Planta Geral e do Porto de Vitória, 1936. In: Acervo do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo.

Apesar do fracasso da iniciativa privada no serviço de bondes, a existência desse tipo serviço indica o processo de diversificação dos investimentos expressos na multiplicação de atividades econômicas surgidas do crescimento da cidade. Antônio J. Duarte – empreiteiro de quase todas as obras do governo J. Monteiro – buscou no setor de transporte público uma alternativa de investimento do excedente acumulado da atividade de comércio.

Conclui-se, da análise dos investimentos verificados na atividade de transporte, que o incremento dessas atividades estava relacionado ao aumento da circulação de mercadorias e pessoas que se desenvolveram com o crescimento econômico da cidade movido pelo papel desempenhado pelo centro regional.

### **Construção de Habitações**

No Espírito Santo, diante da ausência da iniciativa privada na construção de habitações, o Estado interviu nesse mercado. O governo J. Monteiro contratou a construção de casas para funcionários públicos<sup>113</sup> (Figura 12) no bairro da Vila Moscoso, distribuídas ao redor do Quartel de Polícia, formando as ruas Henrique Coutinho, Dona Júlia e Padre Anchieta. O Cel. Antônio José Duarte, que havia sido o responsável pelos trabalhos finais do aterro do Campinho, foi o empreiteiro responsável pelas edificações. O contrato firmava a construção de 50 a 100 habitações pelo valor de 6:400\$000 (seis contos e quatrocentos mil réis) a unidade produzida.<sup>114</sup>

Essa iniciativa, além de atender uma demanda social, esboçou a primeira grande iniciativa no ramo da construção em Vitória. Diferentemente do tratamento dado às construções anteriores, construía-se agora através de uma empresa empreiteira, que produzia diversas unidades domiciliares de forma padronizada.

Além da iniciativa do governo J. Monteiro, ocorreram outras dessa natureza. No governo Florentino Avidos (1924-1928), o Estado acertou a construção de ao menos 92 habitações no novo bairro de Jucutuquara, local planejado para ser um novo bairro operário, onde fossem adotados os preceitos de higiene urbana.<sup>115</sup>

---

<sup>113</sup> A medida também tinha em vista responder a uma medida impopular do governo, que havia tributado o funcionalismo em 10% dos seus proventos até que o Estado se equilibrasse financeiramente (DERENZI, 1965; CAMPOS JR., 2002).

<sup>114</sup> ESTADO do Espírito Santo. Presidente J. Monteiro. *Mensagem...* 1910, p. 18. *Relatório de governo Jerônimo Monteiro (1908-1912)*... julho de 1910, p. 43-44.

<sup>115</sup> ESTADO do Espírito Santo. Presidente Nestor Gomes. *Mensagens...* 1924.



Lembra-se ainda que todas as habitações foram edificadas seguindo o plano moderno de edificações, possuindo vazios laterais para iluminação e ventilação dos cômodos. Todas as novas habitações possuíam instalação de água e luz e infraestrutura de captação de esgoto.

Enquanto o Estado atuava respondendo à necessidade por habitações para o funcionalismo público, a iniciativa privada surgiu, mesmo que de maneira isolada, produzindo habitações para a classe operária. Antenor Guimarães, empresário do ramo de transporte de cargas, adquiriu terrenos na Vila Moscoso para construir habitações para operários de sua empresa, como aponta a correspondência abaixo:

Ex. Sr. Presidente do Estado.

O abaixo assinado, proprietário da empresa Transporte de Cargas, desejando obter por compra os terrenos existentes entre dois outros de sua propriedade para *edificar pequenas casas para residências de seus empregados*, terrenos esses situados na rua do Norte, na Vila Moscoso, vem pedindo a V. Ex.<sup>a</sup> mandar arbitrar o seu preço, lembrando a V. Ex.<sup>a</sup> que esse terreno, que mede vinte metros de frente por 62 metros, é situado na encosta do morro, lugar exatamente em que os terrenos têm menor valor.

Vitória, 28 de novembro de 1897.

Antenor Guimarães (grifo nosso).<sup>116</sup>

O pedido refere-se a uma área de 430 m<sup>2</sup> adquirida do Estado, de terrenos que pertenceram à Cia. Brasileira Torrens, cuja dívida ainda não havia sido liquidada com a antiga proprietária. A área requerida localizava-se entre dois terrenos do próprio requerente. Contudo, a área encontrava-se em situação de litígio entre o Estado e o Cel. Antônio Alves de Azevedo, fato que provocou atraso no andamento do processo. Em decorrência do embaraço para o aforamento do terreno, Antenor Guimarães solicitou a permissão para construir habitações antes da finalização do processo.

Informe à Diretoria de Obras e Empreendimentos.

Em Vitória, 25 de setembro de 1899.

Antenor Guimarães, tendo obtido dessa Presidência despacho favorável, em data de 05 de janeiro de 1898, a sua petição em que pedia por compra um terreno no Campinho encravado entre dois de sua propriedade, o qual mede 430m<sup>2</sup>, conforme a planta junta, e não tendo podido pagar o referido terreno por não ter o Tesouro instruções sobre o preço do terreno do Campinho, vem pedir a V. Ex. *licença para construir pequenas casas no referido terreno, comprometendo a pagar logo que exija a petição compreende*.

Nestes termos,

Vitória, 22 de agosto [ilegível].

Antenor Guimarães (grifo nosso).<sup>117</sup>

<sup>116</sup> Os terrenos eram fronteiros à chamada rua do Norte (atual Antenor Guimarães), arrabalde do Campinho. ESTADO do Espírito Santo. Processo de Terra 3979 – A. Guimarães. Ano 1904. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Fundo da Agricultura. 2ª Série. Caixa 256.

O aforamento do terreno requerido por Antenor Guimarães é confirmado em mensagem do diretor de Obras e Empreendimentos Gerais Sr. José P. Machado de Melo ao presidente do Estado José Marcelino P. Vasconcellos, em data de 27 de setembro de 1899, pela qual ficou estabelecido o pagamento de 3\$000 (três mil réis) pelo m<sup>2</sup>, totalizando 1:290\$300 (um conto e duzentos e noventa mil e trezentos réis) pela aquisição. A concessão do terreno também determinava a observância da planta da Intendência Municipal da Capital (estabelecida no artigo 36, do Decreto n.º. 3, de 4 de junho de 1892) e as posturas de edificação municipal em vigor.

Por meio das plantas de localização do terreno, foi observada no terreno anexo ao requerido por Antenor Guimarães a existência de casas de sua propriedade, sugerindo que Antenor Guimarães estava adquirindo um segundo terreno para edificar habitações.

Além disso, durante os anos 1920, quando a ilha de Santa Maria recebeu um aterro, passando a estar interligada com o caminho da atual Av. Vitória, a empresa Antenor Guimarães e Cia. interviu na ocupação e organização do que veio a ser o bairro de Ilha de Santa Maria, nos terrenos conquistados ao mar. Na área que vinha recebendo trabalhos de aterramento, a empresa tanto ofertava lotes como alugava habitações para operários, vindos do interior do Estado, atraídos pela oferta de empregos oferecidos pela firma.

A referida firma, que era proprietária de uma vasta área de terreno de marinha (mangues), doava lotes e também alugava casas a seus empregados, possibilitando que fosse se formando o primeiro núcleo habitacional do bairro a partir dessas edificações ao redor da ilha [de Santa Maria] (VENTORIM, 1993, p. 10).

Essa iniciativa teve continuidade por parte dos herdeiros de A. Guimarães. Seus filhos construíram, no final da década de 1930, o primeiro edifício da cidade. Trata-se do Ed. Antenor Guimarães, possuindo seis pavimentos, construído para aluguel, localizado fronteiro à praça Costa Pereira (CAMPOS JR., 2002).

Contudo, qual interesse poderia ter um empresário do ramo de transporte em edificar habitações para funcionários?

Naquele momento a maior parte da população de baixo poder aquisitivo poderia suprir a necessidade de habitação por meio da produção doméstica. E, embora o preço do terreno pudesse colocar restrições, esse impedimento se verificava essencialmente no centro da cidade (incluindo a Vila Moscoso). Fora dessa área, existia disponibilidade natural de terra, mesmo que em condições geológicas ou topográficas inadequadas (áreas alagadiças ou de

---

<sup>117</sup>ESTADO do Espírito Santo. Processo de Terra 3979 (A. Guimarães). Ano 1904. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Fundo da Agricultura. 2ª série. Caixa 256.

morro). Assim, aqueles que reunissem algum pecúlio poderiam requerer um terreno do Estado e se aventurar na produção da própria moradia, desde que respeitassem os critérios para a edificação, não necessitando adquirir terreno ou habitação através da iniciativa privada. Sob essas condições tais habitações não poderiam destinar-se ao mercado.<sup>118</sup>

A construção de habitações para operários pode ser compreendida por dois aspectos. Primeiro, pode ser explicada pelo interesse do proprietário de obter rendas em forma de aluguéis,<sup>119</sup> mesmo em um momento que os aluguéis mensais pagos à empresa fossem baixos. Enquanto empregados do próprio proprietário, os operários também eram inquilinos.<sup>120</sup> Esse pode ter sido o caso, aparentemente, das moradias construídas no arrabalde da ilha de Santa Maria, onde as evidências indicam que se cobrava um pequeno aluguel do operário.<sup>121</sup> Por outro lado, a oferta de habitações por parte da empresa pode ter significado uma forma de manter cativos seus trabalhadores, em um momento que o mercado de trabalho ainda inexistia.

Nesses casos, acrescenta-se ainda a possibilidade de a construção de moradias contribuir para o rebaixamento do custo de manutenção da força de trabalho, tendo em vista

---

<sup>118</sup> Como anotou Carlos T. de Campos Júnior (2002), o Estado intervia no comércio privado de terras principalmente após a falência da Cia. Brasileira Torrens, quando os terrenos de sua propriedade retornaram para o domínio público. Houve assim, durante longos períodos, ofertas abundantes de terra patrocinadas pelo Estado, e acessíveis a determinadas frações da população. Criou-se, dessa maneira, disponibilidade de lotes urbanos que, intervindo na formação do mercado de terras urbano, dificultavam a participação da iniciativa privada no mercado fundiário.

<sup>119</sup> Conforme Carlos T. de Campos Júnior: “O aluguel em parte é uma renda criada pelo tipo de uso que o contratante conferia à terra mediante a construção. Proporcionava não só o retorno do capital investido na terra e na construção, como algo mais, pelo tempo que durasse o interesse das pessoas pelo uso proporcionado pela construção. Tudo conferido pelo instituto da propriedade da terra privada, que possibilitava e possibilita aos detentores deste bem cobrar um tributo de outros pela sua utilização” (2002, p. 96).

<sup>120</sup> A construção de habitações por parte da iniciativa privada para funcionários, aparentemente, também foi iniciativa experimentada em outras localidades. Na vila de Cariacica, vizinha a Vitória, o fazendeiro e comerciante Cel. Francisco C. Schwab Filho possuía ao menos 14 moradias com cobertura de telhas, localizadas em terreno requerido de aproximadamente 25 hectares, adjacente ao núcleo urbano. Como lembra Omyr Bezerra, “na entrada da ladeira, na rua Onofre Oliveira, ficava localizada uma porteira que limitava os terrenos do Sr. Francisco Carlos Schwab Filho” (2009, p. 79), cujo local foi, por iniciativa do capitalista, transformada em rua, no lugar do antigo pasto de animais. Além disso, a presença, no terreno, de fábrica de cal confirma o investimento do Cel. Schwab no ramo da construção. (Cf. ESTADO do E. Santo. Processo de Terra 13877 – Schwab Fº. Ano 1923. Arquivo Público do Estado do E. Santo. Fundo da Agricultura. 2ª série – em microfilme).

<sup>121</sup> O número de habitações construídas por A. Guimarães na rua do Norte (atual rua Antenor Guimarães) não foi possível ser levantado. Provavelmente tenha sido entre 10 e 15 moradias. Mas tudo leva a crer que também nessa rua a firma da família Guimarães cobrava dos operários um valor de aluguel, talvez descontado na folha de salários. (Depoimento de Mariza Neves Guimarães. D. Mariza Guimarães é bisneta de Antenor Guimarães. Entrevista realizada pelo autor em 31-01-14).

que, ofertando a habitação, se poderiam rebaixar os salários, uma vez que o empregado não necessitava mais buscar no mercado a atenção da necessidade de moradia.

A construção de habitações voltadas para o aluguel sugere, pela prerrogativa conferida pelo instituto da propriedade privada da terra, a perspectiva de se extraírem renda do trabalho, na expectativa de que, com o crescimento da cidade, os proprietários de imóveis futuramente obteriam rendas imobiliárias crescentes.

Com o crescimento econômico da cidade – pelo qual se promovia a urbanização – surgia a alternativa de transferência de excedentes de outros setores da economia para investimentos urbanos, como o caso analisado da construção de habitações. Logicamente, dada a inexistência de mercado imobiliário, ou mesmo de mercado de terras urbano formado, a iniciativa de construção de habitações por parte da iniciativa privada não permitiu, nesse momento, altos rendimentos; por isso mesmo, ela aparece nos interstícios da relação patrão–operário como mecanismo para manter cativa a força de trabalho e permitir ao capital um ordenado – mesmo que pequeno – pelo direito de uso da terra.

Como o preço de compra do terreno do Estado não constituía um impedimento para o capital, o investimento em habitações para aluguel, mesmo pelos baixos rendimentos oferecidos ao capital, também se justificava pelo pequeno investimento exigido na compra da terra; e, associado a isso, também pelos impedimentos na economia estadual de inversão do excedente acumulado no comércio para outras atividades produtivas, como a indústria.<sup>122</sup>

Além disso, o Estado geralmente dava um prazo limite de dois anos para início da edificação no terreno. Por isso, a construção de habitações de baixo custo também poderia servir para preservar o direito de propriedade até que acontecesse a valorização do terreno ou surgisse outra melhor destinação de uso para a terra.

A iniciativa de Antenor Guimarães parece constituir – mesmo que o interesse de controle da força de trabalho tenha sido preponderante – a primeira experiência de extrair renda por meio do uso destinado à habitação, mesmo que nesse período o aluguel não pudesse ter proporcionado altos valores. Isso é indicativo da existência, já nos primórdios da modernização da cidade, de interesses imobiliários visando apropriar-se da valorização imobiliária como alternativa de investimento do capital na dinâmica de crescimento da cidade.

---

<sup>122</sup> As condições de acumulação na economia estadual foram discutidas no Capítulo 1. Compete, neste momento, apenas lembrar os problemas de infraestrutura de transporte e o pequeno mercado consumidor existente no Espírito Santo, esse segundo fator principalmente em Vitória e região central, como dificuldades para o surgimento e desenvolvimento de indústrias em Vitória.

### **Glebas de Terras: a Fazenda Jucutuquara**

A fazenda Jucutuquara, situada ao norte da estrada de acesso à área de praias da ilha, era propriedade da família Monjardim desde o período colonial, e foi dividida entre os herdeiros de José Francisco de Andrade e Almeida Monjardim, entre os quais estava incluído o barão de Monjardim. Com uma área de 1.469.628 m<sup>2</sup>, a fazenda formava uma das maiores glebas do município. O trecho a seguir, obtido do inventário da fazenda, oferece uma descrição da situação da propriedade no ano de 1896:

[...] tem diversas propriedades, sendo que a casa principal da fazenda de construção de pedra e cal, com cobertura de telha velha, acha-se arrendada, bem como alugadas outras de pequenas dimensões com paredes de taipa e cobertura também de telhas; outrossim que tem também ali plantações de café, milho, feijão e cana, sendo de café a colheita anual de 300 arrobas para mais e quanto aos outros cereais ser muita diminuta a colheita, não se podendo fazer um cálculo aproximadamente, porquanto tais plantações são feitas por ex-escravos da fazenda que trabalham ali de parceira. Declararam ainda manterem os mesmos ali criação de gado vacum e mais uma pequena olaria de tijolos e telha, excelente pastorais e boa aguada. É cortada a fazenda de Jucutuquara pela citada estrada pública que vai para o norte do Estado, bem como pela Estrada de Ferro Vitória a Peçanha, em construção e pela linha telegráfica.<sup>123</sup>

Embora fosse uma das maiores propriedades do município de Vitória, e com uma das melhores localizações, situada fora de terrenos alagadiços, a fazenda não possuía uma produção significativa, e lembra-se ainda que a residência principal e outras moradias da fazenda encontravam-se alugadas. A fazenda possuía ainda uma olaria de tijolos e telhas, tipo de atividade descaracterizada da produção agrícola. Tais informações levantam uma questão sobre a função produtiva da propriedade agrícola.

A fazenda Jucutuquara, se considerarmos a terra enquanto meio de produção para a agricultura, possuía baixa produtividade. Nesse sentido, a manutenção da posse pode ter envolvido outros interesses além da produção agrícola, ou seja, interesses econômicos não produtivos ligados à urbanização daquelas terras.<sup>124</sup>

---

<sup>123</sup> ESTADO do Espírito Santo. Processo de Terra 734 – B. de Monjardim e outros. Ano 1896. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Fundo da Agricultura. 1ª série.

<sup>124</sup> Outro caso, estudado por Campos Júnior (2002), também vai ao encontro de nossas questões. De acordo com o referido autor, a fazenda Maruípe, que possuía uma área de 4.620.000 m<sup>2</sup> e que era uma das propriedades fronteiriças à fazenda Jucutuquara, foi adquirida por Brian Barry, sendo registrada em seu nome no ano de 1910. Como B. Barry era gerente de firma comercial em Vitória e não possuía histórico de investimento na produção agrícola, tudo indica que adquiriu a fazenda com fins imobiliários.

A informação de que estava programado para a estrada de ferro Vitória a Minas<sup>125</sup> (indicada como Vitória a Peçanha quando do seu primeiro traçado) atravessar a fazenda, reforça nossas suspeitas. Com a construção da estrada de ferro, aqueles terrenos tornar-se-iam naturalmente uma área de expansão preferencial da cidade; sem considerar o fato de que a construção da linha por si só poderia valorizar aqueles terrenos. Sendo assim, pode-se presumir que interesses imobiliários permearem a manutenção da propriedade de terras agrícolas nas adjacências da cidade.

### **Estado e Proprietários no Mercado de Terras**

O Estado alienava lotes na Capital por meio de aforamento. A venda de terrenos constituía uma forma de receita para os cofres públicos. Pela atuação do Estado existia uma oferta abundante no mercado de terras da cidade, em virtude dos planos para expandir o espaço da cidade.

Os aforamentos eram concedidos, geralmente, pelo valor de 10\$000 (dez mil réis) o m<sup>2</sup> da terra. Todavia, existia uma variação de preços de acordo com a localização dos lotes, e a atuação do Estado criando infraestrutura urbana também era um diferencial para a determinação dos preços. Outros fatores, como declividade do terreno e susceptibilidade a alagamentos, também entravam no cálculo. De certo, o que se verificou foi uma variação dos preços da terra alienada pelo Estado (Tabela 9).

Observando a tabela abaixo, nota-se a variação dos preços da terra de acordo com as localidades (bairros e ruas). Entre os logradouros residenciais eram os localizados na Vila Moscoso que possuíam os terrenos com os preços mais altos. Citem-se principalmente a Av. República, a rua 23 de Maio e a Av. Cleto Nunes. Essa área era a de preferência da elite local; nela os Srs. Francisco C. Schwab F<sup>o</sup>, Antenor Guimarães, José Vivacqua Jr. e Pietrângelo De Biase, por exemplo, construíram suas residências.<sup>126</sup>

---

<sup>125</sup> Questões de logística podem ter inviabilizado o projeto de a linha de ferro atravessar aquela região. Contudo, não podemos desconsiderar outras possibilidades.

<sup>126</sup> Os terrenos indicados na Tabela 9 referem-se a essas mesmas ruas. Para a referência de A. Guimarães, o terreno onde foi edificada a Vila Oscaria foi adquirido pelo valor de 8\$000 (oito mil réis) o m<sup>2</sup>.

**Tabela 9:** Alienações de lotes urbanos do Estado em Vitória – 1904-1926

Requerente/Outorgante	Localização	Data da autuação	Área total (m²)	Valor (réis)	Valor por m²
Antenor Guimarães	Vila Moscoso	19--	-	-	8\$000
Antenor Guimarães	Vila Moscoso	1904	430,3	1:290\$300	*3\$000
Serafim Derenzi	Vila Moscoso	1911	323,4	3:234\$000	25\$000
Aurelino dos S. Lima	Vila Moscoso	1912	217,0	567\$000	*2\$600
Aurelino dos S. Lima	Vila Moscoso	1912	602,0	4:237\$000	*7\$000
Aurelino dos S. Lima	Vila Moscoso	1912	779,0	1:937\$500	2\$500
Pietrângelo De Biase	Vila Moscoso	1913	320,0	3:200\$000	10\$000
Francisco C. Schwab Fº	Vila Moscoso	1913	296,0	1:766\$000	6\$000
José Vivacqua Jr.	Vila Moscoso	1914	320,0	3:200\$000	10\$000
Antônio Joaquim	Vila Moscoso	1915	108,0	1:080\$000	10\$000
Francisco C. Schwab Fº	Vila Moscoso	1917	750,0	1:875\$000	2\$500
Américo Monjardim	Praça C. Pereira	1926	167,7	16:800\$000	100\$000
Serafim Derenzi	Jucutuquara	1924	143,6	626\$400	*4\$300
Henrique G. Carvalhinho	Jucutuquara	1925	171,0	171\$000	1\$000
Henrique G. Carvalhinho	Jucutuquara	1925	345,0	345\$000	1\$000
Antônio Joaquim	Vila Rubim	1912	405,0	4:050\$000	10\$000
José de Freitas	Santo Antônio	1925	202,0	404\$000	2\$000
José de Freitas	Santo Antônio	1926	104,0	208\$000	2\$000
Marcondes A. de Souza Jr.	Praia Comprida	1928	1.137,0	1:137\$000	1\$000

Fonte: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Processos de Terra. Fundo da Agricultura.

Nota: (\*) nesses casos os últimos dois dígitos dos valores foram arredondados para zero.

A terra nos bairros periféricos, denominados arrabaldes (Jucutuquara, Santo Antônio, Suá etc.), e que não possuíam quase nenhuma infraestrutura urbana, era alienada por valores inferiores aos da Vila Moscoso, formando no mercado de terras controlado pelo Estado um gradiente de preços. O Estado, agindo no sentido de combater a retenção sem uso da terra, exigia, na maior parte das vezes, a edificação no lote em um prazo limite de dois anos. Todavia, os proprietários também buscavam se beneficiar da atuação do Estado ao criar a infraestrutura urbana nas áreas. É o que se verifica nas palavras do diretor de Empreendimentos Gerais do Estado:

A locação dos lotes na Vila Moscoso continua a cargo do ajudante desenhista, havendo poucos devolutos, reconhecendo que os concessionários de hoje esperam melhores tempos para suas edificações, porque, como se acha em geral a área aterrada, não pensarão em ocupar seus lotes (Diretor de Empreendimentos Gerais do Estado, 1906, s./p.).<sup>127</sup>

Deduz-se do trecho transcrito acima um real interesse pela compra dos lotes da Vila Moscoso; observa-se, porém, um retardo para a edificação no terreno, no intuito de que a

<sup>127</sup> ESTADO do Espírito Santo. *Relatório de governo Henrique da S. Coutinho (1904-1908)*... Divisão de Agricultura, Terras e Obras do Espírito Santo – 1906-1912. Fundo da Governadoria. Série 383. Livro 96. s/d.

criação de infraestrutura urbana por parte do Estado justificasse o investimento na construção da habitação.

Às áreas de importância comercial o Estado conferia grande atenção, como fica verificado no processo de compra de um lote fronteiro à praça Costa Pereira (área nobre da cidade) pelo Sr. Américo Monjardim. No pedido, Moacyr Monteiro Avidos, diretor dos Serviços de Melhoramentos de Vitória e filho do então presidente, determinava:

Vitória, 28 de abril de 1926.

Havendo ajustado com o Sr. Dr. Américo Monjardim vender-lhe o Estado, a razão de 100\$000 (cem mil réis) o metro quadrado, um terreno com a área de 167,78 m<sup>2</sup>, situado entre a praça da Independência [atual Costa Pereira], ruas Sete de Setembro e Graciano Neves, sob a condição expressa de ser construído no mesmo um prédio de dois pavimentos no prazo de dezoito meses e de multa de 50\$000 por dia que exceder desse prazo, com o presente passo às vossas mãos, em duplicata, a respectiva planta, solicitando as necessárias providências no sentido de ser passada a respectiva escritura e efetivado assim o citado ajuste.

Diretor dos Serviços de Melhoramento de Vitória (Moacyr M. Avidos, 1926).<sup>128</sup>

Nesse processo específico, em que foi construído o hotel Imperial (1928), além de o terreno ter alcançado o maior preço pago pelo m<sup>2</sup> de terra de todos os processos verificados, o Estado adotou uma medida cautelosa para garantir a edificação no lote, estabelecendo elevada multa caso o proprietário não edificasse no prazo determinado.

À medida que o Estado transferia para o domínio privado os terrenos, aconteciam as primeiras experiências de ganhos pela valorização do patrimônio forjada pela criação da infraestrutura urbana.

Em 1905 José J. Valentim De Biase adquiriu do Estado, via aforamento, pagando, pelo direito, 53\$625 (cinquenta e três mil e seiscentos e vinte e cinco réis), uma área de 717 m<sup>2</sup> no arrabalde do Suá, quando aquela área não possuía qualquer infraestrutura. No ano de 1911, mesmo ano em que a linha de bondes alcançou o arrabalde do Suá, a área é transferida por 500\$000 (quinhentos mil réis) para o Dr. Henrique Loureiro. Este transfere, em 1913, o mesmo terreno a Adão Benezath e Cia. pela quantia de 600\$000 (seiscentos mil réis). Já no ano de 1912 Valentim De Biase, talvez animado pelo ganho obtido na última transação, compra nova área do Estado, de 3.445 m<sup>2</sup>,<sup>129</sup> na mesma região.

<sup>128</sup> ESTADO do Espírito Santo. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Processo de Terra 8350 – A. Monjardim. Ano 1926. Fundo da Agricultura. 2ª série – em microfilme.

<sup>129</sup> ESTADO do Espírito Santo. Processos de Terra 3798 e 4022 – Valentim De Biase. Anos 1905 e 1912. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Fundo da Agricultura. 2ª série – caixas 248 e 258.



Deduz-se disso tudo a obtenção de um ganho que resulta da infraestrutura criada pelo Estado. Nesse momento, embora não existisse mercado fundiário formado, a iniciativa privada buscava beneficiar-se da diferenciação do espaço produzido pela atuação do poder público, que agia criando as condições materiais adequadas à ocupação de novas áreas ou privilegiando algumas em detrimento de outras.

Portanto, os investimentos públicos espacialmente concentrados produziam a valorização das frações individuais do espaço de acordo com a criação de infraestrutura, produzindo, desde essa época, uma estratificação de renda do espaço construído.

Além disso, quais foram os desdobramentos da política de terras do Estado no crescimento da cidade?

A política de terras executada, abrindo novas frentes de expansão urbana, reconfigurou totalmente o espaço de ocupação. Com a criação da Vila Moscoso, os limites do antigo núcleo urbano começaram a ser rompidos. A partir dos anos 1920, a ocupação de São Antônio, Jucutuquara e bairros do Novo Arrabalde tomou impulso, passando a conferir uma nova configuração ao espaço ocupado da cidade, que melhor se materializou na década de 1940 (Mapa 7). Apesar do forte controle do Estado, o crescimento da cidade não deixou de assimilar a ocupação da população marginalizada, que construía nas bordas dos espaços planejados, ocupando terrenos alagadiços ou precariamente aterrados e de morros.

**Mapa 7:** Ocupação da ilha de Vitória – primeira metade da década de 1940



Fonte: Mapa do município de Vitória, 1943. In: Acervo do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo.

## **Investimento em Lotes Urbanos**

A transformação do significado econômico da terra, ocorrida no ritmo da desagregação do sistema escravista, possibilitou ao investimento imobiliário funcionar como mecanismo de preservação do patrimônio. Assim, “[...] a propriedade da terra se transformou, assumindo como outras formas de riqueza o significado de reserva de valor. Paulatinamente, a propriedade da terra passou a ser considerada um patrimônio, independentemente de qualquer exploração produtiva”. E, ainda, como assinala Paulo C. Xavier Pereira, “ambas as propriedades, a do escravo e a da terra, como formas de riqueza, constituíam elementos econômicos que não se originavam no processo produtivo, mas se redefiniam ao assumirem formas novas, modificando a própria relação de propriedade” (PEREIRA, 2004, p. 34).

Na economia estadual, a quase inexistência de inversões do excedente acumulado no comércio de café para atividades produtivas multiplicadoras<sup>130</sup> se refletiu na imobilização de capital em terra urbana. Ou seja, além das alternativas de investimentos em infraestrutura e serviços urbanos, a propriedade da terra urbana foi reforçada como uma das poucas alternativas de emprego de capital no desenvolvimento da cidade.

Esse tipo de investimento se explica pela perspectiva de o crescimento da cidade produzir a valorização mercantil da propriedade imobiliária. A investigação das estratégias de investimento em terra urbana buscou mostrar o surgimento dessa iniciativa no processo de construção da cidade de Vitória.

Nesse sentido, alguns detalhes sobre o percurso da investigação são necessários. Basicamente as informações averiguadas nos processos de terras do Arquivo Público Estadual seguiram especialmente as pistas existentes dos capitalistas locais e, ainda, como recurso secundário, a investigação dos proprietários que possuíam três ou mais processos identificados. A pesquisa sobre os processos não foi exaustiva, nem poderia ser. O volume de processos impedia esse tipo de investigação. Além do mais, o acervo do Arquivo Público Estadual, na época de nossa pesquisa, não disponibilizava por completo o acervo de processos, estando parte deste ainda não catalogado ou em processo de catalogação, por isso, indisponível ao acesso. Mesmo assim, o exame do acervo se mostrou de grande utilidade para a pesquisa. Graças a ele, apontamos os casos mais significativos de investimento de terra urbana identificados. Vejamos:

---

<sup>130</sup> Uma rara exceção foi a criação da fábrica de tecidos, em Jucutuquara, no ano de 1910, por Lizandro Nicoletti, proprietário de casa importadora em Vitória. Mesmo que não se refira ao comércio de café, ainda assim a iniciativa exemplifica uma tentativa de inversão do excedente acumulado no comércio para outras atividades multiplicadoras. (Cf. DERENZI, 1974).

Em outubro de 1905, o Sr. Brian Barry, gerente da firma de exportação de café Hard Hand, adquiriu, por transferência de Abílio Martins, uma área de 10.080 m<sup>2</sup>, compreendida dentro do projeto do Novo Arrabalde.<sup>131</sup> A compra de outros lotes localizados na área do Novo Arrabalde se seguiu. No mesmo ano, B. Barry adquiriu, no arrabalde do Suá, uma área de 2.421 m<sup>2</sup>. A aquisição desse terreno de A. S. Youle, que anteriormente havia adquirido a área do Estado, deu-se de forma gratuita.<sup>132</sup>

No ano seguinte temos uma nova transferência registrada de forma gratuita em favor de B. Barry. A nova área adquirida, localizada no arrabalde do Suá, era de 1.095 m<sup>2</sup>, estando fronteira à rua do Riacho.<sup>133</sup> As transferências gratuitas, embora possam levantar outras suspeitas, servem também para demonstrar como era ineficiente a tentativa do Estado de evitar a concentração da terra urbana.

No ano de 1908, B. Barry adquiriu uma nova área. Medindo 25.736,3 m<sup>2</sup>, situava-se na porção norte do Novo Arrabalde<sup>134</sup> (Planta 1). Dessa forma, o proprietário concentrou, em um curto período de tempo, uma área de 39.332,3 m<sup>2</sup>. Essa dimensão, ao representar 1,43% da área do projeto do Novo Arrabalde (descontada a Vila Monjardim), levadas em conta as dimensões da cidade naquele tempo, deixa amostra de como foi significativo o interesse de proprietários em acumular terrenos na nova área de expansão da cidade (Mapa 8). E, sendo improvável a edificação dos lotes naquele tempo, o interesse poderia ser apenas um: a expectativa de valorização imobiliária promovida pelo crescimento da cidade.

---

<sup>131</sup> A área compreendia, segundo o plano do Novo Arrabalde, os lotes de número 1366 a 1374, localizados na rua Guarapari, tendo ao fundo o morro do Barro Vermelho. (ESTADO do E. Santo. Processo de Terra 3993 – B. Barry. Ano 1905. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Fundo da Agricultura. 2ª série – em microfilme).

<sup>132</sup> A dita área compreendia os lotes de 327 a 330, nos quarteirões 15 e 22 do projeto do Novo Arrabalde. (ESTADO do Espírito Santo. Processo de Terra 3974 – B. Barry. Ano 1905. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Fundo da Agricultura. 2ª série – em microfilme).

<sup>133</sup> Segundo traçado do plano, a área compreendia os lotes 126 e 127, do quarteirão 14, do atual bairro do Suá. (ESTADO do Espírito Santo. Processo de Terra 3972 – B. Barry. Ano 1906. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Fundo da Agricultura. 2ª série – em microfilme).

<sup>134</sup> A área envolvia os lotes de número 1480 a 1511, distribuídos nos quarteirões 116, 117 e 1118, tendo como limites a rua Espírito Santo do Rio Pardo, morro Grande da fazenda Maruípe (pertencente ao próprio B. Barry) e rua Itabapoana. (ESTADO do Espírito Santo. Processo de Terra 3973 – B. Barry. Ano 1908. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Fundo da Agricultura. 2ª série – em microfilme).

**Planta 1:** Lotes adquiridos por Brian Barry no Novo Arrabalde – ano de 1908



Fonte: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Fundo da Agricultura, 2ª série. Processo de terra número 3973 (1908), Brian Barry.

Outros atores também agiram nesse desígnio, adquirindo lotes na expectativa de que sua valorização mercantil providenciase rendas futuras crescentes.

O Sr. Antenor Guimarães agiu nesse intento. Além dos terrenos adquiridos em 1904 (1.240 m<sup>2</sup>), destinados à construção de habitações para funcionários, no ano de 1906 adquiriu uma área de 1.750 m<sup>2</sup>, fronteira ao Quartel de Polícia, no arrabalde do Campinho (Vila Moscoso). Nesse caso ficou evidente o descontrole do processo de alienação dos terrenos públicos pelo departamento responsável (Diretoria de Obras e Empreendimentos Gerais do Estado do Espírito Santo). A situação é descrita em pedido do próprio A. Guimarães:

Exmo. Sr. Dr. Jerônimo Monteiro, Presidente do Estado.

Quando na presidência do Estado o Exmo. Coronel Henrique Coutinho comprei e paguei um terreno de pertence ao signatário do presente.

Tempos depois de efetuada essa compra iniciei a construção de dois prédios naquele local e fui embargado pelo Sr. Cel. Antonio Alves de Azevedo, que provou em juízo pertencer-lhe os referidos terrenos. Ouvida a Diretoria de Terras verificou-se pertencer de fato aquele terreno ao Sr. Cel. Azevedo, tendo o chefe dessa Repartição proposto dar em pagamento um outro lote de terreno e ficando acordado verbalmente serem os lotes em que tenho a minha cocheira e um barracão adquirido por compra à Companhia Brasileira Torrens, no Campinho.

Todo o exposto acima consta de volumoso processo existente na Secretaria do Estado, e, como até hoje nada tenha sido resolvido, venho pedir a V. Exa. resolver o caso com a urgência possível, com o que praticará um ato de inteira justiça.

Vitória, 06 de março de 1911.

Antenor Guimarães.<sup>135</sup>

A situação foi resolvida através da permuta com outros terrenos pertencentes ao Estado, localizados no mesmo bairro, transferindo-se a Antenor Guimarães uma posse com área de 2.000 m<sup>2</sup>, compreendida entre a rua 9 de Janeiro e a Santa Catarina, próximo à esquina com a rua 23 de Maio.<sup>136</sup>

Outras compras se seguiram na região de praias da cidade, que constituíam o projeto do Novo Arrabalde. No arrabalde do Suá, no ano de 1911, A. Guimarães adquiriu lotes de área de 2.016 m<sup>2</sup>, posteriormente alienadas pelo proprietário.<sup>137</sup> No arrabalde do Barro Vermelho, A. Guimarães adquiriu, em 1928, uma área de 38.820 m<sup>2</sup>, e em 1931, outra área com 14.882 m<sup>2</sup>. No Barro Vermelho, somava-se ainda às posses do proprietário uma área de 47.896m<sup>2</sup>, totalizando 101.598 m<sup>2</sup> (Mapa 8). Sendo assim, os terrenos possuídos no arrabalde do Barro Vermelho compreendiam 3,71% da área total do Novo Arrabalde (2.738.098 m<sup>2</sup>).<sup>138</sup>

<sup>135</sup> ESTADO do Espírito Santo. Processo de Terra 3977 – A. Guimarães. Ano 1906. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Fundo da Agricultura. 2ª série – em microfilme.

<sup>136</sup> A área adquirida compreendia os lotes 3, 7bis, 8bis, 9bis, e 10 bis, do quarteirão 17 do arrabalde do Campinho (novo bairro da Vila Moscoso). Estabelecido ainda foro anual de 21\$600, com prazo de quatro anos para se construir, obedecendo a normas do Código de Posturas Municipal. Anexo à área, A. Guimarães já havia aforado o lote 11 bis, fronteiro à rua Vinte e Três de Maio, onde construiu sua residência particular (Vila Oscarina), pago o valor de 8\$000 pelo m<sup>2</sup>. (ESTADO do E. Santo. Processo de Terra 3978 e 3977 – A. Guimarães. Ano 1914 e 1906. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Fundo da Agricultura. 2ª série – em microfilme).

<sup>137</sup> Esse terreno foi adquirido por foro anual de 18\$144. Compreendia os lotes 677, 678 e 679 do Novo Arrabalde. Porém, em março de 1914, foi transferida por 500\$000. (ESTADO do E. Santo. Processo de Terra 4061 – A. Guimarães. Ano 1911. Arquivo Público E. E. Santo. Fundo da Agricultura. 2ª série – em microfilme).

<sup>138</sup> A aquisição efetuada no ano de 1928 foi com o Sr. Bernardino Senna Simões (lavrador, analfabeto), no qual foi pago o valor de \$206 pelo m<sup>2</sup> de terra. A compra do ano de 1931 foi com o Estado. O restante da área foi identificado por meio da planta de demarcação dos terrenos, que apresenta um terceiro terreno de sua propriedade no Barro Vermelho. A identificação da localização dos terrenos refere-se ao morro do Cemitério, nas adjacências do encontro entre a Av. Nossa Senhora da Penha e a rua Constante Sodré (ou São Mateus),

Outras amostras de menor impacto na concentração da terra urbana também foram investigadas. O fazendeiro e chefe de firma exportadora Cel. Francisco C. Schwab Filho,<sup>139</sup> além do terreno adquirido em 1906 e onde construiu sua residência, na Av. República,<sup>140</sup> entre abril de 1911 e agosto de 1917 adquiriu na Vila Moscoso uma área de 1.552 m<sup>2</sup>. Os terrenos se distribuíam nos fundos do terreno fronteiro à Av. República, onde se localizava sua residência, e seguindo a Av. Schmidt, com fundos para o hospital da Santa Casa.<sup>141</sup> Já João J. Valentim De Biase adquiriu, em 1912, uma área de 3.445 m<sup>2</sup> no arrabalde do Suá, área que naquela época constituía o espaço natural de expansão da cidade.<sup>142</sup>

Assim sendo, o que se verifica a partir do conjunto de estratégias de aquisição de lotes urbanos?

Dadas as condições de urbanização, que se fizeram presentes com o desenvolvimento comercial da cidade, os investimentos imobiliários investigados, a princípio, sugerem a perspectiva de a terra urbana servir como reserva de valor, na expectativa de que, com o crescimento urbano, os proprietários obteriam rendas imobiliárias crescentes.

Com o crescimento econômico da cidade, pela centralidade exercida pelo comércio do café, que promovia a urbanização sob a égide do poder estatal, começava a torna-se atrativa a transferência do excedente acumulado para a propriedade da terra urbana. A construção da cidade, por consequência, passava a assumir um caráter rentista como estratégia de diversificação do capital e como oportunidade de preservar e valorizar a riqueza para além dos limites da produção agrícola e do comércio do café.

---

incluindo a rua Itapemirim, onde foi formada a Chácara Paraíso e hoje está localizado o Edivit. Importante observar que todas essas aquisições não seguiram o traçado original do plano. (ESTADO do E. Santo. Processo de Terra 8402 e 8413 – A. Guimarães. Ano 1928 e 1931. Arquivo P. E. E. Santo. Fundo da Agricultura. 2ª série – caixa 380).

<sup>139</sup> Cel. Francisco Carlos Schwab Filho era fazendeiro e importante comerciante proveniente da vila de Cariacica, tendo exercido, entre 1905 e 1915, inúmeras vezes o cargo de governador municipal. Foi também vice-presidente do Estado no biênio 1918-1920. (Cf. BEZERRA, 2009).

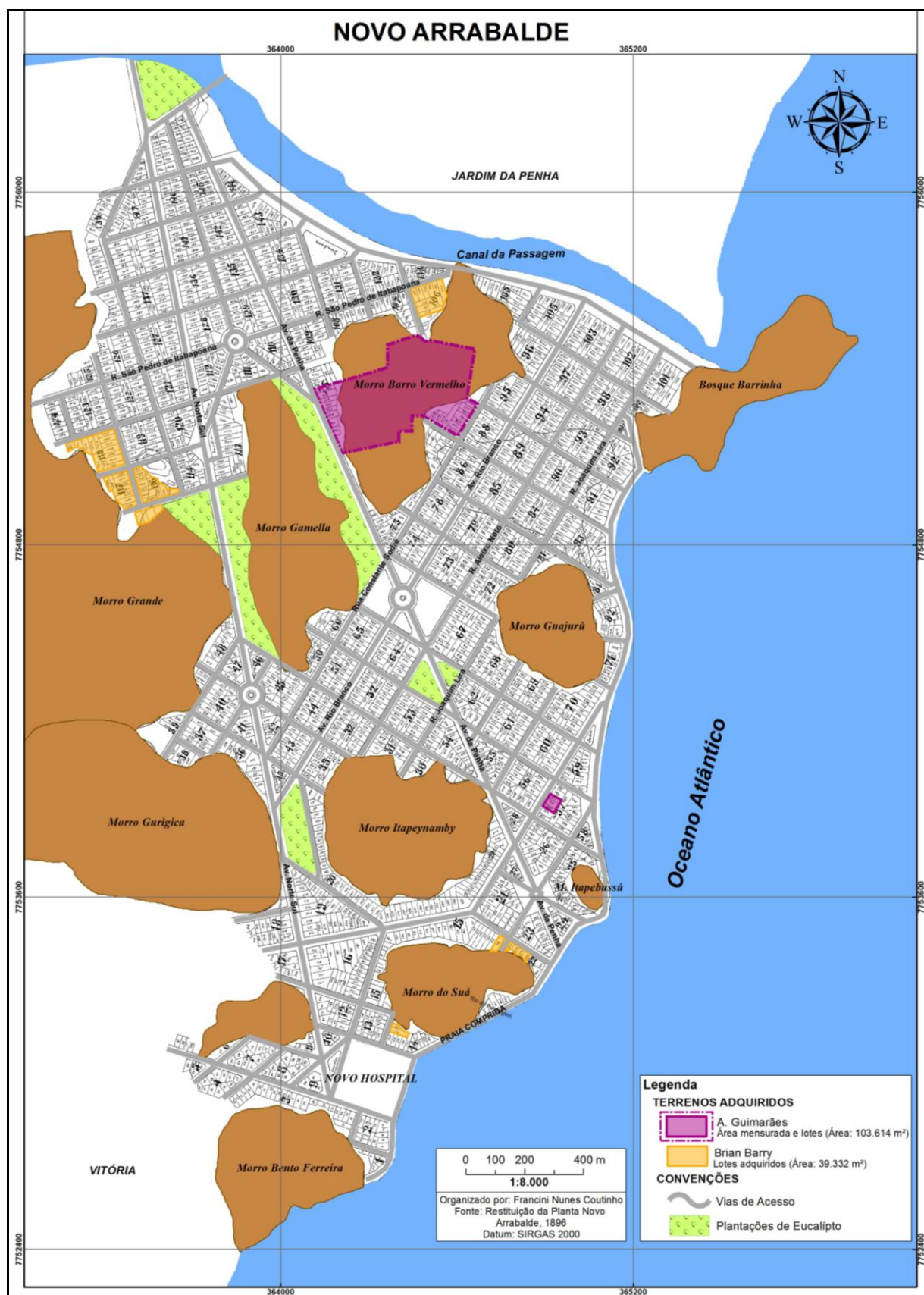
<sup>140</sup> A área do lote era de 480 m<sup>2</sup>. (ESTADO do Espírito Santo. Processo de Terra 1741 – Schwab Filho. Ano 1906. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Fundo da Agricultura. 1ª Série).

<sup>141</sup> Todos os lotes foram adquiridos do Estado, divididos em três processos de aforamento. A maior área adquirida refere-se aos terrenos da Av. Schmidt, somando 1.046 m<sup>2</sup>. (ESTADO do Espírito Santo. Processos de Terra 4070, 4071 e 4072 – Schwab Filho. Anos 1911, 1913 e 1917. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Fundo da Agricultura. 2ª série – em microfilme).

<sup>142</sup> A área compreendia os lotes 93 e 95 dos quarteirões 10 e 14 do projeto do Novo Arrabalde. (ESTADO do Espírito Santo. Processos de Terra 4022 – Valentim De Biase. Ano 1912. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Fundo da Agricultura. 2ª série – caixa 248).



**Mapa 8:** Terrenos adquiridos no Novo Arrabalde: maiores aquisições – 1900-1932





Contudo, a concentração de riqueza na esfera do comércio estabeleceu uma menor velocidade de materialização do processo de valorização da terra, impedindo o rápido e alto retorno do valor investido na compra de terra. Todas as estratégias de investimento em lotes urbanos esboçam a ação de proprietários na perspectiva de obter futuramente a valorização imobiliária. Tais estratégias, no entanto, se efetivariam somente décadas à frente.

Iniciativas como essas refletem, por parte dos capitalistas locais, a perspectiva de valorização futura da propriedade imobiliária. Pois, como reserva de valor, a propriedade da terra na cidade funciona como fundo de acumulação, e, dada à perspectiva de continuidade de crescimento da cidade, aparecia como forma de preservar o patrimônio, mas também como investimento com alta possibilidade de aumentar a riqueza do proprietário. Contudo, a imobilização de riqueza em terra urbana em detrimento do investimento em atividades produtivas multiplicadoras expressou um traço de atraso no processo de acumulação capitalista.

Diante das limitadas condições do excedente acumulado na esfera do comércio, em se desdobrar em atividades produtivas multiplicadoras de riqueza, o investimento em terra urbana surgiu, desde os primórdios da modernização da cidade, como uma alternativa para a preservação do poder econômico, que se transformava no processo de metamorfose das formas de riqueza. Portanto, no conjunto das transformações socioeconômicas indicadas, revelaram-se novas alternativas de valorização do capital na construção da cidade, através da criação de infraestrutura e prestação de serviços urbanos, mas também originaram-se as primeiras estratégias de investimento patrimonial a partir da projeção da valorização da propriedade imobiliária.

## CONCLUSÃO

A modernização de Vitória se constituiu num projeto da classe dominante capixaba em preservar o poder, no conjunto das transformações processadas com o fim do trabalho escravo e do poder monárquico. A investigação revelou os interesses que permearam a ação do Estado e a importância do desenvolvimento da centralidade comercial de Vitória, dentro do projeto de desenvolvimento regional, para preservação do Espírito Santo como espaço de exercício do poder das forças locais.

A nova estrutura de poder montada na Primeira República, ao preservar os interesses regionais e o poder privado no aparelho governamental, ofereceu as condições político-institucionais para que a elite capixaba executasse o projeto de modernização da cidade, que, como vimos, explicitou uma estratégia de uma fração de classe em favor do capital mercantil-exportador.

Com a transferência do núcleo de acumulação da produção agrícola para o comércio, os indícios apontam o fortalecimento da instância mercantil-exportadora do capital na estrutura de poder estadual. Esse tipo de poder econômico, sob a égide do aparelho estatal, atuou no desígnio de desenvolver as funções comerciais de Vitória, criando as condições da modernidade urbana para o funcionamento dessa atividade, e, por meio desse processo, agiu criando novas alternativas de valorização do capital por intermédio da construção da cidade.

Contudo, a modernização de Vitória, no momento de metamorfose da riqueza, transferida do escravo para a propriedade da terra, e de enfrentamento dos obstáculos na economia estadual de inversão do excedente acumulado na esfera do comércio para atividades produtivas multiplicadoras (industrial, bancária, ou de Cia. ferroviárias, por exemplo), assumiu um forte caráter patrimonialista, que estava revestido de um espírito de modernização exógeno à sociedade local.

Dessa forma, enquanto a cidade era modernizada e embelezada nos copiados traços da tradicional arquitetura europeia, atendendo o gosto de uma elite que buscou na ruptura da fisionomia colonial da cidade o ingresso na modernidade e, por esse meio, a superação de sua subalternidade, desvendavam-se novas oportunidades para a continuidade do poder econômico.

Verificou-se, na modernização de Vitória, a transformação da estrutura urbana para atender o fortalecimento das funções comerciais e assim defender os interesses da elite comercial-mercantil. Também se examinou, nas iniciativas de construção da cidade, o

surgimento de novas alternativas de valorização do capital. Nesse processo, também surge a perspectiva de valorização futura da propriedade imobiliária como estratégia de investimento e preservação do poder econômico. Portanto, na urbanização fundada para oferecer condições de realização do comércio o excedente era canalizado por via patrimonialista, com a instrumentalização do poder público.

A lógica de acumulação da esfera do comércio, realizada pelo mecanismo de apropriação do excedente sem revolucionar a forma de produzir, conferiu um caráter itinerante ao capital comercial no processo de urbanização da cidade (transferindo-se para diversos tipos de investimentos). Essa fração do capital, sendo dominante na estrutura de poder, conferiu ao processo de modernização da cidade uma urbanização essencialmente voltada para atender as necessidades do comércio. Sem incentivar o desenvolvimento de atividades industriais que pudessem comandar o processo de urbanização e conferir à cidade uma nova dinâmica, a modernização da cidade, a partir da realização de obras e prestação de serviços, refletiu substancialmente os interesses da atividade mercantil-comercial.

De um lado temos a modernização da cidade conduzida pelo interesse patrimonialista, expressando um conteúdo arcaico do desenvolvimento capitalista, que, ao contrário do modelo clássico europeu, preservou interesses de estruturas sociais anteriores no interior da relação poder–patrimônio. De outro lado, a modernização da cidade ditada pelos interesses do comércio, que não produziu desdobramentos significativos do excedente acumulado na esfera do comércio para atividades produtivas multiplicadoras da riqueza. Esta, de forma contraditória, reforçou a posição econômica subalterna da elite capixaba, mas também viabilizou a conservação do poder econômico através do fortalecimento da esfera comercial e a criação de novas oportunidades de realização do capital na urbanização da cidade. Assim, aglutinaram-se na *política da cidade* interesses de outras frações do capital, além do comercial e aqueles a ele associado, que passaram a ter no desenvolvimento da cidade alternativas de se valorizar por intermédio da construção.

A modernização dirigida pelos interesses do setor mercantil-exportador constituiu a opção histórica de preservação do poder no Espírito Santo. O comércio preservou o poder; contudo, não conseguiu por suas próprias forças modernizar a si mesmo; o que é flagrante pelo domínio do aparelho de poder pela burguesia mercantil-exportadora e pelo fato de, na economia estadual, o excedente acumulado não ter se desdobrado em atividades produtivas multiplicadoras que conduzissem ao surgimento de uma burguesia de feição industrial.

Nesse sentido, a conclusão é inevitável: a hegemonia da instância mercantil-exportadora do capital na estrutura de poder constituída no Espírito Santo traduz o caráter

distintivo da burguesia capixaba, no quadro de expansão do capitalismo no país, como uma burguesia de perfil mercantil-comercial. De certo, com algumas exceções, não se verificaram no Espírito Santo, e de maneira especial no processo de modernização da cidade de Vitória, desdobramentos do excedente acumulado para atividades produtivas modernas. Isso evidencia uma urbanização fundamentalmente ditada pela dinâmica da esfera comercial. No processo histórico de diversificação do capital na urbanização da cidade, o excedente acumulado desdobrou-se para investimentos diversos: infraestrutura e serviços urbanos (água, energia elétrica, hotelaria, transporte urbano etc.), construção de habitações e edifícios públicos, e de caráter rentista (aluguéis e propriedades imobiliárias).

Enfim, o processo de acumulação desenvolvido nos limites da estrutura produtiva estadual, em suas transformações históricas quanto à estruturação do poder, mesmo não viabilizando o surgimento de atividades produtivas modernizantes, foi suficientemente capaz de preservar o poder, por meio do projeto de modernização da Capital. Nesse processo predominou os interesses de cunho comercial e patrimonialista.

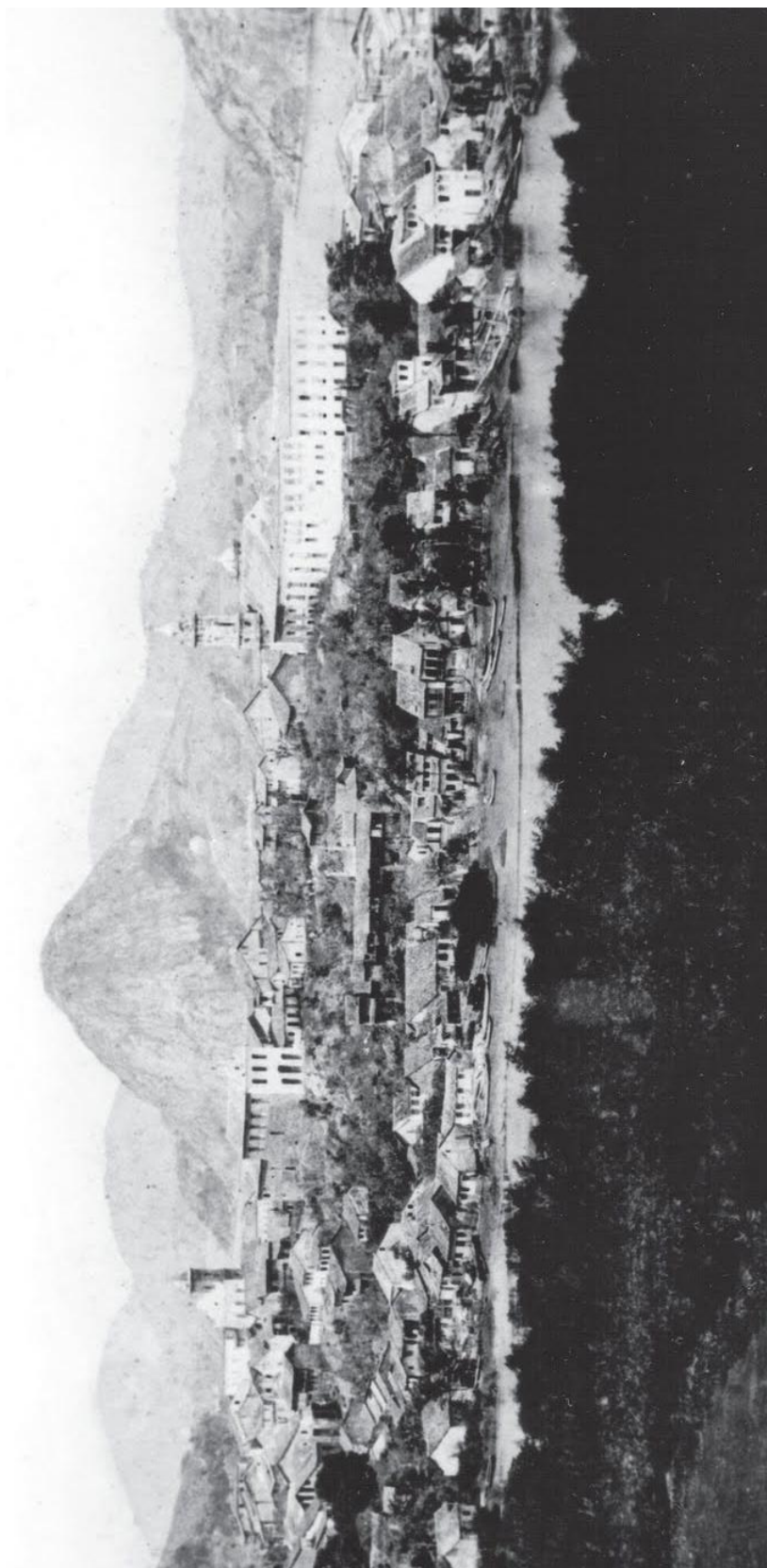
## FIGURAS



**Figura 1:** Largo do Imperador, vendo-se ao fundo o Colégio dos Jesuítas e as torres da igreja de São Tiago. Fonte: Elton, 1987, desenho de André Carloni.



**Figura 2:** Colégio dos Jesuítas e igreja de São Tiago.  
Fonte: Ufes, Acervo de Coleções Especiais, Coleção Mário Freire.



**Figura 3:** Vista de Vitória nos anos finais do século XIX, vendo-se no primeiro plano a área banhada pelo mar, que depois de aterrada deu origem ao Campinho (Vila Moscoso), e ao fundo, as torres das igrejas, como a direita na foto temos a igreja de São Tiago e o edifício do Colégio dos Jesuítas (sede do poder provincial). Fonte: Campos Júnior (2005), reproduzido do Acervo da Fundação Biblioteca Nacional.





**Figura 4:** Largo Pedro Palácio, no seu primitivo aspecto, ano de 1906.  
 Fonte: Ufes, Acervo de Coleções Especiais, Coleção Mário Freire.



**Figura 5:** Trecho da rua do Comércio, atual Florentino Avidos.  
 Fonte: Ufes, Acervo de Coleções Especiais, Coleção Mário Freire.



**Figura 6:** rua Nestor Gomes (ex ladeira do Chafariz).  
Fonte: Ufes, Acervo de Coleções Especiais, Coleção Mário Freire.



**Figura 7:** Ladeira acidentada e sem calçamento ligando o convento de São Francisco.  
Fonte: Ufes, Acervo de Coleções Especiais, Coleção Mário Freire.





**Figura 8:** Cargueiro recebendo café no Caís da Alfândega com auxílio de pequenas embarcações, quando ainda não existia infraestrutura portuária.

Fonte: Acervo do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, Coleção Jerônimo Monteiro.



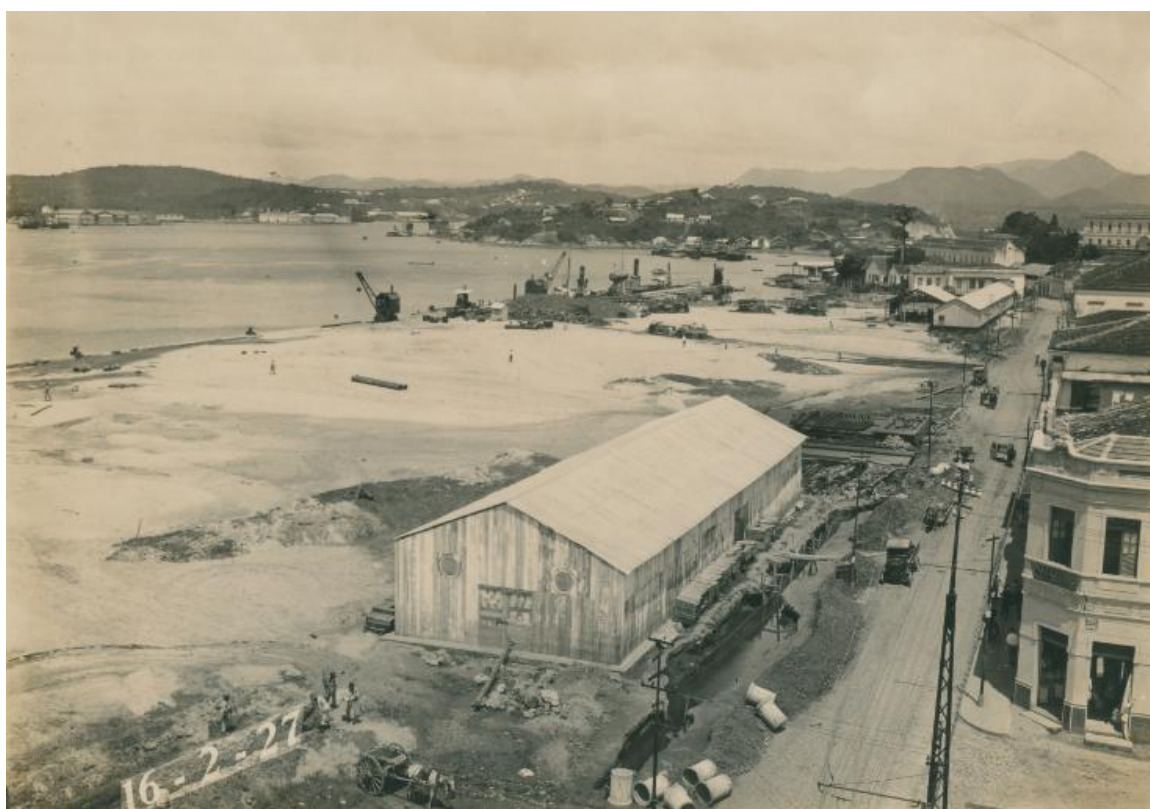
**Figura 9:** Transporte de módulos da Cinco Pontes (Florentino Avidos).

Fonte: Acervo do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo.



**Figura 10:** Construção do terceiro armazém do porto de Vitória.

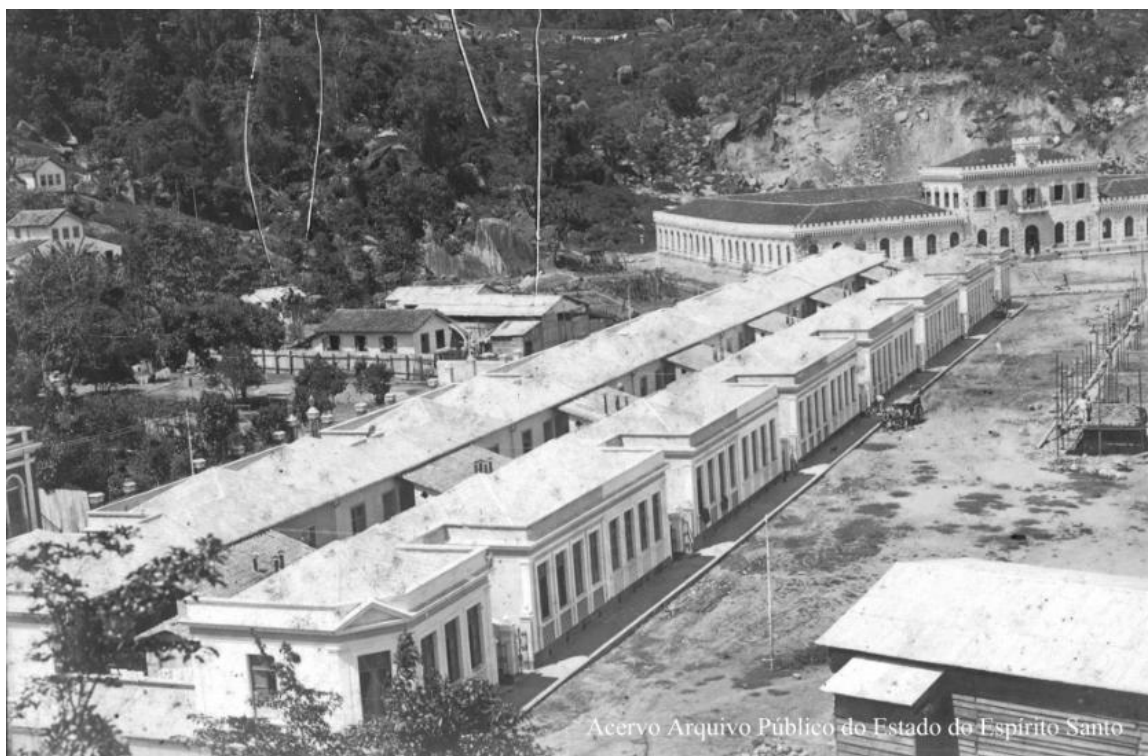
Fonte: Campos Júnior, 2005, reproduzido do Acervo do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo.



**Figura 11:** Obras do caís do porto de Vitória, mostrando a área de aterro para a construção do caís, no ano de 1927.

Fonte: Ufes, Acervo de Coleções Especiais, Coleção Mário Freire.





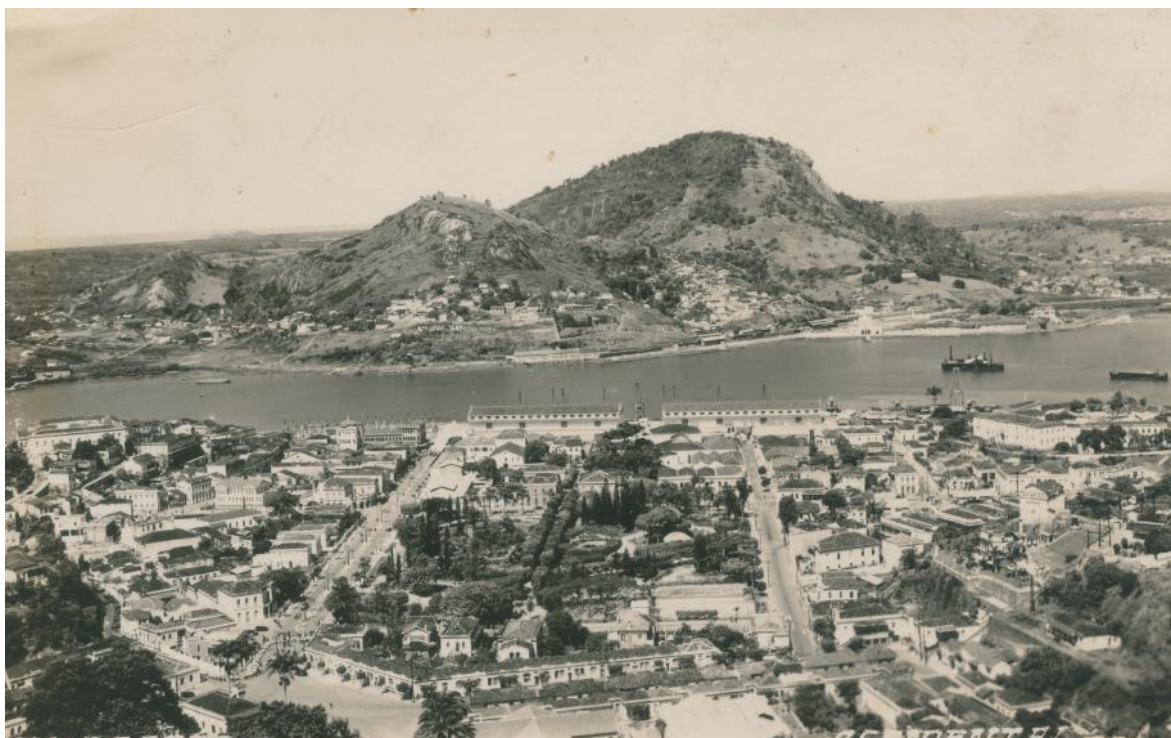
**Figura 12:** Habitações para funcionários públicos construídos na Vila Moscoso durante o governo Jerônimo Monteiro, contratadas com o Cel. Antônio J. Duarte.

Fonte: Acervo do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, Coleção Jerônimo Monteiro.



**Figura 13:** Vila Moscoso antes da construção do parque e urbanização completa do novo bairro.

Fonte: Ufes, Acervo de Coleções Especiais, Coleção Mário Freire.



**Figura 14:** Vila Moscoso já totalmente edificada.

Fonte: Ufes, Acervo de Coleções Especiais, Coleção Mário Freire.



**Figura 15:** Vila Moscoso, com destaque para o Quartel de Polícia tendo ao redor as habitações para funcionários públicos construídas no governo Jerônimo Monteiro, ano de 1936.

Fonte: Acervo do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, Coleção Jerônimo Monteiro.

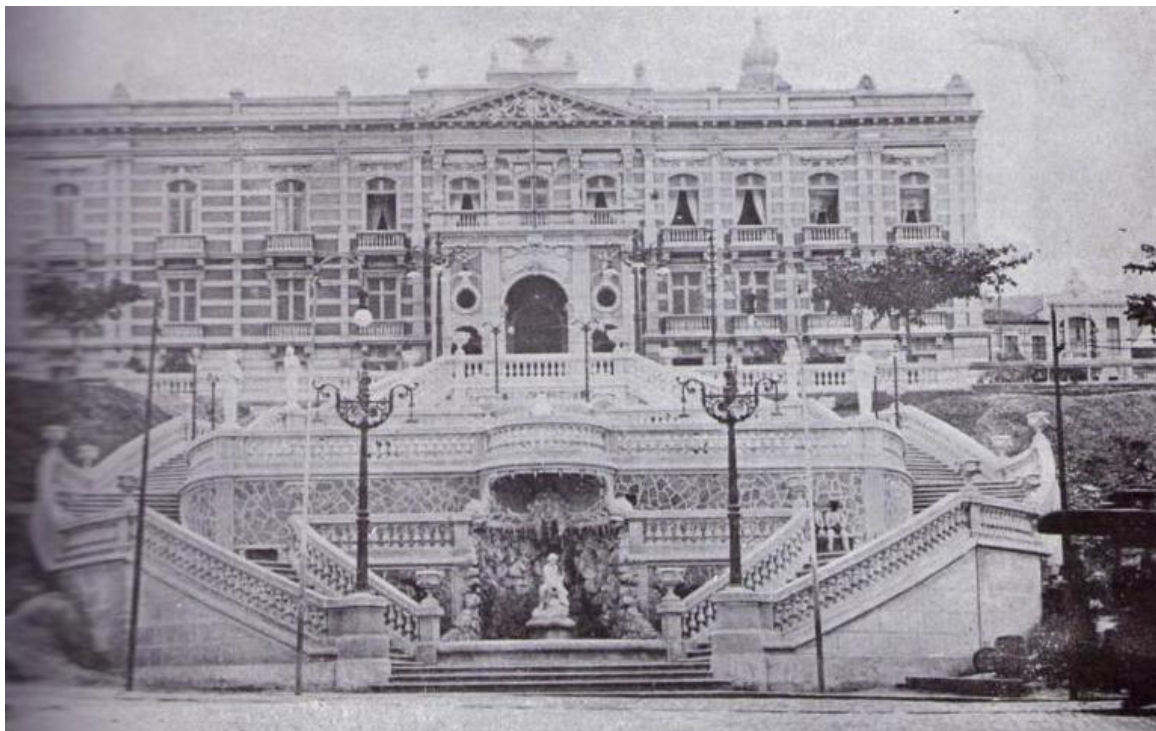




**Figura 16:** Parque Moscoso, localizado no centro da Vila Moscoso, tendo ao fundo a sede do Governo (palácio Anchieta), ainda com as torres da igreja de São Tiago.  
Fonte: Ufes, Acervo de Coleções Especiais, Coleção Mário Freire



**Figura 17:** Vila Oscarina, residência do comerciante Antenor Guimarães na Vila Moscoso.  
Fonte: Acervo do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo.



**Figura 18:** Palácio Anchieta, após a reforma do antigo Colégio Jesuíta, e a nova escadaria de acesso Bárbara Lindenberg, no ano de 1912.

Fonte: Ufes, Acervo de Coleções Especiais, Coleção Mário Freire.



**Figura 19:** Construção do Palácio Domingos Martins (edifício da Assembleia Legislativa).

Fonte: Acervo do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, Coleção Jerônimo Monteiro.





**Figura 20:** Teatro Melpômene.

Fonte: Ufes, Acervo de Coleções Especiais, Coleção Mário Freire.



**Figura 21:** Teatro Carlos Gomes e praça Costa Pereira.

Fonte: Ufes, Acervo do Centro de Artes.



**Figura 22:** Cine-teatro Glória, na Av. Jerônimo Monteiro.  
Fonte: Ufes, Acervo do Centro de Artes.



**Figura 23:** Obra de construção dos dutos de escoamento d'água na Av. República.  
Fonte: Acervo do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, Coleção Jerônimo Monteiro.





**Figura 24:** Cartão de propaganda da firma Antenor Guimarães e Cia.  
Fonte: cortesia Mariza Neves Guimarães.



**Figura 25:** Cartão de propaganda da firma Antenor Guimarães e Cia.  
Fonte: cortesia Mariza Neves Guimarães.



**Figura 26:** Chata da firma Antenor Guimarães e Cia.  
Fonte: cortesia Mariza Neves Guimarães



**Figura 27:** Galpões da firma Antenor Guimarães e Cia. na ilha da Fumaça.  
Fonte: cortesia Mariza Neves Guimarães.



**Figura 28:** Bonde da Ferro Carril Suá puxado por animais, ano de 1907.  
Fonte: desconhecida.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

### Fontes Primárias:

#### *Mensagens governamentais:*

ESTADO do Espírito Santo. Presidente, 1892-1896 (Muniz Freire):

ESPÍRITO SANTO. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Presidente, 1892-1896 (José de M. Carvalho Muniz Freire). **Discurso pronunciado após a promessa constitucional...** Vitória, Tipografia do Estado, 1892.

ESPÍRITO SANTO. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Presidente, 1892-1896 (José de M. Carvalho Muniz Freire). **Mensagem lida ao Congresso do Espírito Santo...** Vitória, Tipografia do Estado, 1893.

ESPÍRITO SANTO. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Presidente, 1892-1896 (José de M. Carvalho Muniz Freire). **Mensagem lida ao Congresso do Espírito Santo...** Vitória, Tipografia do Estado, 1894.

ESPÍRITO SANTO. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Presidente, 1892-1896 (José de M. Carvalho Muniz Freire). **Relatório apresentado ao passar o governo...** Rio de Janeiro, Tipografia Leuzinger, 1896.

ESTADO do Espírito Santo. Presidente, 1896-1898 (Santos Neves):

ESPÍRITO SANTO. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Presidente, 1896-1898 (Graciano dos Santos Neves). **Mensagem lida na instalação do Congresso Legislativo...** Vitória, Tipografia do Estado, 1896.

ESPÍRITO SANTO. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Presidente, 1896-1898 (Graciano dos Santos Neves). **Mensagem lida na instalação do Congresso Legislativo...** Vitória, Tipografia do Estado, 1897.

ESTADO do Espírito Santo. Presidente, 1900-1904 (Muniz Freire):

ESPÍRITO SANTO. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Presidente, 1900-1904 (José de M. Carvalho Muniz Freire). **Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo...** Vitória, Papelaria e Tipografia Dantas, 1900.

ESTADO do Espírito Santo. Presidente, 1904-1908 (Henrique Coutinho):

ESPÍRITO SANTO. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Presidente, 1904-1908 (Henrique da Silva Coutinho). **Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo...** Vitória, Papelaria e Tipografia Nelson Costa e Cia., 1904.

ESPÍRITO SANTO. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Presidente, 1904-1908 (Henrique da Silva Coutinho). **Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo...** Vitória, Papelaria e Tipografia Nelson Costa e Cia., 1905.



ESPÍRITO SANTO. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Presidente, 1904-1908 (Henrique da Silva Coutinho). **Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo...** Vitória, Papelaria e Tipografia Nelson Costa e Cia., 1906.

ESPÍRITO SANTO. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Presidente, 1904-1908 (Henrique da Silva Coutinho). **Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo...** Vitória, Papelaria e Tipografia Nelson Costa e Cia., 1907.

ESTADO do Espírito Santo. Presidente, 1908-1912 (Jerônimo Monteiro):

ESPÍRITO SANTO. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Presidente, 1908-1912 (Jerônimo de Souza Monteiro). **Mensagem dirigida ao Congresso espírito-santense...** Vitória, Papelaria e Tipografia Nelson Costa, 1908.

ESPÍRITO SANTO. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Presidente, 1908-1912 (Jerônimo de Souza Monteiro). **Mensagem dirigida ao Congresso Legislativo...** Vitória, Imprensa Oficial, 1909.

ESPÍRITO SANTO. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Presidente, 1908-1912 (Jerônimo de Souza Monteiro). **Mensagem dirigida ao Congresso do Espírito Santo...** Vitória, Imprensa Estadual, 1910.

ESPÍRITO SANTO. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Presidente, 1908-1912 (Jerônimo de Souza Monteiro). **Mensagem dirigida ao Congresso do Espírito Santo...** Vitória, Imprensa Estadual, 1911.

ESPÍRITO SANTO. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Presidente, 1908-1912 (Jerônimo de Souza Monteiro). **Exposição sobre os negócios do Estado no quadriênio de 1909-1912...** Vitória, s/i., 1913.

ESTADO do Espírito Santo. Presidente, 1920-1924 (Nestor Gomes):

ESPÍRITO SANTO. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Presidente, 1920-1924 (Nestor Gomes). **Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo...** Vitória, Oficina da Imprensa Estadual, 1921.

ESPÍRITO SANTO. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Presidente, 1920-1924 (Nestor Gomes). **Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo...** Vitória, Oficina da Imprensa Estadual, 1922.

ESPÍRITO SANTO. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Presidente, 1920-1924 (Nestor Gomes). **Mensagem: anais do Congresso Legislativo...** Vitória, Oficina da Imprensa Estadual, 1924.

ESTADO do Espírito Santo. Presidente, 1924-1928 (Florentino Avidos):

ESPÍRITO SANTO. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Presidente, 1924-1928 (Florentino Avidos). **Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo...** Vitória, s/i., 1926.

ESPÍRITO SANTO. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Presidente, 1924-1928 (Florentino Avidos). **Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo...** Vitória, s/i., 1925.

ESPÍRITO SANTO. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Presidente, 1924-1928 (Florentino Avidos). **Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo...** Vitória, s/i., 1927.

ESPÍRITO SANTO. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Presidente, 1924-1928 (Florentino Avidos). **Mensagem final apresentada ao Congresso Legislativo...** Vitória, s/i., 1928.

*Relatórios de governo:*

ESTADO do Espírito Santo. Governo, 1904-1908 (Henrique Coutinho):

ESPÍRITO SANTO. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Diretor de Empreendimentos Gerais (s/i.). **Relatório de governo Henrique da S. Coutinho (1904-1908)**. Vitória, Fundo da Governadoria, Série 383, Livro 96, s/d.

ESTADO do Espírito Santo. Governo, 1908-1912 (Jerônimo Monteiro):

ESPÍRITO SANTO. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Diretor de Viação e Obras Públicas (Dr. Ceciliano Abel de Almeida). **Relatório de governo Jerônimo Monteiro (1908-1912)**. Vitória, Imprensa Estadual, julho de 1909.

ESPÍRITO SANTO. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Diretor de Finanças (Antonio Bernardino Ferreira Rios). **Relatório de governo Jerônimo Monteiro (1908-1912)**. Vitória, Imprensa Estadual, julho de 1909.

ESPÍRITO SANTO. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Diretor de Agricultura, Terras e Obras (Dr. Antonio Francisco de Athayde). **Relatório de governo Jerônimo Monteiro (1908-1912)**. Vitória, Imprensa Estadual, julho de 1910.

ESPÍRITO SANTO. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Diretor de Agricultura, Terras e Obras (Dr. Antonio Francisco de Athayde). **Relatório de governo Jerônimo Monteiro (1908-1912)**. Vitória, Imprensa Estadual, julho de 1911.

*Processos de terra:*

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. **Processos de terra** (Américo Monjardim):

1926. **Número 8350**. Fundo da Agricultura, II Série (microfilme).

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. **Processos de terra** (Antenor Guimarães):

1904. **Número 3979**. Fundo da Agricultura, II Série (impresso, caixa 256).

1906. **Número 3977**. Fundo da Agricultura, II Série (microfilme).

1911. **Número 4061**. Fundo da Agricultura, II Série (microfilme).

1914. **Número 3978**. Fundo da Agricultura, II Série (microfilme).

1928. **Número 8402**. Fundo da Agricultura, II Série (impresso, caixa 380).

1931. **Número 8413**. Fundo da Agricultura, II Série (impresso, caixa 380).

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. **Processos de terra** (Aurelino dos Santos Lima):

1912. **Número 4018**. Fundo da Agricultura, II Série (microfilme).

1912. **Número 4019**. Fundo da Agricultura, II Série (microfilme).

1912. **Número 4020**. Fundo da Agricultura, II Série (microfilme).

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. **Processos de terra** (Antônio Joaquim):

1912. **Número 3766**. Fundo da Agricultura, II Série (microfilme).

1915. **Número 3739**. Fundo da Agricultura, II Série (microfilme).

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. **Processos de terra** (Brian Barry):

1905. **Número 3974**. Fundo da Agricultura, II Série (microfilme).

1905. **Número 3993**. Fundo da Agricultura, II Série (microfilme).

1906. **Número 3972**. Fundo da Agricultura, II Série (microfilme).

1908. **Número 3973**. Fundo da Agricultura, II Série (microfilme).

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. **Processos de terra** (Barão de Monjardim e outros):

1896. **Número 734**. Fundo da Agricultura. I Série (impresso, s/i.).

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. **Processos de terra** (Francisco Carlos Schwab Filho):

1906. **Número 1741**. Fundo da Agricultura, I Série (impresso, s/i.).

1911. **Número 4070**. Fundo da Agricultura, II Série (microfilme).

1913. **Número 4071**. Fundo da Agricultura, II Série (microfilme).

1917. **Número 4072**. Fundo da Agricultura, II Série (microfilme).

1923. **Número 13877**. Fundo da Agricultura, II Série (microfilme).

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. **Processos de terra** (Henrique Gonçalves Carvalhinho):

1925. **Número 8908**. Fundo da Agricultura, II Série (microfilme).

1925. **Número 8909**. Fundo da Agricultura, II Série (microfilme).

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. **Processos de terra** (Marcondes A. de Souza Júnior):

1928 (1939). **Número 7224**. Fundo da Agricultura, II Série (microfilme).

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. **Processos de terra** (José de Freitas):

1925. **Número 8884**. Fundo da Agricultura, II Série (microfilme).

1926. **Número 8883**. Fundo da Agricultura, II Série (microfilme).

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. **Processos de terra** (João José Valentim De Biase):

1905. **Número 3798**. Fundo da Agricultura, II Série (impresso, caixa 248).

1912. **Número 4022**. Fundo da Agricultura, II Série (impresso, caixa 258).

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. **Processos de terra** (Pietrângelo De Biase):

1913. **Número 3761**. Fundo da Agricultura, II Série (microfilme).

1928. **Número 10752**. Fundo da Agricultura, II Série (microfilme).

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. **Processos de terra** (Serafim Derenzi):

1911. **Número 3748**. Fundo da Agricultura, II Série (microfilme).

1924. **Número 9342**. Fundo da Agricultura, s/i. (impresso, caixa 403).

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. **Processos de terra** (José Vivacqua Júnior):

1914. **Número 4030**. Fundo da Agricultura, II Série (impresso, caixa 258).

#### *Periódicos:*

GAZETA, A. Firmas que honram o Espírito Santo: Antenor Guimarães e Cia. Ltda. **A Gazeta**, Vitória, p. 5-6, 11 set. 1949.

GAZETA, A. Desvendando os mistérios de Vitória: o “Castelinho da Capixaba”. **Gazeta Online**, Vitória, 2 de out. 2013. Disponível online. Acesso em: 3 de out. 2013.

#### *Entrevistas:*

GUIMARÃES, Mariza Neves. **Antenor Guimarães**. Entrevista concedida a Marcos Cândido Mendonça, Vitória, 31 jan. 2014.

#### *Fotografias e pinturas:*

ANTENOR Guimarães e Cia. **Cartão de propaganda da firma...** (Fig. 24 e 25). Cortesia Mariza Neves Guimarães.

ANTENOR Guimarães e Cia. **Chata da firma Antenor Guimarães e Cia.** Cortesia Mariza Neves Guimarães.

ANTENOR Guimarães e Cia. **Galpões da firma Antenor Guimarães e Cia...** Cortesia Mariza Neves Guimarães.

CARLONI, André. **Largo do imperador e colégio dos Jesuítas.** In: ELTON, Elmo. Logradouros antigos de Vitória. 2 ed. Vitória: Instituto Jones dos Santos Neves, 1986.

[Sem autor]. **Bonde da Ferro Carril Suá...** Fonte Desconhecida.

[Sem autor]. **Cargueiro recebendo café no Caís da Alfândega...** Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (Coleção Jerônimo Monteiro), s./d.

[Sem autor]. **Cine-teatro Glória...** Ufes (Acervo do Centro de Artes), s/d.

[Sem autor]. **Colégio dos Jesuítas e igreja de São Tiago.** Ufes (Acervo de Coleções Especiais, Coleção Mário Freire), s./d.

[Sem autor]. **Construção do Palácio Domingos Martins...** Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (Coleção Jerônimo Monteiro), s/d.

[Sem autor]. **Construção do terceiro armazém do porto de Vitória.** In: CAMPOS JÚNIOR, Carlos Teixeira. A história da construção e das transformações da cidade. 1 ed. Vitória: Cultural-es, 2005.

[Sem autor]. **Habitações para funcionários públicos construídas na Vila Moscoso...** Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (Coleção Jerônimo Monteiro), s./d.

[Sem autor]. **Ladeira acidentada e sem calçamento...** Ufes (Acervo de Coleções Especiais, Coleção Mário Freire), s./d.

[Sem autor]. **Largo Pedro Palácio...** Ufes (Acervo de Coleções Especiais, Coleção Mário Freire), 1906.

[Sem autor]. **Obra de construção dos dutos de escoamento d'água...** Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (Coleção Jerônimo Monteiro), s/d.

[Sem autor]. **Obras do caís do porto de Vitória...** Ufes (Acervo de Coleções Especiais, Coleção Mário Freire), 1927.

[Sem autor]. **Palácio Anchieta, após reforma do antigo Colégio Jesuíta...** Ufes (Acervo de Coleções Especiais, Coleção Mário Freire), 1912.

[Sem autor]. **Parque Moscoso, localizado no centro da Vila Moscoso...** Ufes (Acervo de Coleções Especiais, Coleção Mário Freire), s/d.



- [Sem autor]. **Rua Nestor Gomes...** Ufes (Acervo de Coleções Especiais, Coleção Mário Freire), s./d.
- [Sem autor]. **Transporte de módulos da Cinco Pontes.** Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. s./d.
- [Sem autor]. **Trecho da rua do Comércio...** Ufes (Acervo de Coleções Especiais, Coleção Mário Freire), s./d.
- [Sem autor]. **Teatro Melpômene.** Ufes (Acervo de Coleções Especiais, Coleção Mário Freire), s/d.
- [Sem autor]. **Teatro Carlos Gomes e praça Costa Pereira.** Ufes (Acervo do Centro de Artes), s/d.
- [Sem autor]. **Vila Moscoso antes da construção do parque...** Ufes (Acervo de Coleções Especiais, Coleção Mário Freire), s/d.
- [Sem autor]. **Vila Moscoso, com destaque para o Quartel de Polícia...** Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (Coleção Jerônimo Monteiro), s/d.
- [Sem autor]. **Vista de Vitória nos anos finais do século XIX.** In: CAMPOS JÚNIOR, Carlos Teixeira. **A história da construção e das transformações da cidade.** 1 ed. Vitória: Cultural-es, 2005.
- [Sem autor]. **Vila Oscaria...** Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, s/d.

### **Bibliografia:**

#### *Fontes gerais:*

- CANO, Wilson. **Raízes da concentração industrial em São Paulo.** -. Rio de Janeiro: Difel, 1977.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A condição espacial.** 1 ed. São Paulo: Contexto, 2011.
- CASTRO, Iná Elias de. **O mito da necessidade:** discurso e prática do regionalismo nordestino. -. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1992.
- CARVALHO, José Murilo de. **Pontos e bordados:** escritos de história e política. 1 ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.
- FAORO, Raymundo. **Os donos do poder:** formação do patronato político brasileiro. 4 ed. São Paulo: Globo, 2008.

- HARVEY, David. O trabalho, o capital e o conflito de classes em torno do ambiente construído nas sociedades capitalistas avançadas. **Espaço e debate: revista de estudos regionais e urbanos**. São Paulo, Ano II, n. 6, p. 6-35, 1982.
- LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto**: o município e o regime representativo no Brasil. 4 ed. São Paulo: Alfa Omega, 1978.
- LEFEBVRE, Henri. **A revolução urbana**. 1 ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.
- \_\_\_\_\_. O capital e a propriedade da terra. In: LEFEBVRE, Henri. **A cidade do capital**. -. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.
- \_\_\_\_\_. **O direito à cidade**. 5 ed. São Paulo: Centauro, 2001.
- \_\_\_\_\_. **Espaço e política**. 1 ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.
- \_\_\_\_\_. As hesitações do moderno. In: LEFEBVRE, Henri. **A sociabilidade do homem simples**. 3 ed. São Paulo: Contexto, 2012. p. 17-49.
- KAYSER, Bernard. A região como objeto de estudo da geografia. In: GEORGE, Pierre. et al. **A geografia ativa**. 5. ed. São Paulo: Difel, 1980. p. 279-321.
- LEMOES, Carlos Alberto Cerqueira. **Alvenaria burguesa**: breve história da arquitetura residencial de tijolos em São Paulo a partir do ciclo econômico liderado pelo café. 2 ed. São Paulo: Nobel, 1989.
- MARTINS, José de Souza. **O cativo da terra**. 6 ed. São Paulo: Hucitec, 1996.
- \_\_\_\_\_. **O poder do atraso**: ensaio de sociologia da história lenta. 2 ed. São Paulo: Hucitec, 1999.
- MARX, Karl. Da ideologia alemã. In: \_\_\_\_\_. **Formações econômicas pré-capitalistas**. 2 ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977. p. 113-129.
- \_\_\_\_\_. Para a crítica da economia política. In: \_\_\_\_\_. **Manuscritos econômicos-filosóficos e outros textos escolhidos**. 2 ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978.
- \_\_\_\_\_. A mercadoria. In: \_\_\_\_\_. **O capital**: crítica da economia política. Livro I. 26 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- MELLO, João Manuel Cardoso de. **O capitalismo tardio**. 8 ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1991.
- MELLO, Zélia Maria Cardoso de. **Metamorfoses da riqueza**: São Paulo, 1845-1895. 2 ed. São Paulo: Hucitec, 1990.
- MORAES, Antonio Carlos Robert; COSTA, Wanderley Messias da. **Geografia crítica**: a valorização do espaço. 2 ed. São Paulo; Hucitec, 1987.
- MORAES, Antonio Carlos Robert. **Território e história no Brasil**. 3 ed. São Paulo: Annablume, 2008.
- \_\_\_\_\_. **Geografia histórica do Brasil**: capitalismo, território e periferia. 1. ed. São Paulo: Annablume, 2011.

- OLIVEIRA, Francisco de. O Estado e o urbano no Brasil. **Espaço e debate: revista de estudos regionais e urbanos**. São Paulo, Ano II, n. 6, p. 36-54, 1982.
- \_\_\_\_\_. **Elegia para uma re(li)gião**: Sudene, Nordeste. Planejamento e conflitos de classes. 6 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.
- PEREIRA, Paulo Cesar Xavier. **Espaço, técnica e construção**: o desenvolvimento das técnicas construtivas e a urbanização do morar em São Paulo. 1 ed. São Paulo: Nobel, 1988.
- \_\_\_\_\_. **São Paulo**: a construção da cidade – 1872-1914. 1 ed. São Paulo: Rima; Fapesp, 2004.
- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. O coronelismo numa interpretação sociológica. In: FAUSTO, Boris (org.). **O Brasil republicano** – Tomo III. 2 ed. São Paulo: Difel, 1977. p. 153-190.

*Outras Fontes:*

- ACHIAMÉ, Fernando; BETTARELLO, Fernando Augusto de Barros; SANCHOTENE, Fernando Lima. **Catálogo de bens culturais tombados no Espírito Santo**. -. Vitória: Conselho Estadual de Cultura: UFES, 1991.
- ALMADA, Vilma Paraíso Ferreira de. **Escravidão e transição**: o Espírito Santo (1850/1888). 1 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1984.
- \_\_\_\_\_. **Estudos sobre estrutura agrária e cafeicultura no Espírito Santo**. 1 ed. Vitória: SPDC/UFES, 1993.
- ALMEIDA, Amylton de. **Carlos Lindenberg**: um estadista e seu tempo. 1 ed. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2010.
- ALMEIDA, Renata Hermann de. **Modernização e classes populares**: as transformações urbanas e seu avesso na cidade de Vitória. 1992. 206p. Dissertação (mestrado em arquitetura e urbanismo) – Universidade Federal de Bahia, Programas de Pós-Graduação em Conservação e Restauro.
- ARAÚJO FILHO, José Ribeiro de. **O porto de Vitória**. 1 ed. São Paulo: Universidade de São Paulo. Instituto de Geografia, 1974.
- BANCK, Geert. **Dilemas e símbolos**: estudos sobre a cultura política do Espírito Santo. 1 ed. Vitória: IHGES, 1998.
- BEZERRA, Omyr Leal. **Cariacica**: resumo histórico. 2 ed. Cariacica: IPEDOC, 2009.
- BITTENCOURT, Gabriel Augusto de Mello. **A formação econômica do Espírito Santo**: o roteiro da industrialização, do engenho as grandes indústrias (1535-1980). -. Rio de Janeiro: Cátedra, 1987.
- \_\_\_\_\_. **Café e modernização**: o Espírito Santo no século XIX. 1 ed. Rio de Janeiro: Cátedra, 1987.

- \_\_\_\_\_. **Indústria:** a modernização do Espírito Santo. 1 ed. Vitória: Secretaria Municipal de Cultura, 2011.
- BOU-HABIB FILHO, Namy Chequer. **A revolta de Xandoca:** desafio à oligarquia Monteiro no Espírito Santo. 2007. 109p. Dissertação (mestrado em história) – Universidade Federal do Espírito Santo, Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas.
- BRITO, Francisco Saturnino Rodrigues de. **Projeto de um novo arrabalde.** -. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 1896.
- CALIXTE, Marien. **Florentino Avidos:** um homem à frente do seu tempo. -. Vitória: Editora Cidade Alta, 1998.
- CAMPOS JÚNIOR, Carlos Teixeira. **O novo arrabalde.** 1 ed. Vitória: Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, 1996.
- \_\_\_\_\_. **A construção da cidade:** formas de produção imobiliária em Vitória. 1 ed. Vitória: Florecultura: 2002.
- \_\_\_\_\_. **A história da construção e das transformações da cidade.** 1 ed. Vitória: Culturales, 2005.
- CARVALHO, Juliana Cristina de. **O modernismo em Belo Horizonte:** a contribuição de Achilles Vivacqua. 2013. 217p. Dissertação (mestrado em literatura) – Universidade Federal de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação em Estudos Literários.
- CAPRINI, Aldieris Braz Amorim. **O comércio como propulsor do poder político em Iconha:** o Cel. Antônio Duarte (1889-1915). 2007. 133p. Dissertação (mestrado em história) – Universidade Federal do Espírito Santo, Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas.
- CAUS, Celso Luiz. **Das fontes e chafarizes às águas limpas:** evolução do saneamento no Espírito Santo. -. Vitória: Cesan, 2012.
- CAVATI, João Batista. **História da imigração italiana no Espírito Santo.** 1 ed. Belo Horizonte: São Vicente, 1973.
- CLÁUDIO, Afonso; SANTOS, Estilague Ferreira dos Santos (org.). **História da propaganda republicana no Estado do Espírito Santo.** 2 ed. Vitória: Gráfica Espírito Santo, 2002.
- CLÁUDIO, Afonso. **História da literatura Espírito-Santense.** 2 ed. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2007.
- DAEMON, Basílio. **Província do Espírito Santo:** sua descoberta, história cronológica, sinopse e estatística. 2 ed. Vitória: Secretaria de Estado da Cultura; Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2010.
- DERENZI, Luiz Serafim. **Biografia de uma ilha.** 1 ed. Rio de Janeiro: Pongetti, 1965.
- \_\_\_\_\_. **História do palácio Anchieta.** 1 ed. Vitória: Secretaria de Educação e Cultura do Estado do Espírito Santo, 1971.

- \_\_\_\_\_. **Os italianos no Estado do Espírito Santo**. 1 ed. Rio de Janeiro: Artenova, 1974.
- \_\_\_\_\_. **Caminhos percorridos: memórias inacabadas**. 1 ed. Vitória: IHGES, 2002.
- ELTON, Elmo. **Logradouros antigos de Vitória**. 2 ed. Vitória: Instituto Jones dos Santos Neves, 1986.
- ESPÍRITO SANTO (Estado). **Patrimônio cultural do Espírito Santo: arquitetura**. 1 ed. Vitória: Secult, 2009.
- FERREIRA, Sinésio Pires. **Espírito Santo: dinâmica cafeeira e integração no mercado nacional – 1840-1960**. 1987. 261 p. Dissertação (mestrado em ciência econômica) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação do Instituto de Economia Industrial.
- MARTINUZZO, José Antonio. **Palácio Anchieta: patrimônio capixaba**. 1 ed. Vitória: Governo do Estado do Espírito Santo, 2009.
- MONTEIRO, Peter Ribon. **Vitória: cidade e presépio: os vazios visíveis da Capital capixaba**. 1 ed. São Paulo: Annablume: Fapesp; Vitória: Facitec, 2008.
- MORAES, Cicero. **Limites do Espírito Santo**. 1 ed. Vitória: Estado do Espírito Santo, 1939.
- NOVAES, Maria Stella de. **O presidente Jerônimo Monteiro**. -. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação, 1960.
- \_\_\_\_\_. **Jerônimo Monteiro: sua vida e sua obra**. 1 ed. Vitória: Arquivo Público Estadual, 1979.
- \_\_\_\_\_. **História do Espírito Santo**. -. Vitória: Fundo Editorial do Espírito Santo, s/d.
- OLIVEIRA, José Teixeira de. **História do Estado do Espírito Santo**. 3 ed. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2008.
- PACHECO, Renato. **Os dias antigos**. 1 ed. Vitória: Edufes; Secretaria Municipal de Cultura, 1998.
- QUINTÃO, Leandro do Carmo. **A interiorização da Capital pela Estrada de Ferro Sul do Espírito Santo**. 2008. 161 p. Dissertação (mestrado em história) – Universidade Federal do Espírito Santo, Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas.
- RIBEIRO, Luiz Cláudio; BARROS, Nicélio. **A serventia da casa: a Alfândega do Porto de Vitória e os rumos do Espírito Santo**. 1 ed. Vitória: Sindiex, 2008.
- ROSTOLDO, Jadir Peçanha. **A cidade republicana na belle époque capixaba: espaço urbano, poder e sociedade**. 2008. 210p. Dissertação (doutorado em história) – Universidade de São Paulo, Programa de Pós-Graduação em História Social.
- SALETTTO, Nara. **Transição para o trabalho livre no Espírito Santo (1888-1930)**. 1 ed. Vitória: Edufes, 1996.
- SANTOS, Estilaque Ferreira dos. **José de Melo Carvalho Muniz Freire**. 1 ed. Vitória: Espírito Santo em Ação, 2012.

- \_\_\_\_\_. (org.). **Escritos políticos de Muniz Freire**. 1 ed. Vitória: ES: Pró Texto Comunicação e Cultura, 2013.
- SIQUEIRA, Penha. **O desenvolvimento do porto de Vitória, 1870-1940**. 1 ed. Vitória: Codesa: Fundação Ceciliano Abel de Almeida, 1984.
- SPEDICATO, Paolo. Uma história maciça das elites. In: BERGAMINI, Kamila Brumatti (org.). **Adeus Itália: imigração europeia ao Espírito Santo – floresta e colônia**. 1 ed. Vitória: Secult, 2013. p. 180-191.
- VASCONCELLOS, João Gualberto. **A invenção do coronel: ensaio sobre as raízes do imaginário político brasileiro**. 1 ed. Vitória: UFES/SPDC, 1995.
- VENTORIM, Luciano. **Ilha de Santa Maria e Monte Belo**. 1 ed. Vitória: Prefeitura Municipal de Vitória, 1993.
- VITÓRIA (Prefeitura Municipal/SEDEC). **Projeto de elaboração do plano de ocupação da área central: plano de proteção da paisagem (Relatório de atividades: ra03; Produto: análise de dados)**. Vol. 11A. Vitória: Prefeitura Municipal de Vitória, junho de 2010.
- ZORZAL E SILVA, Marta. **Espírito Santo: Estado, interesses e poder**. 1 ed. Vitória: FFCA/SPDC, 1995.